Diário Oficial
da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul

ASSOMASUL
Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul
Municipalismo atuante. Estado forte.

ANO XVII Nº 3954 **Quinta-feira, 23 de outubro de 2025** Órgão de divulgação oficial dos municípios

Expediente:

Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul - ASSOMASUL
Gestão 2025/2026

Presidente: Thalles Tomazelli - Itaquiraí

MM EDITORACAO & TECNOLOGIA LTDA:06308429000127
Assinado de forma digital por MM EDITORACAO & TECNOLOGIA LTDA:06308429000127
Dados: 2025.10.22 18:18:47 -04'00'

ASSINATURA ELETRÔNICA

SUMÁRIO

Prefeitura Municipal de AMAMBAI	2
Prefeitura Municipal de ANTÔNIO JOÃO	7
Prefeitura Municipal de APARECIDA DO TABOADO	19
Prefeitura Municipal de BATAGUASSU	31
Prefeitura Municipal de BATAYPORÃ	42
Prefeitura Municipal de BODOQUENA	50
Prefeitura Municipal de BONITO	86
Prefeitura Municipal de BRASILÂNDIA	91
Prefeitura Municipal de CAARAPÓ	93
Prefeitura Municipal de CAMAPUÃ	99
Prefeitura Municipal de CARACOL	100
Prefeitura Municipal de CORONEL SAPUCAIA	104
Prefeitura Municipal de DOURADINA	106
Prefeitura Municipal de ELDORADO	107
Prefeitura Municipal de FIGUEIRÃO	137
Prefeitura Municipal de GLÓRIA DE DOURADOS	155
Prefeitura Municipal de GUIA LOPES DA LAGUNA	163
Prefeitura Municipal de IGUATEMI	174
Prefeitura Municipal de JAPORA	178
Prefeitura Municipal de JARAGUARI	181
Prefeitura Municipal de JARDIM	186
Prefeitura Municipal de JUTI	191
Prefeitura Municipal de LADÁRIO	194
Prefeitura Municipal de LAGUNA CARAPÃ	208
Prefeitura Municipal de MIRANDA	218
Prefeitura Municipal de NAVIRAÍ	221
Prefeitura Municipal de PARANAÍBA	224
Prefeitura Municipal de PARANHOS	243
Prefeitura Municipal de PEDRO GOMES	246
Prefeitura Municipal de SELVIRIA	249
Prefeitura Municipal de SETE QUEDAS	254
Prefeitura Municipal de SIDROLÂNDIA	255
Prefeitura Municipal de SONORA	290
Prefeitura Municipal de SÃO GABRIEL DO OESTE	293
Prefeitura Municipal de TAQUARUSSU	299
Prefeitura Municipal de TERENOS	305
Prefeitura Municipal de TRÊS LAGOAS	307

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI

Secretaria Municipal de Gestão

DECRETO Nº 457/25 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025 Exonera a servidora RENATA DE OLIVEIRA FONSECA, e dá outras providencias.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA, Prefeito de Amambai/MS, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 47, II da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1°. Fica exonerada a servidora RENATA DE OLIVEIRA FONSECA, ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE GABINETE I – SÍMBOLO DAI - 7, nomeada através do Decreto nº 371/24.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02/09/2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de outubro de 2025

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº_____Pag:_____

Em:_____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

DECRETO Nº 458/25 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025 Exonera a servidora DAYANE RODRIGUES DE SOUZA, e dá outras providencias.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA, Prefeito de Amambai/MS, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 47, II da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1°. Fica exonerada a servidora DAYANE RODRIGUES DE SOUZA, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE GABINETE - SÍMBOLO DAI - 3, nomeada através do Decreto nº 349/24.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 16/09/2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de outubro de 2025

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº_____Pag:_____

Em:_____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

DECRETO Nº 455/2025 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. Declara como Hóspedes Oficiais do Município de Amambai as pessoas que especifica, e dá outras providências.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA - Prefeito Municipal de Amambai-MS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declarados como **HÓSPEDES OFICIAIS** do Município de Amambai, o Excelentíssimo Sr. **Carlos Henrique Rodrigues Pedroso,** Governador do ROTARY – Distrito 4470, e sua esposa, a Sra. **Berenice Camillo Pedroso**, do dia 20 de outubro de 2025 até a data em que permanecerem no município.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de outubro de 2025.

JAIME VIZZOTTO

Vice-Prefeito de Amambai/MS

DORIVAL SOARES DA SILVA

Secretário Municipal de Gestão

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO N° 010/2025 Processo n° 51.009.225-2025.

Partícipes: Município de Amambai/MS (CNPJ n° 03.568.433/0001-36) e Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEMS (CNPJ n° 04.895.130/0001-90)

Objeto: O presente CONVÊNIO tem por objeto a delegação, pelo MUNICÍPIO à AGEMS, das atribuições concernentes à regulação e à fiscalização dos serviços públicos de Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos (RSDU) do Município, com base no art. 23 e demais dispositivos da Lei Federal n° 11.445/2007.

Vigência: O prazo de vigência do Convênio é de 20 (vinte) anos, contados da data de assinatura, admitida sua prorrogação por meio de Termo Aditivo.

Data de Assinatura: 08/10/2025.

Fundamento Legal: Disposições contidas nos dispositivos federais, estaduais, municipais e demais normas que regem a matéria, dentre as quais se destacam a Lei Federal n° 11.445/2007, Lei Federal n° 12.305/2010, Lei Federal n° 14.133/2021, Lei Estadual n° 2.363/2001 e o Decreto Estadual n° 11.261/2003.

Assinam: Sérgio Diozébio Barbosa, Prefeito Municipal de Amambai/MS e Carlos Alberto de Assis, Diretor-Presidente/ AGEMS.

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – TEMPORÁRIO (CONTRATO Nº 021/2023)

Contratante: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - MS

Contratado**: CAMILA AREVALO DE OLIVEIRA**

Término: 02 de outubro de 2025, por acordo entre as partes, em todas as cláusulas na forma descrita na Cláusula Quarta e Cláusula Nona do Termo de Contrato.

Amambai, 02 de outubro de 2025.

Município de Amambai

ALESSANDRO GODOI BARBOSA.

Contratante

CAMILA AREVALO DE OLIVEIRA

Contratado

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 4167

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163802/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 042/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS – CONTRATANTE

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS CONTRATANTE

HELENO APARECIDO DE SOUZA - CONTRATADA.

CNPJ: 33.427.487/0001-42

OBJETO: "**REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE AR E PNEUS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS, POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 1 ANO".**

VALOR: R$ 4.554,00 (Quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.30.39 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

15.452.0002.2032.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Local e Data: Amambai/MS, 21 de outubro de 2025.

Assinam:

Luiz Fernando Fischer – Secretário Municipal

CPF: 436.592.501-63

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 4174

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155347/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 189/2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS – CONTRATANTE

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - CONTRATANTE

CLAUDINEI DE ALMEIDA XAVIER - CONTRATADA.

CNPJ: 59.538.457/0001-05

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DESTINADOS A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI MS".**

VALOR: R$ 45,00 (Quarenta e cinco reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.39.19 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

15.451.0002.2034.0000 – MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PRAÇAS E JARDINS

Local e Data: Amambai/MS, 21 de Outubro de 2025.

Assinam:

Luiz Fernando Fischer – Secretário Municipal De Serviços Urbanos CPF: 436.592.501-63

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 4175

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155347/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 189/2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS – CONTRATANTE

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - CONTRATANTE

CLAUDINEI DE ALMEIDA XAVIER - CONTRATADA.

CNPJ: 59.538.457/0001-05

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DESTINADOS A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI MS".**

VALOR: R$ 45,00 (Quarenta e cinco reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.39.19 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

15.451.0002.2034.0000 – MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PRAÇAS E JARDINS

Local e Data: Amambai/MS, 22 de Outubro de 2025.

Assinam:

Luiz Fernando Fischer – Secretário Municipal De Serviços Urbanos CPF: 436.592.501-63

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 4176

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155347/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 189/2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS – CONTRATANTE

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - CONTRATANTE

CLAUDINEI DE ALMEIDA XAVIER - CONTRATADA.

CNPJ: 59.538.457/0001-05

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DESTINADOS A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI MS".**

VALOR: R$ 45,00 (Quarenta e cinco reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.39.19 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

15.451.0002.2034.0000 – MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PRAÇAS E JARDINS

Local e Data: Amambai/MS, 22 de outubro de 2025.

Assinam:

Luiz Fernando Fischer – Secretário Municipal De Serviços Urbanos CPF: 436.592.501-63

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 4177

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155347/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 189/2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS – CONTRATANTE

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - CONTRATANTE

CLAUDINEI DE ALMEIDA XAVIER - CONTRATADA.

CNPJ: 59.538.457/0001-05

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DESTINADOS A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI MS".**

VALOR: R$ 45,00 (Quarenta e cinco reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.39.19 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

15.451.0002.2034.0000 – MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PRAÇAS E JARDINS

Local e Data: Amambai/MS, 22 de outubro de 2025.

Assinam:

Luiz Fernando Fischer – Secretário Municipal De Serviços Urbanos CPF: 436.592.501-63

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Secretaria Municipal de Gestão

PORTARIA N.º 380/25 DE 22 DE OUTUBRO DE 2.025 Dispõe sobre Licença Maternidade á servidora que menciona, e dá outras providencias.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA - Prefeito Municipal de Amambai-MS, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando Protocolo nº 169728/25

RESOLVE,

Art.1º Conceder Licença Maternidade à servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA	PERIODO DA LICENÇA
AMANDA CORREA DE MORAES	120 DIAS A PARTIR DE 24/09/25

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar da data constante do atestado médico apresentado conforme tabela acima, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de outubro de 2.025

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº_____Pag:_____

Em:_____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

PORTARIA N.º 381/25 DE 22 DE OUTUBRO DE 2.025 Dispõe sobre Licença Maternidade á servidora que menciona, e dá outras providencias.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA - Prefeito Municipal de Amambai-MS, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando Protocolo nº 170651/25

RESOLVE,

Art.1º Conceder Licença Maternidade à servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA	PERIODO DA LICENÇA
ALINE CRISTOVAM CASSIANO	120 DIAS A PARTIR DE 09/10/25

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar da data constante do atestado médico apresentado conforme tabela acima, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de outubro de 2.025

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº_____Pag:_____

Em:_____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO

Jurídico

DECRETO Nº 511 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

"Dispõe sobre a transferência do feriado Nacional em comemoração ao dia do Servidor Público e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o Art.º 50, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o feriado Nacional do dia do Servidor Público comemorado no dia 28 de outubro de 2025;

CONSIDERANDO o feriado Municipal do dia do Evangélico comemorado no dia 31 de outubro de 2025, instituído pela Lei Municipal nº 802/2006.

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido o feriado do **Dia do Servidor Público**, comemorado anualmente em **28 de outubro,** para o dia **30 de outubro de 2025.**

Parágrafo único. Em razão dessa transferência, **não haverá expediente na Prefeitura Municipal de Antônio João-MS** no dia **30 de outubro de 2025,** referente ao feriado do Dia do Servidor Público, e no dia **31 de outubro de 2025**, em virtude do feriado municipal em comemoração ao **Dia do Evangélico**.

Art. 2º O disposto neste Decreto **não se aplica aos servidores da Secretaria Municipal de Educação,** que deverão seguir o calendário escolar previamente estabelecido.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA
Prefeito do Município

Matéria enviada por Giulia Yukie de Oliveira Komiyama

Recursos Humanos
portaria

Portaria RH nº. 172/2025 De 22 de Outubro de 2025 .

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE :

Art. 1º. - DESIGNAR, JOACIR FRANCO RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Zelador, para responder pelo cargo de Coordenador Executivo de Transportes, Logística e Abastecimento no município de Antonio João.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 01.09.2025.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Matéria enviada por Dioni Soares Martins

Instituto Municipal de Previdência Social

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE PARA O SEGURADO SR°TEÓFILO BRITES VILALBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ANTÔNIO JOÃO – MS -IMPSAJ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar 02, de 18 de novembro de 2001,

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, a contar de 01 de Outubrode 2025, benefício previdenciário de aposentadoria voluntária por idade paro o segurado Srº Teófilo Brites Vilalba, inscrito no CPF/MS nº 54216052134, no cargo de Auxiliar de serviços diversos, Matrícula 1770, Classe I-C, Nível 14do quadro de servidores efetivos do Município de Antônio João/MS, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, no valor de R$1.410,63(Mil quatrocentos e dez reais e sessenta e três centavos), com fundamento no Art. 40º 1º, inciso II,b, da Constituição Federal e 49 e art. 36,III,"B" e 36-A, da Lei Municipal nº 02 de 21 de Dezembro de 2001.

§ 1º. O valor dos proventos será reajustado anualmente, para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, em conformidade com o art. 40, § 8° da Constituição Federal c/c Art. 15 da Lei federal e Art. 36, § 10° da Lei Complementar Municipal nº 02/01, de 21 de dezembro de 2001.

§2º. O valor mensal do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo nacional e será complementado até o valor limite deste, em atendimento ao disposto no Art. 201, §2º, da Constituição Federal.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio João/MS, 22de Outubro de 2025

JOÃO JOSUÉ FELISBERTO DA SILVA
Diretor - Presidente

Matéria enviada por João Josué felisberto da Silva

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA VITORIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 512 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO POR FALTA DE SALDO EM DOTAÇÃO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE discriminadas abaixo:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.302.1003.2067 - Operacionalização das Unidades da Atenção Especializadas em Saúde

108 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 9.757,96

9.757,96

Total Geral de Suplementações ...: 9.757,96

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.302.1003.2067 - Operacionalização das Unidades da Atenção Especializadas em Saúde

96 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 9.757,96

9.757,96

Total de Reduções ...: 9.757,96

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA VITORIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 513 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO POR FALTA DE SALDO EM DOTAÇÃO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE discriminadas abaixo:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.302.1003.2067 - Operacionalização das Unidades da Atenção Especializadas em Saúde

107 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual — 2.310,00

2.310,00

Total Geral de Suplementações ...: 2.310,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.302.1003.2067 - Operacionalização das Unidades da Atenção Especializadas em Saúde

110 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual — 2.310,00

2.310,00

Total de Reduções ...: 2.310,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA VITORIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 514 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO POR FALTA DE SALDO EM DOTAÇÃO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE discriminadas abaixo:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.1002.2063 - Operacionalização da Atenção Primária Atenção Primária da Saúde

47 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde — 200.000,00

200.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 200.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.1002.2063 - Operacionalização da Atenção Primária Atenção Primária da Saúde

33 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde — 200.000,00

200.000,00

Total de Reduções ...: 200.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO
RUA VICTÓRIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 515 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO PARA COMPLEMENTO DE SALDO NA DOTAÇÃO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO discriminadas abaixo:

19.001 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

15.451.0701.2024 - Manutenção da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

211 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 16.100,00
16.100,00

Total Geral de Suplementações ...: 16.100,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

19.001 - Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

15.451.0701.2024 - Manutenção da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

216 - 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 1.100,00
1.100,00

15.451.0701.2026 - Manutenção da Malha Viária do Municipio,

221 - 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 15.000,00
15.000,00

Total de Reduções ...: 16.100,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO
RUA VICTÓRIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 516 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO PARA COMPLEMENTO DE SALDO NA DOTAÇÃO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO discriminadas abaixo:

15.001 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

12.361.0401.2014 - Gestão da Quota Salário Educação

104 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
1550 - Transferência do Salário-Educação 34.900,00

34.900,00

Total Geral de Suplementações ...: 34.900,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

15.001 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

12.361.0401.2014 - Gestão da Quota Salário Educação

106 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1550 - Transferência do Salário-Educação 34.900,00

34.900,00

Total de Reduções ...: 34.900,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA VITORIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 517 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO POR FALTA DE SALDO EM DOTAÇÃO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE discriminadas abaixo:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.1002.2062 - Operacionaliação dos Recursos do FIS Saúde

163 - 3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 20.000,00

20.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 20.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.302.1003.2067 - Operacionalização das Unidades da Atenção Especializadas em Saúde

94 - 3.1.90.04.00.00 - Contratação Por Tempo Determinado
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 10.000,00

96 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 10.000,00

20.000,00

Total de Reduções ...: 20.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO
RUA VICTÓRIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 518 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO, por Excesso de Arrecadação de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

Suplementação por excesso de arrecadação da Receita de Remuneração de Depósitos Bancários - Operação de Crédito Interno - Educação FONTE RECURSOS 1574-0007.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO discriminadas abaixo:

15.001 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

12.361.0401.1019 - Construção de Unidade Escolar de Ensino Fundamental

428 - 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
1574 - Operações de Crédito Vinculadas à Educação 350.500,00

350.500,00

Total Geral de Suplementações ...: 350.500,00

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA VITORIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 519 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por Superávit Financeiro de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE discriminadas abaixo:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.122.1001.2060 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

202 - 3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições
2500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 5.745,05

5.745,05

Total Geral de Suplementações ...: 5.745,05

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA VITORIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 520 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por Superávit Financeiro de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE discriminadas abaixo:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.122.1001.2060 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

203 - 3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições
2631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde — 38.446,11

38.446,11

Total Geral de Suplementações ...: 38.446,11

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA VITORIO PENZO, 347, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 521 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO POR FALTA DE SALDO EM DOTAÇÃO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE discriminadas abaixo:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.122.1001.2060 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

201 - 3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições
1631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde — 4.178,42

4.178,42

Total Geral de Suplementações ...: 4.178,42

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

08.001 - Fundo Municipal de Saúde

10.302.1004.1010 - Ampliação e Reforma da Unidade Hospitalar

117 - 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
1631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde — 4.178,42

4.178,42

Total de Reduções ...: 4.178,42

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO
RUA NECO MANOEL FLORES, 150, CENTRO, ANTONIO JOÃO/MS Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 510 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

SUPLEMENTAÇÃO POR FALTA DE SALDO EM DOTAÇÃO

O(a) Prefeito(a) Municipal de ANTONIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1254 de 02/12/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO JOÃO discriminadas abaixo:

01.001 - GABINETE DO PRESIDENTE

01.031.0101.2001 - Realização de Atividades Legislativas

2 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	20.000,00
3 - 3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	7.200,00
8 - 3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil	
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.800,00
	30.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 30.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

01.001 - GABINETE DO PRESIDENTE

01.031.0101.2001 - Realização de Atividades Legislativas

11 - 3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	30.000,00
	30.000,00

Total de Reduções ...: 30.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

ANTONIO JOÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo de Compras nº 185/2025

Processo de Contratação Direta nº 071/2025.

Inexigibilidade de Licitação nº 041/2025

Assunto – Inexigibilidade de Licitação

Interessado – Instituto de Previdência Social do Município de Aparecida do Taboado - IPAMAT.

Objeto - Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Consultoria Atuarial, no âmbito de Regimes Próprios de Previdência, atendendo as instruções normativas do Ministério da Previdência Social, em atendimento ao Instituto de Previdência do Município de Aparecida do Taboado (IPAMAT).

Contratada -

- LUIZ CLAUDIO KOGUT - ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL

- CNPJ: 35.621.856/0001-69

Relação de serviços e valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE PARA EXECUÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Consultoria Atuarial, no âmbito de Regimes Próprios de Previdência, atendendo as instruções normativas do Ministério da Previdência Social, em atendimento ao Instituto de Previdência do Município de Aparecida do Taboado (IPAMAT).	12 meses	R$ 2.000,00	**R$ 24.000,00**

VALOR TOTAL: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Fundamento legal – inciso III, alíneas 'c', c/c o §3º, todos do artigo 74, da Lei Federal 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

Prazo de vigência da contratação – 01 (um) ano, a contar da assinatura do Contrato.

Homologação – 22 de outubro de 2025.

Vistos etc....

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o **preço condizente com o que habitualmente pratica no mercado;**

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO do Agente de Contratação que prevê que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 74, inc. III, da Lei Federal 14.133/2021 e demais regulamentações deste Órgão correlatas à matéria;

CONSIDERANDO o PARECER JURIDICO que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 041/2025, nos termos descritos acima.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Expeça-se o necessário.

Aparecida do Taboado/MS, 22 de outubro de 2025.

CRISTIANE MENDES VIEIRA NEVES

Diretora Presidente do IPAMAT

Matéria enviada por Luana Almeida Silva

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 222/2025

Contrato de Trabalho Temporário nº 222/2025

Arli Novaes Da Silva Freitas, inscrito no CPF sob o n.º 947.155.561-20, residente na Rua travessa Palmas n.º 1757, jardim soares na cidade de Aparecida do Taboado/MS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação por prazo determinado para o cargo de Cuidador.

Vigência: 23 de outubro de 2025 a 22 de outubro de 2027.

Execução: O contratado prestará os serviços de Cuidador a junto a Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado/MS, por meio do Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme atribuições previstas no Edital de Processo Seletivo nº 001/2024.

Interessado: Município de Aparecida do Taboado/MS.

Fundamento Legal: O presente contrato está fundamentado na Lei Municipal nº 1.104, de 28 de junho de 2006 e no Edital de Processo Seletivo nº 001/2024, incluindo quaisquer alterações e regulamentações futuras expedidas pelo Executivo Municipal.

Aparecida do Taboado/MS, 23 de outubro de 2025.

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Matéria enviada por Raquel Santana dos Santos

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 223/2025

Contrato de Trabalho Temporário nº 223/2025

Cristiane Lizarda Moreira, inscrito no CPF sob o n.º 897.260.061-04, residente na Avenida Presidente Dutra n.º 3823, Centro na cidade de Aparecida do Taboado/MS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação por prazo determinado para o cargo de Cuidador.

Vigência: 23 de outubro de 2025 a 22 de outubro de 2027.

Execução: O contratado prestará os serviços de Cuidador a junto a Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado/MS, por meio do Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme atribuições previstas no Edital de Processo Seletivo nº 001/2024.

Interessado: Município de Aparecida do Taboado/MS.

Fundamento Legal: O presente contrato está fundamentado na Lei Municipal nº 1.104, de 28 de junho de 2006 e no Edital de Processo Seletivo nº 001/2024, incluindo quaisquer alterações e regulamentações futuras expedidas pelo Executivo Municipal.

Aparecida do Taboado/MS, 23 de outubro de 2025.

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Matéria enviada por Raquel Santana dos Santos

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO
RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
03.563.335/0001-06 Exercício: 2025

DECRETO Nº 258 , DE 23 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.1826

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

Resolve:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$339.200,60 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **339.200,60**

02 08 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
65	04.122.0002.2007.0000	GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE		81.000,00
500.0000.000	3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS		
02 13 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
546	08.244.0006.2072.0000	PROTEÇAO E INCLUSÃO SOCIAL		47.000,00
500.0000.000	3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS		
02 20 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SEGOV)			
988	27.813.0009.2179.0000	PROMOÇÃO A QUALIDADE DE VIDA		1.000,00
500.0000.000	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
990	27.813.0009.2179.0000	PROMOÇÃO A QUALIDADE DE VIDA		4.800,00
500.0000.000	3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		
02 25 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
863	12.306.0003.2166.0000	QUALIDADE EM EDUCAÇÃO		18.200,00
552.0000.051	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
866	12.306.0003.2167.0000	QUALIDADE EM EDUCAÇÃO		10.000,00
552.0000.051	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
880	12.361.0003.2169.0000	QUALIDADE EM EDUCAÇÃO		200,00
500.1001.000	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
02 12 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO

RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
03.563.335/0001-06 Exercício: 2025

DECRETO Nº 258 , DE 23 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.1826

02 12 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
1177	10.302.0005.2034.0000	SAÚDE COM QUALIDADE E EQUIDADE		0,60
600.0000.045	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU		
1178	10.304.0011.2036.0000	FORTALECIMENTO EM SAUDE		130.000,00
604.0000.045	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1179	10.304.0011.2036.0000	FORTALECIMENTO EM SAUDE		6.000,00
604.0000.045	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
1180	10.304.0011.2036.0000	FORTALECIMENTO EM SAUDE		40.000,00
604.0000.000	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
02 13 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
681	08.244.0006.2047.0000	PROTEÇAO E INCLUSÃO SOCIAL		1.000,00
660.0000.000	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: **177.000,60**

Fontes de Recurso	
600 0000	0,60
604 0000	176.000,00
660 0000	1.000,00

Anulação:

02 04 01	ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO			
30	04.122.0002.2006.0000	°		-1.000,00
500.0000.000	3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA		
02 05 01	CONTROLADORIA INTERNA			
37	04.124.0002.2004.0000	°		-2.800,00
500.0000.000	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO
RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
03.563.335/0001-06 Exercício: 2025

DECRETO Nº 258 , DE 23 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.1826

02 05 01	CONTROLADORIA INTERNA			
45	04.124.0002.2005.0000	°		-2.000,00
500.0000.000	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
02 10 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E L			
109	12.306.0003.2014.0000	°		-13.969,00
552.0000.051	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
02 12 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
373	10.302.0005.2034.0000	°		-88.000,00
500.1002.000	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
402	10.304.0011.2036.0000	°		-40.000,00
500.1002.000	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
02 25 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
869	12.306.0003.2168.0000	°		-14.231,00
552.0000.051	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
874	12.361.0003.2169.0000	°		-200,00
500.1001.000	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR		

-162.200,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor a partir desta data ,revogadas as disposições contrárias.

Aparecida do Taboado, 23 de outubro de 2025

JOSE NATAN DE PAULA DIAS
PREFEITO MUNICIPAL

HORACIDES MARTINS JUNIOR
SEC. MUNICICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
CNPJ:03563335/0001-06

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário

DATA	NÚMERO
22/10/2025	2882

Unidade Gestora: **MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO**

Reserva 1 de 1

CREDOR: **118365**
NOME: **BRUNO RODRIGUES DE ALMEIDA - LTDA** CNPJ/CPF: **30.706.347/0001-15**
ENDEREÇO: R JOAO VALERIANO DUARTE, 788
MUNICIPIO: APARECIDA DO TABOADO UF: MS

TIPO DE CRÉDITO: ESPECIAL | ESPÉCIE: OR - Ordinário | LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	899	25.01	12	365	0012	2174	3.3.90.30.26	5001001 000

RECURSOS FINANCEIROS 3.3.90.30.26 | Centro C. 003-078 | Nº Pedido 03469/25 | CONTRATO
ELEMENTO DE DESPESA MATERIAL PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E ELETRÔNICA Ensino Infantil Creche

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	3.124,63	2.968,46	156,17

Valor que se empenha conforme Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000023/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 15 - Mod. Formatada: 15 -FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO DAS CRECHES MUNICIPAIS, CONFORME ATA Nº 012/2025.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL
22	011.004.108	CAPACITOR 25+2,5 UF/450V - P/ 12.000 BTUS.	1	UN	eos eos	62,16	62,16
43	011.004.134	CAPACITOR 35+3,0 UF/450V - P/ 22.000 A 24.000 MIL BTUS 220V.	1	UN	eos eos	39,70	39,70
122	011.004.162	CAPACITOR 80/450V - P/ 60.000 BTUS.	1	UN	eos eos	152,10	152,10
203	011.004.150	COMPRESSOR ROTATIVO 36.000 BTUS 220V.	1	UN	eos eos	2.035,00	2.035,00
396	011.004.166	MOTOR VENTILADOR NOVO 60.000 MIL BTUS PISO TETO.	1	UN	eos eos	679,50	679,50

PROCESSO 016/2025	LICITAÇÃO: 000023/25	**Soma/Itens:** R$ 2.968,46	**Valor Empenhado** 2.968,46

FORNECEDOR
BRUNO RODRIGUES DE ALMEIDA - LTDA
30.706.347/0001-15

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
CNPJ:03563335/0001-06

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário

DATA	NÚMERO
22/10/2025	2883

Unidade Gestora: **MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO**

Reserva 1 de 1

CREDOR: **118365**
NOME: **BRUNO RODRIGUES DE ALMEIDA - LTDA** CNPJ/CPF: **30.706.347/0001-15**
ENDEREÇO: R JOAO VALERIANO DUARTE, 788
MUNICIPIO: APARECIDA DO TABOADO UF: MS

TIPO DE CRÉDITO: ESPECIAL | ESPÉCIE: OR - Ordinário | LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	876	25.01	12	361	0003	2169	3.3.90.30.26	5001001 000

RECURSOS FINANCEIROS 3.3.90.30.26 | Centro C. 003-076 | Nº Pedido 03468/25 | CONTRATO
ELEMENTO DE DESPESA MATERIAL PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E ELETRÔNICA

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	24.084,15	883,88	23.200,27

Valor que se empenha conforme Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000023/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 15 - Mod. Formatada: 15 - FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME ATA Nº 012/2025.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL
43	011.004.134	CAPACITOR 35+3,0 UF/450V - P/ 22.000 A 24.000 MIL BTUS 220V.	1	UN	eos eos	39,70	39,70
122	011.004.162	CAPACITOR 80/450V - P/ 60.000 BTUS.	1	UN	eos eos	152,10	152,10
377	011.004.128	MOTOR VENTILADOR NOVO 18.000 MIL BTUS.	1	UN	eos eos	452,08	452,08
632	011.004.178	VÁLVULA DE SERVIÇO 3/8.	1	UN	eos eos	240,00	240,00

PROCESSO 016/2025	LICITAÇÃO: 000023/25	**Soma/Itens:** R$ 883,88	**Valor Empenhado** 883,88

FORNECEDOR
BRUNO RODRIGUES DE ALMEIDA - LTDA
30.706.347/0001-15

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
CNPJ:03563335/0001-06

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário

DATA	NÚMERO
22/10/2025	2884

Unidade Gestora: **MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO**

Reserva 1 de 1

CREDOR: **118365**
NOME: **BRUNO RODRIGUES DE ALMEIDA - LTDA** CNPJ/CPF: **30.706.347/0001-15**
ENDEREÇO: R JOAO VALERIANO DUARTE, 788
MUNICIPIO: APARECIDA DO TABOADO UF: MS

TIPO DE CRÉDITO: ESPECIAL | ESPÉCIE: OR - Ordinário | LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	902	25.01	12	365	0012	2174	3.3.90.39.17	5001001 000

RECURSOS FINANCEIROS 3.3.90.39.17 | Centro C. 003-078 | Nº Pedido | CONTRATO
ELEMENTO DE DESPESA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS 03467/25

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	2.323,16	2.186,42	136,74

Valor que se empenha conforme Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000023/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 15 - Mod. Formatada: 15 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO DAS CRECHES MUNICIPAIS, CONFORME ATA Nº 012/2025.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL
143	061.017.062	CARGA DE GÁS DE AR-CONDICIONADO - MODELO ACJ E SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS.	1	SER	eos eos	517,70	517,70
238	061.017.061	DESINSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR-CONDICIONADO MODELO ACL E SPLIT DE 22.000 A 36.000 BTUS.	1	UN	eos eos	260,20	260,20
359	061.017.058	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR-CONDICIONADO, COM COLOCAÇÃO DE SUPORTE, CANALIZAÇÃO EM COBRE COM PROTEÇÃO TÉRMICA, COM DISTÂNCIA DE NO MÍNIMO 03 METROS ATÉ 05 M, DE 7.000 A 18.000 BTUS, E INSTALAÇÃO ELÉTRICA A PARTIR DO QUADRO GERAL - MODELO ACL E SPLIT.	1	SER	eos eos	861,79	861,79
553	061.017.064	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO - TIPO ACJ (JANELA) E SPLIT DE TODAS AS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO (MS), PARA APARELHOS DE 22.000 BTUS A 36.000 MIL BTUS, COMPREENDENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DE PEÇAS, COMPONENTES OU ACESSÓRIOS DEFEITUOSOS, E DEMAIS VERIFICAÇÕES PARA O CORRETO FUNCIONADO DO APARELHO, LOGO APÓS TODAS AS VERIFICAÇÕES E AJUSTES, O APARELHO DEVERÁ SER NOVAMENTE INSTALADO, OU SEJA, DEVERÁ FICAR PRONTO PARA O USO.	2	SER	eos eos	139,60	279,20
561	061.017.068	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO - TIPO ACJ (JANELA) E SPLIT DE TODAS AS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO (MS), PARA APARELHOS DE 40.000 BTUS A 60.000 MIL BTUS, COMPREENDENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DE PEÇAS, COMPONENTES OU ACESSÓRIOS DEFEITUOSOS, E DEMAIS VERIFICAÇÕES PARA O CORRETO FUNCIONADO DO APARELHO, LOGO APÓS TODAS AS VERIFICAÇÕES E AJUSTES, O APARELHO DEVERÁ SER NOVAMENTE INSTALADO, OU SEJA, DEVERÁ FICAR PRONTO PARA O USO.	1	SER	eos eos	138,50	138,50
568	061.017.059	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO - TIPO ACJ (JANELA) E SPLIT DE TODAS AS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO (MS), PARA APARELHOS DE 7.000 BTUS A 18.000 MIL BTUS, COMPREENDENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DE PEÇAS, COMPONENTES OU ACESSÓRIOS DEFEITUOSOS, E DEMAIS VERIFICAÇÕES PARA O CORRETO FUNCIONADO DO APARELHO, LOGO APÓS TODAS AS VERIFICAÇÕES E AJUSTES, O APARELHO DEVERÁ SER NOVAMENTE INSTALADO, OU SEJA, DEVERÁ FICAR PRONTO PARA O USO.	1	SER	eos eos	129,03	129,03

PROCESSO 016/2025	LICITAÇÃO: 000023/25	**Soma/Itens:** R$ 2.186,42	**Valor Empenhado** 2.186,42

FORNECEDOR
BRUNO RODRIGUES DE ALMEIDA - LTDA
30.706.347/0001-15

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
CNPJ:03563335/0001-06

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário

DATA	NÚMERO
22/10/2025	2885

Unidade Gestora: **MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO**

Reserva 1 de 1

CREDOR: **120860**
NOME: **JOAO ADMAR CUSTODIO LOPES LTDA** CNPJ/CPF: **23.190.679/0001-24**
ENDEREÇO: OLINDA PIRES DE ALMEIDA
MUNICIPIO: DOURADOS UF: MS

TIPO DE CRÉDITO: ESPECIAL	ESPÉCIE: OR - Ordinário	LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	865	25.01	12	306	0003	2167	3.3.90.30.07	5500000 049

RECURSOS FINANCEIROS 3.3.90.30.07	Centro C. 003-065	Nº Pedido	CONTRATO
ELEMENTO DE DESPESA GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	Merenda Escolar - CRECHE	03465/25	

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	94.451,62	83,88	94.367,74

Valor que se empenha conforme Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000041/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 13 - Mod. Formatada: 13 - FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CMEI SAO JERONIMO, CONFORME ATA Nº 016/2025.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL
19	048.012.077	ÓLEO DE SOJA - COMESTÍVEL, VEGETAL DE SOJA, PURO, REFINADO, SEM COLESTEROL, RICO EM VITAMINA E, EMBALAGEM PLÁSTICA (TIPPO PET) COM 900 ML. A ROTULAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCAI, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, Nº DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 120 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	12	UN	coamo	6,99	83,88

PROCESSO 014/2025	LICITAÇÃO: 000041/25	**Soma/Itens:** R$ 83,88	**Valor Empenhado** 83,88

FORNECEDOR
JOAO ADMAR CUSTODIO LOPES LTDA
23.190.679/0001-24

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APARECIDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
R MARCOLINO TEIXEIRA DE QUEIROZ , 844
CNPJ:14.779.187/0001-88

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário

DATA	NÚMERO
22/10/2025	906

Unidade Gestora: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APARECIDA**

Reserva 1 de 1

CREDOR: **111886**
NOME: **MENEZES E SILVA PANIFICADORA LTDA** CNPJ/CPF: **15.040.999/0001-70**
ENDEREÇO: AV SAO CRISTOVAO, 1.743
MUNICIPIO: APARECIDA DO TABOADO UF: MS

TIPO DE CRÉDITO: ORÇAMENTÁRIO	ESPÉCIE: OR - Ordinário	LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	504	13.02	08	244	0006	2044	3.3.90.30.07	5000000 000

RECURSOS FINANCEIROS 3.3.90.30.07	Centro C. 002-003	Nº Pedido	CONTRATO
ELEMENTO DE DESPESA GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	CRAS	00723/25	

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	1.336,21	137,23	1.198,98

Valor que se empenha conforme Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000010/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 9 - Mod. Formatada: 9 - AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO (TIPO LANCHE RÁPIDO/COFFE BREAK), PARA SERVIR NA CARRETA DA BELEZA, NOS DIAS 22 A 25/10, CONFORME ATA Nº 09/2025.

FONTE 1500 CC 25.138-0

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL
25	048.010.012	MORTADELA FATIADA – PRIMEIRA QUALIDADE.	1	KG	PERDIGÃO - SEARA	20,90	20,90
28	048.010.013	MUSSARELA FATIADA – PRIMEIRA QUALIDADE.	1	KG	PALADAR	48,45	48,45
38	048.010.015	PRESUNTO - Cozido sem capa de gordura - fatiado	1	KG	REZENDE	26,60	26,60
42	048.010.004	REFRIGERANTE A BASE DE COLA - EMBALAGEM PET DE 2 LITROS DE PRIMEIRA QUALIDADE.	4	UN	ROLLER E COCA COLA	10,32	41,28

PROCESSO 010/2025	LICITAÇÃO: 000010/25	**Soma/Itens:** R$ 137,23	**Valor Empenhado** 137,23

FORNECEDOR
MENEZES E SILVA PANIFICADORA LTDA
15.040.999/0001-70

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APARECIDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
R MARCOLINO TEIXEIRA DE QUEIROZ , 844
CNPJ:14.779.187/0001-88

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário	
DATA	NÚMERO
22/10/2025	907

Unidade Gestora: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APARECIDA**

Reserva 1 de 1

CREDOR: **111886**
NOME: **MENEZES E SILVA PANIFICADORA LTDA** CNPJ/CPF: **15.040.999/0001-70**
ENDEREÇO: AV SAO CRISTOVAO, 1.743
MUNICIPIO: APARECIDA DO TABOADO UF: MS

TIPO DE CRÉDITO: ORÇAMENTÁRIO	ESPÉCIE: OR - Ordinário	LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	504	13.02	08	244	0006	2044	3.3.90.30.07	5000000 000

RECURSOS FINANCEIROS 3.3.90.30.07	Centro C. 002-003	Nº Pedido	CONTRATO
ELEMENTO DE DESPESA GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	CRAS	00721/25	

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	1.198,98	187,63	1.011,35

Valor que se empenha conforme Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000010/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 9 - Mod. Formatada: 9 - AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO (TIPO LANCHE RÁPIDO/COFFE BREAK), PARA O CRASDURANTE O MES DE OUTUBRO, CONFORME ATA Nº 09/2025.

FONTE 1500 CC 25.138-0

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL
28	048.010.013	MUSSARELA FATIADA – PRIMEIRA QUALIDADE.	3	KG	PALADAR	48,45	121,13
38	048.010.015	PRESUNTO - Cozido sem capa de gordura - fatiado	3	KG	REZENDE	26,60	66,50

PROCESSO 010/2025	LICITAÇÃO: 000010/25	**Soma/Itens:** R$ 187,63	**Valor Empenhado** 187,63

FORNECEDOR
MENEZES E SILVA PANIFICADORA LTDA
15.040.999/0001-70

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APARECIDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
R MARCOLINO TEIXEIRA DE QUEIROZ , 844
CNPJ:14.779.187/0001-88

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário

DATA	NÚMERO
22/10/2025	908

Unidade Gestora: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APARECIDA**

Reserva 1 de 1

CREDOR: **119674**
NOME: **MAYKON ALMEIDA BRITO DOS SANTOS LTDA** CNPJ/CPF: **55.456.920/0001-00**
ENDEREÇO: AV DA SAUDADE, 2.026
MUNICIPIO: APARECIDA DO TABOADO UF: MS

TIPO DE CRÉDITO: ORÇAMENTÁRIO	ESPÉCIE: OR - Ordinário	LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	504	13.02	08	244	0006	2044	3.3.90.30.07	5000000 000

RECURSOS FINANCEIROS 3.3.90.30.07 ELEMENTO DE DESPESA GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	Centro C. 002-003 CRAS	Nº Pedido 00722/25	CONTRATO

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
	1.011,35	159,96	851,39

Valor que se empenha conforme Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000010/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 9 - Mod. Formatada: 9 - AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO (TIPO LANCHE RÁPIDO/COFFE BREAK), PARA SERVIR NA CARRETA DA BELEZA, NOS DIAS 22 A 25/10, CONFORME ATA Nº 09/2025.

FONTE 1500 CC 25.138-0

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL
2	048.010.025	BISCOITO DE POLVILHO ASSADO - TIPO CASEIRO	2	KG	PROPRIA	30,60	61,20
32	048.005.009	PÃO DE QUEIJO – APROX. 20 GRAMAS CADA.	2	KG.	PROPRIA	32,00	64,00
50	048.010.005	REFRIGERANTE A BASE DE LARANJA - EMBALAGEM PET DE 2 LITROS DE PRIMEIRA QUALIDADE.	4	UN	Fanta	8,69	34,76

PROCESSO 010/2025	LICITAÇÃO: 000010/25	**Soma/Itens:** R$ 159,96	**Valor Empenhado** 159,96

FORNECEDOR
MAYKON ALMEIDA BRITO DOS SANTOS LTDA
55.456.920/0001-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 057/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 180/2025

Código Registro TCE: 887375EC802159D4816C53C7FE2BC932B74FCF1F

O MUNICIPIO DE BATAGUASSU, Estado de Mato Grosso do Sul, através do Setor de Licitação e Compras, por intermédio da Prefeita Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta na modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da legislação pertinente.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes e itens correlatos, para suprir as necessidades das Secretarias e dos Fundos do Município de Bataguassu/MS, de acordo com as condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

MODO DE DISPUTA: Aberto

CRITÉRIO: Menor preço por lote

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 06 de novembro de 2025.

HORA DA ABERTURA DA SESSÃO: às 09h00min (Brasília)

RETIRADA DO EDITAL: Setor de Licitação e Compras, localizada na Av. Aquidauana, n° 1001, Centro, Bataguassu, podendo ser adquirido pelo site: https://www.bataguassu.ms.gov.br/ ou https://licitanet.com.br/.

Bataguassu – MS, 22 de outubro de 2025.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Matéria enviada por Tamara Soares Cazuza

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 054/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 173/2025

Código Registro TCE: FE7C65E7611BF95FF4D9946291DBCCC1FE6A365D

O MUNICIPIO DE BATAGUASSU, Estado de Mato Grosso do Sul, através do Setor de Licitação e Compras, por intermédio da Secretária Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta na modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da legislação pertinente.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos para o Centro de Hemodiálise do Município, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bataguassu/MS, de acordo com as condições, quantidades e especificações constantes no edital, no termo de referência e seus anexos.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

MODO DE DISPUTA: Aberto

CRITÉRIO: Menor preço por item

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 06 de novembro de 2025.

HORA DA ABERTURA DA SESSÃO: às 09h00min (Brasília)

RETIRADA DO EDITAL: Setor de Licitação e Compras, localizada na Av. Aquidauana, n° 1001, Centro, Bataguassu, podendo ser adquirido pelo site: https://www.bataguassu.ms.gov.br/ ou https://licitanet.com.br/.

Bataguassu – MS, 22 de outubro de 2025.

Aline da Silva Cauneto

Secretária Municipal de Saúde

Matéria enviada por Tamara Soares Cazuza

Secretaria de Administração e Fazenda

RESCISÃO DO CONTRATO N° 327/2025 SEMEC

CONTRATANTES: O **MUNICÍPIO DE BATAGUASSU**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Avenida Aquidauana, nº 1001, Centro, nesta cidade de Bataguassu – Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.576.220/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal **Sra. Wanderleia Caravina,** doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado **Sra. Flávia de Souza Palansi,** portadora do RG Nº 48.892.909-X SSP/SP e CPF Nº 412.598.618-56, residente e domiciliada à Rua José Vicente Vitiriti, nº 109, Centro, neste Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato denominado de **CONTRATADA**, têm justos e contratados entre si o que adiante segue:

DO OBJETO: Rescisão Unilateral do Contrato nº 327/2025, a patir de 20 de outubro de 2025.

DA JUSTIFICATIVA: A presente rescisão tem fundamento na Cláusula 3ª, item 3.1, item V do contrato.

Bataguassu/MS, 20 de outubro de 2025

Wanderléia Caravina

Prefeita Municipal

Matéria enviada por ANA XIMENES

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2025

Código Registro TCE: 145A4E3C8163C5CB1424F52AD569395AE4E5C963

Com base nas informações constantes no **Processo Administrativo n° 150/2025,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 043/2025**, que versa sobre: **Aquisição de microscópios e centrífugas laboratoriais, visando atender às necessidades do Laboratório de Análises Clínicas Municipal e do Pronto-Socorro Municipal de Bataguassu/MS,** pelo período de **03 (três) meses**. Considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos do art.71, inciso IV, da Lei Federal n º 14.133/2021, em sua atual redação **ADJUDICO** os objetos em nome da empresas:

TAURUS BIOTEC LTDA, CNPJ n° **42.599.771/0001-97**, vencendo o item **01 (Exclusivo ME/EPP)** perfazendo o valor de **R$18.579,88 (dezoito mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos)**.

Perfaz por sua vez o valor total da licitação o montante de R$18.579,88 (dezoito mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Publique-se.

Bataguassu/MS, 22 de outubro de 2025**.**

_____

ALINE DA SILVA CAUNETO

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 001/2025

Matéria enviada por Valdemir Silvério Botelho de Oliveira

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 024

Código de Registro TCE: E5AC907955F0A7BA9DBD8DA0E604F4D78B6F8C64

O **Fundo Municipal de Saúde de Bataguassu**, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede Avenida Aquidauana, nº 1001, Centro, Bataguassu/MS, na cidade de Bataguassu-MS, inscrito no **CNPJ sob o nº 10.836.939/0001-44**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. **ALINE DA SILVA CAUNETO**, nomeada pelo Decreto nº 001 de 02 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do município de 03 de janeiro de 2025, portadora da matricula funcional nº 117670-1, considerando o julgamento da licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade de **Pregão**, na **forma Eletrônica nº 032/2025**, publicada no Diário Oficial do Município e PNCP de 21/08/2025, **Processo Administrativo nº 130/2025,** RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 72/2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de perícias médicas a ser realizado por uma junta médica, composta por 03 (três) médicos, sendo 01 (um) médico do trabalho e 02 (dois) com especialização em perícia médica, para atender os servidores do Município de Bataguassu-MS, de acordo com as condições, quantidades, especificações e exigências constantes neste Edital e seu anexos, do Pregão Eletrônico nº 032/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

SOUL GESTAO DE NEGOCIOS LTDA CNPJ: 24.327.852/0001-56 Rua: Poço Branco, nº 2002, Bairro: Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, CEP: 59.152-280 Telefone: (84) 99930-2080 E-mail: contratos@egagestao.com Representante Legal: Édipo Gladston Amâncio da Silveira					
Item	*Descrição do Produto*	*UNID.*	*Quant.*	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

01	Registro de preços para prestação de serviços de perícias médicas a ser realizada por Junta Médica, composta por 03 profissionais médicos. Perícia Médica Individual, para efeitos de admissão, retorno ao trabalho, concessão e suspensão de licenças médicas ou benefícios, redução de carga horária, readaptações, e outras modalidades que necessite de avaliação médica, com emissão de Laudo Médico Oficial, conforme descrição anexa ao processo, nos termos da Lei Municipal.	*SERVIÇO*	*1.260*	*R$996,00*	*R$1.254.960,00*
TOTAL DO PROPONENTE			**R$1.254.960,00**		

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde de Bataguassu.
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme disposto no § 3º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.
4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP ou no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP ou no Portal da Transparência do órgão e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados

sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.2.2. Entre os participantes de processo de compra centralizada.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor

não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades.
10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
10.2.1. Advertência;
10.2.2. Multa;
10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
10.3.2. As peculiaridades do caso concreto
10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
10.4.1. Para as infrações previstas nos itens do Edital 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
10.4.2. Para as infrações previstas nos itens do Edital 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens do Edital 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens do Edital 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
10.9. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.10. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.11. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Bataguassu/MS, 21 de outubro de 2025.

ALINE DA SILVA CAUNETO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto 001/2025

SOUL GESTAO DE NEGOCIOS LTDA
CNPJ: 24.327.852/0001-56

Matéria enviada por Luciane de Lima Silva

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2025

Código Registro TCE: F91018FD273BBE551BCE4FCD233D35858F5C7FE1

Com base nas informações constantes no **Processo Administrativo n° 148/2025**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 041/2025**, que versa sobre: **Contratação de empresa especializada para a Locação e Licenciamento de Uso de Software de Gestão da Saúde, na Plataforma e-SUS PEC, do Ministério da Saúde do Governo Federal, compreendendo serviços de instalação, implantação, conversão, unificação de base de dados, manutenção, treinamento e capacitação, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS**, pelo período de **12 (doze) meses**. Considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos do art.71, inciso IV, da Lei Federal n º 14.133/2021, em sua atual redação **HOMOLOGO** o procedimento licitatório e o objeto em nome da empresas:

NEXUS COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n° **57.960.196/0001-83**, vencendo o lote **01 (Ampla Concorrência)** perfazendo o valor de **R$235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais)**.

Perfaz por sua vez o valor total da licitação o montante de R$235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais).

Publique-se.

Bataguassu/MS, 22 de outubro de 2025**.**

ALINE DA SILVA CAUNETO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 001/2025

Matéria enviada por Valdemir Silvério Botelho de Oliveira

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2025

Código Registro TCE: F91018FD273BBE551BCE4FCD233D35858F5C7FE1

Com base nas informações constantes no **Processo Administrativo n° 148/2025,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 041/2025**, que versa sobre: **Contratação de empresa especializada para a Locação e Licenciamento de Uso de Software de Gestão da Saúde, na Plataforma e-SUS PEC, do Ministério da Saúde do Governo Federal, compreendendo serviços de instalação, implantação, conversão, unificação de base de dados, manutenção, treinamento e capacitação, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS,** pelo período de **12 (doze) meses**. Considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos do art.71, inciso IV, da Lei Federal n º 14.133/2021, em sua atual redação **ADJUDICO** os objetos em nome da empresas:

NEXUS COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n° **57.960.196/0001-83**, vencendo o lote **01 (Ampla Concorrência)** perfazendo o valor de **R$235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais)**.

Perfaz por sua vez o valor total da licitação o montante de R$235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais).

Publique-se.

Bataguassu/MS, 22 de outubro de 2025**.**

ALINE DA SILVA CAUNETO
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 001/2025

Matéria enviada por Valdemir Silvério Botelho de Oliveira

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2025

Código Registro TCE: 145A4E3C8163C5CB1424F52AD569395AE4E5C963

Com base nas informações constantes no **Processo Administrativo n° 150/2025,** referente ao **Pregão Eletrônico nº 043/2025**, que versa sobre: **Aquisição de microscópios e centrífugas laboratoriais, visando atender às necessidades do Laboratório de Análises Clínicas Municipal e do Pronto-Socorro Municipal de Bataguassu/MS,** pelo período de **03 (três) meses**. Considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos do art.71, inciso IV, da Lei Federal n º 14.133/2021, em sua atual redação **HOMOLOGO** o procedimento licitatório e o objeto em nome da empresas:

TAURUS BIOTEC LTDA, CNPJ n° **42.599.771/0001-97**, vencendo o item **01 (Exclusivo ME/EPP)** perfazendo o valor de **R$18.579,88 (dezoito mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos)**.

Perfaz por sua vez o valor total da licitação o montante de R$18.579,88 (dezoito mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Publique-se.

Bataguassu/MS, 22 de outubro de 2025**.**

_____

ALINE DA SILVA CAUNETO

Secretária Municipal de Saúde

Decreto nº 001/2025

Matéria enviada por Valdemir Silvério Botelho de Oliveira

PORTARIA Nº 647/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

"EXONERA, DO QUADRO EFETIVO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Wanderleia Caravina, Prefeita do Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e, em especial o que dispõe artigo 45 da Lei Complementar n. 691/1991 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bataguassu-MS.

R E S O L V E:

Artigo 1º Exonerar, a pedido, do quadro efetivo da Administração Pública Municipal, a servidora Ivone Primo Businaro, portadora do RG nº 15193815 SSP/SP, com cadastro no CPF sob o nº 814.843.561-87, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº 12033-1, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude da Aposentadoria por Idade (Espécie 41), concedida pelo INSS **(Instituto Nacional do Seguro Social)**, a partir de 21/10/2025.

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 21 de Outubro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 21 de Outubro de 2025.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araujo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

"NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATO

Código Registro TCE: 695351117EB341DC3F72D2B8CAA7C21954FA3C1C

A **PREFEITA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal, suplente e gestor do contrato descrito no artigo 2º. conforme abaixo:

	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
SERVIDOR	Cibeli Regina Ramos	Gustavo Fonseca Pereira	Ronaldo de Souza Marcílio
CARGO	Coordenadoria de Vida Animal	Chefe de Núcleo de apoio ao Produtor Rural	Gerente de Gestão de Contratos
MATRÍCULA	15954-1	117681-1	11029-4
VÍNCULO	Efetivo	Comissionado	Efetivo
SECRETARIA	SAÚDE	SAÚDE	Administração e Finanças

Art. 2º A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito do contrato abaixo referenciada:

Nº DOS CONTRATOS	208, 209 e 210/2025
OBJETO	Aquisição de implementos agrícolas (distribuidor de calcário e adubo, grade aradora e roçadeira hidráulica), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Bataguassu/MS, com recursos provenientes do Convênio nº 920502/2021, firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus anexos

CONTRATADO, CNPJ DO CONTRATADO	LUZERNA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 55.993.229/0001-66 PRIMUM COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS LTDA, CNPJ: 59.632.632/0001-10 AGRIMAQ COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 22.825.872/0001-21
VIGÊNCIA	03 (três) meses
VALOR TOTAL	R$ 74.100,00 (setenta e quatro mil e cem reais).

Art. 3º Os integrantes da equipe de fiscalização deverão ter ciência expressa desta indicação.

Parágrafo único. Qualquer incompatibilidade ou conflito de atribuições deve ser comunicado de imediato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 22 de Outubro de 2025.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araújo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

PORTARIA Nº 651/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

"NOMEIA FISCAL E GESTOR DE ATA"

Código Registro TCE: 446F452B4D594F2C46D2E936DD2DAD7C73AD11A5

A **PREFEITA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal, suplente e gestor de ata descrita no artigo 2º. conforme abaixo:

	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
SERVIDOR	**Samantha Silva Cruz Tessari**	**Lucilia Melucci**	**Murilo Soares de Oliveira**
CARGO	Enfermeira – PSF/PACS	Recepcionista	Assistente de Administração
MATRÍCULA	116650	116348	117810
VÍNCULO	Efetivo	Efetivo	Efetivo
SECRETARIA	**Saúde**	**Saúde**	**Administração e Finanças**

Art. 2º A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito da ata abaixo referenciada:

Nº DE ATA	024/2025
OBJETO	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de perícias médicas a ser realizado por uma junta médica, composta por 03 (três) médicos, sendo 01 (um) médico do trabalho e 02 (dois) com especialização em perícia médica, para atender os servidores do Município de Bataguassu-MS.
CONTRATADOS, CNPJ DO CONTRATADO	**SOUL GESTAO DE NEGOCIOS LTDA**, CNPJ n° **24.327.852/0001-56**
VIGÊNCIA	12 meses.
VALOR TOTAL	R$ 1.254.960,00 (um milhão duzentos e cinquenta e quatro mil novecentos e sessenta reais).

Art. 3º Os integrantes da equipe de fiscalização deverão ter ciência expressa desta indicação.

Parágrafo único. Qualquer incompatibilidade ou conflito de atribuições deve ser comunicado de imediato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 21 de Outubro de 2025.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araújo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

PORTARIA Nº 650/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

"**Dispõe sobre concessão de férias remanescentes à servidora que menciona e dá outras providências"**

Wanderleia Caravina, Prefeita do Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando as disposições constantes no Ofício SEMEC nº 1050/2025 de iniciativa da Secretária Municipal de Educação e Cultura,

R E S O L V E:

Artigo 1º Conceder 09 (nove) dias de férias à servidora Luciane Alves da Conceição Costa, Matrícula Funcional nº 116815, efetiva no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (CEI Vilma Martins e Souza), a ser usufruída com início em 21/10/2025 e término em 29/10/2025.

Parágrafo Único Os dias remanescentes das férias, ora concedida, refere-se ao período aquisitivo compreendido entre 04/02/2024 a 03/02/2025, com período de gozo previsto para 02/01/2025 a 31/01/2025 (Portaria nº 449/2024), não usufruída no período total, conforme Ofício SEMEC nº 1050/2025 e documento anexo ao mesmo.

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a conta de 21 de Outubro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 21 de Outubro de 2025.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araújo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

PORTARIA Nº 649/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

"NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATO"

Código Registro TCE: 8DFA5BB82196A544C6312A1F340ECC60BAD2804B

A **PREFEITA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal, suplente e gestor do contrato descrito no artigo 2º. conforme abaixo:

	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
SERVIDOR	Gustavo Hiroyuki Akashi	Vivian Gurke Waldow	Ronaldo de Souza Marcílio
CARGO	Gerente de Fiscalização de Obras	Assistente Administrativo	Gerente de Gestão de Contratos
MATRÍCULA	116638-2	117411-1	11029-4
VÍNCULO	Efetivo	Efetiva	Efetivo
SECRETARIA	Administração e Finanças	Administração e Finanças	Administração e Finanças

Art. 2º A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito do contrato abaixo referenciada:

Nº DO CONTRATO	206
OBJETO	Contratação de emergencial de empresa de engenharia especializada para recuperação de talude e execução de tubulação de 200mm para fornecer água para roda d'água, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, Memorial Descritivo e demais anexos.
CONTRATADO, CNPJ DO CONTRATADO	CONSTRUTORA SOUZA LTDA, CNPJ: 20.065.754/0001-37
VIGÊNCIA	02 (dois) meses
VALOR TOTAL	R$36.450,00 (trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Art. 3º Os integrantes da equipe de fiscalização deverão ter ciência expressa desta indicação.

Parágrafo único. Qualquer incompatibilidade ou conflito de atribuições deve ser comunicado de imediato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 21 de Outubro de 2025.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araújo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

PORTARIA Nº 648/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

"**Dispõe sobre interrupção de férias da servidora que menciona e dá outras providências"**

Wanderleia Caravina, Prefeita do Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando as disposições constantes no Ofício nº 1053/2025-SEMSA de iniciativa da Secretária Municipal de Saúde,

R E S O L V E:

Artigo 1º Interromper, a contar de 16 de Outubro/2025, as férias a favor da servidora Paula Roberta Jordão Lanutti, concedida através da Portaria nº 585/2025, servidora efetiva junto à Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Técnica de Enfermagem (Pronto Socorro Municipal), que seria usufruído com início em 01/10/2025 e término em 30/10/2025,

referente ao período aquisitivo compreendido entre 15/03/2022 a 14/03/2023.

Parágrafo Único O período remanescente das férias, ora interrompida, será usufruído oportunamente, a pedido da servidora.

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a conta de 16 de Outubro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 21 de Outubro de 2025.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araújo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

PORTARIA Nº 635/2025 DE 14 DE OUTUBRO DE 2025

"Dispõe sobre concessão de Férias aos servidores mencionados e dá outras providências."

Wanderleia Caravina, Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 111 da Lei 691/91,

R E S O L V E:

Artigo 1º Conceder Férias aos servidores abaixo mencionados, pertencentes ao quadro da Administração Pública Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com os períodos descritos:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Alice Cabral Uchoa Fernandes	14/07/24 a 13/07/25	03/11/25 a 02/12/25
Aline Aparecida Miguel da Silva	03/08/24 a 02/08/25	17/11/25 a 16/12/25
Amanda Maria Sseles da Silva	22/08/24 a 21/08/25	17/11/25 a 16/12/25
Ana Paula Claro de Faria Ribeiro	03/07/23 a 02/07/24	03/11/25 a 02/12/25
Carolina Batista Lemos	25/12/23 a 24/12/24	10/11/25 a 09/12/25
Eliane da Silva Lima	01/08/24 a 31/07/25	03/11/25 a 02/12/25
Luciana de Alencar Nicolau	01/08/24 a 31/07/25	03/11/25 a 02/12/25
Marcia Regina Aiko Saito Nagaishi	04/06/23 a 03/06/24	03/11/25 a 02/12/25
Marcia Vitiritti Ferreira	05/04/24 a 04/04/25	03/11/25 a 02/12/25
Maria Lucia da Silva Siqueira	01/03/23 a 29/02/24	03/11/25 a 02/12/25
Pedro Paulo Alves Costa	16/04/22 a 15/04/23	03/11/25 a 02/12/25
Roberto Yukio Nagaishi	04/06/23 a 03/06/24	03/11/25 a 02/12/25
Thiago Inguarda de Arruda	18/01/23 a 17/01/24	17/11/25 a 16/12/25
Thompson de Souza Popovits	03/02/24 a 02/02/25	17/11/25 a 16/12/25
Vanusa Maria Lima Nascimento	07/01/22 a 06/11/23	03/11/25 a 02/12/25

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 14 de outubro de 2025.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araujo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

PORTARIA Nº 646/2025 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

"Concede gratificação sobre os vencimentos da servidora pertencente ao Quadro Funcional da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências."

WANDERLEIA CARAVINA, Prefeita do Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.441/2017, e

Considerando as disposições constantes no Ofício nº 999/2025-SEMSA, de inciativa da Secretária Municipal de Saúde,

R E S O L V E:

Artigo 1º Conceder gratificação sobre os vencimentos da servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro Funcional da Secretaria Municipal de Saúde, efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem(ESF Rita Guardini), em conformidade com a Lei nº 2.441/2017.

Servidor	Gratificação (%)
Milene Alexandre Gorre	15%

Artigo 2º Esta Portaria entrará na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01 de Outubro de 20225, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 20 de Outubro de 2025.

Wanderleia Caravina
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araujo
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

Secretaria Municipal de Educação

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 009/2025 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE DIRETOR NO MUNICÍPIO DE BATAGUASSU-MS

A Prefeitura Municipal de Bataguassu, Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público **a RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE PROVAS E TÍTULOS** para o preenchimento dos cargos de Diretor Escolar e Diretor Adjunto, das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Bataguassu-MS.

ONDE SE LÊ:

11.6 A apresentação será realizada no dia 27/11/2025 ás 09h00min (horário de Brasília) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, situada na Rua Anaurilândia, n° 543, centro.

LEIA-SE:

11.6 A apresentação será realizada no dia **26/11/2025** às 09h00min (horário de Brasília) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, situada na Rua Anaurilândia, n° 543, centro.

Bataguassu - MS, 22 de outubro de 2025

Nilza Costa Souza Primo
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 006/2025 de 02/01/2025

Matéria enviada por Alcenir Rodrigues de Lima

PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO LEI Nº 1.405/2025

TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 1.405, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025 EFETUADA NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2025.

A Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento do Município de Batayporã, para conhecimento público, e dos interessados, torna sem efeito a publicação da Lei nº 1.405, de 17 de outubro de 2025, veiculada no dia 20 de outubro de 2025, à página 63, Edição nº 3951 do Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul.

Batayporã-MS, 22 de outubro de 2025.

Gabriel Boffo da Rocha

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por Márcia Regina da Silva Paião Maran

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 036/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO P.S.S 002/2025

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Saúde, Estado de Mato Grosso de Sul, no uso e gozo de suas atribuições e nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, com fundamento na Lei Complementar nº 55/2021, pelo interesse público de preservação do direito e acesso a saúde**,** tornam público para o conhecimento dos interessados, **A RECLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO(A) APROVADO(A) NO P.S.S 002/2025**:

Art 1° - Fica reconduzido ao final da lista de classificação em uma única vez, a candidata **Juliana Dias Paião de Souza**, aprovado em 18 lugar para o cargo de **Recepcionista**, conforme disposto no item 9.2 do edital de abertura nº 001/2025, passando assim para a colocação 74.

Art 2º - Fica convocado (a) o(a) candidato(a) infracitado(a) no Anexo I deste edital aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado N° 002/2025 a comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos – RH situado no Paço Municipal do município de Batayporã - MS entre os dias **22/10/2025 a 29/10/2025**, munido(a) das seguintes documentações abaixo (ficando a critério do RH a exigência de outros documentos, não solicitados abaixo):

I – **Cópia** dos seguintes **documentos**:

RG;

CPF;

Título de Eleitor;

Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior, para o cargo de Motorista Classe "B"

PIS/PASEP;

Carteira de trabalho e previdência social – CTPS (cópia das páginas da foto e frente e verso);

Certidão de nascimento ou casamento;

Certidão de nascimento e cpf dos filhos, quando dependente;

Comprovante de quitação com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino (Reservista);

Comprovante de residência;

Dados bancários de uma agência do Banco do Brasil;

Comprovante de escolaridade para o cargo pretendido;

Carteira de registro junto ao conselho, quando necessário;

Certidão de quitação junto ao conselho, quando necessário;

II – Certidão de quitação eleitoral;

III – Declaração de acúmulo ou não de cargo ou função pública;

IV – Declaração de bens e valores;

V – Certidão de antecedentes criminais estadual emitida pelo Tribunal De Justiça de Mato Grosso do Sul – TJMS (site www.tjms.jus.br);

VI – Certidão de antecedentes criminais federal emitida pela Polícia Federal (https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/);

VII – Declaração de Informações Pessoais que contenha as seguintes informações:

Telefone;

Fator Sanguíneo (tipo de sangue);

e-mail;

VIII – Atestado de Saúde Ocupacional, emitido pelo Médico do Trabalho, comprovando que o candidato se encontra em perfeitas condições de saúde física e mental para o exercício das atividades;

IX – Declaração de não ter sofrido penalidade no exercício da função pública;

X - Auto declaração Étnico-Racial;

XI - Certidão de antecedentes criminais emitida pela Polícia Civil (http://antecedentes.sejusp.ms.gov.br);

Art. 3° - O(a) candidato(a) que não cumprir o estabelecido no Edital de abertura do P.S.S n° 002/2025 em conjunto com o art. 1° deste Edital será declarado(a) desclassificado(a) e perderá automaticamente seu direito de contratação.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Batayporã-MS, 22 de outubro de 2025.

_____

GERMINO DA ROZ SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO I

RECEPCIONISTA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
19	ADRIANA RAMOS RODRIGUES BOTELHO DOS SANTOS

_____

GERMINO DA ROZ SILVA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Diele Torres da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Lei nº. 1.405, de 17 de outubro de 2025.

"Incluí o parágrafo quarto no artigo 4º da Lei 1.336, de 23 de outubro de 2023."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BATAYPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso e gozo de suas atribuições legais,

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou o Projeto de Lei de autoria e iniciativa da MESA DIRETORA e o Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º. A Lei nº 1.336, de 23 de outubro de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte § 4º ao art. 4º:

"Art. 4º - .....

. . . . . .

§4º. O valor da diária será destinado para arcar com as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção e demais gastos; ressalvada as despesas com passagem aérea.

. . . . . ."

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

Batayporã-MS, 17 de outubro de 2025.

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal

Publicado e afixado na forma da Lei.

Gabriel Boffo da Rocha

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por Márcia Regina da Silva Paião Maran

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 012/2025

CREDENCIAMENTO Nº 003/2025 INEXIGIBILIDADE N° 032/2025

CÓDIGO DE REGISTRO TCE: 37E7F14B872CFFA552D3160D5D5E00917D8CFA17

DAS PARTES: O MUNICIPIO DE BATAYPORÃ/MS através da SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa credenciada **ZUCOLOTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,** inscrita no CNPJ. Nº 07.133.445/0001-99. **DO OBJETO:** Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços em especialidades médicas (consultas médicas) para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Batayporã/MS, conforme solicitação da SMS de Batayporã/MS, através do Processo SIGA Nº BA-ADM-2025/05632, processo administrativo nº 131/2025, nos termos e condições especificados nos estudos técnicos preliminares e termo de referência/projeto básico.

DOS RECURSOS:

Gestão da Atenção Especializada (2029) – 3.3.90.39.00.00.00.00.

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA –1.500.1002(30/2025).

3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA –1.621.0000. (30/2025), 3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA – 1.600.0000. (30/2025).

VALOR: O valor é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CREDENCIADO dependerão dos quantitativos efetivamente executados. Deverá observar a descrição e os valores do objeto, conforme tabela abaixo:

Nº	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	CONSULTAS COM OTORRINOLARINGOLOGISTA, devendo ter o profissional, registro no CRM e título de especialista em otorrinolaringologia (RQE), realizadas em local indicado pelo profissional licitante, ainda ficando responsável de informar datas e horários disponíveis para agendamento a serem definidos mensalmente por cronograma realizado por responsável da secretaria municipal de saúde de acordo com as demandas. Com retorno incluso em 15 dias, caso haja necessidade.	SERVIÇO	240	178,51	42.842,40
				VALOR TOTAL	42.842,40

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: Mayra Jamila Mourão Michelini– Portaria n°146/2025. **VIGÊNCIA**: O Termo de Credenciamento celebrado com a empresa CREDENCIADA, terá a duração de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, nos termos do art. 105 da Lei Federal n.° 14.133/2021. DATA: 17 de outubro de 2025. **GERMINO DA ROZ SILVA** – **Prefeito Municipal**. **LETÍCIA RODRIGUES SANCHES - Secretária Municipal de Saúde.**

Matéria enviada por Lorena Alves dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 007/2025

Publicada no Diário Oficial Assomasul no dia 21 de outubro de 2025, edição n° 3952, página 054.

ONDE SE LÊ: EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 007/2025

LEIA-SE: EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 009/2025

Matéria enviada por Lorena Alves dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 031/2025

O Prefeito Municipal de Batayporã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, do art. 71, da Lei Federal n° 14.133/21, processada a Dispensa Eletrônica em epígrafe, dentro das normas de legislação em vigor e após as devidas informações fornecidas pelo Agente de Contratação, bem como da Ata da Sessão e demais documentos que compõem o Processo n° 164/2025, que tem por objeto Aquisição de cal para pintura e de compensados, destinados à execução da pintura dos meios-fios em vias e logradouros públicos, bem como à confecção de enfeites natalinos, a fim de atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Pública de Batayporã –MS, tal aquisição se dará, conforme condições, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no TR e seus anexos, através da solicitação da SEINFRA, **Processo SIGA Nº BA-ADM-2025/06889, processo administrativo n° 164/2025,** resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o processo licitatório, para que dele provenham seus efeitos legais, em favor da(s) proponente(s) conforme segue: **PAMPA AGROVETERINARIA LTDA**, CNPJ n° 37.564.523/0001-70, com os lotes: 1, 2, 3 e 4 no valor total de R$ 15.964,78 (quinze mil e novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

Batayporã - MS, 22 de outubro de 2025.

GERMINO DA ROZ SILVA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por IZABELI MORAES GONÇALVES PEREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DE CORREÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 045/2025

Código do registro no TCE/MSB21728F077FCCDE5800E77D27BB74ECECFC00009.

DAS PARTES

O MUNICIPIO DE BATAYPORÃ-MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 03.505.013/0001-00 através das Secretaria: **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (S.E.C.E.L), Secretaria Municipal de Saúde (S.M.S.), Secretaria Municipal de Assistência Social (S.M.A.S.), Secretaria Municipal de Infraestrutura Publica (S.E.I.N.F.R.A.), Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo (S.A.D.E.M.A.T.)** e as empresa: **LOPES & PEREIRA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.696.372/0001-03, **VEAR TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.704.834/0001-16, **VITOR RENAN DALEFFE DA SILVA**, inscrita no CNPJ nº 44.739.728/0001-05, **VIDROSUL VIDRACARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 00.916.866/0001-47.

DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição com instalação de vidros, espelhos e demais itens de vidraçaria

para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (S.E.C.E.L), Secretaria Municipal de Saúde (S.M.S.), Secretaria Municipal de Assistência Social (S.M.A.S.), Secretaria Municipal de Infraestrutura Publica (S.E.I.N.F.R.A.), Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo (S.A.D.E.M.A.T. do município de Batayporã-MS, conforme processo unificado, através do Processo SIGA Nº BA-ADM-2025/05689, processo administrativo n° 141/2025

DOS PREÇOS REGISTRADOS.

O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 061/2025, a saber:

VITOR RENAN DALEFFE DA SILVA						
Item	**Descrição do material**	**Marca do Produto**	**Un. Med.**	**Qte. Cotada**	**Preço Unitário**	**Preço Total**
01	BOTAO SUPORTE PARA ESPELHOS, CROMADO. MATERIAL PLASTICO, ABS: ACABAMENTO CROMADO, CAPACIDADE ATE 10KG, ESPESSURA: ESPELHOS ATE 6MM, CONTENDO BUCHAS E PARAFUSOS COMPATIVEIS.	DIVERSOS	UNID	54	R$ 3,45	R$ 186,30
04	MOLAS HIDRAULICAS AEREAS, PARA PORTAS PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO DE 8MM E 10MM, CAPACIDADE ATE 90KG E COM REGULAGEM DE FECHAMENTO, PARA PORTAS INTERNAS E EXTERNAS, CONTENDO SUPORTE E TODO KIT PARA SUA MONTAGEM. INSTALACAO INCLUSA	SOPRANO	UNID	19	R$ 365,00	R$ 6.935,00
06	PRENDENDOR FIXADOR TRAVA PORTA EM VIDRO BLINDEX, DE 8MM ATE 10MM INSTALACAO INCLUSA	METAL FLECK	UNID	29	R$ 48,00	R$ 1.392,00
07	PUXADOR REDONDO PARA PORTA DE VIDRO DE E PIVOTANTE 1 FURO. INSTALACAO INCLUSA.	METAL FLECK	UNID	29	R$ 60,00	R$ 1.740,00
08	TRAVA DE PRESSAO PARA JANELA DE VIDRO BLINDEX 8MM, CONTEM CONTRA TRINCO, TODAS AS PECAS PRETAS, MEDIDAS APROXIMADAS 7CM X 5CM. INSTALACAO INCLUSA	METAL FLECK	UNID	57	R$ 46,00	R$ 2.622,00
09	VIDRO INCOLOR ARTICO 3MM DE ESPESSURA, INSTALACAO INCLUSA	RAINHA VIDROS	METRO	50	R$ 149,00	R$ 7.450,00
10	VIDRO INCOLOR CANELADO C/ 3MM DE ESPESSURA, INSTALACAO INCLUSA	RAINHA VIDROS	METRO	54	R$ 117,90	R$ 6.366,60
11	VIDRO INCOLOR LISO C/ DE ESPESSURA, INSTALACAO INCLUSA	RAINHA VIDROS	METRO	96	R$ 134,00	R$ 12.864,00
13	VIDRO TEMPERADO INCOLOR COM 10MM DE ESPESSURA, TEMPERADO, INSTALADO COM PERFIS DE ALUMINIO, INCLUSO PROJETO, MEDICAO E INSTALACAO	TEMPER BACK	METRO	70	R$ 399,90	R$ 27.930,00
14	VIDRO TEMPERADO INCOLOR COM 8 MM DE ESPESSURA, TEMPERADO, INSTALADO COM PERFIS DE ALUMINIO, INCLUSO PROJETO, MEDICAO E INSTALACAO	TEMPER BACK	METRO	64	R$ 299,00	R$ 19.136,00
					Total do Fornecedor:	R$ 86.621,90

VIDROSUL VIDRACARIA LTDA						
Item	**Descrição do material**	**Marca do Produto**	**Un. Med.**	**Qte. Cotada**	**Preço Unitário**	**Preço Total**
02	ESPELHOSCOM 3MM, INSTALACAO INCLUSA, ACABAMENTO QUE EVITE CORTES OU ACIDENTES	VIDROSUL	METRO	66	R$ 127,90	R$ 8.441,40
05	PAREDE DE VIDRO TEMPERADO AMBAR (FUME) EM ESQUADRIA DE ALUMINIO, INSTALACAO INCLUSA, VIDRO COM 8MM, ESQUADRIA NA COR BRANCA, MEDINDO 350CM X 265CM, DIVIDO EM 4 PECAS PROPORCIONALMENTE IGUAIS, SENDO DUAS PORTAS DE CORRER, ROLDANAS, PUXADORES E DEMAIS PECASINCLUSAS.	VIDROSUL	UNIDADE	01	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00
15	VIDRO TEMPERADO INCOLOR COM 10MM DE ESPESSURA, CONJUNTO FIXO E 1 PORTA DE ABRIR COM BANDEIRA TEMPERADO, INSTALADO COM FERRAGENS E PERFIS DE ALUMINO BRANCO	VIDROSUL	METRO	59	R$ 340,00	R$ 20.060,00
16	VIDRO TEMPERADO INCOLOR, DE 10MM DE ESPESSURA, CONJUNTO DE PORTA DE CORRER COM 1 FIXO E 4 MOVEIS, TEMPERADO E INSTALADO COM FERRAGENS E PERFIS DEALUMINIO.	VIDROSUL	METRO	114	R$ 350,00	R$ 39.900,00
					Total do Fornecedor:	**R$ 74.901,40**

VEAR TECNOLOGIA LTDA						
Item	**Descrição do material**	**Marca do Produto**	**Un. Med.**	**Qte. Cotada**	**Preço Unitário**	**Preço Total**
03	FECHADURA PARA PORTA DE VIDRO PIVOTANTE, COMPLETA CONTENDO MIOLO, MACANETA INTERNA E EXTERNA, DUAS CHAVES INTALACAO INCLUSA	SOPRANO	UNID	28	R$ 173,99	R$ 4.871,72
					Total do Fornecedor:	**R$ 4.871,72**

LOPES & PEREIRA LTDA						
Item	**Descrição do material**	**Marca do Produto**	**Un. Med.**	**Qte. Cotada**	**Preço Unitário**	**Preço Total**
12	VIDRO TEMPERADO 8MM INCOLOR (VISOR/RECEPCAO), INSTALACAO INCLUSA	BRASIVIDROS	METRO	87,5	R$ 207,90	R$ 18.191,25
					Total do Fornecedor:	**R$ 18.191,25**

VALOR TOTAL:O valor total registrado é de R$ 184.586,27 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis reais, vinte e dois centavos).

FISCAL DA ATA

Secretaria Municipal de Saúde – Beattriz Faria Rocha Oliveira e a servidora Mayra Jamila Mourão Michelini - Portaria n°146/2025

Secretaria Municipal de Assistência Social – Adriana Cristina Ferroni e Frederico Cavalcante Ogura - Portaria n°146/2025
Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer – Larissa Francisco Viana - Portaria n°146/2025
Secretaria Municipal de Infraestrutura – Gabriel Jorge dos Santos Barbosa - Portaria n°146/2025
Secretaria Municipal de agricultura - Antônio Pedro Duarte Rodrigues e Regiane Mayra dos Santos - Portaria n°146/2025

DA VIGÊNCIA DA ATA

A vigência da Ata de Registro de Preços será **de 12 (doze) meses** a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada.

DATA

09 de outubro de 2025.

GERMINO DA ROZ SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDA SCARLAT MARTINS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

LETÍCIA RODRIGUES SANCHES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

THAYSE CARDOSO DE MELO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PATRICIA PORTIOLI MATHIAS TEIXEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA

RENAN BOM RIBEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Matéria enviada por IZABELI MORAES GONÇALVES PEREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Portaria nº.224, de 22 de outubro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BATAYPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso e gozo de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art.1º- Fica prorrogado por igual período o PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado pela Portaria nº 177/2025 de 29 de julho de 2025.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 28 de setembro de 2025.

Batayporã-MS., 22 de outubro de 2025.

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal

Publicado e afixado na forma da Lei.

Gabriel Boffo da Rocha

Secretário Municipal de Administração eFinanças

Matéria enviada por RITA DE CÁSSIA ROCHA DOS SANTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Portaria nº.225, de 22 de outubro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BATAYPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso e gozo de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art.1º- Fica prorrogado por igual período o PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado pela Portaria nº 179/2025 de 31 de julho de 2025.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 30 de setembro de 2025.

Batayporã-MS., 22 de outubro de 2025.

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal

Publicado e afixado na forma da Lei.

Gabriel Boffo da Rocha

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por RITA DE CÁSSIA ROCHA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORA
C.N.P.J.: 03.505.013/0001-00
Município: BATAYPORÃ

DECRETO Nº 224/2025, de 22 de Outubro de 2025.

Remanejamento de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BATAYPORÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BATAYPORÃ e autorização contida na Lei Municipal nº 1369/2024, de 20 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 266.425,50, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SECRET M. EDUCAÇÃO, CULT,ESP. E LAZER/SECEL
05.006 - SECRET MUN. DE ED. E CULT. ESP. E LAZER/SECEL
05.006.12.361.2.2012-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$180.000,00
1.500.1001 Recursos não vinculados de Impostos 180.000,00

05.000 - SECRET M. EDUCAÇÃO, CULT,ESP. E LAZER/SECEL
05.006 - SECRET MUN. DE ED. E CULT. ESP. E LAZER/SECEL
05.006.12.361.2.2012-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$30.000,00
1.500.1001 Recursos não vinculados de Impostos 30.000,00

05.000 - SECRET M. EDUCAÇÃO, CULT,ESP. E LAZER/SECEL
05.006 - SECRET MUN. DE ED. E CULT. ESP. E LAZER/SECEL
05.006.12.361.2.2012-3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS R$5.000,00
1.500.1001 Recursos não vinculados de Impostos 5.000,00

13.000 - SEC. MUN. DE INSFRAESTRUTURA PÚBLICA (SEINFRA)
13.001 - SEC. MUN. DE INSFRAESTRUTURA PÚBLICA (SEINFRA)
13.001.15.452.7.2108-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$2.425,50
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.425,50

05.000 - SECRET M. EDUCAÇÃO, CULT,ESP. E LAZER/SECEL
05.006 - SECRET MUN. DE ED. E CULT. ESP. E LAZER/SECEL
05.006.12.361.2.2013-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$29.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 29.000,00

13.000 - SEC. MUN. DE INSFRAESTRUTURA PÚBLICA (SEINFRA)
13.001 - SEC. MUN. DE INSFRAESTRUTURA PÚBLICA (SEINFRA)
13.001.15.452.7.2108-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$20.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

03.000 - SECRETARIA MUN. DE ADM. E FINANÇAS (SEMAFIN)
03.003 - SECRETARIA MUN. DE ADM. E FINANÇAS (SEMAFIN)
03.003.4.123.1.2007-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$2.425,50
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.425,50

03.000 - SECRETARIA MUN. DE ADM. E FINANÇAS (SEMAFIN)
03.003 - SECRETARIA MUN. DE ADM. E FINANÇAS (SEMAFIN)
03.003.4.123.1.2007-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$5.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.000,00

03.000 - SECRETARIA MUN. DE ADM. E FINANÇAS (SEMAFIN)
03.003 - SECRETARIA MUN. DE ADM. E FINANÇAS (SEMAFIN)
03.003.4.123.1.2007-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$180.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 180.000,00

Nota(s) Explicativa(s):
A Lei Orçamentária vigente autoriza, o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional, que durante o exercício é necessário fazer alguns ajustes para atender as despesas com saldos insuficientes ou não computadas, sendo fundamental para oferecer flexibilidade e permitir operacionalidade de qualquer sistema orçamentário.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: elan.nascimento. Emissão: 22/10/2025, às 17:48:01. Protocolo: a9fcc9d2-3505-4594-8df9-a2cf45c3e416

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORA
C.N.P.J.: 03.505.013/0001-00
Município: BATAYPORÃ

03.000 - SECRETARIA MUN. DE ADM. E FINANÇAS (SEMAFIN)
03.003 - SECRETARIA MUN. DE ADM. E FINANÇAS (SEMAFIN)
03.003.4.123.1.2007-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$30.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30.000,00

05.000 - SECRET M. EDUCAÇÃO, CULT,ESP. E LAZER/SECEL
05.006 - SECRET MUN. DE ED. E CULT. ESP. E LAZER/SECEL
05.006.12.366.2.2021-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$5.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.000,00
05.006.12.367.2.2022-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$5.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.000,00
05.006.12.365.2.2067-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA R$9.000,00
1.500.1001 Recursos não vinculados de Impostos 9.000,00

05.000 - SECRET M. EDUCAÇÃO, CULT,ESP. E LAZER/SECEL
05.006 - SECRET MUN. DE ED. E CULT. ESP. E LAZER/SECEL
05.006.12.361.2.2012-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E R$20.000,00
1.500.1001 Recursos não vinculados de Impostos 20.000,00

05.000 - SECRET M. EDUCAÇÃO, CULT,ESP. E LAZER/SECEL
05.006 - SECRET MUN. DE ED. E CULT. ESP. E LAZER/SECEL
05.006.12.365.2.2067-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$10.000,00
1.500.1001 Recursos não vinculados de Impostos 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Outubro de 2025.

GERMINO DA ROZ SILVA
Prefeito Municipal

Nota(s) Explicativa(s):
A Lei Orçamentária vigente autoriza, o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional, que durante o exercício é necessário fazer alguns ajustes para atender as despesas com saldos insuficientes ou não computadas, sendo fundamental para oferecer flexibilidade e permitir operacionalidade de qualquer sistema orçamentário.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE BATAYPORA
C.N.P.J.: 15.166.802/0001-43
Município: BATAYPORÃ

DECRETO Nº 225/2025, de 22 de Outubro de 2025.

Remanejamento de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BATAYPORÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BATAYPORÃ e autorização contida na Lei Municipal nº 1369/2024, de 20 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 5.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRET MUNIC DE ASSIST SOCIAL/SMAS
07.092 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.092.8.244.4.2032-3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS R$5.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

07.000 - SECRET MUNIC DE ASSIST SOCIAL/SMAS
07.092 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.092.8.244.4.2032-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$5.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Outubro de 2025.

GERMINO DA ROZ SILVA
Prefeito Municipal

Nota(s) Explicativa(s):
A Lei Orçamentária vigente autoriza, o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional, que durante o exercício é necessário fazer alguns ajustes para atender as despesas com saldos insuficientes ou não computadas, sendo fundamental para oferecer flexibilidade e permitir operacionalidade de qualquer sistema orçamentário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

Prefeitura Municipal de Bodoquena - Setor Compras

AVISO DE DISPENSA Nº. 144/2025

PROCESSO: 244/2025 – **DISPENSA:** 144/2025

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O Município de Bodoquena, Estado de Mato Grosso Do Sul, em conformidade com Art. 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar: **Contratação de profissional fonoaudiólogo para prestação de serviços especializados no atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA, com necessidades terapêuticas em comunicação, linguagem, voz, motricidade orofacial e disfagia, bem como a pacientes encaminhados por ordem judicial, vinculadas à rede municipal de saúde de Bodoquena/MS.** Podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços e documentos no prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa

Limite para apresentação da proposta de preços e dos documentos: 27 de outubro de 2025 (MS) até às 23:59hrs.

Data de abertura e julgamento da proposta: 28 de outubro de 2025.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Endereço para entrega da proposta de preços e dos documentos: Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, sito a Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira n° 1.020, Bandeira II – CEP – 79.390-00, em dias úteis no horário de 07h às 17h ou pelo E-mail: comprasprefeiturabdq@gmail.com até 23h59minh.

O termo de referência, modelo de proposta de preços e de declarações estão disponíveis no Site Oficial do Município através do link https://transparencia.betha.cloud/#/9thTqEHpf4m-Nn7nTliYbw==/consultas/18193 e no PNCP – Portal Nacional de Contratação Pública através do link https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1&municipios=5118&q=&status=recebendo_proposta

Segue abaixo a relação de documentos a ser enviada junto com a proposta de preços (que deve estar completamente preenchida e assinada).

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;

b) cópia de documento oficial de identificação pessoal do representante apto;

c) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, quando o objeto se referir à aquisição;

f) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Certidão de regularidade de Débitos Municipais da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

h) regularidade perante a Justiça do Trabalho;

i) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, mediante Declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

j) o cumprimento do disposto no inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021, mediante Declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

k) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica

Documentos relativos à qualificação técnica

l) Diploma de Graduação em Fonoaudiologia, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC

m) Registro Ativo e regular ao conselho Regional de Fonoaudiologia (CRFa) em plena validade 2025.

Outras informações poderão ser obtidas através do e-mail: comprasprefeiturabdq@gmail.com.

Bodoquena-MS, 22 de outubro de 2025.

Monique Hevely Corrêa Dalletezze

Secretaria Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Emanoel Lima Duarte

Prefeitura Municipal de Bodoquena - Setor Licitação

EDITAL RETIFICADO INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025 CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

O **MUNICÍPIO DE BODOQUENA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,** torna público aos interessados que

realizará o credenciamento de artistas, pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços artísticos e culturais, a fim de atender a programação cultural do município de Bodoquena /MS, com fundamento no Artigo 6º inciso XLIII da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

O QUE É O EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS?

1.1. É um cadastro público pelo qual a prefeitura poderá convocar os agentes culturais cadastrados e habilitados para realizarem apresentações remuneradas, de acordo com as regras e critérios do edital e Termo de Referência.

QUEM PODERÁ SE CADASTRAR?

2.1. Todo agente cultural maior de 18 (*dezoito*) anos poderá realizar o cadastro, seja pela modalidade de pessoa física, representando a si mesmo ou coletivo (C.P.F.), ou como pessoa jurídica (C.N.P.J.), possuindo atividade econômica compatível com o presente credenciamento) representando uma empresa, entidade, banda, grupo, organização, coletivo dentre outros.

QUEM NÃO PODERÁ SE CADASTRAR?

3.1. Todo agente cultural sendo pessoa física (C.P.F.) ou jurídica (C.N.P.J.) que:

se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitado de participar de processos públicos de contratações em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

possuir relações técnicas, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, com qualquer servidor público que atuar na gestão e/ou fiscalização de toda as etapas do processo de credenciamento, que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

nos 05 (*cinco*) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

seja estrangeiro que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

seja servidor público, envolvido em qualquer etapa do processo de credenciamento dos agentes culturais;

possua empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, e

descumprir ou não atender todas e quaisquer condições especificadas neste edital.

COMO SERÁ FEITO O CADASTRO/CREDENCIAMENTO?

4.1. O credenciamento permanecerá aberto pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação do aviso de credenciamento, podendo os interessados apresentarem suas documentações a qualquer momento dentro desse período.

4.2. Local para entrega das documentações: Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, situada na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira nº1020, bairro Bandeira II ou poderão enviar a referida documentação através do e-mail: sectur01@bodoquena.gov.br.

Atenção: A prefeitura não se responsabiliza por eventuais atrasos, extravios, encaminhamento incompleto ou ausência de documentos, ou quaisquer outras ocorrências que possa acontecer durante o cadastro/credenciamento.

QUAL O VALOR E PERÍODO DO CADASTRO/CREDENCIAMENTO?

5.1. O cadastro/credenciamento é gratuito, podendo ser realizado em qualquer período do ano de 2025. Quanto mais cedo o agente cultural realizar seu credenciamento, maiores são as possibilidades de participação nos eventos culturais da cidade. Vale lembrar que a participação no cadastro/credenciamento implica na aceitação automática e irretratável das normas e regras deste edital.

O CADASTRO/CREDENCIAMENTO GARANTE QUE O AGENTE CULTURAL SERÁ CONTRATADO PELA PREFEITURA?

6.1. Não, o cadastro/credenciamento não obriga a administração pública efetuar contratações com o agente cultural, tampouco gera vínculo empregatício ou de contrato. O credenciamento assegura a possibilidade do artista ser chamado para apresentações remuneradas, conforme demandas e eventos específicos na cidade.

QUAIS SÃO AS ETAPAS DO CADASTRO/CREDENCIAMENTO?

- *1º PASSO:* Ler atentamente o edital, ele foi construído de maneira intuitiva para facilitar a compreensão de todo o processo de credenciamento. Primeiramente foi pontuado esclarecimentos gerais relacionados a origem do processo e quem pode ou não pode se cadastrar. Em segundo lugar, o passo a passo para os cadastros, separando cada linguagem artística, modalidade, categoria documentos pessoais e requisitos. Em terceiro, foram elencados os pontos estruturais do credenciamento, tais como, pagamento, direitos do agente cultural, deveres da prefeitura, rotatividade de apresentações dentre outros. Por último, foi disposto os anexos com cada termo que o agente cultural deve preencher.

- *2º PASSO:* ciente das regras e funcionamento do credenciamento, neste momento, o agente cultural deverá identificar qual enquadramento artístico que contemple sua produção. Este edital possui 02 (dois) enquadramentos de credenciamento artísticos, sendo eles:

Pessoa Física; e

Pessoa Jurídica.

- *3º PASSO:* com o enquadramento artístico selecionada, o agente cultural deverá identificar em qual modalidade artística, sua produção se enquadra, a modalidade pode ser entendida como o tipo/estilo de produto cultural que o artista desenvolve, conforme segue abaixo:

Linguagem Artística	Modalidade Artística

1 - Música	Apresentação musical de artistas em desenvolvimento que tocam música acústica de gênero: Afro, Axé, Blues, Bailão (nos estilos, polca, chamamé, vanera, fandango, rasqueado, entre outros), DJ/MCs, Eletrônica, Forró, Gospel, Hip-Hop, Instrumental, Jazz, MPB, Pagode, POP. Rap, Reggae, Regional, Rock, Samba, Sertaneja, Multiplicidade de Gêneros (outros gêneros não listados acima).[LA1]

- *4º PASSO:* O tempo mínimo e máximo das apresentações, o valor que será pago, bem como os requisitos necessários para o agente cultural estar habilitado, estão especificados no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

- *5º PASSO:* após o agente cultural identificar suas linguagens, modalidades e categorias artísticas é hora de organizar as documentações pessoais e/ou representativas que este edital solicita. Nesta etapa, serão elencados quais documentos a Prefeitura solicita para identificar a pessoa física e/ou jurídica, bem como os dados necessários para a legalidade do credenciamento. Para isto, o agente cultural deverá verificar qual o seu perfil de cadastro e providenciar os documentos correspondentes. Segue abaixo os perfis previstos neste edital:

Perfil 01: Se o agente cultural é **Pessoa Física** (C.P.F.), sendo **artista solo, ou dupla, ou grupo, ou banda, ou outros**, deve providenciar os seguintes documentos:

1.1) Artista Solo com ou sem procurador: Termo de Adesão **(Anexo II – Termo de Adesão artista solo)** devidamente preenchido e assinado pelo próprio agente cultural ou procurador por ele designado **(Anexo V – Procuração pessoa física)**, contendo a indicação da linguagem, modalidade, categoria artística selecionada e demais informações:

- Cópia legível do R.G. e C.P.F. do agente cultural
- Cópia legível do R.G. e C.P.F. do procurador, caso houver;
- Cópia do P.I.S./P.A.S.E.P./N.I.S./N.I.T. do agente cultural
- Cópia legível do P.I.S./P.A.S.E.P./N.I.S./N.I.T. do procurador, caso houver;
- Cópia de comprovante bancário em nome do agente cultural solo ou procurador, caso tenha sido indicado Termo de Adesão o procurador como responsável pelas transações do agente cultural, (exemplo: cópia frente e verso do cartão onde constem os dados bancários, extrato bancário, entre outros), os dados bancários declarados serão utilizados para realização dos pagamentos, quando e se houver apresentações. [LA2]

1.2) Dupla, Banda, Grupo, dentre outros: Em caso de banda ou grupo de artistas, o Termo de Adesão **(Anexo III – Termo de Adesão grupos)** deverá ser preenchido por um representante e/ou procurador legal. O representante/procurador poderá ser um dos próprios integrantes da banda/grupo, mediante autorização firmada no próprio Termo de Adesão, ou um terceiro (pessoa física ou jurídica com compatibilidade ao objeto deste edital), mediante procuração **(Anexo V – Procuração pessoa física)** contendo a indicação da linguagem, modalidade, categoria artística selecionada e demais informações:

- Cópia legível do R.G. e C.P.F. do representante legal ou procurador;
- Cópia legível do R.G. e C.P.F. de todos os membros da dupla, grupo;
- Cópia do P.I.S./P.A.S.E.P./N.I.S./N.I.T. representante legal ou procurador;
- Cópia legível do P.I.S./P.A.S.E.P./N.I.S./N.I.T. de todos os membros da dupla, grupo;
- Caso o representante/procurador da dupla, grupo, ser pessoa jurídica com compatibilidade ao objeto deste Termo de Referência, encaminhar cópia da situação de regularidade da pessoa jurídica indicada;
- Cópia de comprovante bancário em nome do agente cultural solo, ou representante/procurador, previamente indicado no Termo de Adesão como responsável pelas transações financeiras do agente cultural, (exemplo: cópia frente e verso do cartão onde constem os dados bancários, extrato bancário, entre outros), os dados bancários declarados serão utilizados para realização dos pagamentos, quando e se houver apresentações.[LA3]

1.3. Certidões que deverão ser encaminhadas para o perfil de Pessoa Física (C.P.F.):

1.3.1 Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal, em situação regular, sugestão de acesso: esta certidão pode ser retirada pessoalmente no departamento tributário do município;

1.3.2. Certidão Negativa de Débitos Estadual, em situação regular, sugestão de acesso: https://servicos.efazenda.ms.gov.br/pndfis/Home/Emissao;

1.3.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em situação regular, sugestão de acesso: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces e

1.3.4 Certidão Conjunta Negativa de Débitos junto à Receita Federal do Brasil, em situação regular, sugestão de acesso: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir.

1.3.5. Caso o representante/procurador indicado pela dupla ou grupo, possuir inscrição de Pessoa Jurídica, encaminhar adicionalmente, a Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – F.G.T.S., em situação regular, da pessoa jurídica cadastrada, sugestão de acesso: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir

1.3.6. Release da apresentação contendo: sinopse, ficha técnica, duração, classificação indicativa, mídias sociais: Facebook, Instagram, canal Youtube, caso possua

1.3.7. Material fotográfico com resolução mínima de 300dpi – JPG.

Perfil 02: Se o agente cultural é **Pessoa Jurídica** (C.N.P.J., M.E.I., M.E., E.I.R.E.L.L.I e outros) com atividades econômicas compatíveis ao objeto deste edital, sendo **artista solo, ou dupla, ou grupo, ou banda, ou outro**, deve providenciar os seguintes documentos:

2.1. Termo de adesão **(Anexo IV – Termo de Adesão pessoa jurídica)**, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal ou procurador da pessoa jurídica **(ANEXO VI - Procuração pessoa jurídica),** contendo a indicação da linguagem, categoria e modalidade artística pretendida e demais informações.

- Cópia legível do R.G. e C.P.F. do representante legal ou procurador da pessoa jurídica;

- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;

- Cópia simples do registro comercial, no caso de empresa individual, se houver ou;

- Cópia simples do ato constitutivo, estatutos ou contrato social em vigor e alterações posteriores, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, se houver, ou

- Cópia simples da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício, se houver, ou

- Cópia simples do Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual (CCMEI), no caso de MEI, se houver.

- Cópia de comprovante bancário em nome do representante legal ou procurador, responsável pelas transações financeiras da pessoa jurídica, (exemplo: cópia frente e verso do cartão onde constem os dados bancários, extrato bancário, entre outros), os dados bancários declarados serão utilizados para realização dos pagamentos, quando e se houver apresentações.

2.2. Certidões que deverão ser encaminhadas para o perfil de Pessoa Jurídicas:

2.2.1 Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal, em situação regular, sugestão de acesso: esta certidão pode ser retirada pessoalmente no departamento tributário do município;

5.2 Certidão Negativa de Débitos Estadual, em situação regular, sugestão de acesso: https://servicos.efazenda.ms.gov.br/pndfis/Home/Emissao;

5.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em situação regular, sugestão de acesso: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces

5.4 Certidão Conjunta Negativa de Débitos junto à Receita Federal do Brasil, em situação regular, sugestão de acesso: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir .

5.5**.** Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – F.G.T.S., em situação regular, da pessoa jurídica cadastrada, sugestão de acesso: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir

- *6º PASSO:* após separar as documentações pessoais, jurídicas e certidões válidas, o agente cultural deverá entregar as referidas documentações na Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, situada na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira nº 1020, bairro Bandeira II, ou poderão enviar a referida documentação através do e-mail: sectur01@bodoquena.gov.br. A partir desde momento, o cadastro/credenciamento do agente será avaliado por comissão específica a fim de conferir a habilitação ou não do agente cultural.

- *7º PASSO*: reiterando o *1º Passo*, o agente cultural deve conferir todas as regras e condições que este edital regulamenta. O pleno conhecimento do funcionamento do cadastro/credenciamento garante os direitos e deveres que o artista e prefeitura possuem, explica os processos presentes em cada etapa do credenciamento e habitua o agente cultural à participação em outras formas públicas/privada de incentivo e promoção à arte e cultura. A seguir serão apresentados detalhadamente os pontos estruturais deste edital.

QUEM IRÁ ANALISAR OS CADASTROS/CREDENCIAMENTOS PARA HABILITAÇÃO DO AGENTE CULTURAL.

8.1 O processo de credenciamento será conduzido pela Comissão Permanente de Contratação do Município, instituída pelo Decreto Municipal nº 187/2025, de 02 de julho de 2025, a qual analisará todas as informações e documentações encaminhadas.

8.2 A primeira reunião para análise das informações e documentações dos agentes culturais cadastrados/credenciados será realizada em sessão pública, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Bodoquena /MS, situada na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira º1020, às 09h00min, 05 (cinco) dias após a publicação do aviso de abertura deste edital nos veículos oficiais do município.

8.3 Após a primeira sessão pública, os demais formulários encaminhados serão analisados em até 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do mesmo.

8.4 Caso alguma das datas anteriormente mencionadas recaiam em feriado, ponto facultativo ou final de semana, a análise será transferida automaticamente para o dia útil subsequente.

QUAIS SÃO AS REGRAS PARA HABILITAÇÃO DO AGENTE CULTURAL.

9.1 Toda a documentação exigida para o cadastro/credenciamento deverá ser apresentada de forma legível, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro dos prazos propostos, podendo ser cópias simples, publicações de Diário Oficial e/ou documento extraído da internet. Qualquer ausência ou incompatibilidade entre documentações e informações declaradas implicará na inabilitação/não credenciamento do agente cultural, não havendo, contudo, impedimentos para que o mesmo participe novamente do credenciamento, quantas vezes entender pertinente, apresentando informações e documentações que atendam as regras deste edital.

9.2 O agente cultural que participar deste cadastro/credenciamento estará declarando a veracidade e autenticidade nas informações e documentos encaminhados, podendo a prefeitura, em qualquer tempo, conferir se tais informações e documentos são verdadeiros e autênticos. Cabe lembrar que conteúdos que não correspondam à verdade, com o objetivo de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fatos relevantes é crime previsto no artigo 299 do Código Penal, a ser apurado pelas autoridades competentes.

9.3 Os documentos que possuem prazo de validade (principalmente certidões) deverão estar dentro do prazo neles estipulados. Para aqueles documentos que não mencionam o prazo de validade, serão considerados 90 (*noventa*) dias a partir da data de sua emissão.

9.4 Caso o agente cultural apresente documentação emitida em língua estrangeira, o mesmo deverá providenciar e encaminhar a tradução para língua portuguesa.

9.5 Não será permitido modificações ou substituições de qualquer documento após a sua entrega, exceto em casos que a Comissão Permanente de Contratação solicitar formalmente ao agente cultural, sendo complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

9.6 A Comissão Permanente de Contratação, poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar as documentações apresentadas, inclusive a verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação**.**

9.7 A Comissão Permanente de Contratação poderá verificar a regularidade fiscal do agente cultural, consultando o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), na forma do §4º, do art. 91, da Lei 14.133/21, ou apresentada documentação que supra a necessidade legal correspondente, de acordo com as disposições do presente edital.

9.8 Na análise das informações e documentos de habilitação, a Comissão Permanente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9.9 Não será habilitado/credenciado o agente cultural que não demonstrar a pertinência do trabalho, relevância social e cultural com a(s) área(s) indicada(s), ou que deixar de prestar informações complementares solicitadas pela Comissão Permanente de Contratação.

9.10 Serão habilitados todos os interessados que atenderem as condições previstas no edital e seus anexos, relativas à documentação pessoal, jurídica e documentação artística (relativa as exigências de cada categoria artística selecionada).

9.11 Após a análise das documentações de habilitação jurídica e após análise da documentação artística, a Comissão Permanente de Contratação declarará o agente cultural habilitado ou inabilitado, concedendo prazo recursal aos eventuais interessados.

9.12 O resultado das análises quanto à habilitação ou inabilitação dos interessados, será divulgado em veículo(s) oficial (is) (Diário Oficial) e disponibilizado no site https://transparencia.betha.cloud/#/9thTqEHpf4m-Nn7nTliYbw==/consultas/18193.

9.13 Com a publicação do resultado nos veículos oficiais, será aberta a contagem de 03 (*três*) dias úteis, para apresentação de recurso por parte dos interessados.

9.14 O agente cultural que atender aos requisitos de habilitação previstos neste edital será credenciado, com a possibilidade de, no interesse da prefeitura, ser convocado para executar o objeto.

QUAIS SÃO AS REGRAS PARA O AGENTE CULTURAL ENTRAR COM RECURSOS, ESCLARECIMENTOS E/OU IMPUGNAÇÃO NESTE EDITAL?

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

10.2 A Comissão Permanente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de 03 (*três*) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

10.3 Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado em veículos oficiais e (Diário Oficial) e site da prefeitura.

10.4 A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da Comissão Permanente de Contratação será motivada nos autos.

10.5 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site da prefeitura no prazo de até 03 (*três*) dias úteis.

10.6 Após a publicação da lista de agentes culturais credenciados e habilitados e inabilitados, o interessado poderá, conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão (falta de manifestação oficial dentro do prazo determinado).

10.7 O agente cultural poderá interpor recurso, no prazo de 03 (*três*) dias úteis, contado da data de publicação da decisão.

10.8 O recurso será dirigido à Comissão Permanente de Contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior. A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de 20 (*vinte*) dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

10.9 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

10.10 Os recursos poderão ser interpostos através de protocolo na Prefeitura Municipal de Bodoquena /MS, situada na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira nº1020 bairro Bandeira II, no horário de 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou através do e-mail: licitabodoquena@gmail.com.

10.11 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante ou procurador não habilitado legalmente para responder pelo agente cultural.

COMO SERÁ A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E CHAMAMENTO DESTE CREDENCIAMENTO?

11.1 Este cadastro/credenciamento não terá ordem classificatória baseada em qualquer sistema de pontuação ou avaliação de mérito ou semelhantes, a listagem será organizada de maneira cronológica partir das entregas de documentações e habilitações dos agentes culturais, conforme linguagem, modalidade e categoria artística, ou seja, a lista será organizada mensalmente de acordo com novos credenciamentos.[LA4]

11.2 Os agentes culturais de mesma linguagem, modalidade e categoria artística serão reunidos, estabelecendo-se entre os mesmos rodízios de apresentações conforme a ordem cronológica prevista no subitem anterior, ou de acordo com as solicitações do público para atender eventos específicos.

11.3 Caso ocorra a entrega de documentações na mesma data e horário, será realizado sorteio entre os agentes culturais que se enquadrem nessa situação.

11.4 Todo agente cultural poderá ser selecionado para se apresentar mais de uma vez, obedecendo a ordem cronológica estabelecida na lista de credenciados, no sistema de rodízio, recebendo um cachê para cada apresentação.

11.5 A ordem de chamamento, poderá ser alterada de acordo com a necessidade, pedidos específicos e calendário cultural de Bodoquena/MS.

11.6 Após a divulgação da lista dos credenciados, os agentes culturais que, realizarem o posteriormente o cadastro/ credenciamento, serão incluídos ao final da lista de credenciamento, observando-se a ordem cronológica, linguagem, categoria e modalidade artística informada.

11.7 O sistema de rodízio visa garantir uma distribuição mais justa, igualitária, das apresentações entre os credenciados, de forma que os primeiros na ordem de classificação cronológica, após a contratação e execução, deverão aguardar até que todos os demais credenciados, na mesma linguagem, modalidade artística e categoria, também já tenham realizado apresentação artística para que sejam convocados novamente.

11.8 As apresentações solicitadas pela prefeitura, e a contratação dos credenciados será realizada mediante "ordem cronológica de credenciamento", em razão da inviabilidade de competição, a fim de que se proceda a contratação através da assinatura de Termo de Credenciamento, nos termos do Artigo 95, da Lei 14.133/2021

11.9 A lista contendo ordem de classificação/credenciamento atualizada permanecerá, durante toda a vigência do credenciamento, disponível para consulta no endereço eletrônico: https://transparencia.betha.cloud/#/9thTqEHpf4mNn7nTliYbw==/consultas/18193.

COMO SERÁ REALIZADA A EXECUÇÃO DAS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS CULTURAIS?

12.1 Somente serão convocados os agentes culturais previamente credenciados e habilitados neste edital.

12.2 O agente cultural deverá responder a solicitação da prefeitura e assinar o termo de credenciamento no prazo de 02 (*dois*) dias úteis a contar da convocação para a prestação do serviço, podendo o referido prazo ser prorrogado a critério da prefeitura, mediante pedido do credenciado, ou não.

12.3 Caso o agente cultural recuse a solicitação formal, justificando ou não, bem como a ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido, implica em repasse para o próximo candidato, seguindo a ordem cronológica do edital.

12.4 As apresentações deverão ser realizadas no Município de Bodoquena/MS.

12.5 A convocação para as apresentações ocorrerá via solicitação oficial, por meios eletrônicos (*e-mail*, *WhatsApp*, mensagens), através da Ordem de Serviços, realizadas por representante da prefeitura municipal conforme listagem cronológica de credenciamento ou pedidos específicos de apresentações.

12.6 A prestação de serviços pelo agente cultural, não gera qualquer tipo de vínculo empregatício com a prefeitura.

12.7 É vedado ao agente cultural subcontratar, ceder ou transferir as apresentações solicitadas pela prefeitura, sob pena de descredenciamento.

12.8 Os locais das apresentações serão definidos pela prefeitura, conforme a necessidade de cada projeto ou evento.

12.9 Em caso de chuva, outros fenômenos naturais ou situações e imprevistos que inviabilizem a realização das apresentações artísticas, no dia e horário pré-estabelecidos, os agentes culturais serão informados sobre a necessidade de adiar ou cancelar a apresentação.

12.10 Ocorrendo a situação prevista no item acima, a prefeitura designará e informará ao credenciado a nova data para realização da apresentação artística. Nesse caso, não haverá nenhum acréscimo ao valor previsto do cachê ou pagamento em duplicidade.

12.11 Qualquer tolerância por parte da prefeitura, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pelo credenciado, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, renovação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a prefeitura exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

12.12 O credenciamento, objeto deste procedimento, não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a prefeitura e os agentes culturais, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pelo credenciado para a execução do objeto contratual, sendo o credenciado o único responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ele e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

12.13 O credenciado, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, a prefeitura, seu patrimônio, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se a prefeitura o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

12.14 Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pelo credenciado durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da prefeitura, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da prefeitura, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

EM QUAIS CASOS/SITUAÇÕES O AGENTE CULTURAL PODERÁ SER DESCREDENCIADO?

13.1 Este Edital de Credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da prefeitura.

13.2 Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3 A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

13.4 O agente cultural poderá ser descredenciado, independente das sanções e/ou penalidades cabíveis, nas seguintes situações:

I. Quando forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontem princípios constitucionais;

II. Quando houver a superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do agente cultural, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;

III. Quando verificar-se qualquer fato impeditivo ou vedado no termo de credenciamento ou na legislação aplicável;

IV**.** Descumprimento injustificado do Termo de Credenciamento;

V. Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento;

VI. Por solicitação do agente cultural;

VII. A apresentação de trabalhos que incidam nas vedações do subitem 16.2 deste edital;

VIII. A divulgação, pelo agente cultural, de informações do interesse exclusivo da Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS obtidas em decorrência deste credenciamento; e

IX. A Administração também poderá promover o descredenciamento daqueles que não apresentarem demanda de atendimento no prazo de 12 (*doze*) meses.

13.5 O pedido de descredenciamento solicitado formalmente pelo próprio agente cultural, não o desincumbirá do cumprimento de eventuais responsabilidades assumidas.

13.6 Os casos de descredenciamento deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

QUAIS SÃO AS SANÇÕES E PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL?[LA5]

14.1 O credenciado ficará sujeito, assegurados a este o contraditório e ampla defesa, no caso de execução insatisfatória dos serviços, por inexecução total ou parcial, ou ainda cobranças de procedimentos não realizados ou indevidos, omissão e outras faltas, bem como pelo descumprimento de quaisquer das condições constantes neste Edital de Credenciamento, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa na proporção de duas vezes o valor de dano material, incluindo-se nesse valor o total das despesas efetuadas pela prefeitura para reparação do dano decorrente de erro do credenciado ou ainda o valor do procedimento não concluído, realizado de forma insatisfatória, parcial ou injustificadamente ou cobrado indevidamente;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a prefeitura, pelo prazo de até 02 (*dois*) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a prefeitura de Bodoquena/MS.

14.2 As penalidades previstas nos itens anteriores, podem ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

14.3 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela prefeitura ao credenciado ou cobrado judicialmente.

14.4 A responsabilidade civil das partes, decorrente da prestação dos serviços, regular-se-á pelo disposto nos artigos 927 a 954 da Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro.

14.5 Em caso de abertura de processo administrativo para apurar irregularidades na execução dos serviços prestados, este reger-se-á pela Lei nº 9.784/99.

QUAIS SÃO AS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL (CREDENCIANTE)?

15.1 É de responsabilidade da prefeitura municipal os seguintes critérios:

I. Solicitar ao agente cultural e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

II. Documentar as ocorrências existentes no decorrer da prestação de serviços;

III. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos da credenciada, orientando- a, quando necessário;

IV**.** Realizar o pagamento no prazo e forma ajustados;

V. Entregar a credencial de apresentação do credenciado quando estiver desenvolvendo suas atividades vinculadas ao projeto ou atividade objeto deste credenciamento;

VI. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e cláusulas do termo de credenciamento, aplicando as penalidades previstas quando for o caso.

15.2 Será, ainda, de responsabilidade da credenciante, quando esta julgar necessário, disponibilizar a seguinte infraestrutura para a realização das apresentações:

I. Estrutura do palco composta de palco, som e iluminação;

II. Divulgar a programação do projeto por meios eletrônicos e mídia espontânea em jornais, televisões, rádios e faixas;

III. Definir e notificar o credenciado com antecedência sobre o horário em que ele estará autorizado a fazer os ajustes necessários de som, iluminação e/ou quaisquer outros que se fizerem necessários.

15.3 São atribuições específicas do Município de Bodoquena/MS, os seguintes itens:

I. Acompanhar e monitorar o cumprimento do Edital de Credenciamento e dos atos normativos complementares dele decorrentes;

II. Divulgação dos atos que demandarem publicação;

III. Examinar e se manifestar quanto às impugnações e pedidos de esclarecimentos, propondo a elaboração de alteração do edital, quando cabível;

IV. Receber, conferir e rubricar os pedidos de adesão dos interessados e analisar os documentos relativos à habilitação jurídica;

V. Conferir e analisar os documentos relativos à documentação artística;

VI. Examinar e se manifestar quanto aos pedidos de recurso referentes à documentação artística;

VII. Elaborar a lista de credenciados;

VIII. Proceder ao descredenciamento, em caso de descumprimento das obrigações assumidas;

IX. Aplicar penalidade, quando cabível; e

X. Resolver os casos omissos.

QUAIS SÃO AS OBRIGAÇÕES DO AGENTE CULTURAL (CREDENCIADO)?

16.1 É de responsabilidade do agente cultural os seguintes critérios:

I. Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas, dentro dos prazos estabelecidos e atender a todas as obrigações assumidas no credenciamento, sujeitando-se a fiscalização da prefeitura;

II. Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento, em função da prestação dos serviços;

III. Prestar o serviço nas localidades previamente especificadas;

IV. Promover por sua conta e risco o seu deslocamento, de sua equipe e instrumentos/materiais que julgar necessário à execução do objeto;

V. Responsabilizar-se por danos causados direta ou indiretamente à prefeitura, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

VI. Responsabilizar-se por sua locomoção até os locais do evento, bem como pelas despesas de alimentação;

VII. Manter uma conduta condizente com a moral e a ética própria da profissão;

VIII. Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

IX. Permitir o acesso da credenciante à documentos e arquivos referentes aos serviços prestados;

X. Prestar esclarecimentos à credenciante sempre que solicitado;

XI. Comunicar à credenciante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;

XII. Zelar pela boa e completa prestação dos serviços;

XIII. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal;

XIV. Encarregar-se exclusivamente pelo pagamento de todos os impostos, taxas e emolumentos sobre ela incidentes, devendo apresentar sempre que solicitado, a comprovação dos respectivos recolhimentos;

XV. Honrar os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e outras obrigações previstas em Lei, ficando registrado que o pessoal empregado pela credenciada não terá nenhum vínculo empregatício com a prefeitura;

XVI. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente credenciamento;

XVII. Acatar apenas as solicitações de prestação de serviços formalmente autorizadas pela prefeitura;

XVIII. Responsabilizar-se pela emissão de nota fiscal de apresentação artística e envio de toda documentação solicitada;

XIX. Apresentar-se no dia para o qual foi selecionado, cumprindo todos os critérios, com todos os equipamentos em funcionamento;

XX. Chegar ao local da prestação dos serviços com no mínimo 30 (*trinta*) minutos de antecedência a depender da complexidade técnica da montagem da apresentação;

XXI. Subcontratar, ceder ou transferir os serviços, sob pena de descredenciamento.

16.2 É vedada a apresentação de trabalhos:

a) cujo teor contenha cunho racista, xenófobo, sexista ou qualquer forma de preconceitos ou estimulem a violência;

b) que tenham cunho político-eleitoral, que se destinem a financiamento de campanhas, realização de comícios ou qualquer outra atividade vinculada a partidos políticos e/ou suas coligações;

c) que infrinjam dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou outra norma jurídica vigente;

d) que violem os direitos de terceiros, incluindo os de propriedade intelectual, atente contra a ordem pública ou cause impacto negativo à saúde humana, animal e/ou ao meio ambiente;

e) que estejam ligados a jogos de azar ou especulativos;

f) que tenham vínculo com a exploração de trabalho infantil, degradante ou escravo;

g) que evidenciem preconceito ou discriminação de qualquer natureza;

h) que caracterizem promoção pessoal de autoridade, de servidor público ou da imagem do governo de qualquer esfera política.

16.3 Caso seja verificado que o agente cultural, ou grupo, ou ainda, que o trabalho por ele apresentado se enquadra em alguma das vedações descritas no item acima, o mesmo será descredenciado a qualquer tempo.

16.4 O credenciado cederá à prefeitura os direitos de imagem e som para sua documentação e divulgação, inclusive em textos, captados através de quaisquer meios ou através de quaisquer tipos de mídia, coletados ao longo de todo o desenvolvimento e duração do credenciamento, bem como a execução, sem fins comerciais, seja em locais públicos ou privados, por tempo indeterminado.

COMO SERÁ A FISCALIZAÇÃO DESTE CREDENCIAMENTO?

17.1 A gestão e fiscalização da contratação caberá à prefeitura e será exercida a qualquer momento, como lhe convier

e no seu exclusivo interesse, para o exato cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, por meio da designação de servidor(es) de seu quadro de pessoal.

17.2 As exigências e a atuação da fiscalização pela prefeitura em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva do credenciado, no que concerne à execução do objeto do contrato.

17.3 À fiscalização de que trata este item competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do credenciamento, nos termos do Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, para atuarem como fiscal técnico e gestor do contrato, assim como seus respectivos substitutos.

O QUE É O TERMO DE CREDENCIAMENTO?

18.1 O Termo de Credenciamento é o instrumento administrativo que formalizará a apresentação do artista credenciado e habilitado neste edital, após solicitação formal da prefeitura. Este documento registra todos os detalhes, locais, valores, ordenamento jurídico e financeiro que norteará o processo de apresentação do agente cultural. Em síntese e de maneira simplista pode ser entendido como o "contrato" entre agente cultural e prefeitura quando ocorre qualquer apresentação.

18.2 O credenciado terá o prazo de até 02 (*dois*) dias úteis para assinar o termo de credenciamento, após a regular convocação pela credenciante, podendo o referido prazo ser prorrogado a critério da prefeitura.

18.3 A recusa formal da prestação do serviço, por parte do credenciado, justificada ou não, bem como a ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido pela prefeitura implica em repasse para o próximo candidato, seguindo a ordem sequencial.

18.4 No ato da assinatura do termo de credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - Para pessoa física (C.P.F.):

a) Registro fotográfico do evento, de maneira clara e legível, constando o agente cultural e parte de sua apresentação;

b) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal do artista solo ou do representante legal da banda/grupo;. Esta certidão pode ser retirada pessoalmente no departamento tributário do município;

c) Certidão Negativa de Débitos Estadual do artista solo ou do representante legal da banda/grupo, em situação regular link sugerido: https://servicos.efazenda.ms.gov.br/pndfis/Home/Emissao;

d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos junto à Receita Federal do Brasil do artista solo ou do representante legal da banda/grupo, em situação regular, link sugerido: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas do artista solo ou do representante legal da banda/grupo, em situação regular, link sugerido: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces.

II - Para pessoa jurídica (C.N.P.J. e outros):

a) Registro fotográfico do evento, de maneira clara e legível, constando o agente cultural e parte de sua apresentação.;

b) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal do artista solo ou do representante legal da banda/grupo; Esta certidão pode ser retirada pessoalmente no setor de departamento tributário;

c) Certidão Negativa de Débitos Estadual do artista solo ou do representante legal da banda/grupo, em situação regular link sugerido: https://servicos.efazenda.ms.gov.br/pndfis/Home/Emissao;

d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos junto à Receita Federal do Brasil do artista solo ou do representante legal da banda/grupo, em situação regular, link sugerido: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir ;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas do artista solo ou do representante legal da banda/grupo, em situação regular, link sugerido: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces e;

f) Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – F.G.T.S. do artista solo ou do representante legal da banda/grupo, em situação regular, da pessoa jurídica cadastrada, link sugerido: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir.

18.5 Poderá a prefeitura, a qualquer tempo, excluir o credenciado, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior à sua habilitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou de regularidade fiscal e trabalhista.

QUAIS SERÃO AS FONTES DE PAGAMENTOS (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)?

19.1 Os recursos orçamentários poderão ser utilizados da seguinte Secretaria Municipal:

186 - 10.001.13.392.0801.2123.3.3.90.39.00 Promoção e/ou Apoio de Eventos e atividades Culturais no Município1.500.0000

COMO SERÁ REALIZADO OS PAGAMENTOS?

20.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (*trinta*) dias contados do recebimento dos serviços, mediante atesto da nota fiscal e da apresentação da documentação fiscal e trabalhista exigidas neste edital.

20.2 O pagamento será efetuado por crédito em conta bancária de titularidade do credenciado ou do procurador por ele indicado.

20.3 O credenciado será o único responsável pelo repasse de valores aos seus filiados prestadores de serviços.

20.4 Os serviços prestados pelo credenciado serão remunerados por evento trabalhado, conforme tabela no **Anexo VII,** não havendo qualquer pagamento adicional.

20.5 Poderão ser retidos tributos, por ocasião dos pagamentos, conforme legislação vigente, em especial I.N.S.S.

(Instituto Nacional de Seguridade Social), I.R.R.F. (Imposto de Renda Retido na Fonte) e I.S.S.Q.N. (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

20.6 O pagamento somente será efetuado após a entrega regular das certidões exigidas e o "atesto", pelo servidor competente, da nota fiscal apresentada pelo credenciado. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da nota fiscal apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas.

20.7 A nota fiscal deverá ser emitida em nome do próprio credenciado, constar o número do edital de credenciamento/termo de credenciamento/credenciado, o preço unitário e o total expresso em reais.

20.8 Havendo erro na emissão da nota fiscal, esta será devolvida para que o credenciado tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de sua reapresentação. A entrega tardia da documentação de cobrança e/ou de sua correção, não gera direito à atualização monetária do preço dos serviços prestados.

20.9 Caso a nota fiscal corresponda a serviços que porventura deixaram de ser cobrados à época devida, os valores serão faturados e pagos com base nos preços vigentes na data do atendimento.

20.10 À prefeitura fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se o serviço prestado estiver em desacordo com as condições estipuladas no Termo de Credenciamento, garantindo-se ao agente cultural o direito de ampla defesa.

COMO SERÁ REALIZADO O REAJUSTE DE VALORES E PREÇOS?

21.1 Os preços registros no Termo de Credenciamento poderão ser reajustados mediante solicitação e prévia negociação entre as partes e observados os preços praticados no mercado, devendo ser respeitado o intervalo mínimo de 12 (*doze*) meses, a contar da data da sua assinatura, ou da data da proposta ou do último reajuste, respeitando-se o limite máximo da variação acumulada nos últimos 12 (*doze*) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – I.P.C.A./I.B.G.E., ou ainda em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pela prefeitura.

21.2 Caso a variação dos componentes dos custos do contrato esteja acima do índice previsto no item anterior, o credenciado poderá apresentar planilha com demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato para subsidiar a prévia análise e deliberação por parte da prefeitura, devidamente comprovada e justificada.

21.3 A comprovação da variação dos componentes dos custos poderá ser feita por meio de notas fiscais, documento que ateste a ampliação dos serviços prestados, ou outros documentos contemporâneos à época da elaboração da proposta e do momento da solicitação do reajuste, a exemplo de atas de reunião, contratos, convênios e acordos referenciais.

QUAIS SÃO AS NORMAS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS?

22.1 O agente cultural deverá atender e se adequar ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

22.2 O agente cultural e a prefeitura comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, bem como executar os serviços em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

22.3 O eventual acesso, pelo agente cultural e sua equipe, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de gestão, negócios e/ou outros, implicará dever de sigilo.

22.4 O agente cultural cooperará com a prefeitura no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na L.G.P.D. e nas Leis de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (A.N.P.D.) e Órgãos de controle administrativo em geral.

22.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da L.G.P.D.

QUAIS SÃO AS FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS QUE REGULAMENTAM ESTE EDITAL?

23.1 Este edital foi elaborado em conformidade com:

a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial os artigos 6º, inciso XLIII o qual define as considerações sobre credenciamentos, artigo 74, inciso IV que dispõe sobre a inexigibilidade de licitação para contratações via credenciamentos e artigo 79 que determina as hipóteses de utilização de credenciamentos;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações a qual estabelece normas gerais às microempresas e empresas de pequeno porte;

c) Decreto Municipal nº 64/2025, de 07 de março de 2025 que regulamenta em âmbito municipal os processos de contratação via credenciamentos, e demais especificações e exigências previstas neste Edital e seus anexos; e

d) Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata sobre a proteção de todos os dados pessoais que este edital possa conter.

QUAL O FORO JURÍDICO DESTE EDITAL?

24.1 Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do credenciamento, fica estabelecido, por força do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, o foro de Miranda/MS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E DISPOSIÇÕES GERAIS.

25.1 Em caso de necessidade de prorrogação do prazo de vigência do credenciamento ou em caso de alteração de cláusulas do presente edital, o mesmo será republicado.

25.2 A prefeitura, através da autoridade competente, poderá revogar este credenciamento, ou anulá-lo nos casos de ilegalidade de ofício, ou por provocação de terceiros.

25.3 O credenciamento de artistas, bandas e grupos não gera qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS.

25.4 A contagem de prazos observará o disposto no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

25.5 Os horários estabelecidos nos editais de credenciamento observarão o horário do Estado de Mato Grosso do Sul

(GMT-4).

25.6 A qualquer tempo, poderá a prefeitura, diretamente ou por empresa contratada para este fim, realizar inspeção das instalações para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos, capacidade técnica-operativa, bem como solicitar a comprovação da qualificação profissional, quando este for o caso.

25.7 O credenciado deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência deste edital, observando-se a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais.

25.8 Integram este edital:

a) Anexo I – **Termo de Referência;**

b) Anexo II – **Termo de Adesão – Artista Solo;**

c) Anexo III - **Termo de Adesão - Grupos;**

d) Anexo IV – **Termo de Adesão - Pessoa Jurídica;**

e) Anexo V – **Modelo Procuração Pessoa Física;**

f) Anexo VI – **Modelo Procuração Pessoa Jurídica**;

h) Anexo VII – **Modelo Declaração Conjunta;**

i) Anexo VIII - **Termo de Credenciamento.**

25.9 Em caso de divergência entre as disposições constantes no edital e em seus anexos, prevalecerão às disposições do edital.

Bodoquena/MS, 22 de outubro de 2025

_____

Gerson Araújo dos Santos

Secretário Geral de Governo e Gestão

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025

CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados no Estudo Técnico Preliminar, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento. Somado às presentes exigências deste TR, deverão ser observados pelos interessados, também, todas as exigências que estarão contidas no respectivo Edital.

OBJETO:

1.1. Credenciamento de artistas, pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços artísticos e culturais, a fim de atender a programação cultural do município de Bodoquena/MS, com fundamento no Artigo 6º inciso XLIII da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

MODALIDADE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DURAÇÃO	VALOR DO CACHÊ
APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA	ARTÍSTICA	SOLO	150min	870,00
		DUPLA	150min	1650,00
	MUSICAL	BANDA/COLETIVO/GRUPO	150min	2.535,00

Os intervalos ocorreram a cada 01 (uma) hora de apresentação, com tempo máximo de 20 (vinte) minutos ou conforme acordado entre as partes.

VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

1.2.1. O credenciamento permanecerá aberto pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação do aviso de credenciamento, podendo os interessados apresentar a documentação exigida, a qualquer momento dentro desse período.

Local para entrega da documentação:

1.2.2. Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, situada na Rua Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020, ou ainda, a documentação poderá ser enviada para o e-mail: sectur01@bodoquena.gov.br.

1.3. DA VIGÊNCIA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

1.3.1. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do extrato, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

1.4. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

1.4.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados dentro do município de Bodoquena/MS, podendo haver apresentações nos distritos e áreas rurais no entorno.

1.4.2. Cada apresentação terá duração de 150 (cento e cinqüenta) minuto com intervalo de 20 (vinte) minutos a cada 01 (uma) hora de apresentação.

1.4.3. A Secretaria Geral de Governo e Gestão, através do departamento de cultura convocará os credenciados para a apresentação com no máximo 02 (dois) dias de antecedência de cada evento, obedecendo à ordem de cronológica das inscrições.

1.4.4. A Ordem de Serviços será emitida pela Secretaria Geral de Governo e Gestão, através do departamento de cultura constando o endereço, valor, nome do credenciado, evento e horário da apresentação.

1.4.5. A ordem de chamamento dos credenciados se dará após a homologação do resultado e será processada conforme a ordem cronológica das inscrições pelos proponentes.

1.4.6. Os proponentes serão reunidos, estabelecendo-se entre os mesmos o rodízio conforme a ordem cronológica prevista no subitem anterior.

1.4.7. Qualquer uma das atrações artísticas selecionadas poderá se apresentar mais de uma vez, obedecendo à ordem estabelecida na lista de credenciados, na modalidade de rodízio, recebendo o pagamento por cada apresentação.

1.4.8. Após a publicação do resultado do credenciamento, os interessados que apresentarem, nos dias subsequentes, a documentação de acordo com o edital, serão incluídos no final da lista de credenciamento, observando-se a ordem cronológica das inscrições.

1.4.9. A observância da ordem de chamamento visa garantir uma distribuição equitativa das apresentações entre os credenciados, de forma que os primeiros na ordem de classificação, após a contratação e execução, deverão aguardar até que todos os demais credenciados, do mesmo estilo, linguagem, modalidade artística e categoria, também já tenham realizado a prestação do serviço para que sejam convocados novamente.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente análise tem por objetivo fornecer informações para subsidiar a contratação de artistas, pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços artísticos e culturais, a fim de atender a programação cultural do Município de Bodoquena/MS, conforme especificações pormenorizadas que constarão em momento oportuno do Termo de Referência.

2.2. A necessidade da contratação faz-se pelas ações culturais realizadas pelo Município de Bodoquena/MS, e em face da aplicação das Políticas Públicas de cultura com o objetivo de incentivar e promover a diversidade cultural nas áreas de apresentações musicais que compõem o calendário cultural e turístico deste município.

2.3. Considerando ainda os diversos eventos e atividades gratuitas entregues à população por parte da Administração Pública Municipal, assim como a necessidade de viabilizar tais projetos/ações a serem realizados, patrocinados e apoiados pela Prefeitura Municipal de Bodoquena, por intermédio da Secretaria Geral de Governo e Gestão, através do departamento de cultura, no decorrer do ano.

2.4. Considerando, por fim, a consecução do objetivo geral da Secretaria Geral de Governo e Gestão, através do departamento de cultura, apoiado na expansão, fomento e difusão da cultura e do turismo, faz necessária a presente contratação de artistas, grupos e bandas, visando garantir a igualdade e equidade participativa da classe artística e cultural deste município.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. A solução escolhida é a contratação de artistas através do credenciamento para a realização de apresentações musicais. Tal solução traz diversos benefícios, como a ampliação da base de talentos disponíveis, a democratização do acesso às oportunidades de apresentação e uma maior variedade de estilos artísticos disponíveis para o público. Além disso, a centralização do processo de contratação por meio do credenciamento resulta em uma redução de custos e uma melhor otimização dos recursos disponíveis, sendo uma solução eficiente e diversificada para suprir as demandas dessa Secretaria.

3.2. E mais, pela via do credenciamento, esse objeto poderá ser atendido por artistas locais, que precisam desenvolver seu trabalho e que serão prestigiados pela sociedade, o que pode ajudá-lo a projetar a sua imagem no mercado, fortalecendo o crescimento da economia local/regional.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão participar do pretenso certame:

4.2. Pessoa física, maior de 18 anos, que cumpra os requisitos estabelecidos em posterior termo de referência e edital, atendendo as condições neles fixadas e em seus anexos;

4.3. Pessoa jurídica que tenha objeto compatível com a finalidade do pretenso credenciamento e que cumpra os requisitos estabelecidos em posterior termo de referência e edital, atendendo as condições neles fixadas e em seus anexos;

4.4. Organizações da sociedade civil, que tenham objeto compatível com a finalidade da pretensa contratação e que cumpra os requisitos estabelecidos em posterior termo de referência e edital, atendendo as condições neles fixadas e em seus anexos.

4.5. Pessoa Física (C.P.F.):

a) Artista Solo com ou sem procurador: Termo de Adesão artista solo, devidamente preenchido e assinado pelo próprio agente cultural ou procurador por ele designado, através de Procuração pessoa física, contendo a indicação da categoria artística selecionada e demais informações:

- Cópia legível do R.G. e C.P.F. do agente cultural

- Cópia legível do R.G. e C.P.F. do procurador, caso houver;

- Dados bancários em nome do agente cultural solo ou procurador, caso tenha sido indicado Termo de Adesão o procurador como responsável pelas transações do agente cultural. (os dados bancários declarados serão utilizados para realização dos pagamentos, quando houver apresentações, e for realizado depósito em conta.)

b) Dupla, Banda, Grupo, dentre outros: Em caso de banda ou grupo de artistas, o Termo de Adesão grupos, deverá ser preenchido por um representante e/ou procurador legal. O representante/procurador poderá ser um dos próprios integrantes da banda/grupo, mediante autorização firmada no próprio Termo de Adesão, ou um terceiro,

mediante procuração pessoa física, contendo a indicação da categoria artística selecionada e demais informações:

- Cópia legível do R.G. e C.P.F. do representante legal ou procurador;

- Cópia legível do R.G. e C.P.F. de todos os membros da dupla, grupo;

- Caso o representante/procurador da dupla, grupo, ser pessoa jurídica com compatibilidade ao objeto deste Termo de Referência, encaminhar cópia da situação de regularidade da pessoa jurídica indicada;

- Dados bancários em nome do agente cultural solo ou procurador, caso tenha sido indicado Termo de Adesão o procurador como responsável pelas transações do agente cultural. (os dados bancários declarados serão utilizados para realização dos pagamentos, quando houver apresentações, e for realizado depósito em conta.)

4.5.1. **Certidões e documentos que deverão ser encaminhadas para o perfil de Pessoa Física (C.P.F.):**

a) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipaldo domicílio ou sede, mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do município – CND Municipal;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em situação regular, sugestão de acesso: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.facese

c) Material informativo, "release" da apresentação, contendo: sinopse, ficha técnica, duração, classificação indicativa, bem como indicar as mídias sociais como: Facebook, Instagram, canal Youtube, caso possua;

g) Material fotográfico com resolução mínima de 300dpi – JPG

4.5.2**. Certidões e documentos que deverão ser encaminhadas para o perfil de Pessoa Jurídica (C.N.P.J., M.E.I., M.E., E.I.R.E.L.L.I e outros)** com atividades econômicas compatíveis ao objeto deste Termo de Referencia, sendo artista solo, dupla, grupo, banda ou outro:

a) Termo de adesão pessoa jurídica, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal ou procurador da pessoa jurídica, através de Procuração pessoa jurídica, contendo a indicação da categoria artística pretendida e demais informações.

- Cópia legível do R.G. e C.P.F. do representante legal ou procurador da pessoa jurídica; - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;

- Cópia simples do registro comercial, no caso de empresa individual, se houver ou;

- Cópia simples do ato constitutivo, estatutos ou contrato social em vigor e alterações posteriores, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, se houver, ou

- Cópia simples da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício, se houver, ou

- Cópia simples do Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual (CCMEI), no caso de MEI, se houver.

- Dados bancários em nome do agente cultural solo ou procurador, caso tenha sido indicado Termo de Adesão o procurador como responsável pelas transações do agente cultural. (os dados bancários declarados serão utilizados para realização dos pagamentos, quando houver apresentações, e for realizado depósito em conta.)

4.5.2.1. Certidões que deverão ser encaminhadas para o perfil de Pessoa Jurídica:

a) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipaldo domicílio ou sede, mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do município – CND Municipal;

b) Certidão Negativa de Débitos Estadual, em situação regular, sugestão de acesso: https://servicos.efazenda.ms.gov.br/pndfis/Home/Emissao;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em situação regular, sugestão de acesso: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.facese

d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos junto à Receita Federal do Brasil, em situação regular, sugestão de acesso: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir .

e) Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – F.G.T.S., em situação regular, da pessoa jurídica cadastrada, sugestão de acesso: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir

f) Material informativo, "release" da apresentação, contendo: sinopse, ficha técnica, duração, classificação indicativa, bem como indicar as mídias sociais como: Facebook, Instagram, canal Youtube, caso possua;

g) Material fotográfico com resolução mínima de 300dpi – JPG.

5. DO DESCREDENCIAMENTO:

5.1. Credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da prefeitura.

5.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

5.4. O agente cultural poderá ser descredenciado, independente das sanções e/ou penalidades cabíveis, nas seguintes situações.

a) Quando forem procedentes as denúncias/reclamações formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontem princípios constitucionais;

b) Quando houver a superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do agente cultural, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;

c) Quando verificar-se qualquer fato impeditivo ou vedado no termo de credenciamento ou na legislação aplicável;

d) Descumprimento injustificado do Termo de Credenciamento;

e) Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento;

f) Por solicitação do agente cultural;

g) A divulgação, pelo agente cultural, de informações do interesse exclusivo da Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, obtidas em decorrência deste credenciamento;

h) A Administração também poderá promover o descredenciamento daqueles que não apresentarem demanda de atendimento no prazo de 12 (doze) meses;

i) Quando o(a) artista realizar divulgação de terceiros — sejam marcas, produtos, empresas, pessoas físicas ou jurídicas — durante o cumprimento do contrato, sem a devida autorização da contratante, será caracterizado o descumprimento das cláusulas contratuais.

5.5. O pedido de descredenciamento solicitado formalmente pelo próprio agente cultural, não o desincumbirá do cumprimento de eventuais responsabilidades já assumidas.

5.6. Pessoas jurídicas deverão manter-se adimplentes com os encargos fiscais e trabalhistas durante todo o período da contratação, sob pena de descredenciamento;

5.7. Os casos de descredenciamento deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6. DAS OBRIGAÇÕES:

6.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais a serem previstas no contrato ou dele decorrentes:

6.1.1. Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas, dentro dos prazos estabelecidos e atender a todas as obrigações assumidas no credenciamento, sujeitando-se a fiscalização da prefeitura;

6.1.2. Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento, em função da prestação dos serviços;

6.1.3. Prestar o serviço nas localidades e horários previamente especificados;

6.1.4. Disponibilizar todo o material necessário à realização dos serviços;

6.1.5. Promover por sua conta e risco o transporte dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução do serviço;

6.1.6. Responsabilizar-se por danos causados direta ou indiretamente à prefeitura, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

6.1.7. Responsabilizar-se por sua locomoção até os locais do evento, bem como pelas despesas de alimentação e hospedagem;

6.1.8. Manter uma conduta condizente com a moral e a ética própria da profissão;

6.1.9. Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

6.1.10.Permitir o acesso da credenciante à documentos e arquivos referentes aos serviços prestados;

6.1.11.Prestar esclarecimentos à credenciante sempre que solicitado;

6.1.12. Comunicar à credenciante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;

6.1.13. Zelar pela boa qualidade e completa prestação dos serviços;

6.1.14. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal;

6.1.15.Encarregar-se exclusivamente pelo pagamento de todos os impostos, taxas e emolumentos sobre ela incidentes, devendo apresentar sempre que solicitado, a comprovação dos respectivos recolhimentos;

6.1.16. Honrar os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e outras obrigações previstas em Lei, ficando registrado que o pessoal empregado pela credenciada não terá nenhum vínculo empregatício com a prefeitura;

6.1.17.Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente credenciamento;

6.1.18.Acatar apenas as solicitações de prestação de serviços formalmente autorizadas pela prefeitura;

6.1.19. Responsabilizar-se pela emissão de nota fiscal de apresentação artística e pelo envio de toda documentação solicitada

6.1.20.Apresentar-se no dia e horário para o qual foi selecionado, cumprindo todos os critérios exigidos no credenciamento para o bom e completo desempenho do serviço.

6.1.21. Chegar ao local da prestação dos serviços com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário da apresentação, a depender da complexidade técnica da montagem da apresentação;

6.1.22. Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir os serviços, sob pena de descredenciamento;

6.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das demais a serem previstas no contrato ou dele decorrentes:

6.2.1. Solicitar ao credenciado e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom e fiel andamento dos serviços;

6.2.2. Documentar as ocorrências existentes no decorrer da prestação de serviços;

6.2.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos da credenciada, orientando- a, quando necessário;

6.2.4. Realizar o pagamento no prazo e forma ajustados;

6.2.5. Entregar a "credencial" de apresentação do credenciado quando estiver desenvolvendo suas atividades vinculadas ao projeto ou atividade objeto deste credenciamento;

6.2.6. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e cláusulas do termo de credenciamento, aplicando as penalidades previstas quando for o caso;

6.2.7. Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento

6.2.7.1. A Contratante se reserva o direito de suspender a prestação dos serviços que estiver em desacordo com o pactuado entre as partes;

6.2.8. Atestar a execução da prestação dos serviços, bem como receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato;

6.2.9. Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à Contratada.

6.2.10.Será, ainda, de responsabilidade da Secretaria Municipal Geral de Governo e Gestão disponibilizar infraestruturas e materiais necessários para a realização das apresentações:

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. Os trabalhos deverão estar alinhados com a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS.

7.2. A Contratada deverá estudar previamente a legislação vigente no Município a fim de verificar possíveis lacunas, e adaptar e/ou implantar as alterações pertinentes com escopo de prestar o seu serviço de forma eficaz e eficiente.

7.3. A Contratante indicará um gestor para acompanhar, fiscalizar e atestar a realização das apresentações, e terá a competência de dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução e, de tudo, dará ciência, à Credenciada.

7.4. Natureza da Contratação:

7.4.1. A solução definida através deste estudo realizado se trata de uma PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

7.4.2. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, a solução apresentada neste estudo se enquadra em SERVIÇOS ESPECIAIS, uma vez que por sua heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados serviços comuns.

7.5. Forma de Fornecimento ou Regime de Execução

7.5.1. O serviço será executado sob o regime de execução indireta, do tipo EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, conforme art. 6º, inciso XXVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6. Serviço Contínuo (vigência contratual):

7.6.1. A solução escolhida não se enquadra como serviço contínuo, motivo pelo qual deverão ser observadas as disposições do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, para fins de vigência contratual.

7.7. Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra:

7.7.1. À solução definida neste Estudo Técnico Preliminar não se aplica o regime de dedicação exclusiva de mão de obra

7.8. Subcontratação:

7.8.1. Não será permitido subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da licitação.

8. MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:

8.1. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre a Contratante e a Credenciada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. A Contratante poderá convocar o representante da Credenciada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. Após a assinatura do Termo de Credenciamento, a Contratante poderá convocar o representante da Credenciada para reunião inicial, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução das apresentações, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.5. De acordo com o Art. 117, da Lei 14.133, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado para esse fim, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das apresentações, determinando, o que for necessário, à regularização das faltas ou das falhas observados. Desse modo, a designação do fiscal do presente Termo de Credenciamento será realizada por ato da Administração Pública, conforme critérios de conveniência e oportunidade, observando-se a lotação e a capacidade técnica dos servidores envolvidos.

8.6. O (s) fiscal (is) acompanhará(ão) a execução do Termo de Credenciamento, para que sejam cumpridas todas as obrigações estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente da execução do objeto desta contratação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal emitida pelo contratado (a), devidamente atestada pelo setor competente.

9.2. O (a) contratado (a) deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Termo de Credenciamento, Nota Fiscal para fins de pagamento e os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso, para que a Credenciada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da

reapresentação da referida.

9.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições do credenciamento/contratuais.

9.6. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras;

9.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pelo(a) Contratado(a), de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

9.8. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos ao(a) Contratado(a), na forma da legislação aplicável;

9.9. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

9.9.1. não produziu os resultados acordados ou deixe de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com adoção de procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO na hipótese de contratação paralela e não excludente, ou seja, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, com fundamento nos arts. 74, inciso IV e art. 79, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021,

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1 Os valores de referência, ou seja, os valores estimados, estão previstos na planilha em anexo, de acordo com as modalidades. A estimativa do valor total da contratação é de **R$ 119.498,00** (cento e dezenove mil quatrocentos e noventa e oito reais), conforme planilha orçamentária elaborada com base em pesquisas de mercado, composição de custos unitários e critérios técnicos compatíveis com as especificações do objeto.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, neste exercício, na dotação abaixo discriminada:

186 - 10.001.13.392.0801.2123.3.3.90.39.00 Promoção e/ou Apoio de Eventos e atividades Culturais no Município 1.500.0000

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração aquele que infringir as disposições previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, e as sanções serão aplicadas, no que couber, conforme art.156 da mesma lei.

- Segue anexo a este Termo de Referência: - Calendário Oficial de Festividades do Município.

- Planilha de Valores estimativos.

Bodoquena/MS, 06 de setembro de 2025.

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025
CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO (ARTISTA SOLO / ARTISTA SOLO COM PROCURADOR)

Nome artístico (se houver): _____.

Nome completo do artista: _____.

Dados do artista: RG n.º _____ e CPF n.º_____.

Endereço do artista: _____.

CEP_____, Cidade: _____ e UF _____.

Celular: ( )_____, E-mail: _____.

Site (se houver): _____.

Nome e CPF do procurador (quando for o caso): _____.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	DURAÇÃO	QNT APRESENTAÇÃO
01	Apresentação musical de artistas em desenvolvimento que tocam música acústica de gênero, afro, axé, blues, bailão (nos estilos, polca, chamamé, vanera, fandango, rasqueado, entre outros), DJ/MCs, eletrônica, forró, gospel, hip-hop, instrumental, jazz, MPB, pagode, POP, rap, reggae, regional, rock, samba, sertaneja e outros gêneros não listados, para integrar a programação cultural e eventos de Bodoquena, com temáticas ou gêneros específicos.	Minutos	150 Minutos de Duração Com Intervalo	

Desejo participar do Credenciamento promovido pela Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, no item acima mencionado, trazido no edital nº 02/2025, tendo por objeto o credenciamento de artistas, pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços artísticos e culturais, a fim de atender a programação cultural do município de Bodoquena/MS, com fundamento no Artigo 6º inciso XLIII da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

Dados bancários do artista ou do procurador para fins de recebimento dos pagamentos:

Banco: xxxxxxxxx

Agência: xxxxxxx

Conta Corrente: xxxxxxx

Nome/Razão Social: xxxxxxx

Encaminho juntamente com o presente termo toda a documentação necessária solicitada para a adesão ao credenciamento e declaro, para os devidos fins que o artista:

I. Está ciente e de acordo com as normas que regem este edital de credenciamento e condições de participação nele expressas, aderindo a todos os seus termos;

Não incide nas vedações previstas neste edital;

Não é servidor público municipal ou membro da Comissão de Credenciamento, ou seus cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o 3º (terceiro grau), ascendentes ou descendentes;

Que a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS fica autorizada, em caráter gratuito e definitivo, à utilização de imagem e som coletados durante a realização do serviço a ser executado, em quaisquer linguagens e modalidades, inclusive em textos, captados através de quaisquer meios ou através de quaisquer tipos de mídia, bem como a execução, sem fins comerciais, seja em locais públicos ou privados, por tempo indeterminado.

( ) Não possui idade inferior a 18 anos e

( ) Possui a quantidade de participantes estabelecida na categoria para a qual está se credenciando, bem como, possui repertório demandado para o cadastro na respectiva categoria.

/_, _____de ___de

_____

Assinatura do artista ou do procurador por ele constituído

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025
CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

ANEXO III

TERMO DE ADESÃO (BANDA OU GRUPO DE ARTISTAS)

Nome artístico (se houver): _____.

Nome completo do artista: _____.

Dados do artista: RG n.º _____ e CPF n.º_____.

Endereço do artista: _____.

CEP_____, Cidade: _____ e UF _____.

Celular: ( ) _____, E-mail: _____.

Site (se houver): _____.

Nome e CPF do procurador (quando for o caso): _____.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	DURAÇÃO	QNT APRESENTAÇÃO
01	Apresentação musical de artistas em desenvolvimento que tocam música acústica de gênero, afro, axé, blues, bailão (nos estilos, polca, chamamé, vanera, fandango, rasqueado, entre outros), DJ/MCs, eletrônica, forró, gospel, hip-hop, instrumental, jazz, MPB, pagode, POP, rap, reggae, regional, rock, samba, sertaneja e outros gêneros não listados, para integrar a programação cultural e eventos de Bodoquena, com temáticas ou gêneros específicos.	Minutos	150 Minutos de Duração Com Intervalo	

Desejo participar do Credenciamento promovido pela Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, no item acima mencionado, trazido no edital nº 02/2025, tendo por objeto o credenciamento de artistas, pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços artísticos e culturais, a fim de atender a programação cultural do município de Bodoquena/MS, com fundamento no Artigo 6º inciso XLIII da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

Dados bancários do artista ou do procurador para fins de recebimento dos pagamentos:

Banco: xxxxxxxxx

Agência: xxxxxxx

Conta Corrente: xxxxxxx

Nome/Razão Social: xxxxxxx

Encaminho juntamente com o presente termo toda a documentação necessária solicitada para a adesão ao credenciamento e declaro, para os devidos fins que o artista:

I. Está ciente e de acordo com as normas que regem este edital de credenciamento e condições de participação nele expressas, aderindo a todos os seus termos;

II. Não incide nas vedações previstas neste edital;

III. Não é servidor público municipal ou membro da Comissão de Credenciamento, ou seus cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o 3º (terceiro grau), ascendentes ou descendentes;

IV. Que a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS fica autorizada, em caráter gratuito e definitivo, à utilização de imagem e som coletados durante a realização do serviço a ser executado, em quaisquer linguagens e modalidades, inclusive em textos, captados através de quaisquer meios ou através de quaisquer tipos de mídia, bem como a execução, sem fins comerciais, seja em locais públicos ou privados, por tempo indeterminado.

( ) Não possui idade inferior a 18 anos e

( ) Possui a quantidade de participantes estabelecida na categoria para a qual está se credenciando, bem como, possui repertório demandado para o cadastro na respectiva categoria.

/_, _____de ___de

_____

Assinatura do artista ou do procurador por ele constituído

Outorgamos ao representante acima indicado poderes para tomar as decisões que julgar necessárias durante o credenciamento e demais atos a ele pertinentes, bem como para representar, assinar contratos/receber nota de empenho, receber cachê e dar quitação perante a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS.

Nome, número do C.P.F. e R.G. e assinatura dos integrantes, no caso de dupla/banda/grupo.

1) _____

2)_____

3)_____

4)_____

5)_____

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025
CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO (PESSOA JURÍDICA)

Razão social: _____.

Dados da pessoa jurídica (CNPJ): _____.

Dados do artista: RG n.º _____ e CPF n.º_____.

Endereço da pessoa jurídica: _____.

CEP_____, Cidade: _____ e UF _____.

Celular: ( )_____, E-mail: _____.

Site (se houver):_____.

Nome e CPF do representante legal ou procurador (quando for o caso): _____.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	DURAÇÃO	QNT APRESENTAÇÃO
01	Apresentação musical de artistas em desenvolvimento que tocam música acústica de gênero, afro, axé, blues, bailão (nos estilos, polca, chamamé, vanera, fandango, rasqueado, entre outros), DJ/MCs, eletrônica, forró, gospel, hip-hop, instrumental, jazz, MPB, pagode, POP, rap, reggae, regional, rock, samba, sertaneja e outros gêneros não listados, para integrar a programação cultural e eventos de Bodoquena, com temáticas ou gêneros específicos.	Minutos	150 Minutos de Duração Com Intervalo	

Desejo participar do Credenciamento promovido pela Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, no item acima mencionado, trazido no edital nº 02/2025 tendo por objeto o credenciamento de artistas, pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços artísticos e culturais, a fim de atender a programação cultural do município de Bodoquena/MS, com fundamento no Artigo 6º inciso XLIII da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.

Dados bancários do representante legal ou do procurador para fins de recebimento dos pagamentos:

Banco: xxxxxxxxx

Agência: xxxxxxx

Conta Corrente: xxxxxxx

Nome/Razão Social: xxxxxxx

Encaminho juntamente com o presente termo toda a documentação necessária solicitada para a adesão ao credenciamento e declaro, para os devidos fins que o artista:

Está ciente e de acordo com as normas que regem este edital de credenciamento e condições de participação nele expressas, aderindo a todos os seus termos;

Não incide nas vedações previstas neste edital;

Não é servidor público municipal ou membro da Comissão de Credenciamento, ou seus cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o 3º (terceiro grau), ascendentes ou descendentes;

Que a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS fica autorizada, em caráter gratuito e definitivo, à utilização de imagem e som coletados durante a realização do serviço a ser executado, em quaisquer linguagens e modalidades, inclusive em textos, captados através de quaisquer meios ou através de quaisquer tipos de mídia, bem como a execução, sem fins comerciais, seja em locais públicos ou privados, por tempo indeterminado.

( ) Não mantemos em nosso elenco/quadros menor de idade.

( ) Possui a quantidade de participantes estabelecida na categoria para a qual está se credenciando, bem como, possui repertório demandado para o cadastro na respectiva categoria.

_____/MS, __de _____de _____

_____

Assinatura do representante legal ou do procurador por ele constituído

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025

CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO (PESSOA FÍSICA: ARTISTA SOLO/ BANDA OU GRUPO DE ARTISTAS PESSOAS FÍSICAS)

Eu_____, nacionalidade _____, Profissão_____, inscrito no CPF n._____ e com RG n. _____, abaixo subscrito nomeio e constituo como bastante procurador o Sr._____, maior, nacionalidade _____, portador do RG n. _____e CPF n. _____, residente à rua/Travessa/Avenida_____, n._____, bairro_____, a fim de representar, assinar contratos/receber nota de empenho, receber cachê e dar quitação perante a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS.

Cidade, _____-__, __ de _____ de _____.

_____

xxxxxxxxxxxxxx

Proprietário

_____

Procurador

Colocar abaixo o nome do artista, assinatura simples conforme documento de identidade:

Nome: _____, RG:_____ e CPF _____.

Endereço: _____,

Assinatura: _____

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025

CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO (PESSOA JURÍDICA)

Eu _____, nacionalidade_____, Profissão_____, inscrito no CPF n._____, com RG n._____ representante legal do C.N.P.J. nº_____, abaixo subscrito nomeio e constituo como bastante procurador o Sr._____, maior, nacionalidade_____, portador do RG n. _____e CPF n._____, residente à rua/ Travessa/Avenida n _____, bairro_____, a fim de representar, assinar contratos/receber nota de empenho, receber cachê e dar quitação perante a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS.

Cidade, _____-__, __ de _____ de _____.

_____

xxxxxxxxxxxxxx
Proprietário

_____
Procurador

Colocar abaixo o nome do artista, assinatura simples conforme documento de identidade:
Nome: _____, RG:_____ e CPF _____.
Endereço: _____.
Assinatura: _____

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025
CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

A Comissão Permanente de Contratação

Pelo presente instrumento, a empresa/Artista_____, CNPJ/CPF nº _____, com sede na (endereço completo) _____, através de seu representante legal infra-assinado, declara que:

Declaramos, para os devidos fins que a Empresa/Artista atende todas as condições de habilitação, conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos, ressalvando-se o direito recursal, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Declaramos que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Declaramos que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaramos, para todos os fins que não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7°, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. *(Lei Federal nº 9.854/1999).*

Declaramos, para fins que até a presente data inexistem fatos impeditivos quanto à nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Declaramos, para todos os fins que a Empresa/Artista não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Declaramos, para todos os fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Compromete - se, formalmente, para satisfazer a execução do objeto licitado, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital de Credenciamento, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, assim como disponibilidade técnico-operacional suficiente e satisfatória, a fim de assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser credenciada no presente credenciamento, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esse Município, que o (a) responsável legal da Empresa/Artista é o (a) Sr.º(a) ...., Portador(a) do RG sob o nº ....., e CPF sob o nº ...., cuja função/cargo é .....(sócio / administrador / procurador / diretor / etc.), responsável pela assinatura do Termo de Credenciamento.

Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Termo de Credenciamento seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: (DDD) .....-.....

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações e Contratos desse Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

_____-____, ____ de _____ de _____.

_____

Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)
CARIMBO CNPJ

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2025
CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

ANEXO VIII

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2025

Termo de Credenciamento nº xx/xxxx, que entre si celebram o Município de Bodoquena/MS, por intermédio da Secretaria Municipal de xxxxxx e a pessoa física ou jurídica xxxxxxxxxxxxx credenciada:

I - Pelo presente instrumento, de um lado, a Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, por intermédio da Secretária Geral de Governo e Gestão, com sede na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira nº 1020, bairro: Bandeira II, na cidade de Bodoquena/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no xxxxx de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante denominado CREDENCIADO, cujo nome artístico é "xxxxxx", celebram o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO para a prestação de serviços relacionados a prestação de serviços artísticos e culturais, a fim de atender a programação cultural do município de xxxxxx/MS, com fundamento no Artigo 6º inciso XLIII da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, bem como ao Decreto Municipal nº 64/2025 de 11 de março de 2025, mediante as seguintes cláusulas e condições:

II – Do fundamento legal: o presente Termo de Credenciamento tem fundamento legal pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial os artigos 6º, inciso XLIII, artigo 74, IV e artigo 79, e Decreto Municipal nº 64/2025 de 11 de março de 2025, em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 01/2025, cujas disposições, em sua totalidade, são vinculativas a este instrumento.

III- Da execução: o objeto do presente Termo de Credenciamento será executado na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos dos arts. 6º, XXVIII e 92, IV, ambos da Lei nº 14.133/21, bem como os casos nele omissos, serão regulados pelo disposto na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 64/2025 de 07 de março de 2025 e demais preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma dos art. 89 e inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 14.133/2021, e ainda nos princípios de Direito Público.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente termo tem por objeto o credenciamento de artistas, pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços artísticos e culturais, a fim de atender a programação cultural do município de Bodoquena/MS, com fundamento no Artigo 6º inciso XLIII da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, em atenção à solicitação da Secretaria Geral de Governo e Gestão.

1.2. Especificação do objeto e demais informações:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	DURAÇÃO	QNT APRESENTAÇÃO
01	Apresentação musical de artistas em desenvolvimento que tocam música acústica de gênero, afro, axé, blues, bailão (nos estilos, polca, chamamé, vanera, fandango, rasqueado, entre outros), DJ/MCs, eletrônica, forró, gospel, hip-hop, instrumental, jazz, MPB, pagode, POP, rap, reggae, regional, rock, samba, sertaneja e outros gêneros não listados, para integrar a programação cultural e eventos de Bodoquena, com temáticas ou gêneros específicos.	Minutos	150 Minutos de Duração Com Intervalo	xx

Obs: Os intervalos ocorreram a cada 01 (uma) hora de apresentação, com tempo máximo de 20 (vinte) minutos ou conforme acordado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS:

2.1. Ao credenciado competirá:

Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas, dentro dos prazos estabelecidos e atender a todas as

obrigações assumidas no credenciamento, sujeitando-se a fiscalização da Administração;

Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento, em função da prestação dos serviços;

Prestar o serviço nas localidades previamente especificadas;

Promover por sua conta e risco o seu deslocamento, de sua equipe e instrumentos/materiais que julgar necessário à execução do objeto;

Responsabilizar-se por danos causados direta ou indiretamente à Administração, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

Responsabilizar-se por sua locomoção até os locais do evento, bem como pelas despesas de alimentação;

Manter uma conduta condizente com a moral e a ética própria da profissão;

Manter-se, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

Permitir o acesso da credenciante à documentos e arquivos referentes aos serviços prestados;

Prestar esclarecimentos à credenciante sempre que solicitado;

Comunicar à Administração qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;

Zelar pela boa e completa prestação dos serviços;

Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal;

Encarregar-se exclusivamente pelo pagamento de todos os impostos, taxas e emolumentos sobre ela incidentes, devendo apresentar sempre que solicitado, a comprovação dos recolhimentos respetivos;

Honrar os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e outras obrigações previstas em Lei, ficando registado que o pessoal empregado pela credenciada não terá nenhum vínculo empregatício com o município;

Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente credenciamento;

Acatar apenas as solicitações de prestação de serviços formalmente autorizadas pela Administração;

Responsabilizar-se pela emissão de nota fiscal de apresentação artística e envio de toda documentação solicitada;

Apresentar-se no dia para o qual foi selecionado, cumprindo todos os critérios, com todos os equipamentos em funcionamento;

Chegar ao local da prestação dos serviços com 30 (*trinta*) minutos de antecedência a depender da complexidade técnica da montagem da apresentação;

Subcontratar, ceder ou transferir os serviços, sob pena de descredenciamento;

Manter atualizados os dados cadastrais (razão social, contato telefônico, e-mail, domicílio bancário, endereço (s) de atendimento, responsáveis legal e técnico, corpo clínico) e demais informações relevantes à execução contratual;

Manter atualizados os dados sobre o perfil tributário da empresa e informar eventuais alterações no curso do Termo de Credenciamento;

Manter, durante a vigência do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação prevista no edital, bem como os recursos materiais e humanos, declarados na proposta de prestação de serviços, observando-se ainda, a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais;

Fornecer toda a documentação necessária à comprovação do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

Abster-se de exigir garantias como cheque ou caução para o atendimento à população;

Abster-se de exigir assinatura de contrato a população, como condição para prestar o atendimento;

Abster-se de cobrar por serviços não executados ou executados irregularmente;

Faturar os serviços prestados à população, única e exclusivamente por meio do Termo de Credenciamento celebrado com o Credenciante, sendo proibido ao Credenciado cobrar diretamente da população qualquer importância referente aos serviços realizados, ainda que referente aos materiais e procedimentos não autorizados pelo Credenciante, ou ainda, sob a forma de complementação de pagamento;

É VEDADA A APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS:

cujo teor apresentem cunho racista, xenófobo, sexista ou qualquer forma de preconceitos ou estimulem a violência;

que tenham cunho político-eleitoral, que se destinem a financiamento de campanhas, realização de comícios ou qualquer outra atividade vinculada a partidos políticos e/ou suas coligações;

que infrinja dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou outra norma jurídica vigente;

que violem os direitos de terceiros, incluindo os de propriedade intelectual, atente contra a ordem pública ou cause impacto negativo à saúde humana, animal e/ou ao meio ambiente;

que esteja ligado a jogos de azar ou especulativos;

que tenha vínculo com a exploração de trabalho infantil, degradante ou escravo;

que evidencie preconceito ou discriminação de qualquer natureza;

que caracterize promoção pessoal de autoridade, de servidor público ou da imagem do governo de qualquer esfera política;

Caso seja verificado que o credenciado, ou ainda, que o trabalho por ele apresentado se enquadra em alguma das vedações descritas no item acima, o mesmo será descredenciado a qualquer tempo;

O credenciado cederá ao Município de Bodoquena/MS os direitos de imagem e som para sua documentação e divulgação, inclusive em textos, captados através de quaisquer meios ou através de quaisquer tipos de mídia, coletados ao longo

de todo o desenvolvimento e duração do Projeto, bem como a execução, sem fins comerciais, seja em locais públicos ou privados, por tempo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:

É de responsabilidade da Credenciante:

Solicitar ao credenciado e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

Documentar as ocorrências existentes no decorrer da prestação de serviços;

Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos da credenciada, orientando- a, quando necessário;

Realizar o pagamento no prazo e forma ajustados;

Entregar a credencial de apresentação do credenciado quando estiver desenvolvendo suas atividades vinculadas ao projeto ou atividade objeto deste credenciamento;

Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e cláusulas do termo de credenciamento, aplicando as penalidades previstas quando for o caso.

Será, ainda, de responsabilidade da Credenciante disponibilizar a seguinte infraestrutura para a realização dos shows:

Estrutura do palco composta de palco, som e iluminação;

Divulgar a programação do projeto por meios eletrônicos e mídia espontânea em jornais, televisões, rádios e faixas;

Definir e notificar o contratado com antecedência sobre o horário em que ele estará autorizado a fazer os ajustes necessários de som, iluminação e/ou quaisquer outros que se fizerem necessários.

CLÁUSULA QUARTA – DA AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

4.1. A gestão e fiscalização da contratação caberá à Administração Pública Municipal e será exercida a qualquer momento, como lhe convier e no seu exclusivo interesse, para o exato cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, por meio da designação de servidor (es) de seu quadro de pessoal.

4.2. As exigências e a atuação da fiscalização pela Administração Pública Municipal em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva do credenciado, no que concerne à execução do objeto do contrato.

4.3. À fiscalização de que trata este item competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do credenciamento, nos termos do Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, para atuarem como fiscal técnico e gestor do contrato, assim como seus respectivos substitutos.

4.4. A avaliação do serviço prestado observará os seguintes critérios:

Pontualidade na execução do serviço;

Qualidade do serviço prestado;

Profissionalismo na relação com os prepostos da Prefeitura Municipal de xxxxxx/MS e os beneficiários diretos ou indiretos da prestação do serviço ou fornecimento de bens;

Cumprimento integral das cláusulas do termo de credenciamento;

Respeito a diversidade cultural brasileira e aos direitos humanos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES:

Credenciado ficará sujeito, assegurados a este o contraditório e ampla defesa, no caso de execução insatisfatória dos serviços, por inexecução total ou parcial, ou ainda cobranças de procedimentos não realizados ou indevidos, omissão e outras faltas, bem como pelo descumprimento de quaisquer das condições constantes no Regulamento Geral, bem como neste Edital de Credenciamento, às seguintes penalidades:

Advertência;

Multa na proporção de duas vezes o valor de dano material, incluindo-se nesse valor o total das despesas efetuadas pelo Credenciante para reparação do dano decorrente de erro do Credenciado ou ainda o valor do procedimento não concluído, realizado de forma insatisfatória, parcial ou injustificadamente ou cobrado indevidamente;

Descredenciamento nos casos de comprovada com má-fé, dolo ou fraude por parte do Credenciado, causando prejuízos ao Credenciante ou aos beneficiários;

Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Credenciante, pelo prazo de até dois anos;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Credenciante ao Credenciado ou cobrado judicialmente.

5.3. As sanções previstas nas alíneas "5.1.1", "5.1.4" e "5.1.5" podem ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

5.4. Em caso de abertura de processo administrativo para apurar irregularidades na execução dos serviços prestados, este reger-se-á pela Lei nº 9.784/1999.

5.5. A não manifestação da Credenciada nos prazos estabelecidos importará aceitação das glosas ou penalidades aplicadas.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL:

6.1. A responsabilidade civil das partes, decorrente da prestação dos serviços, regular-se-á pelo disposto nos artigos 927 a 954 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração Pública Municipal.

Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133/2021.

A revogação do edital de Credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

O Credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

Pedido formalizado pelo Credenciado;

Perda das condições de habilitação do Credenciado;

Descumprimento injustificado do Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente pelo Credenciado;

Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento;

O pedido de descredenciamento de que trata o item 7.3 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais responsabilidades assumidas;

Nas hipóteses previstas nos itens 7.4.2. e 7.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração Pública Municipal, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

Constituem motivos de descredenciamento, independentemente das sanções cabíveis:

Quando forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontem princípios constitucionais;

Quando houver a superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa da credenciada, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;

Quando verificar-se qualquer fato impeditivo ou vedado no Termo de Credenciamento ou na legislação aplicável;

Por solicitação do credenciado;

A apresentação de trabalhos que incidam nas vedações do subitem 2.2 deste termo;

A Administração também poderá promover o descredenciamento daqueles que não apresentarem demanda de atendimento no prazo de 12 (doze) meses.

Os casos de descredenciamento deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

8.1. O presente Instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

8.2. Este Termo de Credenciamento poderá ser prorrogado sucessiva e anualmente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. É condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), contados da data de sua assinatura e deverá ocorrer nos prazos, conforme Art. 94, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO.

9.1. Pela prestação dos serviços deste termo, o Credenciado receberá o valor de R$ xxxx (xx), conforme especificação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	DURAÇÃO	QNT APRESENTAÇÃO	VLR UNT	VALOR TOTAL
01	Apresentação musical de artistas em desenvolvimento que tocam música acústica de gênero, afro, axé, blues, bailão (nos estilos, polca, chamamé, vanera, fandango, rasqueado, entre outros), DJ/MCs, eletrônica, forró, gospel, hip-hop, instrumental, jazz, MPB, pagode, POP, rap, reggae, regional, rock, samba, sertaneja e outros gêneros não listados, para integrar a programação cultural e eventos de xxxxx, com temáticas ou gêneros específicos.	Minutos	150 Minutos de Duração Com Intervalo	xxxx	R$ XXXXX	R$ XXXXX[LA6]

9.2. A alteração dos valores a serem pagos aos artistas somente ocorrerá mediante alteração do Edital de Credenciamento nº 01/2025.

9.3. O pagamento, decorrente da execução do objeto desta contratação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até **30 (trinta) dias**, após a apresentação da respectiva **Nota Fiscal**, devidamente atestada pelo setor competente.

9.4. A contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Termo de Credenciamento, Nota Fiscal para fins de pagamento e os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Credenciada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação da referida.

9.6. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (*trinta*) dias contados do

recebimento dos serviços, mediante atesto da nota fiscal e da apresentação da documentação fiscal e trabalhista exigidas neste edital.

9.7. O pagamento será efetuado por crédito em conta bancária de titularidade do credenciado ou do procurador por ele indicado.

9.8. O credenciado será o único responsável pelo repasse de valores aos seus filiados prestadores de serviços.

9.9. Poderão ser retidos tributos, por ocasião dos pagamentos, conforme legislação vigente, em especial I.N.S.S. (Instituto Nacional de Seguridade Social), I.R.R.F. (Imposto de Renda Retido na Fonte) e I.S.S.Q.N. (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

9.10. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do próprio credenciado, constar o número do edital de credenciamento/termo de credenciamento/credenciado, o preço unitário e o total expresso em reais.

9.11. À prefeitura fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se o serviço prestado estiver em desacordo com as condições estipuladas no Termo de Credenciamento, garantindo-se ao agente cultural o direito de ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE:

10.1 Os preços consignados neste Termo de Credenciamento poderão ser reajustados mediante solicitação e prévia negociação entre as partes e observados os preços praticados no mercado, devendo ser respeitado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, ou da data da proposta ou do último reajuste, respeitando-se o limite máximo da variação acumulada nos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou ainda em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pela Administração Pública Municipal.

10.2. Na negociação acima mencionada, caso a variação dos componentes dos custos do contrato esteja acima do índice previsto no item 10.1, o credenciado poderá apresentar planilha com demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato para subsidiar a prévia análise e deliberação por parte da Administração Pública Municipal, devidamente comprovada e justificada.

10.3. A comprovação da variação dos componentes dos custos poderá ser feita por meio de notas fiscais, documento que ateste a ampliação dos serviços prestados, ou outros documentos contemporâneos à época da elaboração da proposta e do momento da solicitação do reajuste, a exemplo de atas de reunião, contratos, convênios e acordos referenciais.

10.4. O Credenciante poderá convocar o Credenciado para acertar a redução de preços, taxa de administração e demais taxas, mantendo o mesmo objeto, em virtude da redução dos preços de mercado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

186 - 10.001.13.392.0801.2123.3.3.90.39.00 Promoção e/ou Apoio de Eventos e atividades Culturais no Município1.500.0000

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO:

12.1. A relação existente entre as partes, estabelecida neste Instrumento poderá ser alterada na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, por meio de termos aditivos a este termo, sendo que registros que não caracterizem alteração do Termo de Credenciamento poderão ser realizados por simples apostila, conforme previsão contida no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DIVULGAÇÃO:

13.1. Em conformidade com o previsto artigo 91, da Lei Federal nº 14.133/2021, serão publicados, na imprensa oficial, este Termo de Credenciamento e seus respectivos aditivos.

13.2. Para que a população do município de Bodoquena/MS tenha conhecimento dos prestadores de serviços disponíveis, fica o Credenciante autorizado a divulgar nos termos deste instrumento contratual a relação dos profissionais e os serviços especializados do Credenciado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

14.1. Em conformidade com o previsto no artigo 91 da Lei n° 14.133/2021, serão publicados, na imprensa oficial, este Termo de Credenciamento e seus respectivos aditivos.

14.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) também se constitui como condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de assinatura do termo de credenciamento (Lei Federal n. 14.133/21, art. 94, II).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES PACTUAIS:

15.1. Qualquer tolerância por parte da Administração Pública Municipal, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pelo Credenciado, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Administração Pública Municipal exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

15.2. O credenciamento não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Administração Pública Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pelo credenciado para a execução do objeto contratual, sendo o credenciado o único responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ele e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

15.3. O Credenciado, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, a Administração Pública Municipal, seu patrimônio, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se a Administração Pública Municipal o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

15.4. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pelo credenciado durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da Administração Pública Municipal, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da Administração Pública Municipal, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:

16.1. Deverá o Credenciado atender e se adequar ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

16.2. O Credenciante e o Credenciado comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, bem como executar os serviços em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – L.G.P.D.).

16.3. O eventual acesso, pelo Credenciado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para o Credenciado e para seus prepostos dever de sigilo.

16.4. O Credenciado cooperará com o Credenciante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na L.G.P.D. e nas Leis de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (A.N.P.D.) e Órgãos de controle administrativo em geral.

16.5. O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer na estrita necessidade de tutela da saúde, exclusivamente em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária, hipótese que dispensa o consentimento do titular dos dados.

16.6. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da L.G.P.D.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Vinculam-se a este termo, o edital de credenciamento e os seus anexos.

17.2. Em caso de chuva, outros fenômenos naturais ou situações e imprevistos que inviabilizem a realização das apresentações artísticas, no dia e horário pré-estabelecidos, os credenciados serão informados sobre a necessidade de adiar ou cancelar a apresentação.

17.3. Ocorrendo a situação prevista no item anterior a secretaria designará e informará ao credenciado uma nova data para realização das apresentações artísticas. Nesse caso, não haverá nenhum acréscimo ao valor previsto do cachê ou pagamento em duplicidade.

17.4. A contratação de artistas, bandas e grupos não gera qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

17.5. O credenciado que deixar de prestar os serviços quando convocado, somente poderá voltar a prestar o serviço após o transcorrer de toda a lista de credenciamento pertinente a sua linguagem, modalidade e categoria.

17.6. É de inteira responsabilidade dos credenciados qualquer direito trabalhista, previdenciário ou qualquer outro referente à equipe técnica que o compõe.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

18.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FISCAL DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

19.1. O fiscal do Termo de Credenciamento será o servidor especialmente designado pela administração, com atribuições de acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços. É o representante da Administração, especialmente designado nas formas do art. 117, da Lei Federal n º 14.133, de 2021, para exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela credenciada, propor soluções para regularização de faltas e problemas observados e sanções que entender cabíveis

19.2. Será designado pelo Executivo Municipal, como Fiscal de contrato para a presente contratação o servidor abaixo:

NOME	MATRÍCULA	DEPARTAMENTO
xxxxxx	xxxxxx	xxxxxxxx

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. As partes elegem em, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Miranda/MS, para dirimir qualquer ação ou medida judicial decorrente deste Termo de Credenciamento.

xxxxxx/MS, XX de XXXXX de xxxxx.

XXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal

xxxxxxxxxx
Credenciado

Matéria enviada por Vinicius Guaresma Mudo

Contrato

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 85/2025-PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 108/2025-DISPENSA N° 14/2025

*PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025 QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MARLENE DE MORAES MOURA.***OBJETO:** O objeto do presente instrumento é a Locação de imóvel residencial para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). O presente instrumento tem por objetivo:**Prorrogar o prazo de vigência**, passando a data do término de 21 de outubro de 2025 para 21 de abril de 2025, conforme cláusula segunda do contrato e Art. 105 da Lei n. 14.133, de 2021.RATIFICAÇÃO - **Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.**Assinam: **Karen Alves Barbosa Lopes** Secretário Municipal de Assistência Social – Contratante**MARLENE DE MORAES MOURA** Contratada – Representante. Bodoquena/MS, 15 de outubro de 2025.

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

Contrato

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 86/2025-PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 109/2025-DISPENSA N° 15/2025

*PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2025 QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EMPRESA PEDRO DE SOUZA ORMUNDO.***OBJETO:** O objeto do presente instrumento é a Locação de imóvel residencial para atender as demandas do CREAS (Centro de Referência de Assistência Social) de Bodoquena/MS.O presente instrumento tem por objetivo:**Prorrogar o prazo de vigência**, passando a data do término de 21 de outubro de 2025 para 21 de abril de 2025, conforme cláusula segunda do contrato e Art. 105 da Lei n. 14.133, de 2021.RATIFICAÇÃO - **Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.** Assinam: **Karen Alves Barbosa Lopes** Secretário Municipal de Assistência Social – Contratante **PEDRO DE SOUZA ORMUNDO** Contratada – Representante. Bodoquena/MS, 15 de outubro de 2025.

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

Contrato

ATA DE REGISTRO Nº 48/2025-PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 216/2025-PREGÃO ELETRÔNICO N° 51/2025

Partes: **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BODOQUENA** e os fornecedores: BIOSUL PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 05.905.525/0001-90; GC LAB DIAGNÓSTICOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ n° 20.352.354/0001-02; DECOM PAPER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n° 08.726.881/0001-34; HABX COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS DE HOSPITAIS E LABORATÓRIOS LTDA-ME - ME, sob inscrição de CNPJ nº 28.767.124/0001-16; JAVA MED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME, sob inscrição de CNPJ nº 5.508.404/0001-29; MS DIAGNOSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.970.175/0001-21; REAG-LAB COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 16.926.786/0001-02; SHOP LIGHT ILUMINAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.903.161/0001-70. OBJETO: Registro dos menores preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais para atender as demandas do Laboratório Municipal de Bodoquena MS. VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do órgão, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei 14133/21, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n. 0453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preço vantajoso e conforme previsto no planejamento da contratação. Assinam: Monique Hevely Correa Dalletezze Secretária Municipal de Saúde – Contratante e os fornecedores: BIOSUL PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA,; GC LAB DIAGNÓSTICOS LTDA - EPP, DECOM PAPER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, HABX COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS DE HOSPITAIS E LABORATÓRIOS LTDA-ME - ME, JAVA MED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME, MS DIAGNOSTICA LTDA, REAG-LAB COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, SHOP LIGHT ILUMINAÇÃO LTDA. Bodoquena/MS, 13 de outubro de 2025.

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

Contrato

ATA DE REGISTRO Nº 46/2025-PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 201/2025-PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2025

Partes: O MUNICÍPIO DE BODOQUENA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA e os fornecedores: AMCANAÃ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ n° 01.044.210/0001-44; BBB DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ n° 60.773.829/0001-59; EMGESA - EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO EIRELI, inscrita no CNPJ n° 32.005.178/0001- 11; J2R Automação Ltda - Eireli, inscrita no CNPJ n° 30.247.600/0001-10; 40.142.97 Ricardo Rodrigues Flores Junior, inscrita no CNPJ n° 40.142.976/0001-13; VEAR TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 45.704.834/0001-16. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças para manutenção de bombas submersas, para suprir a necessidades da Secretaria Municipal De Obras e Infraestrutura. VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do órgão, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei 14133/21, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER

n. 0453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preço vantajoso e conforme previsto no planejamento da contratação. Assinam: Emerson Luna BonfimSecretário Municipal de Obras e Infraestrutura– Contratante BBB Distribuidora LTDAFornecedor registradoVear Tecnologia LTDAFornecedor registradoEMGESA Empresa de Gerenciamento de Sobressalentes e Automação LTDAFornecedor registradoAmcanaa Equipamentos Industriais LTDAFornecedor registradoJ2R Automação LTDAFornecedor registrado40.142.976 Ricardo Rodrigues Flores JuniorFornecedor registrado. Bodoquena/MS, 13 de outubro de 2025.

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

Contrato

EXTRATO DO 1 º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 166/2024

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO E A EMPRESA STAF SISTEMAS LTDA.OBJETO - Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento o reajustamento dos preços do Contrato Administrativo nº 166/2024, oriundo do Processo Administrativo nº 190/2024 – Inexigibilidade N° 23/2024, cujo objeto é a Contratação de empresa para serviços de tecnologia da informação e serviços correlatos para sistemas, envolvendo o licenciamento de uso de software, em ambiente web com armazenamento em nuvem, mantendo toda a estrutura de segurança de dados, conectividade e servidores necessários para o serviço, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Bodoquena/MS.DO REAJUSTE - Fica reajustado o valor do contrato, no percentual de 5,1203 %, conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de acordo o item 7.1 da cláusula sétima do instrumento contratual. DO VALOR - O valor a ser pago por força desse APOSTILAMENTO pela contraprestação dos serviços é de R$ 3.331,48 (três mil trezentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos) mensal, passando o valor contratado inicialmente de R$ 38.026,80 (trinta e oito mil vinte e seis reais e oitenta centavos) para R$ 39.977,76 (trinta e nove mil novecentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos). Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, passando o presente Termo de Apostilamento a fazer parte integrante do referido instrumento contratual. Assina: Gerson Araujo dos Santos.Secretaria Geral de Governo e Gestão – Contratante. Bodoquena/MS, 17 de outubro de 2025

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

Contrato

PORTARIA Nº340, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

"NOMEIA FISCAL E GESTOR DE PROCESSO, DO MUNICÍPIO DE BODOQUENA-MS, NO ÂMBITO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021."

A PREFEITA MUNICIPAL DE BODOQUENA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores titulares abaixo relacionados para as funções de Fiscal e Gestor do Processo nº**15/2021**, Concorrência **02/2021,**Contrato **127/2021**,cujo o objeto é , cujo contratação de serviços de publicidade e propaganda prestados por intermédio de Agência de Propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizados integradamente, te tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de divulgar serviços de interesse do Município, difundir idéias ou informar o público em geral.

	Servidor	**Matrícula**
Gestor de Processo	Gleice Kelly de Souza Araripe	20941
Fiscal de Processo- Titular	Luciana de Jesus Oliveira Delgado	469

Art. 2º Os servidores nomeados acima poderão solicitar sempre que necessário o auxílio de qualquer órgão ou servidor do Município, em especial à Assessoria Jurídica e ao Controle Interno.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Republicado por ter saído com incorreção do original do Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul n. 3953, de 22/10/2025. **Bodoquena-MS, 20 de outubro de 2025.Maria Girleide RovariPrefeita Municipal**

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

Contrato

PORTARIA Nº335, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

"NOMEIA FISCAL E GESTOR DE PROCESSO, DO MUNICÍPIO DE BODOQUENA-MS, NO ÂMBITO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021."

A PREFEITA MUNICIPAL DE BODOQUENA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:Art. 1º Nomear os servidor titular abaixo relacionado para a função de Fiscal e Gestor do Processo nº **216/2025,** Pregão Eletronico **51/2025**, Ata de Registro **48/2025** cujo o objeto o Registro dos menores preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais para atender as demandas do Laboratório Municipal de

Bodoquena MS.

	Servidor	Matrícula
Gestor do Processo	Andreia dos Santos Caetano Castro	8211
Fiscal de Processo- Titular	Katiene Gomes Barua Nantes	6991
Fiscal de Processo- Suplente	Ana Caroline Cruz	20881

Art. 2º Os servidores nomeados acima poderão solicitar sempre que necessário o auxílio de qualquer órgão ou servidor do Município, em especial à Assessoria Jurídica e ao Controle Interno.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bodoquena, 15 de outubro de 2025.Maria Girleide RovariPrefeita Municipal

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

Contrato

PORTARIA Nº330 DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

"NOMEIA FISCAL E GESTOR DE PROCESSO, DO MUNICÍPIO DE BODOQUENA-MS, NO ÂMBITO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021."

A PREFEITA MUNICIPAL DE BODOQUENA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores titulares abaixo relacionados para as funções de Fiscal e Gestor do Processo nº**201/2025**, Pregão Eletronico **42/2025,**Ata de Registro **46/2025**,cujo o objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças para manutenção de bombas submersas, para suprir a necessidades da Secretaria Municipal De Obras e Infraestrutura.

	Servidor	Matrícula
Fiscal de processo – Titular	Angelita Leite de Souza	6635
Gestor de Processo	Aurélio Alves Barbosa	5992

Art. 2º Os servidores nomeados acima poderão solicitar sempre que necessário o auxílio de qualquer órgão ou servidor do Município, em especial à Assessoria Jurídica e ao Controle Interno.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bodoquena-MS, 07 de outubro de 2025.

Maria Girleide RovariPrefeita Municipal

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL BODOQUENA
C.N.P.J.: 15.465.016/0001-47
Município: BODOQUENA

DECRETO Nº 315/2025, de 23 de Outubro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BODOQUENA e autorização contida na Lei Municipal nº 880/2024, de 12 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 540.500,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.361.501.2032-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$22.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 22.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.27.812.502.2043-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$20.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 20.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
07.001.4.122.701.2068-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$257.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 257.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.001.8.244.403.2107-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$15.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 15.000,00

12.000 - SEC. MUN. DE DESENV. ECON. TURISMO E MEIO AMBIENTE
12.001 - SEC. MUN. DE DESENV. ECON. TURISMO E MEIO AMBIENTE
12.001.20.608.202.2153-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$22.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 22.000,00

10.000 - SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO
10.001 - SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO
10.001.4.122.301.2085-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$108.500,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 108.500,00

12.000 - SEC. MUN. DE DESENV. ECON. TURISMO E MEIO AMBIENTE
12.001 - SEC. MUN. DE DESENV. ECON. TURISMO E MEIO AMBIENTE
12.001.23.695.801.2112-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$8.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.000,00

02.000 - GABINETE DO PREFEITO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.2.62.201.2002-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$22.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 22.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.365.901.2029-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$25.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 25.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.001.8.244.403.2107-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$6.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL BODOQUENA
C.N.P.J.: 15.465.016/0001-47
Município: BODOQUENA

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
07.001.4.122.701.2068-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$30.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30.000,00

10.000 - SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO
10.001 - SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO
10.001.4.122.301.2085-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$2.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

02.000 - GABINETE DO PREFEITO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.4.122.201.2089-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$3.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

12.000 - SEC. MUN. DE DESENV. ECON. TURISMO E MEIO AMBIENTE
12.001 - SEC. MUN. DE DESENV. ECON. TURISMO E MEIO AMBIENTE
12.001.20.608.202.2153-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO R$22.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 22.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.001.8.244.403.2194-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$15.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 15.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.001.8.244.403.2194-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$6.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.361.501.2033-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$22.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 22.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
07.001.4.122.701.2068-3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS R$30.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.27.812.502.2043-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS R$20.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 20.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.27.812.502.2043-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS R$23.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 23.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.27.812.502.2043-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS R$27.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 27.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.361.502.2040-3.3.90.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA R$30.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 30.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL BODOQUENA
C.N.P.J.: 15.465.016/0001-47
Município: BODOQUENA

10.000 - SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO
10.001 - SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO
10.001.4.122.301.2085-3.3.90.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA R$2.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.361.501.2032-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$100.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 100.000,00
05.001.12.361.502.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$63.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 63.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.365.901.2045-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$61.500,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 61.500,00

02.000 - GABINETE DO PREFEITO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.4.131.201.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$3.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00

02.000 - GABINETE DO PREFEITO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.4.131.201.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$22.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 22.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.361.501.2033-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E R$25.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 25.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.361.502.2040-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E R$25.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 25.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.365.901.2029-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E R$20.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 20.000,00

10.000 - SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO
10.001 - SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO
10.001.4.122.301.2085-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E R$8.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.001.12.361.501.2033-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$16.000,00
1.500.1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino 16.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL BODOQUENA
C.N.P.J.: 15.465.016/0001-47
Município: BODOQUENA

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2025.

MARIA GIRLEIDE ROVARI
PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL BODOQUENA
C.N.P.J.: 15.465.016/0001-47
Município: BODOQUENA

DECRETO Nº 316/2025, de 23 de Outubro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BODOQUENA e autorização contida na Lei Municipal nº 880/2024, de 12 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 5.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001.10.304.601.2165-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$5.000,00
1.500.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

06.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001.10.301.601.2163-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$5.000,00
1.500.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2025.

MARIA GIRLEIDE ROVARI
PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL BODOQUENA
C.N.P.J.: 15.465.016/0001-47
Município: BODOQUENA

DECRETO Nº 317/2025, de 23 de Outubro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BODOQUENA e autorização contida na Lei Municipal nº 880/2024, de 12 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 525.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.002 - FUN. DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO - FUNDEB
05.002.12.361.501.2172-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$470.000,00
1.540.1070 Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da 470.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.002 - FUN. DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO - FUNDEB
05.002.12.365.901.2174-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$35.000,00
1.540.1070 Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da 35.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.002 - FUN. DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO - FUNDEB
05.002.12.361.501.2172-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$20.000,00
1.540.1070 Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.002 - FUN. DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO - FUNDEB
05.002.12.361.501.2172-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO R$470.000,00
1.540.1070 Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da 470.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.002 - FUN. DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO - FUNDEB
05.002.12.361.501.2172-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO R$20.000,00
1.540.1070 Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da 20.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.002 - FUN. DE MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO - FUNDEB
05.002.12.365.901.2174-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$35.000,00
1.540.1070 Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da 35.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2025.

MARIA GIRLEIDE ROVARI
PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL BODOQUENA
C.N.P.J.: 15.465.016/0001-47
Município: BODOQUENA

DECRETO Nº 318/2025, de 23 de Outubro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BODOQUENA e autorização contida na Lei Municipal nº 880/2024, de 12 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 20.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.002.8.244.402.2099-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO R$20.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.002.8.244.402.2099-3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS R$10.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00
11.002.8.244.401.2093-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$3.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00
11.002.8.244.402.2099-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$7.000,00
1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2025.

MARIA GIRLEIDE ROVARI
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

Câmara Municipal de Bonito

ATO CMB Nº 102, de 22 de outubro de 2.025

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Sancionador, com a nomeação de Comissão Processante para apuração de eventual infração contratual no âmbito do Contrato nº 032/2024, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Bonito - MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o que dispõe a Resolução 65 de 31 de agosto de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Procedimento Administrativo Sancionador para apuração de eventual infração administrativa cometida pelo contratado Bruno Flores Sanches, CPF nº 008.***.***-00, no âmbito do Contrato nº 032/2024, firmado com a Câmara Municipal de Bonito, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º. Para cumprimento do disposto no artigo anterior, fica nomeada a Comissão Processante, composta pelos servidores efetivos e estáveis da Câmara Municipal:

I - Rui Almeida Gil Filho, matrícula 92-1, ocupante do cargo efetivo e estável de Contador – Presidente da Comissão;

II - Marcello de Rezende Giglio, matrícula 97-1, ocupante do cargo efetivo e estável de Técnico Legislativo – Membro.

Art. 3º. A Comissão Processante caberá conduzir o processo administrativo sancionador, garantindo o contraditório, a ampla defesa e os demais princípios do devido processo legal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Art. 4º. A Comissão Processante instalará os respectivos trabalhos dentro de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação deste Ato, devendo concluir os trabalhos no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Este Ato entra em vigor nesta data, devendo ser afixada no mural da Câmara Municipal de Bonito e publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 91 da Lei Orgânica Municipal.

PAULO HENRIQUE BREDA SANTOS

Presidente

Matéria enviada por Mariana Alves Rodrigues da Rocha

Procuradoria Juridica

DECRETO Nº 363, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE TERMO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO/MS E A EMPRESA FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 66, VI da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que os bens públicos podem ser disponibilizados a terceiros, com vistas a utilizá-los, após regular procedimento perante a pessoa jurídica de direito público que o detém;

CONSIDERANDO que o art. 1º, §3º, da Lei nº 1.403 de 23 de dezembro de 2015, delibera: "Dispõe sobre os bens imóveis municipais e dá outras providências.", e preconiza em seu §3º, que: "O uso comum dos bens públicos poderá ser gratuito ou mediante retribuição econômica";

CONSIDERANDO que o art. 7º, V, da Lei nº 1.403 de, 23 de dezembro de 2015, preconiza que: "os bens pertencentes ao patrimônio municipal poderão ser utilizados por terceiros, desde que não viole o interesse público, tendo como uma das modalidades de utilização a "Autorização de Uso';

CONSIDERANDO que o art. 13º, Parágrafo único, da Lei nº 1.403 de, 23 de dezembro de 2015, infere-se que: "Autorização é um ato unilateral, precário e discricionário, por tempo certo ou indeterminado, por meio do qual o Munícipio autoriza o particular a usufruir de bem imóvel" e "A autorização será efetivada mediante Decreto do Prefeito municipal";

CONSIDERANDO o Termo de Comodato nº 02/2025, do Município de Bonito;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o TERMO DE COMODATO, que tem como objeto o licenciamento de uso do programa de computador CONSIGFÁCIL ("SISTEMA") – Sistema Eletrônico, via internet, de reserva de margem e controle de consignações, com desconto em folha de pagamento, e outras avenças, de propriedade da Empresa FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ 07.527.919/0001-87, estabelecida na Av. Paraíba, nº 45, Bairro dos Estados, João Pessoa, PB, CEP 58.030-430, para uso no âmbito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO/MS.

Art. 2º Por razões de interesse público devidamente justificado, o programa de computador cujo licenciamento de uso constitui o bem objeto do presente COMODATO tem por objetivo possibilitar o controle efetivo da realização de descontos em folha de pagamento dos servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO/MS.

Art. 3º O COMODATÁRIO não realizará nenhum pagamento ao COMODANTE para a execução do objeto deste contrato, sendo o comodato celebrado de forma gratuita entre as PARTES, não acarretando qualquer tipo de ônus para o COMODATÁRIO e/ou seus servidores, decorrente de implantação, treinamento, suporte e demais encargos para a operação do SISTEMA.

Art. 4º A COMODANTE obriga-se a manter todos os seus empregados e contratados devidamente registrados e adimplentes com suas obrigações legais, respondendo por qualquer demanda trabalhista eventualmente ajuizada contra o COMODATÁRIO em razão de ações ou omissões de sua responsabilidade.

Art. 5º O presente COMODATO é celebrado sem qualquer ônus financeiro direto ao COMODATÁRIO, não gerando quaisquer pagamentos a título de remuneração, encargos ou reembolsos.

Art. 6º Durante o período de vigência do presente instrumento, o COMODANTE será responsável pela hospedagem, bem como pelos custos e despesas relativas à instalação e manutenção do programa de computador cujo licenciamento de uso constitui o objeto do presente COMODATO.

Art. 7º O COMODATÁRIO não poderá, em hipótese alguma, ceder, emprestar ou subcomodatar, total ou parcialmente, o programa de computador objeto deste instrumento.

Art. 8º O COMODATÁRIO compromete-se a enviar, a cada período de folha de pagamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o pagamento dos servidores, os arquivos de carga e retorno contendo as informações conforme o layout de integração previamente acordado entre as PARTES, no formato texto estabelecido.

Art. 9º O COMODATÁRIO submeter-se às normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, especificamente, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se compromete a cumpri-las, fielmente, por si e por seus servidores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros a serviço da Administração Pública atuantes junto ao Órgão.

Art. 10. O prazo para atendimento das solicitações do COMODATÁRIO será, via de regra, de até 4 (quatro) horas, nunca ultrapassando 48 (quarenta e oito) horas para casos que não envolvam mudanças estruturais no SISTEMA ou na infraestrutura física.

Parágrafo único.Na hipótese de mudanças estruturais no SISTEMA ou infraestrutura física, deverá ser seguido cronograma conjunto entre as PARTES, com prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para solução.

Art. 11. O prazo de vigência deste CONTRATO DE COMODATO será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação, conforme o interesse das PARTES.

§ 1º As PARTES acordam que a rescisão ou extinção deste contrato deverá ser precedida do cumprimento rigoroso dos termos estabelecidos, incluindo um prazo mínimo de 90 (noventa) dias para a notificação formal da intenção de rescisão.

§ 2º Durante o período de aviso prévio, ambas as PARTES deverão continuar a cumprir integralmente suas obrigações contratuais, garantindo a continuidade dos serviços e a integridade das informações.

Art. 12. A utilização do bem público objeto do presente Termo de Comodato dar sê-a na forma estabelecida no Termo de Comodato nº 02/2025, que é parte integrante deste Decreto.

Art. 13. Este decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSMAIL RODRIGUES

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Giulia Menezes da Silva

Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 849/2025–RH.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO MÉDICA PERICIAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR os servidores abaixo relacionados para avaliação médica pericial, em face da apresentação de atestado médico, para obtenção de afastamento por motivo de doença, conforme especificação:

SERVIDOR	MAT.	CARGO	LOCAL/DATA
Maria da Conceição Cavalheiro	2899	Professor N-VI	UBS Pe. José Ferreiro – 24/10/2025 às 15:30
Magner Cardoso de Matos	2055	Guarda Municipal	UBS Pe. José Ferreiro – 24/10/2025 às 15:30
Leuza Aparecida Costa Garcia Garcia	1481	Professor N-VI	UBS Pe. José Ferreiro – 24/10/2025 às 15:30

Art. 2º. O não comparecimento implicará na não aceitação do documento apresentado, importando o lançamento de faltas injustificadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, nos termos do art. 91 da Lei Orgânica Municipal, para que produza os efeitos legais.

Bonito-MS, 22 de outubro de 2025.

JOSMAIL RODRIGUES

Prefeito Municipal.

Matéria enviada por Iris Lin de Fatima da Costa Aguirre

Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 848/2025–RH

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 66,

inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR, GESIELE PIO,** para exercer o Cargo em Comissão de Assistente de Setor, Símbolo ADI - 2, na Secretaria Municipal de Saúde, com as atribuições elencadas no Capítulo III da Lei Complementar nº 173/23, de 28 de dezembro de 2023.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 91 e § 1° da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de **21/10/2025.**

Bonito-MS, 22 de outubro de 2025.

JOSMAIL RODRIGUES
Prefeito Municipal.

Matéria enviada por Iris Lin de Fatima da Costa Aguirre

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

RUA CEL. PILAD REBUA, 1780
03073673/0001-60 Exercício: 2025

DECRETO Nº 364 , DE 22 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.1769

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$197.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **197.000,00**

02 02 01 GABINETE DO SECRETARIO DE GOVERNO

27	04.122.0200.2002.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA "JUNTOS POR VOCÊ, JUNTOS F	192.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 08 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

500	18.541.0700.2048.0000	GESTÃO E CUIDADO AO MEIO AMBIENTE É PENSAR NO FU	5.000,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 03 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

83	04.122.0300.2006.0000	OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS F	-30.000,00
	3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 08 01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

523	18.541.0700.2060.0000	GESTÃO E CUIDADO AO MEIO AMBIENTE É PENSAR NO FUTU	-167.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

-197.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO
RUA CEL. PILAD REBUA, 1780
03073673/0001-60 Exercício: 2025

DECRETO Nº 364 , DE 22 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.1769

JOSMAIL RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL
078.627.328-39

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS

Brasilândia-MS, 21 de outubro de 2025 - MARCIA APARECIDA EUGENIA

O MUNICIPIO DE BRASILÂNDIA-MS, considerando resultado definitivo do edital nº 002/2024/PMB/SEMEC, de 19 de março de 2024, referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 002/2024/SEMEC.

RESOLVE:

Convocar o candidato abaixo, aprovado no **Processo Seletivo nº 002/2024, de 19/03/2024, Prefeitura Municipal de Brasilândia –MS,** para comparecer nesta Prefeitura Municipal de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 02 (dois) dias a contar da data de publicação desta convocação, para contratação temporária realizada em processo seletivo, desde que, satisfeitas as exigências legais.

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Lotação: ZONA URBANA.

54º - MARCIA APARECIDA EUGENIA.

Heloísa Tamires Rodrigues Cano Vasconcelos

Coordenadora de Recursos Humanos

Matéria enviada por Agnaldo Costa Lira Junior

Prefeitura Municipal de Brasilândia - Núcleo de Compras

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PROCESSO 523/2025 A.R.P 003/2025 Aquisição de Gêneros Alimentícios de Alimentação de Merenda Escolar para atender Programa Nacional de Alimentação Escolar

Partes: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA-MS e a empresa CONVENIÊNCIA & GÁS AVENIDA LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico financeiro dos itens abaixo:

ITEM	PRODUTO	R$ ATA	R$ ATUALIZADO
41	Feijão Tipo I	5,79	7,30
65	Óleo de Soja	7,78	8,65

Fundamento Legal: artigo 124 inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/21.

Brasilândia/MS, 22 de outubro de 2025.

Contratante

MUNICIPIO DE BRASILANDIA MS

Contratado

CONVENIÊNCIA & GÁS AVENIDA LTDA

Matéria enviada por Viviani Aparecida dias Barboza

Prefeitura Municipal de Brasilândia - Núcleo de Compras

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO PROCESSO 579/2025 A.R.P 003/2025 Aquisição de Gêneros Alimentícios

Partes: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA-MS e a empresa CONVENIÊNCIA & GÁS AVENIDA LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico financeiro dos itens abaixo:

ITEM	PRODUTO	R$ ATA ATUAL	R$ ATUALIZADO
64	Feijão Tipo I	6,73	7,30
95	Óleo de Soja	8,50	8,65

Fundamento Legal: artigo 124 inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/21.

Brasilândia/MS, 22 de outubro de 2025.

Contratante

MUNICIPIO DE BRASILANDIA MS

Contratado

CONVENIÊNCIA & GÁS AVENIDA LTDA

Matéria enviada por Viviani Aparecida dias Barboza

Secretaria de Assistência Social

Resolução nº. 60/CMDCA/2025 Aprovação da Comissão Fiscalizadora

Resolução nº. 60/CMDCA/2025

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2856/2015 de 11 de Agosto de 2015. PROMULGA A SEGUINTE RESOLUCAO:

APROVA a Comissão Fiscalizadora para acompanhar e fiscalizar as entidades inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, em sua 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2025, conforme registro na Ata nº 183,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a Comissão Fiscalizadora, responsável por acompanhar e fiscalizar as entidades devidamente inscritas neste Conselho, composta pelos seguintes membros: I – Michele da Silveira B. de Oliveira; II – Célia Regina Fernandes; III – Janaína Nogueira Corrêia e Correia; IV – Jaqueline dos Santos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasilândia-MS, 20 de Outubro de 2025.

Celia Regina Fernandes
Conselheira Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
cmdcabrasilandiams@gmail.com
Gestão 2025/2026

Matéria enviada por Priscila Dameão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ

Setor de licitação

PRIMEIRO ADENDO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025

PRIMEIRO ADENDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025 tipo "Menor Preço por item"

Código de Registro e-sfinge TCE: 1D656BB3C623A9F8B03B89F4EEB756EE3F3B257F

O Fundo Municipal de Saúde de Caarapó-MS, através da Superintendência Municipal de Licitação e Contratos, comunica aos interessados que **procedeu alteração no Termo de Referência, anexo ao Edital** do Pregão supramencionado, cujo objeto é **Escolha da Proposta mais vantajosa através de Registro de Preços visando a Aquisição de medicamentos e insumos para atender as demandas Judiciais, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde de Caarapó,** conforme segue:

ALTERAÇÃO:

No Termo de Referência, anexo do Edital- Acrescenta-se o subitem 4.3, do item 4., a seguinte redação:

4.3. Prazo de Entrega: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até **05 dias uteis** após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, emitida mensalmente pela Secretaria Municipal de Saúde. Em situações excepcionais ou emergenciais, o prazo de entrega poderá ser ajustado de comum acordo com a Secretaria Municipal da Saúde de Caarapó, de modo a atender a demanda imediata, sempre respeitando as necessidades do serviço público de saúde.

Os demais itens, subitens e condições do edital permanecem inalterados.

NOVA DATA PARA A SESSÃO PÚBLICA: **Às 09horas (horário oficial de Brasília-DF) do dia 07/11/2025.**

Local: site **WWW.BNC.ORG.BR** - "**Acesso Identificado**".

O presente ADENDO, o TERMO DE REFERÊNCIA e o NOVO EDITAL ATUALIZADO encontram-se à disposição dos interessados no seguinte endereço eletrônico: O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site do Portal da Transparência do Município de Caarapó-MS, no seguinte endereço eletrônico: **https://transparencia.betha.cloud/#/61M0eJ_21GlQw6p7f3svmg==/consulta/64365**; **https://bnc.org.br e www.gov.br/pncp/pt-br.**

Na hipótese de ocorrer feriado ou outros fatos impeditivos, que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo local e horário. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Caarapó, 22 de outubro de 2025.

Lucelena Galbim

Chefe de Departamento de Editais e Processos Licitatórios

Matéria enviada por Maria Inês da Silva

Procuradoria Geral

DECRETO MUNICIPAL N° 229/2025, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

"CONSIDERA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Maria Lurdes Portugal, Prefeita Municipal de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 114, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica considerado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 27 de outubro de 2025, segunda-feira, em virtude do feriado de 28 de outubro de 2025, terça-feira, em que se comemora o dia do servidor público.

§ 1º O disposto no "caput" deste artigo não se aplica aos serviços considerados essenciais que, por sua natureza, não podem sofrer paralisação.

§ 2º Os profissionais da educação (área fim e meio) lotados nas escolas e centros de educação infantil municipais em virtude do período de descanso entre os dias 13 a 17 de outubro de 2025 laborarão no dia 27 de outubro, mas estarão dispensados do trabalho no dia 28 de outubro de 2025.

§ 3° Nos dias 27 e 28 de outubro, segunda e terça-feira, o atendimento será realizado exclusivamente pelo Hospital Beneficente São Mateus.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caarapó-MS, 22 de outubro de 2025, 66º da Emancipação Político-Administrativa.

Maria Lurdes Portugal

Prefeita Municipal

Matéria enviada por Adriana Cristina Aveiro Manfré

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 08/2025 de 22 de outubro de 2025.

A **Secretaria Municipal de Finanças e Arrecadação**, através do **Departamento de Fiscalização de Obras e Tributação**, publica o presente edital de Notificação.

Devido ao fato de estarem em lugar incerto e não sabido, ou por não terem sido encontrados no endereço declarado junto à prefeitura Municipal de Caarapó, os contribuintes e seus respectivos sócios, conforme constante no cadastro mobiliário/imobiliário, bem como os proprietários e/ou responsáveis por imóveis urbanos abaixo relacionados, ficam **NOTIFICADOS**, por meio deste Edital, da inscrição dos débitos em Dívida Ativa.

Os notificados devem efetuar o pagamento no prazo de 30 (*trinta*) dias a partir da publicação deste Edital. Caso não haja manifestação dentro deste prazo, os débitos serão cobrados extrajudicialmente, via Protesto em cartório e judicialmente, via Ação de Execução Fiscal.

Contribuinte	Referente	Receita	Endereço	Processo Adm.	Dívida (R$)
RONI VARGAS SANCHS	4464	ISS	AV. DR COUTINHO 1937 CENTRO CAARAPO-MS	7925/2025	1.188,86
FABIANO FREITAS LOPES JUNQUEIRA ME	2611	OUTROS TRIBUTOS	AV SETE DE SETEMBRO 530 CENTRO CAARAPO-MS	7938/2025	1.120,91
JULIAO GONCALVES	3090	ISSQN	RUA ANDRADE NEVES 1770 VILA PLANALTO CAARAPO-MS	7957/2025	7.073,03
PIRES FERREIRA & SILVA LTDA	3143	OUTROS TRIBUTOS	AV BARÃO DO RIO BRANCO 671- CENTRO CAARAPO-MS	7851/2025	2.823,80
ALINE DE ALMEIDA SILVA 02791453148	3337	OUTROS TRIBUTOS	AV PRESIDENTE VARGAS 840-CENTRO CAARAPO-MS	7934/2025	1.137,30
CLAUDECIR APARECIDO FIDALGO	7785	OUTROS TRIBUTOS	RUA ALCIDES GOES 19 ITAQUERA SÃO PAULO-SP	7659/2025	1.698/88
VILMAR PEREIRA FERNANDES	10883	IPTU	AV ANTONIO MENEGATTI FILHO-2203-CENTRO CAARAPO-MS	7967/2025	990,43
MARIANA SANTOS AMORIM MARQUES ME	2575	OUTROS TRIBUTOS	AV XV DE NOVEMBRO 732 CENTRO CAARAPO-MS	7961/2025	2.413,11
JOSE CARLOS RODRIGUES	2381	IPTU	RUA JOSE BONIFACIO 977 CENTRO CAARAPO-MS	7963/2025	2.223,31
FATIMA JOSE SALES	2888	IPTU	RUA SANTOS DUMONT 660 VILA PLANALTO CAARAPO-MS	7929/2025	851,04
LOURIVALDO FRANCISCO ALVES	7734	MULTA VIGLANCIA SANIATRIA	RUA EUPIDIO PEREIRA ROSA 1923-JARDIM PANORAMA AMAMBAI-MS	7928/2025	4.891,88
NILDO RODRIGUES DE SOUZA	4947	OUTROS TRIBUTOS	RUA MANOEL FERREIRA DE ARAUJO 813 CENTRO MUNICIPIO	7969/2025	3.426,86
MARCOS SILVA MATOS	6710	IPTU	AV DR COUTINHO 649 CENTRO CAARAPO-MS	7959/2025	2.481,01
JURANDIR ALVES MACHADO ME	2786	OUTROS TRIBUTOS	AV FERNANDO CORREIA DA COSTA 696-CENTRO CAARAPO-MS	8023/2025	2.278,30
PANIFICADORA E CONFEITARIA CAARAPO-MS	2308	OUTROS TRIBUTOS	AV SETE DE SETEMBRO 374-CENTRO CAARAPO-MS	7933/2025	1.841,48
RAIMUNDO DIAS DOS SANTOS	7277	IPTU	RUA FELIPE DOS SANTOS 102-CENTRO CAARAPO-MS	8025/2025	1.115,82
RONY MACHADO ROJAS	11275	IPTU	AV DA SAUDADE 330 VILA JARY CAARAPO-MS	8027/2025	2.127,09
GELIDA DE ATAUJO SILVA	4712	OUTROS TRIBUTOS	RUA MANOEL FERREIRA DE ARAUJO--359-CENTRO CAARAPO-MS	8021/2025	1.025,13
NOVA ODONTOLOGIA LTDA	4269	OUTROS TRIBUTOS	AV DUQUE DE CAXIAS -386 APT 06 -CENTRO CAARAPO-MS	8043/2025	1.568,53
VALMOR CASTILHO	3386	IPTU	AV FERNANDO CORREIA DA COSTA 0 CENTRO CAARAPO-MS	8073/2025	1.147,97
UILSON RIBEIRO DE ANDRADE EIRELI-ME	3699	IPTU	RUA MANOEL FERREIRA DE ARAUJO -222 CENTRO	8074/2025	1.002,87
THIAGO DE PAULA MORAES	12238	IPTU	AV. XV DE NOVEMBRO 2789-CENTRO CAARAPO-MS	8081/2025	156,22
JEFERSON WILLIAN OLIVEIRA DE FARIAS	12152	IPTU	AV DUQUE DE CAXIAS 2137-CENTRO CAARAPO-MS	8080/2025	310,09
SERGIO DE ANDARDE SANTOS	12139	IPTU	AV FERNANDO CORREIA DA COSTA 2484 VILA PLANALTO CAARAPO-MS	8079/2025	310,09
VALDEMAR JUNIOR DE SOUZA OLIVEIRA	8856	IPTU	TRAVESSA MIGUEL VASCONCELOS 94 CENTRO CAARAPO-MS	8078/2025	76,69
LOPES E COLEHO SERVICOS AGROPECUARIO LTDA ME	4004	OUTROS TRIBUTOS	RUA MATO GROSSO 798 CENTRO CAARAPO-MS	8009/2025	
JOSE MARCIO PEREIRA	11826	IPTU	RUA 1 DE MAIO 191 VILA SETENTA CAARAPO-MS	7999/2025	876,97
MARIA FERNANDA DE ALMEIDA	193	IPTU	AV BARAO DO RIO BRANCO 40 -CENTRO CAARAPO-MS	8032/2025	511,18
CEDALINA MARIA DA COSTA	4704	IPTU	RUA ARCENIO CARDOSO 372-CENTRO CAARAPO-MS	8031/2025	510,15
L N BALBINO FERNANDES	4805	OUTROS TRIBUTOS	RUA WEIMAR TORRES 116 VILA JARY CAARAPO-MS	8015/2025	1.092,55

GUSTAVO PEREIRA DOS SANTOS & CIA LTDA	2413	OUTROS TRIBUTOS	AV DR COUTINHO 1309 CENTRO CAARAPO-MS		
MARGARETE LEMES VASCONCELOS	9683	IPTU	RUA FRANCA 690 JARDIM MONACO DOURADOS -MS	7719/2025	1.859,49
GILMAR MATIAS DAS GRCAS	5974	IPTU	RUA DAS JABITICABEIRAS 395-JARDIM COLIBRI DOURADOS-MS	7671/2025	241,62
VIDANI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME	3813	OUTROS TRIBUTOS	RUA RAMÃO VARGAS DE OLIVEIRA 709 CENTRO CAARAPO-MS	8005/2025	1.092,55
EDIVANO ANTONIO DA SILVA	12181	IPTU	RUA ANTONIO PEREIRA REBLCAS FILHO CAPITAO VIGARIO II -CAARAPO-MS	8065/2025	315,95
EPERSON CANTEIRO OLIVEIRA CONSTRUTORA LTDA ME	3701	OUTROS TRIBUTOS	RUA MACHADO DE ASSIS 1180-CAPITAO VIGARIO CAARAPO-MS	8006/2025	
EUGENIO BALBUENO	4874	IPTU	RUA PROJETADA 110 SANTO ANTONIO CAARAPO-MS	8064/2025	292,04
NINICIUS DE ARUDA BERNAL ME	4163	OUTROS TRIBUTOS	AV XV DE NOVEMBRO 2014 -VILA PLANALTO CAARAPO-MS	8010/2025	1.092,55
RAMAO ACOSTA	8640	IPTU	RUA GOIAS 1320 CENTRO CAARAPO-MS	8062/2025	252,10
LILIAN DA SILVA SAMPAIO	113536	VIGILANCIA SANITARIA	AV PRESIDENTE VARGAS 830-CENTRO CAARAPO-MS	8061/2025	498,05
MARISONIA DE SOUZA FARIAS	108006	TAXAS IPTU	AV DR COUTINHO 1270 VILA SETENTA CAARAPO-MS	7952/2025	1.789,19
ROSANA DE MACEDO CRUZ	4892/2025	OUTROS TRIBUTOS	AV DUQUE DE CAXIAS 421 CENTRO CAARAPO-MS	7948/2025	261,55
CLEUSA FRANCISCA LIMA	520	IPTU	AV XV DE NOVEMBRO 2916 -VILA PLANALTO CAARAPO-MS	7981/2025	520,24
FLORENICE MARIA DE JESUS	2659	IPTU	RUA OSVALDO ARANHA 78-VILA JARY CAARAPO-MS	7915/2025	650,41
RAMAO GONCALVES	9447	IPTU	AV FERNANDO CORREIA DA COSTA 173 CENTRO CAARAPO-MS	7913/2025	492,98
BENJAMIM GUIOMAR C FILHO	40516	ISSQN	RUA ELOI HERMES DE LIMA 448-CENTRO CAARAPO-MS	7918/2025	264,34
SILVIO DE MAZZI ME	2639	OUTROS TRIBUTOS	AV XV DE NOVEMBRO 51 FUNDOS -CENTRO CAARAPO-MS	8057/2025	1.065,59
LEANDRO ALVES ACOSTA	10729	IPTU	RUA GONCALO NUNES CUNHA 705-IV PLANO DOURADOS -MS	8017/2025	616,72
EUDES FERREIRA DA COSTA	9498	IPTU	RUA MARCILIANO MACIEL 414 -CENTRO CAARAPO-MS	7994/2025	704,96
ERIVALDO DE OLIVEIRA FARIAS JUNIRO ME	3737	OUTROS TRIBUTOS	RUA GOIAS 300 JARDIM SHALOM CAARAPO-MS	8007/2025	1.512,37
CELISMAR FRANCISCO DA SILVA	335	IPTU	RUA GUMERCINDO BANDEIRA DUARTE 179 LOTEAMENTO GUAICURUS CAARAPO-MS	7944/2025	3.981,93
ILVA DE OLIVEIRA	113415	IPTU 2022-2023	RUA SANTOS DUMONT 522 FUNDOS VILA PLANALTO CAARAPO-MS	8022/2025	373,23

SANDRO APARECIDO LOPES FERREIRA
Chefe do Departamento de Obras e Tributação
Portaria nº. 068/2025

Matéria enviada por Rebeca Andreatta Vigne

Setor de contratos

EXTRATO DO CONTRATO N° 163/2025

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, CONECTADO À REDE ON-GRID DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, CONFORME O INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4500068827 ENTRE A ITAIPU BINACIONAL E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL DO MATO GROSSO DO SUL – CONISUL E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA."

PARTES: MUNICÍPIO DE CAARAPÓ-MS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO DO SUL – CONISUL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, CONECTADO À REDE ON-GRID DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, CONFORME O INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4500068827 ENTRE A ITAIPU BINACIONAL E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL DO MATO GROSSO DO SUL – CONISUL E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA.

VALOR: O valor total da contratação é de **R$ 67.984,38 (sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**, para fornecer o item 1**.**

PRAZO: A vigência do contrato é de 03 (três) meses, contados a partir da divulgação no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da contratação, objeto dessa licitação, correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e para o exercício futuro correrão por conta das dotações que as substituírem:

04.002.12.365.0051.1096.449052 – Fonte: 1.500.1001 – 66.

DATA DE ASSINATURA: 20 de outubro de 2025.

FORO: Comarca de Caarapó-MS.

ASSINATURAS:

CARLOS VINICIUS DA SILVA FIGUEIREDO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

Pelo CONTRATANTE

ROGÉRIO DE SOUZA TORQUETTI

Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO DO SUL - CONISUL

Pela CONTRATADA

Testemunhas:

Josuã Jesuino de Barros

Ana Paula Rosa

Matéria enviada por Veridiana Roso Prates de Falchi

Câmara Municipal de Caarapó

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATO N° 011/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 015/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2022

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CAARAPÓ

CNPJ/MF n° 03.355.880/0001-07

Contratada: MV PRODUÇÕES & MEMÓRIAS VIRTUAIS

CNPJ n° 30.704.684/0001-73

OBJETO: Prorrogação de Prazo e Reequilíbrio Econômico-Financeiro

AMPARO LEGAL: Lei n. 8.666/93 nos termos do art. 57, inciso II, §1º, bem como a Cláusula Quinta do Contrato nº 011/2022.

ONDE DE LÊ:

VALOR: R$ 14.451,16 (Quatorze Mil Quatrocentos e Cinquenta e Um Reais e Dezesseis Centavos).

LEIA-SE:

VALOR: R$ 13.715,46 (Treze Mil Setecentos e Quinze Reais e Quarenta e Seis Centavos).

PRAZO: 20 de outubro de 2025 a 23 de outubro de 2026.

DOTAÇÃO: 01 – Câmara Municipal de Caarapó – MS

01.01. Corpo Legislativo e Secretaria da Câmara

3.3.90.39.16.00.00 (R43) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

100000 Recursos Ordinários

ASSINAM: João Paulo Farias da Silva

Vanessa Nogueira Batista Matos.

Caarapó - MS, 22 de outubro de 2025.

Matéria enviada por Jorge Fernando de Araujo Pieto

Setor de contratos

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 139/2025

"Contratação de empresa especializada na locação de solução integrada de controle eletrônico de ponto por meio de equipamentos com tecnologia de reconhecimento facial e respectivo software de gestão de ponto, com plena integração ao sistema de folha de pagamento já utilizado pelo Município de Caarapó/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência."

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 090/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025

Pelo presente Contrato, que fazem entre si, de um lado, pelo Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura SR. **CARLOS VINICIUS DA SILVA FIGUEIREDO**, brasileiro, em união estável, inscrito no CPF n° 024.961.971-75 e portador do RG n° 001.479.927 SSP/MS, residente e domiciliado na Rua Santa Fé, nº 420 – Bairro Santa Fé, na cidade de Dourados/MS, denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** resolve registrar, por apostilamento, a substituição de fiscal do contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto do aditamento. O objetivo do presente apostilamento é a substituição do fiscal Francis Junior Rondon da Silva, pelo servidor Josuã Jesuíno de Barros, matrícula nº 9952773/1, designado pela Portaria 444/2025, de 19 de setembro de 2025, por solicitação do Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura, por meio do Memorando nº 1631/2025, de 14 de outubro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da ratificação: Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no contrato nº 139/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fundamento legal: O presente termo de apostilamento tem fundamento legal no artigo 136 e 117 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – Da publicação: O Município de Caarapó providenciará a publicação resumida do presente termo.

Caarapó/MS, 21 de outubro de 2025.

CARLOS VINICIUS DA SILVA FIGUEIREDO

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura

Pelo CONTRATANTE

Matéria enviada por Veridiana Roso Prates de Falchi

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPO
C.N.P.J.: 03.155.900/0001-04
Município: CAARAPÓ

DECRETO Nº 230/2025, de 22 de Outubro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAARAPÓ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAARAPÓ e autorização contida na Lei Municipal nº 1635/2024, de 16 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 60.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.000 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
04.001 - COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
04.001.12.361.6.2023-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$60.000,00
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

04.000 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
04.001 - COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
04.001.12.361.6.2023-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação Por Tempo Determinado R$60.000,00
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 60.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, 22 de Outubro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

Contratos

EXTRATO DE CONTRATO N.º 310/2025/PMC.

Dispensa Convencional n° 013/2025.

Processo Adm. n° 077/2025.

Contratante: Município de Camapuã/MS.

Contratado: **OLIVEIRA & NOGUEIRA LTDA**

Objeto: Aquisição de água mineral natural sem gás com vasilhame em regime de comodato.

Fundamentação: Lei Federal n.º 14.133/21, com fundamento em seu art. 75, inciso II.

Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, se tratando de fornecimento contínuo na forma do art. 106 e 107, podendo ser prorrogado respeitando a vigência máxima decenal, e ser realizados acréscimo ou supressões nos termos do artigo 125, ambos na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Valor: R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).

Data da assinatura: 16 de outubro de 2025

Assinam: MANOEL EUGÊNIO NERY / SIDNEY AFONSO SOBRINHO / OLIVEIRA & NOGUEIRA LTDA

Matéria enviada por YURI RAMOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL

AVISO DE SUSPENSÃO

DISPENSA ELETRÔNICA nº 37/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº129/2025

Considerando o pedido de esclarecimento encaminhado anonimamente por meio da plataforma BLL-Compras, remetido ao setor de compras que após análise identificou que havia um erro de digitação na Cotação do item 5 do lote 2(***(Extintor de incêndio com carga de PO Químico (PQS) de 8 Kg, BC, completo (com componentes incluso, Mangueira, Suporte de Parede, Placa de Sinalização), certificado pelo INMETRO e em conformidade com ABNT NBR 15808 E NBE 10721).***

Dessa forma, **com o objetivo de preservar a competitividade e a ampla participação no certame**, a Administração optou por **Suspender o processo,** para que este após as devidas correções seja republicado e concedido novo prazo para apresentações de propostas, evitando assim maiores prejuízos ao andamento do processo licitatório.

Caracol MS, 21 de outubro de 2025.

CARLOS ANTONIO DOS SANTOS GOUVÊA

Secretário Municipal de Planejamento

(Autoridade nos Processos licitatórios, Conforme portaria 024/2024)

Matéria enviada por Vanderli Vieira Ximenes

Câmara Municipal de Caracol-MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 006/2025 EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2025

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de prestação de serviços jurídicos para desenvolvimento de um plano de resposta a incidentes de segurança de dados, com procedimentos claros para lidar com vazamentos ou violações de dados, incluindo a confecção de manual instrutivo para a Câmara Municipal de Caracol-MS.

DURAÇÃO: 02 MÊS

VALOR GLOBAL: R$ 72.000,00(setenta e dois mil reais)

VALOR MENSAL: 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

DOTAÇÃO:

01	Câmara Municipal de Caracol
001	Câmara Municipal de Caracol – MS
01	Legislativo
031	Ação Legislativa
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria

FOTO: Comarca de Bela Vista MS

Caracol – MS, 22 de outubro de 2025

Vereador, **MARCELO OVELAR SOLALIENDRES**

Presidente da Câmara Municipal

Caracol/MS

Matéria enviada por JEDIELSON GOUVEA DE SOUZA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 58/2025

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2025

CONTRATANTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 11.812.857.0001/22

CONTRATADO DECOM COM. DE EQUIP. E PROD ODONT. MED E HOSP LTD

CNPJ 08.726.881/0001-34

OBJETO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARACOL/MS.

FORNECEDOR DECOM COM. DE EQUIP. E PROD ODONT. MED E HOSP LTD	**CNPJ** 08.726.881/0001-34
ENDEREÇO RUA NORTELANDIA, 985 BAIRRO SANTA FÉ	**CIDADE/ESTADO** CAMPO GRANDE /MS
EMAIL decompaper1@outlook.com	**CONTATOS** 673029-8331

REPRESENTANTE LEGAL

NOME EDSON GUZZELA

(X) SÓCIO ADMINISTRADOR

( ) PROCURADOR

item	especificação	Uni. medida	Marca	Quant.	Valor uni.	Valor total
2	AMALGMA EM CAPSULA 02 PORÇOES GS-80 C/50, MATERIAL RESTAURADOR PARA TRATAMENTO DE CÁRIE DENTAL, COM FINALIDADE DE PROPORCIONAR A RESTAURAÇÕES DOS DENTES.	PCT	SDI	6	235,23	1.411.38
3	BANDA MATRIZ 07, AÇO INOX, PARA RECONSTRUÇÃO DENTAL, POSSUI UMA SUPERFÍCIE UNIFORME, DE FÁCIL REMOÇÃO	UN	BIODINÂMI CA	6	2,99	17.94
4	BICABORNATO DE SÓDIO DE 250G, PARA PROFILAXIA BUCAL E REMOÇÃO DE PLACAS BACTERIANAS, DEVIDO SEU ALTO GRAU DE PUREZA E POR POSSUIR GRANULAÇÃO EXTRA FINA, PROPORCIONA JATEAMENTO AMPLO, LIVRE E CONTÍNUO.	UN	AAF	6	30,95	185.70
5	BROCA DE ACABAMENTO 2135FF, 1UND, UTILIZADA EM OPERAÇÕES ROTINEIRAS EM ESMALTE, DENTINA E PREPARAÇÕES CAVITÁRIAS EM GERAL, PRINCIPALMENTE PARA SE CONSEGUIR PAREDES EXPULSIVOS E ÂNGULOS ARREDONDADOS.	UN	OPTION	6	7,2	43.20
6	BROCA DIAMANTADA CÔMICA INVERTIDA N. 1034, PARA DESGASTES MAIS PRECIOSOS NOS PREPAROS DENTÁRIOS E SUAVIDADE NOS ACABAMENTOS DE SUPERFÍCIE.	UN	OPTION	5	4,72	23.60
7	BROCA ESFERICA N: 1013, EM AÇO, UTILIZADAS EM OPERAÇÕES ROTINEIRAS, EM ESMALTE, DENTINA E PREPARAÇÕES CAVITÁRIAS EM GERAL.	UN	OPTION	10	7,2	72.00
8	BROCA ESFERICA N: 1014, EM AÇO, UTILIZADAS PARA O PREPARO DE CHANFROS, BISÉIS, REGULARIZAÇÃO DE MARGENSCAVO-SUPERFICIAIS, PAREDES E OPERAÇÕES DE DESCORTINIZAÇÃO DE ESMALTES.	UN	MICRODON T	10	7,2	72.00
9	BROCA ESFERICA N: 1016, EM AÇO, UTILIZADA EM OPERAÇÕES ROTINEIRAS EM ESMALTE, DENTINA, E PREPARAÇÕES CAVITÁRIAS EM GERAL, PARA ACESSO INICIAL A LESÕES CARIOSAS.	UN	MICRODON T	10	7,01	70.10
12	COLETOR DE URINA PACOTE COM 100 UNIDADES - RECIPIENTE PLASTICO DESCARTAVEL, UTILIZADO PARA COLETA DE AMOSTRA DE URINA PARA EXAMES LABORATORIAIS, CAPACIDADE MINIMA DE 100 ML, FABRICADO EM POLIPROPILENO OU MATERIAL ATOXICO, TRANSLUCIDO E RIGIDO, TAMPA ROSQUEAVEL, COM VEDACAO SEGURA, PREFERENCIALMENTE NA COR AZUL OU BRANCA. PACOTE COM 100 (CEM) UNIDADES.	PCT	CRALPLAST	100	74	7.400.00
14	CUNHA INTERDENTAL NATURAL DE MADEIRA SORTIDA - SÃO INDICADAS PARA USO GERAL, EM PROCEDIMENTOS RESTAURADORES COM A FUNÇÃO MECÂNICA DE ADAPTAR A MATRIZ E/OU AFASTAR DENTES ADJACENTES. AS CUNHAS DE MADEIRA TDV NÃO NECESSITAM DE RECORTES OU AJUSTES E GARANTEM A FIXAÇÃO DAS MATRIZES, PROPORCIONANDO RESTAURAÇÕES LIVRES DE EXCESSO SUBGENGIVAL E COM PERFEITO CONTORNO. EMBALAGEM C/100.	CX	TDV	3	39,99	119.97
16	ESPELHO ODONTOLÓGICO N.5 - SEM CABO INDICADO PARA FACILITAR A VISUALIZAÇÃO EM PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO. DESCRIÇÃO: AÇO IMMUNITY AUTOCALVAVEL, VALIDADE INDETERMINADA.	UN	GOLGRAN	12	8,99	107.88
17	ESSÊNCIA AROMÁTICA, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO OLEOSO, AMARELO CASTANHO, TIPO DE ORIGEM:ORIGEM VEGETAL, PLANTA ORIGINÁRIA:CITRUS AURANTIUM L., ODOR:LARANJA	UN	TERRAFLO R	6	43,68	262.08
19	FITA DE POLIESTER, UTILIZADAS EM ISOLAMENTO DE RESTAURAÇÃO INTERPROXIMAIS COM RESINA COMPOSTA	PCT	K-DENT	15	14,99	224.85
20	FRESA ESFÉRICA Nº 1014, BROCA AUTOCLAVÁVEL, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE E DUREZA.	UN	MICRODON T	8	8,94	71.52
22	HIDROXIDO DE CALCIO (PASTA) DYCAL, PARA CAPEAMENTO PULPAR E FORRO PROTETOR SOB MATERIAIS RESTAURADORES, CIMENTOS.	CX	MAQUIRA	6	33,99	203.94
23	LENÇOL HOSPITALAR CONFECCIONADO EM PAPEL PRODUZIDO COM FIBRAS 100% NATURAIS PROPORCIONANDO AO PRODUTO RESISTÊNCIA, MACIEZ E ALTA ABSORÇÃO DE LÍQUIDOS. GRAMATURA 30 G, TAMANHO 50 CM X 50 M, PARA MACA, EMBALADOS EM PACOTES CONTENDO 10 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL, COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VENCIMENTO, LOTE- REGISTRO M.S. E BOAS PRATICAS DE FABRICAÇAO.	CX	FLEXPEL	60	73,93	4.435,80
24	LIMA K N° 10 - LIMA MANUAL. FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL AUSTENÍTICO,, ELETRO-POLIDAS, PERTENCENTE À CLASSIFICAÇÃO AISI 302 COM APROXIMADAMENTE 17% DE CROMO E 8% DE NÍQUEL. CONFECCIONADAS POR TORÇÃO.CABO FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO, DO TIPO POLIAMIDA, DE ESPECIFICAÇÃO PA 6.6. BLISTER ESTÉRIL EMBALADO INDIVIDUALMENTE. SUA PARTE ATIVA TEM 16MM E CONICIDADE (TAPER) .02. PONTA INATIVA. RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL - FRASCO LÍQUIDO 500ML. COMPOSIÇÃO: ACETONA, ÁCIDO CIANÍDRICO E ÁLCOOL METÍLICO. .USO EM PRÓTESES: IDEAL PARA CONSERTOS E REEMBASAMENTOS. POLIMERIZAÇÃO: AUTOPOLIMERIZÁVEL.. COR: INCOLOR.	UN	TDK	3	9,7	29.10
25	LOCÃO HIDRATANTE UREIA 10% DE 500 G	UN	BEGÔNIA	24	35,83	859.92
26	MALHA TUBULAR ORT. 15 CM X 15 METROS- INDICAÇÃO:É UTILIZADO EM HOSPITAIS, CLÍNICAS, UNIDADES DE SAÚDE, COMO AUXILIAR EM PROCEDIMENTOS DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA, PARA ACOLCHOAMENTO E PROTEÇÃO ENTRE A PELE E O IMOBILIZADOR.FINALIDADE: PROTEGER AS PROEMINÊNCIAS ÓSSEAS E MINIMIZAR OCORRÊNCIA DE IRRITAÇÃO E ALERGIA TECIDUAL.EMBALAGEM:NDIVIDUAL E SEGURA QUE GARANTE SUA PROTEÇÃO QUANTO À AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, PODENDO SER ESTERILIZADO EM VAPOR SATURADO, ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA.	RL	POLARFIX	12	15,94	191.28
27	ÓLEO VEGETAL AMÊNDOAS DOCE 1 LITRO - 100% PURO	UN	GOLGRAN	2	32,74	65.48
28	PLACA DE VIDRO- *LISA * 15 MM DE ESPESSURA * CONFECCIONADA EM VIDRO INCOLOR UTILIZADA PARA MANIPULAÇÃO DE MATERIAIS	UN	GOLGRAN	2	32,74	65.48
29	RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZAVEL - FRASCO LIQUIDO 500ML. COMPOSICAO: ACETONA, ACIDO CIANIDRICO E ALCOOL METILICO. USO EM PROTESE: IDEAL PARA CONSERTOS E REEBASAMENTOS. POLIMERIZACAO: AUTOPOLIMERIZAVEL. COR: INCOLOR.	UN	JET	10	76,81	768.10
30	RESINA COMPOSTA FLUIDA- COR A3 RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL, CONSTITUÍDA DE COMPÓSITO MICROHÍBRIDO E ESTÉTICO DESTINADO À RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA E BAIXA VISCOSIDADE;	UN	OPALLIS FLOW	10	125,99	1.259.90

31	RESINA COMPOSTA Z250 - COR A3 -MAIOR ADERÊNCIA ,PROPRIEDADE FÍSICA E MECÂNICA SUPERIOR E MENOR CASOS DE INFILTRAÇÃO. RESINA MICROHÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS. COMPOSIÇÃO: BISGMA, TEGDMA, BISFENOL A POLIETILENO GLICOL DIÉTER DIMETACRILATO, UDMA, CERÂMICA SILANIZADA TRATADA E SÍLICA TRATADA DE SILANO.	UN	OPALLIS	20	108,38	2.167.60
R$ 20.503,39 (VINTE MIL E QUINHENTOS E TRÊS REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).						

LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/2021 ART. 14 I

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (*DOZE*) **MESES**, CONTADO A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP OU NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

DATA ASSINATURA: 22/10/2025.

CARACOL/MS, 22 DE OUTUBRO DE 2025.

ASSINAM

CRISTIANA ARAÚJO PEZZINI– **CONTRATANTE**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 11.812.857.0001/22

EDSON GUZZELA - CONTRATADO

DECOM COM. DE EQUIP. E PROD ODONT. MED E HOSP LTD

CNPJ 08.726.881/0001-34

Matéria enviada por Vanderli Vieira Ximenes

PORTARIA/LIC/PMC Nº 289 - DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

"NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATO"

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARACOL/MS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal, suplente e gestor da ATA descrito no art. 2º. conforme abaixo:

	SERVIDOR	MAT.	VINCULO	SEC.
GESTOR	Wesley Teixeira dos Santos	3658	Comissionado	Saúde
FISCAL	Jean Francys Ramires dos Santos	1075	Comissionado	Saúde
FISCAL	Aline Ribas Vilalba	2764	Comissionado	Saúde

Art. 2º A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito da ATA abaixo referenciado:

Nº	**ATA N° 44/2025**
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARACOL/MS.
CONTRATADO	DECOM COM. DE EQUIP. E PROD ODONT. MED E HOSP LTD
CNPJ Nº	08.726.881/0001-34
VIGÊNCIA	**PRAZO DE VIGÊNCIA: 12** (*DOZE*) **MESES**, CONTADO A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP OU NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.
VALOR	**R$ 20.503,39** (VINTE MIL E QUINHENTOS E TRÊS REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).

Art. 3º Os integrantes da equipe de fiscalização devem ter ciência expressa desta indicação.

Art. 4º A equipe deverá atuar de acordo com o Decreto Municipal nº30/2023

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Caracol MS, 22 de outubro de 2025.

_____

Carlos Humberto Pagliosa
Prefeito Municipal

Matéria enviada por Vanderli Vieira Ximenes

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 338 DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.

"Concessão de férias à servidor público."

CARLOS HUMBERTO PAGLIOSA, Prefeito de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e nos termos dos artigos 76 a 79 da Lei Complementar Nº 415/2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Senhor Carlos Junior Godoy, ocupante do cargo de Agente Tecnico de Administração e Finanças,

matrícula nº 177, lotado na Secretaria Municipal de Administração, 10 (dez) dias de férias, relativo ao período aquisitivo: **01/07/2024 a 30/06/2025** a partir de 24/10/2025 a 02/10/2025.

Art. 2º. O gozo das férias de 20 dias, referente ao período aquisitivo descrito no artigo anterior, será concedido posteriormente.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Caracol – MS 17 de outubro de 2025.

Carlos Humberto Pagliosa

Prefeito Municipal de Caracol/MS

Matéria enviada por MODESTO VAZ FILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita do Município de Coronel Sapucaia (MS), usando de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IV, Art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR e tornar público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 0180/2025

MODALIDADE/Nº: DISP. Nº 0110/2025

OBJETO: Contratação de serviços especializados para internação compulsória de paciente com transtornos mentais, com a finalidade de atender à demanda judicial constante nos auto n° 0900041-27,2017.8.12.0004, assegurando ao assistido Carlos Manuel Salina Villa Alta um tratamento adequado, digno e humanizado. conforme exigências e quantitativos descritos no Termo de Referência, Proposta de Preços e Minuta do Contrato.

Vencedor(es): BORTOLLI & SCALCON LTDA (CNPJ **35.908.924/0001-75**), no Anexo I/Lote 0001- item: 01, totalizando R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

Coronel Sapucaia/MS, 21 de Outubro de 2025.

Niágara Patrícia Gauto Kraievski

Prefeita Municipal

Matéria enviada por ANDRÉ DE ASSIS VOGINSKI

LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 0098/2025

Processo nº 0180/2025

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA/MS e a empresa BORTOLLI & SCALCON LTDA
OBJETO: Contratação de serviços especializados para internação compulsória de paciente com transtornos mentais, com a finalidade de atender à demanda judicial constante nos auto n° 0900041-27,2017.8.12.0004, assegurando ao assistido Carlos Manuel Salina Villa Alta um tratamento adequado, digno e humanizado. conforme exigências e quantitativos descritos no Termo de Referência, Proposta de Preços e Minuta do Contrato.

FICHA: 249

2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CORONEL SAPUCAIA
02 PODER EXCULTIVO
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PUBLICA
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PUBLICA

10.122.1100.2124 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE: 1.500.1002

R$: 102.000,00 (cento e dois mil reais)

Vigência: 21/10/2025 à 21/10/2026

Data da Assinatura: 21/10/2025

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21 e 123/2006.

Assinam: NIÁGARA PATRÍCIA GAUTO KRAIEVSKI, pela contratante e FRANCIELLI SCALCON BORTOLLI, pela contratada

Matéria enviada por ANDRÉ DE ASSIS VOGINSKI

LICITAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO VISANDO O REAJUSTE DE VIGÊNCIA E ACRESCIMOS DE VALOR, JUNTO AO CONTRATO Nº 0102/2024.

PARTES:

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CORONEL SAPUCAIA/MS.

CNPJ: 24.101.373/0001-17

CONTRATADO: I F CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 10.541.510/0001-20

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REAVALIAÇÃO ATUARIAL PARA O FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CORONEL SAPUCAIA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01 INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERV. CEL. SAPUCAIA

09.271.1200.2-161 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PREVI SAPUCAIA

ELEMENTO DE DESPESA

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II DO ART. **124** DA LEI N°14.133/21 E ALTERAÇÕES POSTERIORES CORRELATAS QUE LHE FORAM SUPERVENIENTES.

VALOR: R$ 13.350,00 (TREZE MIL E TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

DA VIGÊNCIA: FICA PRORROGADO A VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A TER SEU TÉRMINO EM 11 DE NOVEMBRO DE 2026.

FORO: COMARCA DE CORONEL SAPUCAIA/MS

LOCAL E DATA: CORONEL SAPUCAIA/MS, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

ASSINAM: ROSANGELA CAVAZZANI LUCA – DIRETORA PRESIDENTE

CPF: 413.740.619-72

IGOR FRANÇA GARCIA – PROPRIETÁRIO

CPF: 013.475.576-60

Matéria enviada por FERNANDO TAUFMANN THOMÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Departamento de Licitações e Contratos

Resultado de Licitação Concorrência Presencial: 01/2025 CODIGO E-SFINGE: 90AAA6F4D0A4CC1B9B66C02F82636B2A0A0C323C

O Município de Douradina/MS, torna publica aos interessados, os seguintes resultados: **PROCESSO LICITATÓRIO N° 67/2025**, na Modalidade de **CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 01/2025** do Tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**", regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais condições **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, de empresa especializada para a execução da obra de "**Reforma e ampliação do CEI Arte e Vida em atenção à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Douradina/MS, nos moldes do Instrumento de Repasse nº 5003504/2023 – Item 3 Construção/Reforma de Infraestrutura – Obras Sociais, firmado entre a Caixa Econômica Federal na qualidade de Representante da ITAIPU e o Município de Douradina – MS"** conforme especificações constantes no PROJETO BÁSICO - ANEXO I e as demais partes integrantes deste Edital. **Vencedor:** BLESSED ENGENHARIA LTDA R$ 1.767.949,02. Com ciência aos interessados em relação aos 3 (três), dias úteis para recurso conforme previsto no Art. 165 Inciso I da Lei Federal 14.133/21.

Douradina - MS 21 de outubro de 2025.

RAFAEL HENRIQUE ALVES MACHADO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Matéria enviada por Rafael Henrique Alves Machado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO-MS

PORTARIA Nº 054/2025

AUTORIZAÇÃO PARA VIAGEM E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

"Dispõe sobre a concessão de diárias, conforme a Lei Municipal nº 1.254/2019 e dá outras providências"

O Presidente da Câmara Municipal de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Autorizar os Vereadores e servidores deste Poder Legislativo: **ADENIR EMIDIO PEDRO, VALDEIR DE SOUZA LOPES, ANTONIO JORGE DOS SANTOS E KLEVERSON FREITAS DA SILVA e os Servidores: DORALICE LOPES, JEAN GUSTAVO MIRANDA CAPRIOLI e JOSÉ OSVALDO DE SOUZA SOARES,** a viajarem até Campo Grande – MS, no Seminário Legislativo *"**REDES SOCIAIS E PODER PÚBLICO – LIMITES LEGAIS E RESPONSABILIDADE NA COMUNICAÇÃO INSTITUICIONAL INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO LEGISLATIVO E A INTEGRAÇÃO ENTRE PPA, LDO E LOA: O CICLO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL"*** nos dias 22, 23, e 24 de outubro/2025, à ser realizado pela KCM Assessoria, Capacitações, Treinamentos, Cursos, Eventos e Pesquisas Ltda sob CNPJ nº 58.772.397/0001-10 em Campo Grande Conforme Folder em Anexo.

Os requerimentos endereçados ao Presidente desta Casa ficam autorizado a fazer jus a 2 (duas) diárias, conforme os valores vigentes no anexo I da Lei Municipal nº 1.254/2019, por participante da Câmara Municipal de Eldorado.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

Daiane Gomes Lacerda

PRESIDENTE

Matéria enviada por Osmir Aparecido Jovedi

Secretaria Municipal de Sáude

RESOLUÇÃO Nº 026/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 3º (RDQA) de 2020 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 3º RDQA de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **3º Quadrimestre do exercício de 2020** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **3º Quadrimestre de 2020**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

_____

ELIZABETE MENEZES DA SILVA

(PRESIDENTE DO CMS)

Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude

RESOLUÇÃO Nº 032/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do RAG de 2020 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o RAG de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Anual de Gestão referente ao **do exercício de 2020** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RAG estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **RAG 2020**

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA

(PRESIDENTE DO CMS)

Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude

RESOLUÇÃO Nº 031/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do RAG de 2019 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o RAG de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Anual de Gestão referente ao **do exercício de 2019** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RAG estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **RAG 2019**

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA

(PRESIDENTE DO CMS)

Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude

RESOLUÇÃO Nº 030/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do RAG de 2018 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o RAG de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Anual de Gestão referente ao **do exercício de 2018** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RAG estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **RAG 2018**

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA
(PRESIDENTE DO CMS)
Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude
RESOLUÇÃO Nº 029/CMS/2025

RESOLUÇÃO Nº 029/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 3º (RDQA) de 2021 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 3º RDQA de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **3º Quadrimestre do exercício de 2021** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao 3º **Quadrimestre de 2021**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA
(PRESIDENTE DO CMS)
Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude
RESOLUÇÃO Nº 028/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 2º (RDQA) de 2021 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 2º RDQA de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao 2º **Quadrimestre do exercício de 2021** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **2º Quadrimestre de 2021**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA
(PRESIDENTE DO CMS)
Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude

RESOLUÇÃO Nº 027/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 1º (RDQA) de 2021 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 1º RDQA de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **1º Quadrimestre do exercício de 2021** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **1º Quadrimestre de 2021**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA

(PRESIDENTE DO CMS)

Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude

RESOLUÇÃO Nº 025/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 2º (RDQA) de 2020 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 2º RDQA de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **2º Quadrimestre do exercício de 2020** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **2º Quadrimestre de 2020**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA

(PRESIDENTE DO CMS)

Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude

RESOLUÇÃO Nº 018/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 1º (RDQA) de 2018 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem

como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 1º RDQA de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **1º Quadrimestre do exercício de 2018** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **1º Quadrimestre de 2018**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA

(PRESIDENTE DO CMS)

Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude

RESOLUÇÃO Nº 024/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 1º (RDQA) de 2020 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 1º RDQA de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **1º Quadrimestre do exercício de 2020** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **1º Quadrimestre de 2020**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA

(PRESIDENTE DO CMS)

Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude

RESOLUÇÃO Nº 023/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 3º (RDQA) de 2019 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 3º RDQA de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao 3º **Quadrimestre do exercício de 2019** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **3º Quadrimestre de 2019**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA
(PRESIDENTE DO CMS)
Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude
RESOLUÇÃO Nº 022/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 2º (RDQA) de 2019 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 2º RDQA de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **2º Quadrimestre do exercício de 2019** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **2º Quadrimestre de 2019**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA
(PRESIDENTE DO CMS)
Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude
RESOLUÇÃO Nº 021/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 1º (RDQA) de 2019 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 1º RDQA de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **1º Quadrimestre do exercício de 2019** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **1º Quadrimestre de 2019**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA
(PRESIDENTE DO CMS)
Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude
RESOLUÇÃO Nº 020/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 3º (RDQA) de 2018 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 3º RDQA de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **3º Quadrimestre do exercício de 2018** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **3º Quadrimestre de 2018**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA
(PRESIDENTE DO CMS)
Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude
RESOLUÇÃO Nº 019/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do 2º (RDQA) de 2018 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o 2º RDQA de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao **2º Quadrimestre do exercício de 2018** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RDQA estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **2º Quadrimestre de 2018**.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

ELIZABETE MENEZES DA SILVA
(PRESIDENTE DO CMS)
Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Secretaria Municipal de Sáude
RESOLUÇÃO Nº 033/CMS/2025

Dispõe sobre a aprovação com ressalvas do RAG de 2021 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO - MS, no uso de suas competências e das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, bem como pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;

CONSIDERANDO as competências estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.298, de 05 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 14 de outubro de 2025, conforme registrado na **Ata nº 14/2025**, que aprovou o RAG de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, com ressalva, o Relatório Anual de Gestão referente ao **do exercício de 2021** da Gestão Municipal de Saúde de Eldorado – MS.

Art. 2º A aprovação com ressalva se dá em virtude de a análise do RAG estar sendo realizada em data posterior ao período de sua competência e **apenas para fins de regularização no sistema** e cumprimento formal de exigências legais, reconhecendo-se que a análise aprofundada dos documentos e dados, em tempo hábil, não foi realizada.

Art. 3º Esta Resolução possui **caráter retroativo** a contar do período correspondente de avaliação do supracitado instrumento de reconhecimento dos serviços de saúde, ou seja, ao **RAG 2021**

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado - MS, 14 de outubro de 2025.

_____

ELIZABETE MENEZES DA SILVA
(PRESIDENTE DO CMS)
Conforme resolução Nº 001/2025 do CMS

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

PÁG: 0001

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

- EMPENHO -

Exercício: 2025 Processo: 00093/2025 Ordem de Compra: Ficha: 02227 Número Empenho: 02257

Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Código: 05.02

Intitulação da Despesa: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUND Código: 2.020

Classificação da Despesa	Saldo Anterior	Importância	Saldo Atual
12.361.0501.2.020.3.3.90.39.99	R$201.077,15	R$1.866,88	R$199.210,27
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JUR			

Processo Licitatório: 222025 Modalidade: 13 - PREGÃO PRESENCIAL

Credor:	FERNANDO EUGENIO BARBOSA SILVA 05205696109	GLOBAL
CNPJ/CPF:	22.325.745/0001-63	
Cidade:	ELDORADO - MS	RG - 85691

Valor: UM MIL E OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
00001	O VALOR QUE SE EMPENHA NESTA DATA REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME ATA Nº 019/2025 PROCESSO Nº 093/2025 PREGAO Nº 022/2025.	R$1.866,88

Fonte de Recurso: 1.500.1001 - Rec não vin de Impostos Identificação da DATA DA EMISSÃO: 21/10/2025

FABIANA MARIA LORENCI	SHEILA RODRIGUES DOS SANTOS	RONALDO LUIZ LOPES
PREFEITA MUNICIPAL	CONTADORA	SECRET. MUNIC. DE GOVERNO
623.753.420-20	048.058.621-73	007.167.731-39

DECLARO QUE A DESPESA SATISFAZ AS EXIGÊNCIAS DOS ART.16 E 17 DA LC. 101/2000.

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			NO BIMESTRE	%	ATÉ BIMESTRE	%	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	110.072.000,00	110.072.000,00	16.236.830,75	14,75	64.509.019,74	58,61	45.562.980,26
RECEITAS CORRENTES	96.774.000,00	96.774.000,00	15.863.601,16	16,39	61.591.119,20	63,64	35.182.880,80
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.218.000,00	12.218.000,00	2.576.449,89	21,09	8.367.427,22	68,48	3.850.572,78
Impostos	11.125.000,00	11.125.000,00	2.478.608,78	22,28	7.767.019,07	69,82	3.357.980,93
Taxas	1.092.000,00	1.092.000,00	97.841,11	8,96	600.408,15	54,98	491.591,85
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00					1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	2.881.300,00	2.881.300,00	518.868,05	18,01	2.098.847,50	72,84	782.452,50
Contribuições Sociais	2.181.300,00	2.181.300,00	413.004,05	18,93	1.577.203,50	72,31	604.096,50
Contribuições Econômicas							
Contribuição para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública	700.000,00	700.000,00	105.864,00	15,12	521.644,00	74,52	178.356,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.194.000,00	1.194.000,00	334.885,94	28,05	1.061.426,48	88,90	132.573,52
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	1.194.000,00	1.194.000,00	334.885,94	28,05	1.061.426,48	88,90	132.573,52
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração de Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	20.000,00	20.000,00			3.708,50	18,54	16.291,50
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	10.000,00	10.000,00			3.708,50	37,09	6.291,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	79.773.000,00	79.773.000,00	12.359.220,77	15,49	49.198.256,80	61,67	30.574.743,20
Transferências da União e de suas Entidades	30.919.000,00	30.919.000,00	5.532.227,34	17,89	20.681.156,11	66,89	10.237.843,89
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	33.152.000,00	33.152.000,00	4.778.024,27	14,41	19.560.684,90	59,00	13.591.315,10
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas	1.000,00	1.000,00					1.000,00

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			NO BIMESTRE	%	ATÉ BIMESTRE	%	
Transferências de Outras Instituições Publicas	15.700.000,00	15.700.000,00	2.048.969,16	13,05	8.956.415,79	57,05	6.743.584,21
Transferências do Exterior							
Outras Transferências	1.000,00	1.000,00					1.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	687.700,00	687.700,00	74.176,51	10,79	861.452,70	125,27	-173.752,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Idenizações, Restituições e Ressarcimentos	136.500,00	136.500,00	35.743,83	26,19	67.743,31	49,63	68.756,69
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	551.200,00	551.200,00	38.432,68	6,97	793.709,39	144,00	-242.509,39
RECEITAS DE CAPITAL	13.298.000,00	13.298.000,00	373.229,59	2,81	2.917.900,54	21,94	10.380.099,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Créditos - Mercado Interno							
Operações de Créditos - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.298.000,00	13.298.000,00	373.229,59	2,81	2.917.900,54	21,94	10.380.099,46
Transferências da União e de suas Entidades	6.970.000,00	6.970.000,00	373.229,59	5,35	2.917.900,54	41,86	4.052.099,46
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.328.000,00	6.328.000,00					6.328.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.358.000,00	5.358.000,00	816.014,66	15,23	3.276.627,39	61,15	2.081.372,61

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			NO BIMESTRE	%	ATÉ BIMESTRE	%	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	115.430.000,00	115.430.000,00	17.052.845,41	14,77	67.785.647,13	58,72	47.644.352,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	115.430.000,00	115.430.000,00	17.052.845,41	14,77	67.785.647,13	58,72	47.644.352,87
DEFICIT (VI)[1]							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	115.430.000,00	115.430.000,00	17.052.845,41	14,77	67.785.647,13	58,72	47.644.352,87
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.170.989,54			4.170.989,54		
Recurs.Arrecadados em Exercícios Anteriores-RPPS							
Superavit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		4.170.989,54			4.170.989,54		

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	110.072.000,00	118.216.047,55	9.912.584,53	93.744.291,51	24.471.756,04	16.756.172,51	60.444.778,01	57.771.269,54	59.436.582,54
DESPESAS CORRENTES	90.815.700,00	93.798.253,43	9.041.882,53	79.430.568,57	14.367.684,86	16.066.582,79	57.660.301,45	36.137.951,98	56.740.346,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.761.000,00	51.636.470,35	2.805.619,30	43.939.450,37	7.697.019,98	8.363.355,81	30.985.413,26	20.651.057,09	30.831.046,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00								
OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
Transferências a Municípios²									
Demais Despesas Correntes²	40.052.700,00	42.161.783,08	6.236.263,23	35.491.118,20	6.670.664,88	7.703.226,98	26.674.888,19	15.486.894,89	25.909.300,31
DESPESAS DE CAPITAL	17.438.000,00	22.599.494,12	870.702,00	14.313.722,94	8.285.771,18	689.589,72	2.784.476,56	19.815.017,56	2.696.235,80
INVESTIMENTOS	16.438.000,00	21.272.390,38	661.920,45	13.398.260,75	7.874.129,63	480.808,17	1.869.014,37	19.403.376,01	1.780.773,61
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000.000,00	1.327.103,74	208.781,55	915.462,19	411.641,55	208.781,55	915.462,19	411.641,55	915.462,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.818.300,00	1.818.300,00			1.818.300,00			1.818.300,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.358.000,00	5.741.696,26	83.143,07	4.744.327,18	997.369,08	704.059,36	3.599.502,89	2.142.193,37	3.211.398,90
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	115.430.000,00	123.957.743,81	9.995.727,60	98.488.618,69	25.469.125,12	17.460.231,87	64.044.280,90	59.913.462,91	62.647.981,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Dívida Contratual									
TOTAL DAS DESPESAS(XII) = (X + XI)	115.430.000,00	123.957.743,81	9.995.727,60	98.488.618,69	25.469.125,12	17.460.231,87	64.044.280,90	59.913.462,91	62.647.981,44
SUPERAVIT (XIII)							3.741.366,23		
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	115.430.000,00	123.957.743,81	9.995.727,60	98.488.618,69	25.469.125,12	17.460.231,87	67.785.647,13	56.172.096,68	62.647.981,44
RESERVA DO RPPS	1.768.300,00	1.768.300,00			1.768.300,00			1.768.300,00	

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			NO BIMESTRE	%	ATÉ BIMESTRE	%	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.358.000,00	5.358.000,00	816.014,66	15,23	3.276.627,39	61,15	2.081.372,61
RECEITAS CORRENTES	5.358.000,00	5.358.000,00	816.014,66	15,23	3.276.627,39	61,15	2.081.372,61
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	5.358.000,00	5.358.000,00	816.014,66	15,23	3.276.627,39	61,15	2.081.372,61
Contribuições Sociais	5.358.000,00	5.358.000,00	816.014,66	15,23	3.276.627,39	61,15	2.081.372,61
Contribuições Econômicas							
Contribuição para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração de Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			NO BIMESTRE	%	ATÉ BIMESTRE	%	
Transferências de Outras Instituições Publicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Idenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Créditos - Mercado Interno							
Operações de Créditos - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.358.000,00	5.741.696,26	83.143,07	4.744.327,18	997.369,08	704.059,36	3.599.502,89	2.142.193,37	3.211.398,90
DESPESAS CORRENTES	5.152.000,00	5.547.800,00	72.921,00	4.703.353,85	844.446,15	693.837,29	3.558.529,56	1.989.270,44	3.170.425,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.152.000,00	5.547.800,00	72.921,00	4.703.353,85	844.446,15	693.837,29	3.558.529,56	1.989.270,44	3.170.425,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
DESPESAS DE CAPITAL	206.000,00	193.896,26	10.222,07	40.973,33	152.922,93	10.222,07	40.973,33	152.922,93	40.973,33
INVESTIMENTOS									
INVERSÕES FINANCEIRAS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	206.000,00	193.896,26	10.222,07	40.973,33	152.922,93	10.222,07	40.973,33	152.922,93	40.973,33

Local de publicação https://eldorado.megasofttransparencia.com.br/ -

Fonte: Sistema Megaadm, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO, Data da emissão 22/10/2025 08:00

1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

2 Essa linha será apresentada somente no Demonstrativo aplicado aos Estados.

FABIANA MARIA LORENCI
CPF: 623.753.420-20
PREFEITA MUNICIPAL

ANDREIA RODRIGUES PANTOJA
CPF: 051.646.319-54
CONTROLADORA

SHEILA RODRIGUES DOS SANTOS FLUMINHAN
CPF: 048.058.621-73
CONTADORA

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE	%		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE	%	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**110.072.000,00**	**118.216.047,55**	**9.912.584,53**	**93.744.291,51**	**95,18**	**24.471.756,04**	**16.638.321,34**	**60.444.778,01**	**94,38**	**57.771.269,54**
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	110.072.000,00	118.216.047,55	9.912.584,53	93.744.291,51	95,18	24.471.756,04	16.638.321,34	60.444.778,01	94,38	57.771.269,54
Legislativa										
Ação Legislativa	3.925.000,00	4.056.183,91	466.130,02	2.441.106,95	2,48	1.615.076,96	512.561,72	2.180.241,33	3,40	1.875.942,58
Administração										
Administração Geral	21.850.000,00	21.163.090,07	975.687,13	20.001.982,12	20,31	1.161.107,95	3.412.877,32	13.528.109,44	21,12	7.634.980,63
Administração Financeira	2.007.200,00	2.332.303,74	349.164,95	1.661.040,76	1,69	671.262,98	394.298,00	1.540.142,39	2,40	792.161,35
Controle Interno	227.000,00	396.649,67	64.784,40	281.041,86	0,29	115.607,81	64.784,40	251.453,06	0,39	145.196,61
Normatização e Fiscalização	25.000,00	25.000,00	4.510,00	9.432,00	0,01	15.568,00	4.510,00	9.432,00	0,01	15.568,00
Assistência Social										
Assistência a Criança e ao Adolescente	30.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00
Assistência Comunitária	3.225.000,00	3.590.667,24	225.201,00	2.700.980,21	2,74	889.687,03	560.199,68	2.147.284,97	3,35	1.443.382,27
Previdência Social										
Previdência do Regime Estatutário	6.641.000,00	6.772.000,00	105.755,00	5.229.110,77	5,31	1.542.889,23	1.108.436,31	3.269.714,33	5,11	3.502.285,67
Saúde										
Administração Geral	10.659.000,00	10.745.017,43	100.215,85	9.166.271,86	9,31	1.578.745,57	1.654.074,14	7.890.066,07	12,32	2.854.951,36
Atenção Básica	6.891.000,00	9.449.160,66	2.607.629,36	7.288.718,27	7,40	2.160.442,39	1.380.626,19	3.094.853,88	4,83	6.354.306,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.404.000,00	13.003.578,60	1.470.747,22	8.689.081,43	8,82	4.314.497,17	1.352.365,64	4.772.651,17	7,45	8.230.927,43
Suporte Profilático e Terapêutico	555.000,00	536.000,00	73.087,81	352.193,28	0,36	183.806,72	87.233,49	342.466,07	0,53	193.533,93
Vigilância Sanitária	40.000,00	35.000,00	2.930,00	4.125,00	0,00	30.875,00	2.930,00	4.125,00	0,01	30.875,00
Vigilância Epidemiológica	298.000,00	335.782,00	18.962,70	286.617,17	0,29	49.164,83	49.800,51	275.292,17	0,43	60.489,83
Educação										
Ensino Fundamental	16.455.500,00	15.934.623,78	802.863,02	11.445.628,06	11,62	4.488.995,72	2.390.525,56	8.500.403,19	13,27	7.434.220,59
Educação Infantil	10.723.000,00	12.677.073,61	517.939,63	10.446.816,36	10,61	2.230.257,25	836.367,96	3.941.650,91	6,15	8.735.422,70
Cultura										
Difusão Cultural	207.000,00	976.917,25		876.917,25	0,89	100.000,00		876.917,25	1,37	100.000,00
Urbanismo										
Infra-Estrutura Urbana	4.995.000,00	5.691.843,11	1.240.184,94	5.314.914,63	5,40	376.928,48	1.726.067,05	3.783.622,58	5,91	1.908.220,53
Habitação										
Habitação Urbana	65.000,00									
Gestão Ambiental										
Preservação e Conservação Ambiental	4.148.000,00	6.311.649,32	444.037,80	5.535.571,99	5,62	776.077,33	653.531,03	2.465.303,68	3,85	3.846.345,64
Agricultura										
Extensão Rural	39.000,00	35.000,00	17.459,74	17.459,74	0,02	17.540,26	6.209,92	6.209,92	0,01	28.790,08
Energia										
Energia Elétrica	705.000,00	705.000,00	182.685,17	550.551,19	0,56	154.448,81	182.846,67	550.131,38	0,86	154.868,62

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE	%		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE	%	
Transporte										
Transporte Rodoviário	2.109.000,00	1.550.587,04	242.608,79	1.389.164,77	1,41	161.422,27	242.884,10	993.026,37	1,55	557.560,67
Desporto e Lazer										
Desporto Comunitário	30.000,00	69.620,12		55.565,84	0,06	14.054,28	15.191,65	21.680,85	0,03	47.939,27
Reserva de Contingência										
Reserva de Contingencia	1.818.300,00	1.818.300,00				1.818.300,00				1.818.300,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**5.358.000,00**	**5.741.696,26**	**83.143,07**	**4.744.327,18**	**4,82**	**997.369,08**	**704.059,36**	**3.599.502,89**	**5,62**	**2.142.193,37**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.358.000,00	5.741.696,26	83.143,07	4.744.327,18	4,82	997.369,08	704.059,36	3.599.502,89	5,62	2.142.193,37
TOTAL (III) = (I + II)	115.430.000,00	123.957.743,81	9.995.727,60	98.488.618,69	100,00	25.469.125,12	17.342.380,70	64.044.280,90	100,00	59.913.462,91

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE	%		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE	%	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	**5.358.000,00**	**5.741.696,26**	**83.143,07**	**4.744.327,18**	**4,82**	**997.369,08**	**704.059,36**	**3.599.502,89**	**5,62**	**2.142.193,37**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	5.358.000,00	5.741.696,26	83.143,07	4.744.327,18	4,82	997.369,08	704.059,36	3.599.502,89	5,62	2.142.193,37
Legislativa										
Ação Legislativa	25.000,00	25.000,00	5.762,84	23.011,41	0,02	1.988,59	5.762,84	23.011,41	0,04	1.988,59
Administração										
Administração Geral	2.224.000,00	2.374.000,00		2.160.000,00	2,19	214.000,00	358.263,44	1.769.620,83	2,76	604.379,17
Administração Financeira	206.000,00	193.896,26	10.222,07	40.973,33	0,04	152.922,93	10.222,07	40.973,33	0,06	152.922,93
Controle Interno	13.000,00	13.000,00		11.542,44	0,01	1.457,56		11.542,44	0,02	1.457,56
Assistência Social										
Assistência Comunitária	70.000,00	131.800,00	67.158,16	131.800,00	0,13		22.361,60	87.003,44	0,14	44.796,56
Saúde										
Administração Geral	864.000,00	1.109.000,00		864.000,00	0,88	245.000,00	71.910,99	662.594,87	1,03	446.405,13
Atenção Básica	50.000,00									
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.000,00									
Vigilância Epidemiológica	10.000,00									
Educação										
Ensino Fundamental	1.137.000,00	1.137.000,00		990.000,00	1,01	147.000,00	174.864,52	704.765,05	1,10	432.234,95
Educação Infantil	723.000,00	723.000,00		488.000,00	0,50	235.000,00	52.133,92	271.385,79	0,42	451.614,21
Gestão Ambiental										
Preservação e Conservação Ambiental	35.000,00	35.000,00		35.000,00	0,04		8.539,98	28.605,73	0,04	6.394,27
TOTAL	5.358.000,00	5.741.696,26	83.143,07	4.744.327,18	4,82	997.369,08	704.059,36	3.599.502,89	5,62	2.142.193,37

FONTE:
Representa uma dotação global sem destinação especifica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por contar no orçamento.

Publicado em: https://eldorado.megasofttransparencia.com.br/

FABIANA MARIA LORENCI
CPF: 623.753.420-20
PREFEITA MUNICIPAL

ANDREIA RODRIGUES PANTOJA
CPF: 051.646.319-54
CONTROLADORA

SHEILA RODRIGUES DOS SANTOS FLUMINHAN
CPF: 048.058.621-73
CONTADORA

PÁG: 001

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ BIMESTRE (b)**
01- RECEITA DE IMPOSTOS	11.125.000,00	7.767.019,07
01.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	3.240.000,00	2.055.734,90
01.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.000.000,00	1.066.160,33
01.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	3.785.000,00	2.235.250,15
01.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.100.000,00	2.409.873,69
02- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	62.570.000,00	36.050.125,94
02.1- Cota-Parte FPM	26.550.000,00	17.194.124,14
02.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.700.000,00	16.175.067,25
02.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	850.000,00	1.019.056,89
02.2- Cota-Parte ICMS	31.800.000,00	17.230.357,19
02.3- Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	158.383,89
02.4- Cota-Parte ITR	2.500.000,00	269.975,57
02.5- Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.197.285,15
02.6- Cota-Parte IOF-Ouro		
02.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	
03- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	73.695.000,00	43.817.145,01
04- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	12.344.000,00	7.006.213,81
05- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	6.079.750,00	3.948.072,44

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS ATÉ BIMESTRE (b)**
06- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	15.880.000,00	9.001.152,34
06.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	15.773.000,00	9.001.152,34
06.1.1- Principal	15.700.000,00	8.956.415,79
06.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	73.000,00	44.736,55
06.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
06.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
06.2.1- Principal		
06.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
06.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
06.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT		
06.3.1- Principal		
06.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
06.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
06.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	107.000,00	
06.4.1- Principal	105.000,00	
06.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	2.000,00	
06.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
07- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	3.356.000,00	1.950.201,98

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	
	VALOR

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$

	VALOR
08- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	49.379,28
08.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	49.379,28
08.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
09- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	9.050.531,62

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)

DESPESA COM RECUSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	15.939.379,28	12.310.379,28	8.910.659,53	8.749.795,89	3.399.719,75
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	12.942.500,00	9.480.500,00	7.654.620,95	7.494.460,95	1.825.879,05
10.1.1- Educação Infantil	4.210.000,00	3.565.000,00	2.655.445,00	2.629.167,43	909.555,00
10.1.2- Ensino Fundamental	8.732.500,00	5.915.500,00	4.999.175,95	4.865.293,52	916.324,05
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.996.879,28	2.829.879,28	1.256.038,58	1.255.334,94	1.573.840,70
10.2.1- Educação Infantil	1.364.500,00	1.350.500,00	694.192,52	693.488,88	656.307,48
10.2.2- Ensino Fundamental	1.632.379,28	1.479.379,28	561.846,06	561.846,06	917.533,22
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (E SEM DISPONIBLIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCICIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	12.261.000,00	8.861.280,25	8.700.416,61	3.399.719,75	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	12.261.000,00	8.861.280,25	8.700.416,61	3.399.719,75	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF					0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT					0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR					0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.480.500,00	7.654.620,95	7.494.460,95	1.825.879,05	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL					0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL					0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3o - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.300.806,64	7.654.620,95	7.654.620,95	85,04
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL				

INDICADOR - Art.25, § 3o - Lei no 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$

INDICADOR - Art.25, § 3o - Lei no 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	900.115,23	139.872,09	139.872,09		1,55

INDICADOR - Art.25, § 3o - Lei no 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	1.340.189,38	49.379,28	49.379,28			
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.337.952,25	48.604,85	48.604,85			
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	2.237,13	774,43	774,43			

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.695.500,00	5.119.383,24	3.276.091,89	3.124.428,56	1.843.291,35
20.1- Educação Infantil	1.950.500,00	1.473.384,79	620.186,77	584.553,72	853.198,02
20.2- Ensino Fundamental	4.745.000,00	3.645.998,45	2.655.905,12	2.539.874,84	990.093,33
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral					
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	22.634.879,28	17.429.762,52	12.186.751,42	11.874.224,45	5.243.011,10
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.525.000,00	6.388.884,79	3.969.824,29	3.907.210,03	2.419.060,50
21.1.1- Creche					
21.1.2- Pré-escola	7.525.000,00	6.388.884,79	3.969.824,29	3.907.210,03	2.419.060,50
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	15.109.879,28	11.040.877,73	8.216.927,13	7.967.014,42	2.823.950,60

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	3.276.091,89
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	7.006.213,81
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	10.282.305,70

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2] e	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	10.954.286,25	10.282.305,70	23,47

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	123.979,62	0,00	120.375,90	0,00	3.603,72
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	18.959,12	0,00	15.355,40	0,00	3.603,72
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	105.020,50	0,00	105.020,50	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PÁG: 004

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ BIMESTRE (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.788.000,00	1.242.535,01
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.335.000,00	906.701,64
31.1.1- Salário-Educação	873.000,00	648.732,52
31.1.2- PDDE		
31.1.3- PNAE	301.000,00	206.217,48
31.1.4- PNATE	161.000,00	51.751,64
31.1.5- Outras Transferências do FNDE		
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.453.000,00	335.833,37
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	7.836.818,11	5.940.681,90	1.231.453,52	1.212.688,77	4.709.228,38
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.875.073,61	4.545.931,57	243.212,41	225.292,66	4.302.719,16
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.961.744,50	1.394.750,33	988.241,11	987.396,11	406.509,22
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR					
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS					

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	30.471.697,39	23.370.444,42	13.418.204,94	13.086.913,22	9.952.239,48
33.1- Despesas Correntes	24.233.581,65	18.586.201,99	13.346.428,51	13.030.696,79	5.239.773,48
33.1.1- Pessoal Ativo	19.354.838,15	14.677.980,83	10.440.391,87	10.233.728,09	4.237.588,96
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	20.000,00				
33.1.4- Outras Despesas Correntes	4.858.743,50	3.908.221,16	2.906.036,64	2.796.968,70	1.002.184,52
33.2- Despesas de Capital	6.238.115,74	4.784.242,43	71.776,43	56.216,43	4.712.466,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	6.238.115,74	4.784.242,43	71.776,43	56.216,43	4.712.466,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	216.444,88	13.634,14
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	9.001.152,34	648.732,52
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	8.854.816,39	450.229,58
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	362.780,83	212.137,08
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	75.974,24	

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	286.806,59	212.137,08

Publicado em: www.megasoftgyn.com.br

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: “Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente,

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

FABIANA MARIA LORENCI
CPF: 623.753.420-20
PREFEITA MUNICIPAL

ANDREIA RODRIGUES PANTOJA
CPF: 051.646.319-54
CONTROLADORA

SHEILA RODRIGUES DOS SANTOS FLUMINHAN
CPF: 048.058.621-73
CONTADORA

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (B)	% (B/A)X100)
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	11.125.000,00	11.125.000,00	7.767.019,07	69,82
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.240.000,00	3.240.000,00	2.055.734,90	63,45
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	1.066.160,33	106,62
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.785.000,00	3.785.000,00	2.235.250,15	59,06
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.100.000,00	3.100.000,00	2.409.873,69	77,74
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	61.710.000,00	61.710.000,00	35.031.069,05	56,77
Cota-Parte FPM	25.700.000,00	25.700.000,00	16.175.067,25	62,94
Cota-Parte ITR	2.500.000,00	2.500.000,00	269.975,57	10,80
Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	1.197.285,15	79,82
Cota-Parte ICMS	31.800.000,00	31.800.000,00	17.230.357,19	54,18
Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	158.383,89	79,19
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	72.835.000,00	72.835.000,00	42.798.088,12	58,76

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			Até o Bimestre (D)	% (D/C) X 100	Até o Bimestre (E)	% (E/C) X 100	Até o Bimestre (F)	% (F/C) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	616.000,00	570.140,07	83.808,75	14,70	82.108,75	14,40	82.108,75	14,40	1.700,00
Despesas Correntes	29.000,00	35.000,00	28.345,75	80,99	26.645,75	76,13	26.645,75	76,13	1.700,00
Despesas de Capital	587.000,00	535.140,07	55.463,00	10,36	55.463,00	10,36	55.463,00	10,36	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.479.000,00	3.295.842,50	2.881.567,87	87,43	2.448.613,99	74,29	2.327.999,27	70,63	432.953,88
Despesas Correntes	3.305.000,00	2.874.982,57	2.812.715,27	97,83	2.399.198,39	83,45	2.317.083,67	80,59	413.516,88
Despesas de Capital	174.000,00	420.859,93	68.852,60	16,36	49.415,60	11,74	10.915,60	2,59	19.437,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	400.000,00	398.000,00	261.618,67	65,73	253.658,85	63,73	210.343,67	52,85	7.959,82
Despesas Correntes	400.000,00	398.000,00	261.618,67	65,73	253.658,85	63,73	210.343,67	52,85	7.959,82
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	17.000,00	17.000,00	8.460,88	49,77	8.460,88	49,77	8.460,88	49,77	0,00
Despesas Correntes	17.000,00	17.000,00	8.460,88	49,77	8.460,88	49,77	8.460,88	49,77	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	11.520.000,00	11.851.017,43	10.030.271,86	84,64	8.552.660,94	72,17	8.438.184,78	71,20	1.477.610,92
Despesas Correntes	11.510.000,00	11.851.017,43	10.030.271,86	84,64	8.552.660,94	72,17	8.438.184,78	71,20	1.477.610,92
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	16.032.000,00	16.132.000,00	13.265.728,03	82,23	11.345.503,41	70,33	11.067.097,35	68,60	1.920.224,62

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (D)	DESPESAS LIQUIDADAS (E)	DESPESAS PAGAS(F)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	13.265.728,03	11.345.503,41	11.067.097,35
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	1.920.224,62	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	11.345.503,41	11.345.503,41	11.067.097,35
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	6.419.713,22	0,00	0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	6.419.713,22	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	4.925.790,19	4.925.790,19	4.647.384,13
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	26,51	26,51	25,86

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL (NO EXERCÍCIO ATUAL) (H)	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)1 (I) = (H - (I ou J))
		EMPENHADAS (I)	LIQUIDADAS (J)	PAGAS (K)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	VALOR MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS (M)	VALOR APLICADO EM ASPS NO EXERCÍCIO (N)	VALOR APLICADO ALÉM DO LIMITE MÍNIMO (O) = (N - M), SE < 0, ENTÃO (O) = 0	TOTAL INSCRITO EM RP NO EXERCÍCIO (P)	RPNP INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA Q = (XIIID)	VALOR INSCRITO EM RP CONSIDERADO NO LIMITE (R) = (P - (O + Q)) SE < 0, ENTÃO (R) = (0)	TOTAL DE RP PAGOS (S)	TOTAL DE RP A PAGAR (T)	TOTAL DE RP CANCELADOS OU PRESCRITOS (U)	DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO ALÉM DO LIMITE E O TOTAL DE RP CANCELADOS (V) = ((O + Q) - U))
Empenhos de 2025 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024 (regra nova)	0,00	0,00	0,00	27.713,53	0,00	0,00	12.055,00	15.658,53	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL (W)	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)1 (AA) = (W - (X ou Y))
		EMPENHADAS (X)	LIQUIDADAS (Y)	PAGAS (Z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (B)	% (B/A)X100)
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	15.740.000,00	15.740.000,00	9.604.421,63	61,02
Proveniente da União	7.645.000,00	7.645.000,00	7.667.886,85	100,30
Proveniente dos Estados	8.095.000,00	8.095.000,00	1.936.534,78	23,92
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	3.000,00	3.000,00	115,79	3,86
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	15.743.000,00	15.743.000,00	9.604.537,42	61,01

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			Até o Bimestre (D)	% (D/C) X 100	Até o Bimestre (E)	% (E/C) X 100	Até o Bimestre (F)	% (F/C) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	6.325.000,00	8.879.020,59	7.204.909,52	81,15	3.012.745,13	33,93	2.987.249,27	33,64	4.192.164,39
Despesas Correntes	3.535.000,00	5.142.480,90	4.798.018,96	93,30	2.703.002,77	52,56	2.682.900,51	52,17	2.095.016,19
Despesas de Capital	2.790.000,00	3.736.539,69	2.406.890,56	64,41	309.742,36	8,29	304.348,76	8,15	2.097.148,20
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	8.926.000,00	9.707.736,10	5.807.513,56	59,82	2.324.037,18	23,94	2.320.542,18	23,90	3.483.476,38
Despesas Correntes	2.776.000,00	3.264.427,10	2.396.685,70	73,42	1.821.591,33	55,80	1.821.196,33	55,79	575.094,37
Despesas de Capital	6.150.000,00	6.443.309,00	3.410.827,86	52,94	502.445,85	7,80	499.345,85	7,75	2.908.382,01
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	155.000,00	138.000,00	90.574,61	65,63	88.807,22	64,35	88.807,22	64,35	1.767,39
Despesas Correntes	155.000,00	138.000,00	90.574,61	65,63	88.807,22	64,35	88.807,22	64,35	1.767,39
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	40.000,00	35.000,00	4.125,00	11,79	4.125,00	11,79	4.125,00	11,79	0,00
Despesas Correntes	40.000,00	35.000,00	4.125,00	11,79	4.125,00	11,79	4.125,00	11,79	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	291.000,00	318.782,00	278.156,29	87,26	266.831,29	83,70	266.831,29	83,70	11.325,00
Despesas Correntes	281.000,00	318.782,00	278.156,29	87,26	266.831,29	83,70	266.831,29	83,70	11.325,00
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	15.740.000,00	19.081.538,69	13.385.278,98	70,15	5.696.545,82	29,85	5.667.554,96	29,70	7.688.733,16

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JULHO A AGOSTO DE 2025

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (G)
			Até o Bimestre (D)	% (D/C) X 100	Até o Bimestre (E)	% (E/C) X 100	Até o Bimestre (F)	% (F/C) X 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.941.000,00	9.449.160,66	7.288.718,27	77,14	3.094.853,88	32,75	3.069.358,02	32,48	4.193.864,39
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	12.405.000,00	13.003.578,60	8.689.081,43	66,82	4.772.651,17	36,70	4.648.541,45	35,75	3.916.430,26
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	555.000,00	536.000,00	352.193,28	65,71	342.466,07	63,89	299.150,89	55,81	9.727,21
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	40.000,00	35.000,00	4.125,00	11,79	4.125,00	11,79	4.125,00	11,79	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	308.000,00	335.782,00	286.617,17	85,36	275.292,17	81,99	275.292,17	81,99	11.325,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	11.523.000,00	11.854.017,43	10.030.271,86	84,61	8.552.660,94	72,15	8.438.184,78	71,18	1.477.610,92
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	31.772.000,00	35.213.538,69	26.651.007,01	75,68	17.042.049,23	48,40	16.734.652,31	47,52	9.608.957,78

FABIANA MARIA LORENCI
623.753.420-20
PREFEITA MUNICIPAL

SHEILA RODRIGUES DOS SANTOS FLUMINHAN
048.058.621-73
CONTADORA

ANDREIA RODRIGUES PANTOJA
051.646.319-54
CONTROLADORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 26/2025

Processo nº 17417/2025.

Ordenador: Beugmar Ferreira da Silva.

Partes: Fundo Municipal de Saúde e a Organização da Sociedade Civil Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul.

Objeto: O presente Termo de Convênio objetiva a cooperação entre os partícipes, onde o Concedente realizará repasse financeiro ao Convenente para aquisição de materiais de consumo de hotelaria hospitalar, conforme as especificações do Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

Valor global: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser executado por meio de parcela única.

Prazo: 03 (três) meses, a contar da data de sua assinatura.

Amparo Legal: Lei autorizativa Municipal nº 615/2025, Lei Municipal nº 571/2024 (LOA p/ 2025), Lei Estadual nº 1.723/1996 (declara utilidade pública), e a Lei Federal nº 13.019/2014 (art. 3°, inciso IV), Constituição Federal (art. 199, § 1°), Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 184), declarando a Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Data da Assinatura: 22 de outubro de 2025.

Assinam:

Beugmar Ferreira da Silva – Secretário Municipal de Saúde.

Juvenal Consolaro – Prefeito Municipal de Figueirão/MS.

Sueli Sebastiana Nogueira Lopes Telles –Presidente da Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul.

Matéria enviada por Luciane Aimi

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1758/2025

PROCESSO N° 15921/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
SOUZA MED COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO – HOSPITALAR EIRELI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO MEDICO E HOSPITALAR (MATERIAL DE ENFERMAGEM) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 859,60 (OITOCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 390.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.36.2621
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 01/2025
DATA DO EMPENHO: 22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DO CONTRATO N° 110/2025

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 35/2025

PROCESSO N° 17361/2025

PARTES: Prefeitura Municipal de Figueirão/MS e a empresa o(a) BLACK TSHIRT LICITAÇÕES E ASSESSORIA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 39.344.423/0001-64, sediado(a) na Av. VC33, s/n, bairro Fazenda Lago Azul, em Araçoiaba da Serra, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Jonathan Santana Fernandes Meneses (sócio administrador).

OBJETO: O objeto da presente dispensa é a contratação de empresa especializada na aquisição de equipamentos hospitalar e materiais de limpeza, visando atender as demandas da Vigilância Sanitária, do Hospital Municipal Mariana Silvéria Furtado, órgão da Secretaria Municipal de Saúde do município de Figueirão-MS.

VALOR TOTAL: R$ 31.071,46 (trinta e um mil, setenta e um reais e quarenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: início na data de 17/10/2025 e encerramento em 16/10/2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

ASSINAM: Juvenal Consolaro pela contratante e Jonathan Santana Fernandes Meneses, pela contratada.

DATA DA ASSINATURA: 17 de outubro de 2025.

Matéria enviada por Talyta Rodrigues de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 347/2025

PROCESSO N° 15760/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO

PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
AGNALDO GARCIA DA CUNHA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE LAVAGENS DE VEICULOS PARA ATENDER OS VEICULOS OFICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
VALOR:1.733,31 (UM MIL, SETECENTOS E TRINTA E TRES REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 7.04.001.08.122.0011.2037
ELEMENTO DE DESPESA:3.3.90.39.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL N°: 18/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PEDRO ALEXANDRE EUSTAQUIO UBIALI CARVALHO

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1907/2025

PROCESSO N° 16256/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO -
DIEGO FERREIRA DE ARAUJO ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SONORIZAÇÃO, TENDAS E OUTROS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
VALOR: 1.000,00 (UM MIL REAIS.)
DOTAÇÃO: 697.05.001.12.361.0005.2146
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 47/2025
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1898/2025

PROCESSO N° 15545/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E MEIO AMBIENTE -
PAVCERTO ASFALTOS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE CONCRETO ASFALTICO USIANDO EM SACO DE 25KG (CBQU) A QUENTE, EM ATENDIMENTO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E MEIO AMBIENTE.
VALOR: 6.759,20 (SEIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 749.09.003.04.122.0003.2114
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1501
AMPARO LEGAL: PREGÃO LETRONICO N°: 35/2024
DATA DO EMPENHO: 16/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FERNANDO FERNANDES SANTANA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1904/2025

PROCESSO N° 16371/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E MEIO AMBIENTE
FATIMO CANDIDO FERREIRA EIRELI - EPP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E MEIO AMBIENTE.
VALOR: 1.300,00 (UM MIL, TREZENTOS REAIS.)
DOTAÇÃO: 65.09.003.04.121.0004.2011
ELEMENTO DE DESPESA:
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 26/2025
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FERNANDO FERNANDES SANTANA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 346/2025

PROCESSO N°: 16256/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
DIEGO FERREIRA DE ARAUJO ME

OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, SOM, BANHEIROS QUIMICAS, TEL]AO DE LED E CERIMONIAL.
VALOR: 1.000,00 (UM MIL REAIS.)
DOTAÇÃO: 7.04.001.08.122.0011.2037
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 18/2025
DATA DO EMPENHO: 17/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PEDRO ALEXANDRE EUSTAQUIO UBIALI CARVALHO

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1906/2025

PROCESSO N° 16456/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:DEPARTAMENTO DE AGRONEGOCIO -
SAVE REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE DIESEL TIPO S10 PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL.
VALOR: 44.380,00 (QUARENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS.)
DOTAÇÃO: 646.10.001.04.122.0003.2141
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.01.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 10/2025
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FABIO LUIS FABRIN

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1908/2025

PROCESSO N° 16456/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO -
SAVE REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DIESEL S10, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
VALOR: 50.720,00 (CINQUENTA MIL,SETECENTOS E VINTE REAIS.)
DOTAÇÃO: 823.05.001.12.361.0005.2112
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.01.2550
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 10/2025
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO NA PLANILHA APRESENTADA PELA EMPRESA E RETIFICA-SE, REFERENTE AO DIÁRIO OFICIAL Nº 3933 DE 24 DE OUTUBRO DE 2025.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2025, ORIGINADO PELO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16422/2025

PARTES: Prefeitura Municipal de Figueirão/MS e a empresa **MG INOVARE LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.495.249/0001-58.

OBJETO: Acréscimo no valor de **R$ 36,22** (trinta e seis reais e vinte e dois centavos) por produto, o que corresponde a **19.28%%** (dezenove vírgula vinte e oito por cento) do valor inicial atualizado da Ata de Registro de Preços nº 44/2025, com fundamento no art. 116 da Lei nº 14.133/2021. O valor do item passa de R$ 187,90 (cento e oitenta e sete reais e noventa centavos) para R$ 224,12 (duzentos e vinte e quatro reais e doze centavos), conforme planilha de comprovação de preços de mercado juntada aos autos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município, exercício de 2025.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 134 da Lei nº 14133/2021

ASSINAM: Juvenal Consolaro e Aline Crislaine da Silva.

DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2025.

Matéria enviada por Jefferson Cabral de Oliveira

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1757/2025

PROCESSO N° 15760/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
AGNALDO GARCIA DA CUNHA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LAVAGEM DE VEICULOS (LAVA JATO) PARA ATENDER A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO,MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 4.492,37 (QUATRO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 284.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.19.1600
AMPARO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL N°: 18/2024
DATA DO EMPENHO: 22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1941/2025

PROCESSO N° 16339/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE AGRONEGÓCIO
IDELVI FURTADO DE SOUZA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GAS GPL), 13KG DENOMINADO GAS DE COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL.
VALOR: 126,00 (CENTO E VINTE E SEIS REAIS.)
DOTAÇÃO: 646.10.001.04.122.0003.2141
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.04.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°:7/2025
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FABIO LUIS FABRIN

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1927/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
DJE DIST. DE ALIMENTOS EIRELI ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 445,80(QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1756/2025

PROCESSO N° 15921/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JAVA MED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO MEDICO E HOSPITALAR (MATERIAL DE ENFERMAGEM) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 331,60 (TREZENTOS E TRINTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 390.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.36.2621
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 01/2025
DATA DO EMPENHO: 22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1755/2025

PROCESSO N° 15921/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
LICITE SAUDE COMERCIODE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO

MEDICO E HOSPITALAR (MATERIAL DE ENFERMAGEM) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 1.595,09 (UM MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E NVOE CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 390.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.36.2621
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 01/2025
DATA DO EMPENHO: 22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1754/2025

PROCESSO N° 15921/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
COMPANY HOSPITALAR LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO MEDICO E HOSPITALAR (MATERIAL DE ENFERMAGEM) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 802,87 (OITOCENTOS E DOIS REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 390.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.36.2621
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 01/2025
DATA DO EMPENHO: 22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1753/2025

PROCESSO N° 15921/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
ODONTOMED CANAA LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO MEDICO E HOSPITALAR (MATERIAL DE ENFERMAGEM) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 586,80 (QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)
DOTAÇÃO: 390.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.36.2621
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 01/2025
DATA DO EMPENHO: 22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1750/2025

PROCESSO N° 15921/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
AGIL PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO MEDICO E HOSPITALAR (MATERIAL DE ENFERMAGEM) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 619,00 (SEICENTOS E DEZENOVE REAIS.)
DOTAÇÃO: 390.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.36.2621
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 01/2025
DATA DO EMPENHO: 22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1752/2025

PROCESSO N° 15657/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO

PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
ARC ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZAS LTDA
OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE BASICA DE SAUDE ARINDO RODRIGUES DA SILVA E SUA EXTENSAO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA TEREZA, UNIDADE BASICA DE SAUDE SUDALIDIO AMORIM MALAQUIAS ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 685,00 (SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS.)
DOTAÇÃO: 282.06.002.10.301.0010.2119
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.21.1621
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 40/2024
DATA DO EMPENHO:22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1751/2025

PROCESSO N° 15657/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
C.L.R. COMERCIO DE PRODUTOS DFE HIGIENE E LIMPEZA, SANEANTE, GENERO ALIMENTICIO
OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE BASICA DE SAUDE ARINDO RODRIGUES DA SILVA E SUA EXTENSAO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA TEREZA, UNIDADE BASICA DE SAUDE SUDALIDIO AMORIM MALAQUIAS ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 5.385,06 (CINCO MIL, TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SEIS CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 282.06.002.10.301.0010.2119
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.21.1621
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 40/2024
DATA DO EMPENHO:22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1761/2025

PROCESSO N° 16371/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNIICPAL DE SAUDE - FMS
FATIMO CANDIDO FERREIRA EIRELI - EPP
OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A CONTRATAÇÃO DE SERVICOS ESPECIALIZADOS A SEREM PRESTADOS NA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO DESTINADO AO ATENDIMENTO EM NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO/MS, CONFORME CONDICÕES, QUANTIDADES EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
VALOR: 819,00 (OITOCENTOS E DEZENOVE REAIS.)
DOTAÇÃO: 22.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.63.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 26/2025
DATA DO EMPENHO: 22/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1926/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
IA. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 431,25 (QUATROCENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2024, ORIGINADO PELA CONCORRÊNCIA N° 13/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15698/2024.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO/MS E **RAFAEL TOGNINI PEREIRA LTDA**, inscrito(a) no **CNPJ/MF sob o nº 26.770.119/0001-37.**

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 119/2024 por 30 (trinta) dias, compreendendo o período de 23/10/2025 a 23/11/2025, bem como ajuste no valor do contrato, conforme medições:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 608.09.003.15.451.0004.1080.1500.4.4.90.51.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

ASSINAM: Juvenal Consolaro e Rafael Tognini Pereira.

DATA DA ASSINATURA: 21/10/2025.

Matéria enviada por Jefferson Cabral de Oliveira

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1940/2025

PROCESSO N° 16473/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE -
SANDRO VILMAR PIRES
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES DE INFORMATICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E MEIO AMBIENTE.
VALOR: 4.800,00 (QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS.)
DOTAÇÃO: 752.09.003.04.122.0003.2114
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.99.1501
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 33/2025
DATA DO EMPENHO: 21/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FERNANDO FERNANDES SANTANA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1744/2025

PROCESSO N° 16284/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
DJE DIST. DE ALIMENTOS EIRELI ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 808,94 (OITOCENTOS E OITO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 396.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.2600
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 09/2025
DATA DO EMPENHO: 17/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1920/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MINI MERCADO BOM PREÇO LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 2.092,95(DOIS MIL, NOVENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1905/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MINI MERCADO BOM PREÇO LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 1.334,06(UM MIL, TREZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E SEIS CENTAVOS.)

DOTAÇÃO: 743.05.001.12.306.0005.2154
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1929/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ROYAL SOLUCOES COMERCIO & SERVICOS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 389,80(TREZENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1928/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MG INOVARE LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 554,08(QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITO CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1743/2025

PROCESSO N° 16284/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
LATICINIOS MARIA EIRELI
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 528,80 (QUINHENTOS E VINTE E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 396.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.2600
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 09/2025
DATA DO EMPENHO: 17/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1745/2025

PROCESSO N° 16284/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
WBI REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 222,10 (DUZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 396.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.2600
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 09/2025
DATA DO EMPENHO: 17/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1923/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ROYAL SOLUCOES COMERCIO & SERVICOS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 2.274,00(DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1930/2025

PROCESSO N° 16339/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
IDELVI FURTADO DE SOUZA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GAS DE COZINHA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
VALOR: 2.810,00 (DOIS MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS.)
DOTAÇÃO: 695.05.001.12.361.0005.2146
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°:7/2025
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1746/2025

PROCESSO N° 16284/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
MG INOVARE LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 178,70 (CENTO E SETENTA E OITO REAIS E SETENTA CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 396.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.2600
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 09/2025
DATA DO EMPENHO: 17/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1924/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LATICINIOS MARIA EIRELI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 529,20(QUINHENTOS E VINTE E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1922/2025

PROCESSO N° 15580/2024

ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
IA. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 575,00(QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1925/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MINI MERCADO BOM PREÇO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 1.801,61(UM MIL, OITOCENTOS E UM REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1748/2025

PROCESSO N° 16284/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
ARQUIMEDES FURTADO DA SILVA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 1.038,18 (UM MIL, TRINTA E OITO REAIS E DEZOITO CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 396.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.2600
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 09/2025
DATA DO EMPENHO: 17/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1747/2025

PROCESSO N° 16284/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
TREVO ALIMENTOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 385,06 (TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SEIS CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 396.06.002.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.2600
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 09/2025
DATA DO EMPENHO: 17/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1738/2025

PROCESSO N° 15921/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA - FILIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO MEDICO E HOSPITALAR (MATERIAL DE ENFERMAGEM) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 13.296,20 (TREZE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 398.06.002.10.301.0010.2119
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.32.00.99.2600
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 01/2025
DATA DO EMPENHO: 16/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E BEUGMAR FERREIRA DA SILVA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1935/2025

PROCESSO N° 15657/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO -
ARC ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZAS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
VALOR: 1.063,80(UM MIL, SESSENTA E TRES REAIS E OITENTA CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 695.05.001.12.361.0005.2146
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 40/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1933/2025

PROCESSO N° 15657/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO -
C.L.R. COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMEPZA, SANEANTE, GENERO ALIMENTICIO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
VALOR: 2.257,00(DOIS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS.)
DOTAÇÃO: 695.05.001.12.361.0005.2146
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 40/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1934/2025

PROCESSO N° 15657/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO -
MG INVOARE LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
VALOR: 362,42(TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 695.05.001.12.361.0005.2146
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 40/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1932/2025

PROCESSO N° 15657/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO -
IA. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
VALOR: 1.823,00(UM MIL, OITOCENTOS E VINTE E TRES REAIS.)

DOTAÇÃO: 695.05.001.12.361.0005.2146
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 40/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1931/2025

PROCESSO N° 15657/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO -
ARQUIMEDES FURTADO DA SILVA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
VALOR: 317,40(TREZENTOS E DEZESSETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 695.05.001.12.361.0005.2146
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 40/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 1921/2025

PROCESSO N° 15580/2024
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
DJE DIST. DE ALIMENTOS EIRELI ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR.
VALOR: 980,75(NOVECENTOS E OITENTA REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS.)
DOTAÇÃO: 739.05.001.12.306.0005.2152
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 34/2024
DATA DO EMPENHO: 20/10/2025
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA

Matéria enviada por Maria Isabel Barbosa de Souza

PORTARIA/SMS/ Nº. 63 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

"NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATO"

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRÃO-MS, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e

CONSIDERANDO o art. 8° do Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal, suplente e gestor do contrato descrito no art. 2º. conforme abaixo:

	FISCAL	**SUPLENTE**	**GESTOR**
SERVIDOR	FABRICIA DANIELA FAGUNDES	NICOLE BRANDÃO GOUVEIA	JEFFERSON CABRAL DE OLIVEIRA
CARGO	DIRETORA DA UBS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GESTOR DE CONTRATOS
SECRETARIA	MUNICIPAL DE SAÚDE	MUNICIPAL DE SAÚDE	MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito do contrato abaixo referenciado:

NÚMERO DA ATA	63/2025
OBJETO	A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de artesanato, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 47/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
CONTRATADO	**MG INOVARE LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.495.249/0001-58; **T J GONÇALVES DE SOUZA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 50.422.551/0001- 11; **INSPIRE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 51.293.695/0001-88.
VIGÊNCIA	22 de outubro de 2025 à 21 de outubro de 2026.

Art. 3º Os integrantes da equipe de fiscalização devem ter ciência expressa desta indicação.

Art. 4º A equipe deverá atuar de acordo com o Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Figueirão-MS, 22 de outubro de 2025.

BEUGMAR FERREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde
Decreto P/nº. 051, de 09/06/2025

CIÊNCIA DO(S) SERVIDOR(ES) DESIGNADO(S)

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

FABRICIA DANIELA FAGUNDES
Fiscal

NICOLE BRANDÃO GOUVEIA
Suplente

JEFFERSON CABRAL DE OLIVEIRA
Gestor

Matéria enviada por Bruno Alan Sartori

PORTARIA/SMS/ Nº. 64 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

"NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATO"

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRÃO-MS, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e

CONSIDERANDO o art. 8° do Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal, suplente e gestor do contrato descrito no art. 2º. conforme abaixo:

	FISCAL	**SUPLENTE**	**GESTOR**
SERVIDOR	INGRYD DE SOUZA AMORIM	RAFAELLA RAMOS FURTADO	JEFFERSON CABRAL DE OLIVEIRA
CARGO	GESTOR DE LABORATÓRIO E ANÁLISES CLÍNICAS	COORDENADORA DE LABORATÓRIO E ANÁLISES CLÍNICAS	GESTOR DE CONTRATOS
SECRETARIA	MUNICIPAL DE SAÚDE	MUNICIPAL DE SAÚDE	MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito do contrato abaixo referenciado:

NÚMERO DA ATA	64/2025
OBJETO	Registro de preços para aquisição de materiais e insumos laboratoriais, visando atender as demandas do Hospital Municipal Mariana Silvéria Furtado, órgão da Secretaria Municipal de Saúde do município de Figueirão-MS, anexo I do edital de Licitação nº 55/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
CONTRATADO	**M.S. DIAGNOSTICA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.970.175/0001-21; **L A DALLA PORTA JUNIOR – EPP**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 11.145.401/0001-56; **DECOM - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.726.881/0001-34; **GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA EPP**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 20.352.354/0001-02; **HABX COMERCIO & PRESTACAO DE SERVICOS EM EQUIPAMENTOS DE HOSPITAIS E LABORATORIOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 28.767.124/0001-16.
VIGÊNCIA	22 de outubro de 2025 à 21 de outubro de 2026.

Art. 3º Os integrantes da equipe de fiscalização devem ter ciência expressa desta indicação.

Art. 4º A equipe deverá atuar de acordo com o Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Figueirão-MS, 22 de outubro de 2025.

BEUGMAR FERREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde
Decreto P/nº. 051, de 09/06/2025

CIÊNCIA DO(S) SERVIDOR(ES) DESIGNADO(S)

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

INGRYD DE SOUZA AMORIM
Fiscal

RAFELLA RAMOS FURTADO
Suplente

JEFFERSON CABRAL DE OLIVEIRA
Gestor

Matéria enviada por Bruno Alan Sartori

PORTARIA/SMAS/ Nº. 050, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

"*NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATO*"

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FIGUEIRÃO-MS, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e

CONSIDERANDO o art. 8° do Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal, suplente e gestor do contrato descrito no art. 2º. conforme abaixo:

	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
SERVIDOR	Andreia Lemes dos Santos	Maraisa Rodrigues Geraldino	Jefferson Cabral de Oliveira
CARGO	Coordenadora do Cras	Coordenadora De Compres e Suprimentos	Gestor de Contratos
SECRETARIA	Assistência Social	Assistência Social	Gestão

Art. 2º A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito do contrato abaixo referenciado:

CONTRATO	EXTRATO DA ATA 63/2025
OBJETO	A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de artesanato, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 47/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
CONTRATADO	MG INOVARE LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.495.249/0001-58, Aline Crislaine da Silva (Sócia Administradora), T J GONÇALVES DE SOUZA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 50.422.551/0001- 11, Thalia Jeeniefer Gonçalves de Souza (Sócia Administradora), INSPIRE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 51.293.695/0001-88
VIGÊNCIA	22 de outubro de 2025 à 21 de outubro de 2026

Art. 3º Os integrantes da equipe de fiscalização devem ter ciência expressa desta indicação.

Art. 4º A equipe deverá atuar de acordo com o Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Figueirão, Mato Grosso do Sul, 22 de outubro de 2025

PEDRO ALEXANDRE EUSTAQUIO UBIALI CARVALHO
Secretário Municipal de Assistência Social
Decreto P/nº. 056, de 10/06/2025

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

ANDREIA LEMES DOS SANTOS

MARAISA RODRIGUES GERALDINO

JEFFERSON CABRAL DE OLIVEIRA

Matéria enviada por Maraisa Rodrigues

PORTARIA/SMECET/ Nº.54 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Educação e Esporte de FIGUEIRÃO-MS, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e

CONSIDERANDO o art. 8° do Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal, suplente e gestor do contrato descrito no art. 2º. conforme abaixo:

	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
SERVIDOR	ARIANE DOMINGAS MENEZES	CAMILA BRUSCHI DE FARIA	JEFFERSON CABRAL DE OLIVEIRA
CARGO	ASSESSOR DE LICITAÇÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GESTOR DE CONTRATOS
SECRETARIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE	GESTÃO

Art. 2º A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito do contrato abaixo referenciado:

EXTRATO DA ATA Nº	63/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº	47/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	16245/2025
OBJETO	A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de artesanato, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 47/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
CONTRATADO	MG INOVARE LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.495.249/0001-58, representado(a) pelo(a) Sr.(a) Aline Crislaine da Silva (Sócia Administradora), T J GONÇALVES DE SOUZA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 50.422.551/0001- 11, representado(a) pelo(a) Sr.(a) Thalia Jeeniefer Gonçalves de Souza (Sócia Administradora), INSPIRE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 51.293.695/0001-88, representado(a) pelo(a) Sr.(a) Tayna Santos da Silva Lima (Sócia Administradora).
VIGÊNCIA	22 de outubro de 2025 à 21 de outubro de 2026

Art. 3º Os integrantes da equipe de fiscalização devem ter ciência expressa desta indicação.

Art. 4º A equipe deverá atuar de acordo com o Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023.

Art. 5º **Esta** Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Figueirão-MS 22 de outubro de 2025

PASCOAL BARBOSA AMORIM DE LIMA
Secretário Municipal de Educação e Esporte

CIÊNCIA DO (S) SERVIDOR (ES) DESIGNADO (S)

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

ARIANE DOMINGAS MENEZES

CAMILA BRUSCHI DE FARIA

JEFFERSON CABRAL DE OLIVEIRA

Matéria enviada por Ariane Domingas Menezes

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FIGUEIRÃO/MS
PORTARIA Nº. 073, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

"*NOMEIA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO*"

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO-MS, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

CONSIDERANDO que, embora seja recomendada a designação de mais de um servidor para a elaboração do Termo de Referência, a estrutura administrativa desta Câmara Municipal é reduzida e há a necessidade de resguardar a segregação de funções, razão pela qual será designado apenas um servidor para essa atribuição;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear equipe de planejamento da contratação pública, com as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

Art. 2º A equipe mencionada no art. 1º, deverá elaborar o planejamento do seguinte objeto: *Contratação de empresa do ramo de tecnologia da informação para prestação de serviços de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas deste município.*

Art. 3º Deverá ser apresentado, ao final dos trabalhos, o Gerenciamento de Risco, o Estudo Técnico Preliminar ou a justificativa de sua ausência se for o caso, a Pesquisa de preço de mercado que deverá ser calculada na forma do art. 23 da Lei n° 14.133/2021 e o Termo de Referência.

Art. 4º Constituirão a Equipe de Planejamento da contratação pública cujo objeto está descrito no art. 2º, os servidores abaixo nominados para as respectivas funções:

Servidor	Matrícula n°	Função
Sávia Oliveira Barbosa	098	Gerenciamento de Risco
Sávia Oliveira Barbosa	098	Estudo Técnico Preliminar ou a justificativa de sua ausência se for o caso
Kelly Fernanda Amorim Pereira	103	Pesquisa de preço de mercado
Sávia Oliveira Barbosa	098	Termo de Referência

Art. 5º Os integrantes da equipe de Planejamento da Contratação devem ter ciência expressa desta indicação.

Parágrafo único. Qualquer incompatibilidade ou conflito de atribulações deve ser comunicado de imediato.

Art. 6º A equipe deverá atuar de acordo com a Portaria n° 055, de 09 de setembro de 2025, que "*Dispõe sobre as regras para a atuação da equipe de planejamento da contratação, agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação no âmbito da Câmara Municipal de Figueirão.".*

Art.7º Os trabalhos deverão ser concluídos em até 20 (vinte) dias após a nomeação da equipe.

Art. 8° O processo de contratação direta decorrente do planejamento de que trata esta Portaria será conduzido pelo agente de contratação direta e pela equipe de apoio designados na Portaria nº 15, de 26 de fevereiro de 2025, com redação alterada pela Portaria nº 54, de 04 de setembro de 2025, ambos da Câmara Municipal de Figueirão/MS, cujas competências estão previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentadas pela Portaria nº 55/2025.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Figueirão-MS, 22 de outubro de 2025.

LUCIENE TEODORA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

ANEXO I

CIÊNCIA DOS INTEGRANTES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Declaro que tomei ciência da PORTARIA Nº. 073, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025, bem como das atribuições a mim conferidas no desempenho das atividades de planejamento da contratação pública.

Nome do Servidor(a)	Assinatura	Data

ANEXO II

CIÊNCIA DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DIRETA E DA EQUIPE DE APOIO

Declaro que tomei ciência da PORTARIA Nº. 073, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025, bem como das atribuições a mim conferidas no desempenho das atividades de planejamento da contratação pública.

Nome do Servidor(a)	Assinatura	Data

Matéria enviada por LUIS FELIPE DE OLIVEIRA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRÃO - FMS
Av. Moisés de Araújo Galvão, 591, Centro - CNPJ: 13.893.544.0001/71, FIGUEIRÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 2142 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRÃO - FMS, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

ci nº 1863/2025

O(a) Prefeito(a) Municipal de FIGUEIRÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 571 de 18/11/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRÃO - FMS discriminadas abaixo:

06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

10.122.0010.2031 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE
51 - 3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 9.000,00
9.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 9.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

10.303.0010.2121 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS GRUPO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
293 - 3.3.90.32.00.00 - Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 6.000,00
6.000,00

10.122.0010.2031 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE
334 - 3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 1.000,00
340 - 3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 1.000,00
2.000,00

10.302.0010.2165 - MANUTENÇAO DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM
377 - 3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 1.000,00
1.000,00

Total de Reduções ...: 9.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

FIGUEIRÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Quality Sistemas

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRÃO - FMS

Av. Moisés de Araújo Galvão, 591, Centro - CNPJ: 13.893.544.0001/71, FIGUEIRÃO/MS

Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 2143 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRÃO - FMS, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

ci nº 1850/2025

O(a) Prefeito(a) Municipal de FIGUEIRÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 571 de 18/11/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRÃO - FMS discriminadas abaixo:

06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

10.302.0010.2120 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS GRUPO ATENÇÃO ESPECIALIZADA

22 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
	1.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 1.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

10.302.0010.2120 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS GRUPO ATENÇÃO ESPECIALIZADA

20 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo

1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
	1.000,00

Total de Reduções ...: 1.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

FIGUEIRÃO/MS, 22 de Outubro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS

Procuradoria Geral do Município

DECRETO Nº 103, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

"Dispõe sobre a regulamentação da desvinculação de receita no âmbito do Município de Glória de Dourados/MS, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente pelo art. 14, caput, e pelo art. 68, inciso III,

Considerando o disposto no a Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, que instituiu a possibilidade de desvinculação de até 30% (trinta por cento) das receitas vinculadas a fundos, órgãos ou despesas, com vistas a ampliar a eficiência da gestão fiscal;

Considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 136, de 09 de setembro de 2025, que, ao alterar o art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu em caráter excepcional e temporário a possibilidade de desvinculação de até 50% (cinquenta por cento) das receitas municipais até 31 de dezembro de 2026, antes do retorno ao limite ordinário de 30% (trinta por cento) a partir de 1º de janeiro de 2027;

Considerando a necessidade de assegurar maior flexibilidade fiscal e melhor alocação de recursos públicos, respeitados os mínimos constitucionais em Educação e Saúde;

Considerando a competência municipal para regulamentar a execução orçamentária e financeira, em observância à Lei nº 4.320/1964, à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e às normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Glória de Dourados/MS autorizada, nos termos do art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, a desvincular, até 31 de dezembro de 2032, receitas vinculadas a órgãos, fundos ou despesas, relativas a impostos, contribuições, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e acréscimo legais, e outras receitas correntes, de acordo com os seguintes percentuais.

I - 50% (cinquenta por cento), até 31 de dezembro de 2026; e

II - 30% (trinta por cento), de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2032.

§ 1º. Excetuam-se das desvinculações de que trata o caput deste artigo:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, o inciso III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

§ 2º. A cada exercício financeiro, até a data de que trata o caput deste artigo, poderão ser utilizados, exclusivamente para o financiamento de políticas públicas locais de saúde, educação e adaptação às mudanças climáticas, os superávits financeiros, verificados no exercício financeiro imediatamente anterior, dos fundos públicos instituídos pelo Poder Executivo municipal.

Art. 2º. Compete à Secretaria Municipal de Administração e Finanças coordenar o levantamento das receitas passíveis de desvinculação, definir sua utilização de acordo com as prioridades da Administração Municipal e supervisionar a correta execução orçamentária e financeira, em observância à legislação vigente.

Art. 3º. Compete ao Setor de Contabilidade do Município assegurar a correta contabilização, controle e evidenciação das receitas desvinculadas, promovendo:

I – a realização dos registros contábeis necessários, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e a Lei nº 4.320/1964;

II – a elaboração de demonstrativos e relatórios contábeis que possibilitem a adequada transparência da aplicação dos recursos, evidenciando sua destinação e os limites observados;

III – o acompanhamento sistemático da execução orçamentária e financeira, garantindo que a utilização dos recursos desvinculados não comprometa os mínimos constitucionais e legais;

IV – a adoção das orientações técnicas e normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a prestação das informações necessárias aos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único. O Setor de Contabilidade deverá manter arquivada documentação comprobatória e relatórios analíticos da aplicação dos recursos desvinculados, assegurando a rastreabilidade e a transparência das informações à sociedade e aos órgãos fiscalizadores.

Art. 4º. Os recursos desvinculados serão de livre aplicação pelo Poder Executivo Municipal, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, devendo sua utilização estar alinhada às diretrizes do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, com observância da responsabilidade fiscal e da transparência na gestão.

Parágrafo único. A aplicação dos valores decorrentes da desvinculação terá caráter de flexibilização orçamentária e será destinada ao atendimento de políticas públicas e ações de governo, conforme as prioridades estabelecidas pela Administração Municipal.

Art. 5º. Compete ao Controle Interno do Município acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução da desvinculação de receitas, verificando a conformidade dos atos praticados com a legislação vigente, os princípios da administração pública e as orientações expedidas pelos órgãos de controle externo.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente, o Decreto nº 046, de 03 de junho de 2024.

Glória de Dourados/MS, 22 de outubro de 2025.

JÚLIO CLEVERTON DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Sinara Costa dos Santos

Procuradoria Geral do Município

DECRETO Nº 085, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termos de Permissão de Uso de Bens Públicos localizados no Mercado do Produtor de Glória de Dourados e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados, Júlio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais e com supedâneo no inciso III do artigo 68 e parágrafo terceiro do art. 99, ambos da Lei Orgânica do Município e,

Considerando que compete ao Município dispor sobre a administração, utilização e fiscalização de seus bens públicos, zelando pelo interesse coletivo (art. 11, VIII, da Lei Orgânica Municipal);

Considerando que o uso de bens municipais por terceiros somente pode ocorrer mediante concessão ou permissão a título precário, sendo esta última, ato unilateral do Prefeito, e por tempo determinado (art. 99, caput e §3º, da Lei Orgânica Municipal);

Considerando a necessidade de assegurar a função social e a adequada utilização das áreas públicas, de forma a promover o desenvolvimento local e a dinamização econômica, conforme os objetivos fundamentais do Município (art. 4º, II e III, da Lei Orgânica Municipal);

Considerando o interesse público em fomentar atividades comerciais regulamentadas em áreas previamente definidas, de modo a atender às demandas sociais e garantir a adequada fruição dos espaços coletivos (art. 11, XXXII, da Lei Orgânica Municipal);

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a celebração de Termo de Permissão de Uso dos Bens Públicos Municipais com os seguintes Permissionários:

ROBERTO BARBOSA, brasileiro, casado, nascido em 10/05/1969, portadora do RG nº XXX.XXX.X31 SSP/MS, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-83;

VICENTINA LUIZ MENDES GARCIA, brasileira, casada, nascida em 10/05/1969, portadora do RG nº XXXXX31 SSP/MS, inscrita no CPF sob o nºXXX.XXX.XXX-63;

JULIO CESAR DOS SANTOS, brasileiro, casado, autônomo, inscrita no CPF sob o XXX.XXX.XXX-91, portadora do RG nº XXX.XXX.X90 SSP/MS;

JOANA APARECIDA DE OLIVEIRA ANASTÁCIO, brasileira, casada, autônoma, nascida em 28/04/1970, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-15, portadora do RG nº X.XXX.X27 SSP/MS;

THUSNELDA CRIZANTO SANTANA, brasileira, casada, autônoma, nascida em 09/06/1983, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-33, portadora do RG nº XXXXX25 SSP/MS;

SOLANGE APARECIDA ROSMAN DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, autônoma, nascida em 07/08/1976, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-49, portadora do RG nº XXX.XXX.X66 SSP/MS;

VALMI RIBEIRO DOS SANTOS, brasileiro, casado, autônomo, nascido em 08/07/1947, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX -20, portador do RG nº XXX.X36 SSP/MS.

MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, brasileira, casada, aposentada, nascida em 11/12/1657 inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX -68, portadora do RG nº X.XXX.X68 SSP/MS

JOÃO DE AUGUSTINHO NETO, brasileiro, solteiro, autônomo, nascido em 21/07/1974, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX -15, portador do RG nº XXX.X36 SSP/MS.

OLIDIA AMORIM CARMO, brasileira, casada, autônoma, nascida em 01/07/1953, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX -34, portadora do RG nº X.XXX.X33 SSP/MS

MARIA APARECIDS DOS SANTOS FARIAS, brasileira, casada, autônoma, nascida em 02/02/1968, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-00, portadora do RG nº XXXXX76 SSP/MS;

JOCIELE DA SILVA RODRIGUES SOUZA, brasileira, casada, autônoma, nascida em 02/04/1988, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-69, portadora do RG nº XXXXX21 SSP/MS;

SILVIA FERNANDA DE ANDRADE brasileira, divorciada, autônoma, nascida em 15/11/1967, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX -72, portadora do RG nº X.XXX.X72 SSP/MS.

VALDIRENE APARECIDA MARTINS, brasileira, casada, autônoma, nascida em 02/03/1977, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-44, portadora do RG nº XXXXX90 SSP/MS;

TATIANE VITA MORI, brasileira, casada, autônoma, nascida em 11/12/1987, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-73, portadora do RG nº XXXXX00 SSP/MS;

ANDRÉIA MARIA ROSENDO, brasileira, casada, autônoma, nascida em 02/01/1985, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-18, portadora do RG nº XXXXXXX18 SSP/MS;

MONALISA APARECIDA CARVALHEIRO SILVA, brasileira, divorciada, autônoma, nascida em 31/12/1990, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-25, portadora do RG nº XXXXXXX05 SSP/MS;

JOSE CARLOS SILVA, brasileiro, casado, autônomo, nascido em 21/03/1970, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX -34, portador do RG nº XXX.X76 SSP/MS.

CRISTIAN FABIO MYASHITA PIRES, brasileiro, casado, autônomo, nascido em 08/04/1971, inscrito no CPF sob o nº XXX.

XXX.XXX -68, portador do RG nº XXX.X68 SSP/MS.

DALVA DA SILVA GABANA, brasileira, casada, autônoma, nascida em 30/12/1968, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX. XXX-20, portadora do RG nº XXXXX20 SSP/MS;

MARIA LUCIA DE SOUZA, brasileira, casada, aposentada, nascida em 17/04/1971, inscrita no CPF sob o nº XXX.XXX. XXX -82, portadora do RG nº X.XXX.X82 SSP/MS.

Art. 2º Os bens públicos de que tratam o artigo anterior correspondem a 21 (vinte e um) Box localizados no imóvel onde está instalado o Mercado do Produtor de Glória de Dourados/MS, à Rua Melvin Jones, S/Nº, Centro de Glória de Dourados/MS, CEP 79730-000.

Art. 3º A permissão de uso de que trata este Decreto será outorgada a título precatório e gratuito, por prazo determinado, respondendo a permissionária por todos os encargos decorrentes da permissão, mas não se limitando ao pagamento de impostos, licenciamentos, eventuais multas, despesas de conservação e utilização, durante o período de vigência da presente permissão.

Parágrafo Único - Termo de permissão de uso, celebrado entre as partes, disporá sobre as condições da utilização precária.

Art. 4º O Termo de Permissão de Uso terá validade até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por conveniência da Administração Pública.

Art. 5º A permissionária não poderá, a que título for, transferir os direitos que lhe decorrem deste Decreto Municipal.

Art. 6° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Glória de Dourados/MS, 22 de outubro de 2025.

JÚLIO CLEVERTON DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Sinara Costa dos Santos

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

Fundamentação:	Lei 14.620 de 13 de julho de 2023; Portaria Mcid nº 725 de 15 de junho de 2023, com suas alterações posteriores; Portaria Mcid 861 de 4 de julho de 2023; Instrução Normativa nº 28 de 04 de julho de 2023 do Ministério das Cidades; Resolução nº 214 do Conselho Curador do FDS de 15 de dezembro de 2016, com a redação dada pelas Resoluções 217, de 1º de novembro de 2017 e nº 219, de 29 de março de 2018; e pela Lei Municipal nº 1.254, de 19 de março de 2025.
Objeto:	Seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para se credenciarem junto à Caixa Econômica Federal para atuarem como Entidade Organizadora (EO) em operações a serem contratadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, integrantes do Minha Casa Minha Vida – MCMV ENTIDADES, que tem por finalidade a concessão de financiamento subsidiado a pessoas físicas, contratadas sob a forma associativa, para produção de unidades novas, para famílias residentes em áreas urbanas, com contrapartida complementar Estadual e lotes doados pelo município de Glória de Dourados/MS, direcionadas ao público alvo definido no item 5 deste edital. As habitações totalizam 81 (oitenta e uma) unidades, a serem edificadas em lotes de propriedade no município de Glória de Dourados/MS.
Processo nº:	245/2025
SESSÃO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES	
Data:	07 de novembro de 2025
Hora:	Das 8h às 11h
Local:	Superintendência de Habitação, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 880, Centro, CEP nº 79.730-000, Glória de Dourados/MS
OBTENÇÃO DO EDITAL	
Custo do Edital:	GRATUÍTO
Disponibilidade do Edital	De 24/10/2025 a 07/11/2025
Local	Superintendência de Habitação, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 880, Centro, CEP nº 79.730-000, Glória de Dourados/MS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

1. PRÊAMBULO

A COMISSÃO DE JULGAMENTO CONSTITUÍDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 245/2025 ATRAVÉS DO DECRETO Nº 093/2025 NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS, torna público o procedimento, de acordo com os termos deste edital, para a seleção de entidades sem fins lucrativos que tenham missão e/ou objeto social pertinente e compatível com o objeto deste Edital, com base na Lei 14.620 de 13 de julho de 2023; Portaria Mcid nº 725 de 15 de junho de 2023, com suas alterações posteriores; Portaria Mcid 861 de 4 de julho de 2023; Instrução Normativa nº 28 de 04 de julho de 2023 do Ministério das Cidades; Resolução nº 214 do Conselho Curador do FDS de 15 de dezembro de 2016, com a redação dada pelas Resoluções 217, de 1º de novembro de 2017 e nº 219, de 29 de março de 2018; e na Lei Municipal Ordinária nº 1.254, de 19 de março de 2025.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste procedimento, selecionar entidades privadas sem fins lucrativos para se credenciarem junto à Caixa Econômica Federal para atuarem como Entidade Organizadora (EO) em operações a serem contratadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, integrantes do Minha Casa Minha Vida – MCMV ENTIDADES, que tem por finalidade a concessão de financiamento subsidiado a pessoas físicas, contratadas sob a forma associativa, para produção de unidades novas, para famílias residentes em áreas urbanas, com contrapartida complementar Estadual e lotes doados pelo município, direcionadas ao público alvo definido no item 5 deste edital.

2.2 O contrato a ser firmado com a Entidade Organizadora selecionada nos termos deste Edital para a produção de unidades habitacionais novas, será formalizado pelo agente financeiro Caixa Econômica Federal, atendidas as normativas pertinentes ao PMCMV-ENTIDADES.

2.3 O empreendimento a ser construído estará sujeito à aprovação do agente financeiro Caixa Econômica Federal, uma vez satisfeitos os requisitos legais pertinentes àquele órgão pela Entidade Organizadora a ser contratada, obedecidas as disposições deste Edital.

2.4 O Município de Glória de Dourados, na qualidade de ente proprietário dos lotes a serem doados e a Entidade Organizadora que vier a ser contratada, responsável pelos projetos e construção, atuarão cada qual no âmbito de suas competências para a viabilização do empreendimento.

3. DO IMÓVEL A SER DISPONIBILIZADO PELO MUNICÍPIO

3.1 As áreas destinadas à implantação das unidades habitacionais localizam-se no perímetro urbano do Município de Glória de Dourados/MS, constituindo parte do Loteamento Residencial Cabo Almi, bem como, parte do Loteamento Altivo Bortoluzzi.

3.2 Para a contratação do empreendimento com a CAIXA, deverão ser previamente equacionadas as diferentes situações do imóvel quanto às ocupações que impedem a liberação dos mesmos, conforme critérios da CAIXA.

3.3 Caso se configure inviável a contratação do financiamento do PMCMV-ENTIDADES com a CAIXA, relativamente ao imóvel disponibilizado por meio deste procedimento, não implica para o Município a obrigação de substituí-lo.

3.4 As habitações totalizam 81 (oitenta e uma) unidades, a serem edificadas em lotes de propriedade do **Município de Glória de Dourados/MS**.

4. DOS RECURSOS

4.1 As operações do MCMV-Entidades destinam-se a concessão de financiamento subsidiado com recursos do FDS, mediante transferências de recursos da União para produção de unidades novas, da doação de terreno pela municipalidade e da contrapartida complementar do Estado através da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul - AGEHAB.

5. DOS BENEFICIÁRIOS - PÚBLICO ALVO

5.1 São beneficiários do MCMV-Entidades famílias cuja renda bruta familiar mensal esteja limitada a R$ 2.640,00, organizadas sob a forma associativa.

5.2 Será admitido, para até 10% (Dez por cento) das famílias atendidas em cada empreendimento, que a renda mensal bruta seja limitada a R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

5.3 Para fins do cálculo do valor de renda bruta familiar mensal, não serão considerados os benefícios temporários de natureza indenizatória, assistencial ou previdenciária, como seguro-desemprego, auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício do Programa Bolsa Família ou outros que vierem a substituí-los.

6 – DA ENTIDADE ORGANIZADORA (EO)

6.1 – Compete a Entidade Organizadora, dentre outras obrigações contratuais:

a) organizar as famílias que atendam aos critérios de enquadramento e prioridade de acordo com as regras do MCMV-Entidades, com vistas à sua seleção;

b) prestar as orientações necessárias às famílias organizadas com vistas à compreensão das condições e regras do MCMV-Entidades, especialmente no tocante aos seus direitos e obrigações;

c) realizar cadastro da entidade no Sistema de Habilitação de Entidades (SISAD);

d) responsabilizar-se pela guarda de seu perfil de acesso ao SISAD;

e) apresentar documentação comprobatória relativa à regularidade institucional e qualificação técnica da entidade ao AF para fins de habilitação;

f) apresentar projetos técnicos relativos à proposta de empreendimento habitacional ao AF com vistas à contratação conforme documentação solicitada da respectiva modalidade;

g) acompanhar o desenvolvimento de cada uma das etapas dos projetos de arquitetura, engenharia, de trabalho social relativas aos empreendimentos contratados;

h) informar ao gestor local sobre propostas selecionadas em seu município e identificar, ao menos, suas localizações e o número de beneficiários de cada uma delas;

i) solicitar ao gestor local do CadÚnico o cadastramento ou a atualização cadastral dos beneficiários selecionados pelo MCMV-Entidades, em atendimento às exigências para a contratação;

j) acompanhar o cadastramento ou a atualização cadastral dos beneficiários no CadÚnico;

k) informar ao conselho gestor de fundo municipal, distrital ou estadual de habitação de interesse social sobre os projetos contratados, quando houver;

l) convocar assembleia de beneficiários para constituição da CRE e da CAO;

m) promover a capacitação dos membros da CRE e da CAO com vistas a qualificá-las no desempenho de suas funções;

n) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos das obras e serviços do trabalho social e da assistência técnica pactuados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos do MCMV-Entidades;

o) executar, direta ou indiretamente, gerenciar e fiscalizar as obras, a assistência técnica, o trabalho social e os demais serviços necessários à consecução do objeto contratado, responsabilizando-se por sua correta execução e conclusão, com o adequado emprego das técnicas construtivas e de acordo com as especificações dos projetos e determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pelos beneficiários;

p) informar ao AF sobre intercorrência que afete o ritmo e o andamento de operação contratada e por apresentar plano para regularizar sua execução;

q) prestar contas aos beneficiários sobre a utilização dos recursos financeiros repassados, juntamente com a CRE;

r) manter cadastro atualizado junto ao AF do qual conste as informações necessárias para permitir fácil e tempestivo contato com os responsáveis pela EO e responsáveis técnicos;

s) atender com tempestividade à demanda de informação por parte do Órgão Gestor e do AF;

t) promover ações de sensibilização com vistas a estimular a participação das famílias beneficiárias no estabelecimento de diretrizes e definições de projeto, no acompanhamento das obras, a fim de identificar eventuais problemas de

execução, bem como na manutenção do patrimônio gerado;

u) aprovar, junto às famílias, plano de gestão da construção do empreendimento comparticipantes, instâncias e atribuições;

v) gerir os recursos financeiros, juntamente com a CRE, tendo como base a programação de desembolso, o cronograma de obras e serviços pactuados e parâmetros técnicos de execução condizentes com os valores liberados e as definições para aquisição de materiais;

x) acompanhar a etapa de pós-ocupação do empreendimento, conforme normativo específico; e

z) informar ao AF situações que representem descumprimento contratual por parte da família beneficiária.

7- DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

7.1 A contratação das operações para a produção das moradias novas, será realizada através da Caixa Econômica Federal, em obediência às condições e normas do Programa Minha Casa Minha Vida - ENTIDADES, com base na Lei 14.620 de 13 de julho de 2023; Portaria Mcid nº 725 de 15 de junho de 2023, com suas alterações posteriores; Portaria Mcid 861 de 4 de julho de 2023; Instrução Normativa nº 28 de 04 de julho de 2023 do Ministério das Cidades; Resolução nº 214 do Conselho Curador do FDS de 15 de dezembro de 2016, com a redação dada pelas Resoluções 217, de 1º de novembro de 2017 e nº 219, de 29 de março de 2018; Lei Municipal Ordinária nº 1.254, de 19 de março de 2025; e pelas condições estabelecidas neste Edital.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NESTA SELEÇÃO

8.1 Poderão participar deste Chamamento Público entidades privadas sem fins lucrativos que tenham missão e/ou objeto social pertinente e compatível com o objeto deste Edital e que atendam a todas as suas exigências, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento, que preencham as demais condições estabelecidas nos regulamentos do Programa e que estejam habilitadas na condição de entidade organizadora – EO, para atuação em operações contratadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) integrantes do Minha Casa Minha Vida – MCM-ENTIDADES, em plena validade, nos termos da Portaria MCID nº 861 de 04 de julho de 2024, suas alterações posteriores e, em nível de habilitação compatível ao número de unidades habitacionais a serem produzidas, nos termos do item 7 da Portaria Mcid nº 861, de 04 de julho de 2023.

8.2 Para futura contratação da Entidade Organizadora selecionada nos termos deste Edital junto ao agente financeiro Caixa Econômica Federal, deverão ser atendidas as normas internas daquele órgão, não cabendo ressarcimento, por parte do Município Glória de Dourados/MS, de quaisquer valores preliminares despendidos pela Entidade na elaboração de estudos, sondagens, projetos, entre outros, para contratação ou em decorrência de sua negativa pelo agente financeiro conveniado.

8.3 Ao Município não caberá qualquer responsabilidade decorrente da não contratação da Entidade Organizadora selecionada pelo agente financeiro Caixa Econômica Federal, qualquer que seja a razão alegada, figurando a Entidade selecionada como única e completa responsável pelo atendimento às exigências formuladas pelo agente financeiro.

8.4 No caso da impossibilidade de utilização do imóvel elencado no Anexo 1, não caberá nenhuma indenização à Entidade Organizadora selecionada na forma deste Edital, por qualquer valor despendido ao participar do presente procedimento.

8.5 Será vedada a participação de Entidades Organizadoras quando:

8.5.1. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público.

8.5.2. Impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Direta ou Indireta.

8.5.3. Esteja em processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial.

8.6 As Entidades Organizadoras participantes devem ter pleno conhecimento das regras constantes neste Edital, das condições gerais e específicas do objeto desta CHAMADA PÚBLICA, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação e apresentação de sua documentação e integral cumprimento do contrato decorrente deste procedimento.

8.7 A participação da Entidade Organizadora implica na aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Edital, bem como na observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV ENTIDADES.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA PONTUAÇÃO

9.1 A participação nesta seleção se efetivará mediante a apresentação de 02 (dois) envelopes fechados, distintos e numerados "01" e "02", os quais deverão estar subscritos da seguinte forma:

Invólucro n. 01 – "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" **PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS** Edital de Chamamento n. 001/2025 Nome completo da Entidade
Invólucro n. 02 – "DOCUMENTOS PARA AFERIÇÃO DE PONTUAÇÃO DOS QUESITOS" **PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS** Edital de Chamamento nº 001/2025 Nome completo da Entidade

9.2 Os envelopes deverão ser apresentados na sede da Superintendência de Habitação do município de Glória de Dourados, situada na Rua Duque de Caxias, nº 880, Centro, CEP: 79.730-000, neste município, no dia 07/11/2025

(sexta-feira) das 08h às 11h.

9.3 O município de Glória de Dourados/MS não se responsabilizará por envelopes de "Documentação de Habilitação" e "Documentos para aferição de pontuação dos quesitos" que não sejam apresentados no local, data e horário definidos neste edital.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 As instituições interessadas deverão fazer constar no envelope n. 01 "Documentos de Habilitação", o seguinte:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social, e suas alterações posteriores, registrado no Cartório competente, onde conste atividade pertinente e compatível com o objeto deste Edital.

b) Cópia da publicação disponível no site do Ministério das Cidades, comprovando a habilitação da entidade sem fins lucrativos na condição de entidade organizadora – EO, para atuação em operações contratadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) integrantes do Minha Casa Minha Vida – MCM-ENTIDADES, em plena validade e em nível compatível com o número de unidades habitacionais a serem produzidas, nos termos do item 7 da Portaria Mcid nº 861, de 04 de julho de 2023;

c) Documentos: RG e CPF do(s) representante/dirigente(s);

d) Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

e) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, Trabalhista e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei;

f) Comprovante de credenciamento e/ou registro ativo da entidade junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em plena validade, que a habilite a atuar em programas de habitação, regularização fundiária, desenvolvimento rural ou correlatos, conforme exigido pela legislação agrária e habitacional vigente.

10.2 Os documentos enumerados nos itens anteriores poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão

sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

10.3 A ausência de qualquer documento solicitado ou apresentado com irregularidade será analisado pela Comissão de Julgamento, que poderá optar pela desclassificação da interessada.

11. DAS DOCUMENTAÇÕES PARA AFERIÇÃO DE PONTUAÇÃO DOS QUESITOS

11.1 Deverá ser apresentada documentação para aferição de pontuação relativamente a cada um dos critérios apresentados no item 12 deste Edital, correspondente a:

11.2. Os documentos relativos à comprovação da pontuação devem ser organizados por item de atividade a ser pontuada, separadas por folha de rosto para cada item.

11.3 As propostas deverão ser impressas, na forma do ANEXO I, em papel timbrado da instituição, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da entidade, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesão ao direito dos demais proponentes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo e deverão constar, nome, CNPJ, inscrição estadual, endereço, telefone e e-mail da EO proponente;

11.3.1 Todas as condições estabelecidas neste Edital serão tacitamente aceitas pelo proponente com a apresentação da documentação para aferição dos quesitos de pontuação.

12. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

REQUISITOS	FORMA DE COMPROVAÇÃO	PONTUAÇÃO
Alínea "a", item 5.1 do Anexo I.	Convênios, termos de parceria ou contratos firmados com interveniência da EO, na condição de proponente ou de responsável pela execução das obras, acompanhados de relatório emitido pelo órgão público atestando o resultado da parceria, mensurado por quantidade de unidades habitacionais - UH produzidas e entregues aos beneficiários.	Até 50 UH = 2 (dois) pontos; De 51 a 100 UH = 4 (quatro) pontos;
Alínea "b", item 5.1 do Anexo I.	Convênios, contratos ou certificados com órgãos públicos ou privados, na condição de proponente ou de responsável pela elaboração e desenvolvimento de projetos habitacionais nos últimos dez anos - incluindo os projetos de assistência técnica, trabalho social e regularização fundiária - ou de programas e ações visando à promoção do desenvolvimento rural sustentável.	3 (três) pontos por projeto ou ação envolvendo no mínimo dez famílias beneficiárias, máximo de 15 (quinze) pontos.
Alínea "c", item 5.1 do Anexo I.	Documento que comprove a existência de técnicos de engenharia ou arquitetura ou área social com vínculo permanente, associados ou contratados pela EO.	Um técnico = 3 (três) pontos; Dois técnicos = 6 (seis) pontos; Três técnicos = 9 (nove) pontos; Três técnicos ou mais com pelo menos um da área social = 10 (dez) pontos.
Alínea "d", item 5.1 do Anexo I.	Atos de assembleias promovidas pela EO Declaração emitida pelo dirigente máximo da EO no caso de comprovação de atividades de mobilização realizada pela entidade	2 (dois) pontos por ação comprovada, máximo de 6 (seis) pontos.
Alínea "e", item 5.1 do Anexo I.	Apresentação do convênio ou termo de cooperação e parceria firmado com órgãos e entidades da Administração Pública	De 1 (um) a 3 (três) anos = 2 (dois) pontos;
Alínea "f", item 5.1 do Anexo I.	Que a entidade organizadora tenha vínculo com as famílias no município, Forma de comprovação: Atas de reuniões com as famílias, reuniões com autoridades locais, podendo ser híbrido ou presenciais.	40 pontos
Alínea "i", item 5.1 do Anexo I.	Que a entidade comprove experiência no Programa Minha Casa Minha Vida Recurso do FDS, carta de credito FGTS,	Por declaração de agente financeiro=50 pontos
	Comprovar capacidade técnica para 200 casas: comprovação do agente financeiro caixa econômica federal, ministério das cidades ou publicação no DUN	50 pontos
	Comprovar execução de obras no estado do mato grosso do sul	0 a 50 casas= 10 pontos 51 a 100 casa= 20 pontos
	Comprovar atuação no Programa Minha Casa Minha Vida, modalidade oferta pública de recursos, destinados à municípios com menos de 50 mil habitantes, com recursos do Orçamento Geral da União, na forma definida no artigo 7º da Lei n. 11.977 de 2009	Por atestado= 10 pontos

13. DA COMISSÃO JULGADORA

13.1 O processo e análise dos documentos exigidos de que trata este edital serão realizados por uma Comissão Julgadora, composta de 05 (cinco) membros, designada pelo Chefe do Poder Executivo no Decreto Municipal nº 86, de 20 de setembro de 2025.

14. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

14.1 A documentação será objeto de análise pela Comissão Julgadora formada nos termos do subitem anterior.

14.2 O representante legal da entidade deverá, antes da entrega da documentação, identificar-se, apresentando ao Presidente da Comissão, carteira de Identidade e cópia da Ata de eleição, onde conste o nome do representante, ou por instrumento público ou particular com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para praticar todos os atos no interesse da mesma junto a quaisquer órgãos públicos, com poderes expressos para fazer acordo, transigir e confessar.

14.3 Na data aprazada no item 9.2, serão recebidos os envelopes contendo "documentos de habilitação" e "documentos para pontuação", sendo abertos, primeiro os envelopes contendo a "documentação de habilitação" e posteriormente os envelopes dos "Documentos para critérios de Pontuação".

14.4 Abertos os envelopes de "documentos de habilitação", a documentação será analisada verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital, sendo imediatamente INABILITADAS aquelas que estiverem em desacordo.

14.5 A presente seleção obedecerá ao critério de "**maior pontuação"**, sendo declarada vencedora aquela que apresentar a maior pontuação dos critérios previstos no item 12 deste Edital.

14.6 No caso de empate de pontuação, o critério de desempate será:

A EO com maior pontuação no quesito 1, do item 12 desta Edital;

Verificada igualdade de condições entre duas ou mais propostas, será a SELEÇÃO decidida por SORTEIO.

14.7 A Comissão, além de receber e analisar a documentação com obediência aos critérios aqui estabelecidos poderá dirimir, com base na legislação vigente, quaisquer dúvidas ou omissões porventura existentes, ou adotar as medidas legais ou administrativas que se fizerem necessárias ao esclarecimento ou instrução do processo.

14.8 Qualquer Certidão apresentada em que não conste expressamente seu prazo de validade será considerada válida por 30 (trinta) dias contados da sua emissão.

14.8.1 As certidões emitidas **via *Internet***, serão tidas como suficientes à perfeita comprovação da regularidade apresentada, assumindo total responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos mesmos.

14.9 A Comissão de Julgamento lavrará em ATA circunstanciada, todos os atos praticados no decorrer do processo seletivo, devendo ser assinada por todos os membros e pelos representantes das entidades.

15. DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

15.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do proponente importará a decadência do direito de recurso.

15.3 Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o resultado da seleção, convocando a interessada para assinatura e recebimento do Termo de Seleção, conforme modelo do Anexo III, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação.

16. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DO TERMO DE SELEÇÃO

16.1 O município de Glória de Dourados/MS emitirá o TERMO DE SELEÇÃO, após a homologação do resultado e a publicação no Diário Oficial da Assomasul.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Os casos omissos e as situações não previstas no presente edital serão avaliados e resolvidos pela Comissão Julgadora.

17.2 A seleção realizada na forma preconizada neste edital somente terá eficácia se for celebrado contrato entre a EO e a Caixa Econômica Federal.

17.3 Caso a EO selecionada não compareça para assinatura e recebimento do Termo de Seleção ou caso não celebre referido contrato com a CAIXA, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da homologação do resultado da seleção, facultará ao Município de Glória de Dourados/MS, convocar as participantes remanescentes, na ordem de classificação, nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou promover nova Seleção.

17.4 A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isto implique em direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.5 Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

Anexo II – MINUTA DO TERMO DE SELEÇÃO.

Município de Glória de Dourados/MS, 23 de outubro de 2025.

MICHELLY VICENTE DE SOUZA

Presidente da Comissão

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

Pelo presente termo, a *(nome da entidade)*, inscrita no CNPJ sob n. *(número CNPJ)*, inscrição estadual n.....sediada na *(endereço)*, telefone n....., *e-mail*.....neste ato representada por *(nome do representante)*, inscrito no CPF sob no. *(numero do CPF do representante)*, vem manifestar junto a Comissão Julgadora do município de....., seu interesse em participar da seleção referente ao Chamamento Público no. 001/2025.

Para fins de atendimento do edital, apresentamos a proposta abaixo de acordo com os quesitos:

Quesito 1: Valor destinado à Administração da sede da EO em percentual referente ao valor de provisão da unidade habitacional: _____%;

Quesito 2: Redução do consumo de água potável - _____ _____ _____;

Quesito 3: Eficiência energética e sustentabilidade - _____ _____ _____;

Quesito 4: Desenvolvimento de Trabalho Social com as famílias beneficiárias – (descrever a atividades que serão realizadas) - _____ _____.

Data, local....

_____

Assinatura

Identificação do Nome (escrito sem abreviaturas)

CPF:

RG:

Endereço residencial

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE SELEÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2025.

Seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para se credenciarem junto a Caixa Econômica Federal para atuarem como Entidade Organizadora (EO) em operações a serem contratadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, integrantes do Minha Casa Minha Vida – MCMV ENTIDADES, que tem por finalidade a concessão de financiamento subsidiado a pessoas físicas, contratadas sob a forma associativa, para produção de unidades novas, para famílias residentes em áreas urbanas, direcionadas ao público alvo definido no Item 5 do Edital de Chamamento Público n. 002/2025.

1 O Município de Glória de Dourados/MS, uma vez concluído o processo de seleção instituído pelo Chamamento Público no. 001/2025, em conformidade com a regulamentação vigente e por meio do processo administrativo nº. 245/2025, DECLARA selecionada para apresentação e aprovação de projetos junto à CAIXA ECÔMICA FEDERAL, a entidade abaixo qualificada:

Nome:_____

Endereço:_____

CNPJ nº. _____

2 A entidade selecionada deverá apresentar à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão deste Termo de Seleção, a proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação pela CAIXA, em obediência às condições e normas do Programa MCMV-ENTIDADES, Lei 14.620 de 13 de julho de 2023; Portaria Mcid nº 725 de 15 de junho de 2023, com suas alterações posteriores; Portaria Mcid 861 de 4 de julho de 2023; Instrução Normativa nº 28 de 04 de julho de 2023 do Ministério das Cidades; Resolução nº 214 do Conselho Curador do FDS de 15 de dezembro de 2016, com a redação dada pelas Resoluções 217, de 1º de novembro de 2017 e nº 219, de 29 de março de 2018; e pela Lei Municipal Ordinária nº 1.254, de 19 de março de 2025.

3 Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item anterior, a critério do município de Glória de Dourados/MS, este termo será considerado sem efeito, respeitado o direito de contraditório e ampla defesa da empresa selecionada, podendo ser convocado as participantes remanescentes, na ordem de classificação, nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou promover nova Seleção.

Glória de Dourados/MS, ____/_____/2025.

Matéria enviada por Ana Paula Borges Dantas

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA

Departamento de Licitação de Guia Lopes da Laguna-MS

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

AUTORIZO a Dispensa de Licitação Eletrônica **nº 27/2025**, Processo nº **76/2025**, fundamentada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como objeto "Aquisição de gêneros alimentícios, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social de Guia Lopes da Laguna /MS."

Empresa vencedora **COMERCIAL NORDESTE LTDA**, CNPJ: 14.811.425/0001-95, com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 73, no valor total de R$ 27.249,24 (vinte e sete mil e duzentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

Guia Lopes da Laguna/MS, em 22 de outubro 2025.

_____

MAX ANTONIO SOUZA DE MORAIS

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Kelly Daiani Pereira Saracho Garcete

Departamento de Licitação de Guia Lopes da Laguna-Ms

AVISO DE EDITAL

AVISO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2025

O MUNICIPIO DE GUIA LOPES DA LAGUNA-MS, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da sua Pregoeira Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO RESIDÊNCIA INCLUSIVA PARA ATENDIMENTO DE 01 ACOLHIDO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E DEMAIS ANEXOS.

Critério de Julgamento: menor preço por item.

Data da Abertura da Sessão de Lances: **05/11/2025 Horário: 09h00min (Horário de Brasília)**

Local: **https://bll.org.br/** e também no **https://pncp.gov.br/pncp-api**

Edital disponível: **https://bityli.com/TGB74**

CÓDIGO E-SFINGE: "F00BCC9898B906258189C0E0B50F417C95A9FAE4"

Guia Lopes da Laguna – MS, em 22 de outubro de 2025.

HAROLDO LOPES SOARES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Matéria enviada por Leonora Quadra saracho

Departamento de Licitação de Guia Lopes da Laguna-Ms

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO AVISO EDITAL DE LICITAÇÃO NOVA DATA, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025, NO DIÁRIO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL – ASSOMASUL, NO DIA 22/10/2025, NÚMERO DA EDIÇÃO: 3953.

AVISO EDITAL DE LICITAÇÃO NOVA DATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º57/2025

O MUNICIPIO DE GUIA LOPES DA LAGUNA-MS, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da sua Pregoeira Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO.**

OBJETO: Registro de preço visando aquisição de materiais esportivos para atender a Escolinha Municipal e demais eventos esportivos do Departamento de Esporte do Municipio de Guia Lopes da Laguna/MS.

Critério de Julgamento: menor preço por item.

Data da Abertura da Sessão de Lances: **06/11/2025 Horário: 09h00min (Horário de Brasília)**

Local: **https://bll.org.br/** e também no **https://pncp.gov.br/pncp-api**

Edital disponível: **https://bityli.com/TGB74**

CÓDIGO E-SFINGE: "C8A081E3CE53711D526E43AA0C160A05D967D2CF",

Guia Lopes da Laguna – MS, em 22 de outubro de 2025.

HAROLDO LOPES SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Matéria enviada por Leonora Quadra saracho

Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 34, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços - SRP, para a aquisição e locação de bens ou a contratação de obras ou serviços, inclusive de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Guia Lopes da Laguna/MS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUIA DE GUIA LOPES DA LAGUNA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto, Resolução ou Portaria regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços - SRP, para a aquisição e locação de bens ou a contratação de obras ou serviços, inclusive de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional de Guia Lopes da Laguna-MS.

Art. 2º Quando a contratação for advinda de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverá ser observado os procedimentos normatizados pela União.

Definições

Art. 3º Para os fins deste Decreto consideram-se:

I - sistema de registro de preços – SRP: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

II - ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

III - órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;

V - compra centralizada - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou entidades participantes.

VI – Contrata+Brasil: plataforma de negócios públicos, módulo integrado à plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), onde ocorrem as interações entre fornecedores e compradores para aquisição de bens e serviços por parte do poder público.

Art. 4º O SRP poderá ser adotado quando julgado pertinente pela Administração, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, via compra centralizada;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

Art. 5º No caso de contratação de execução de obras e serviços de engenharia, o sistema de registro de preços poderá ser utilizado desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizado, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Parágrafo único. Considera-se como "obra comum de engenharia" aquela corriqueira, cujos métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para a sua feitura sejam frequentemente empregados em determinada região e apta de ser bem executada pela maior parte do universo de potenciais licitantes disponíveis e que, por sua homogeneidade ou baixa complexidade, não possa ser classificada como obra especial.

Indicação limitada a unidades de contratação

Art. 6º É permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

I - quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão ou a entidade não tiver registro de

demandas anteriores;

II - no caso de alimento perecível; ou

III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Parágrafo único. Nas situações referidas no **caput**, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

CAPÍTULO II

ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA

Competências

Art. 7º Compete ao órgão ou entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e administração do SRP, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

IV - realizar ampla pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

V - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

VII - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

VIII - remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 31;

IX - gerenciar a ata de registro de preços;

X - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

XII - verificar, pelas informações a que se refere a alínea "a" do inciso I do **caput** do art. 8º, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;

XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;

XIV - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e

§ 1º Os procedimentos de que tratam os incisos I a VI do **caput** serão efetivados anteriormente à elaboração do edital, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

§ 2º O órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os incisos IV e VII do **caput.**

§ 3º O exame e a aprovação das minutas do edital, dos avisos ou dos instrumentos de contratação direta e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do órgão ou da entidade gerenciadora.

§ 4º O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso III do **caput**.

CAPÍTULO III

ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE

Competências

Art. 8º Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

I – registrar sua intenção de participar registro de preços, acompanhada:

a) das especificações do item ou termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte;

b) da estimativa de consumo; e

c) do local de entrega.

II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou entidade gerenciadora, acompanhada das informações referidas nas alíneas do inciso I e da respectiva pesquisa de mercado que contemple a

variação de custos locais e regionais;

IV - manifestar, junto ao órgão ou entidade gerenciadora, mediante a utilização da intenção de registro de preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;

V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do caput do art. 7º.

VI - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo particular signatário e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora;

X - prestar informações, quando solicitadas, ao órgão ou entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade.

CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Seção I

Da intenção de registro de preços

Divulgação

Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do **caput** do art. 7º e nos incisos I, III e IV do **caput** do art. 8º.

§ 1º O prazo previsto no **caput** será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no Diário Oficial.

§ 2º O procedimento previsto no **caput** poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.

§ 3º O procedimento previsto no **caput** poderá limitar o número de participantes no processo licitatório ou na contratação direta em virtude de justificativas apresentadas no processo administrativo.

§ 4º Na situação descrita no § 3º atingido o número de participantes descritos na IRP o prazo poderá ser finalizado antes do término do prazo descrito no **caput.**

Art. 10. O procedimento previsto no artigo 9º poderá ser dispensado quando a contratação tiver por objetivo o atendimento apenas do órgão gerenciador e seus fundos especiais.

Seção II

Da licitação

Critério de julgamento

Art. 11. Será adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado.

Art. 12. Poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica.

Art. 13. Na hipótese prevista no art. 12:

I - o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será indicado no edital; e

II - a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Modalidades

Art. 14. O processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade concorrência ou pregão.

Edital

Art. 15. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disporá sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, incluída a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, com a possibilidade de ser dispensada nas hipóteses previstas no art. 6º;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; ou

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigar-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação;

VI - as condições para alteração ou atualização de preços registrados, conforme a realidade do mercado e observado o disposto nos art. 25 a art. 27;

VII - a vedação à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo item no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

VIII - as hipóteses de cancelamento do registro de fornecedor e de preços, de acordo com o disposto nos art. 28 e art. 29;

IX - o prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

X - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços e em relação às obrigações contratuais;

XI - a inclusão, na ata de registro de preços, para a formação do cadastro de reserva, conforme o disposto no inciso II do **caput** do art. 18:

a) dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

XII - a vedação à contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021; e

XIII - na hipótese de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, exigir amostra ou prova de conceito do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do **caput**, consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.

Seção III

Da contratação direta

Procedimentos

Art. 16. O SRP poderá ser utilizado nas hipóteses de contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou uma entidade.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, além do disposto neste Decreto, serão observados:

I - os requisitos da instrução processual previstos no art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - os pressupostos para enquadramento da contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, conforme previsto nos art. 74 e art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - a designação da comissão de contratação como responsável pelo exame e julgamento dos documentos da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no inciso L do **caput** do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º O registro de preços poderá ser utilizado na hipótese de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para a aquisição, por força de decisão judicial, de medicamentos e insumos para tratamentos médicos.

Seção IV

Da disponibilidade orçamentária

Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

CAPÍTULO V

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Formalização e cadastro de reserva

Art. 18. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do **caput** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do inciso II do **caput** antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido inciso.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do **caput** e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29.

§ 4º O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Diário Oficial durante a vigência da ata de registro de preços.

Assinatura

Art. 19. Após os procedimentos previstos no art. 18, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II - a justificação apresentada seja aceita pela Administração.

§ 2º A ata de registro de preços será assinada presencialmente ou por meio de assinatura digital e publicada no Diário Oficial do Órgão e disponibilizada no Portal da Transparência do Órgão ou no PNCP.

Art. 20. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no art. 19, observado o disposto no § 3º do art. 18, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Parágrafo único. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea "a" do inciso II do **caput** do art. 18 aceitar a contratação nos termos do disposto no **caput** deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I - convocar os licitantes de que trata a alínea "b" do inciso II do **caput** do art. 18 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Art. 21. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Vigência da ata de registro de preços

Art. 22. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de publicação no Diário Oficial, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 33.

Acréscimos de quantitativos

Art. 23. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços na forma prevista no art. 22, os quantitativos fixados na licitação ou no instrumento de contratação direta serão renovados para o novo período de vigência.

Controle e gerenciamento

Art. 24. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

I - os quantitativos e os saldos; e

II - o remanejamento das quantidades.

Alteração ou atualização dos preços registrados

Art. 25. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

Negociação de preços registrados

Art. 26. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

§ 1º Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso

assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28.

§ 3º Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

§ 4º Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35.

Art. 27. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

§ 2º Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

§ 3º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no § 2º, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18.

§ 4º Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

§ 5º Na hipótese de comprovação do disposto no **caput** e no § 1º, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

§ 6º O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 32.

CAPÍTULO VI

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

Cancelamento do registro do fornecedor

Art. 28. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV do **caput**, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

§ 2º O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no **caput** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 3º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Cancelamento dos preços registrados

Art. 29. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

CAPÍTULO VII

DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Procedimentos

Art. 30. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.

§ 1º O remanejamento de que trata o **caput** somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II – entre os participantes de processo de compra centralizada.

§ 2º O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o **caput**.

§ 3º Para fins do disposto no **caput**, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

§ 4º Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

§ 5º Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto no § 2º, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

CAPÍTULO VIII

DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Formalização

Art. 31. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Os instrumentos de que trata o **caput** serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

Alteração dos contratos

Art. 32. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vigência dos contratos

Art. 33. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IX

DO CONTRATA + BRASIL

Art. 34. O Município está autorizado a aderir ao contrata + Brasil que é a plataforma de negócios públicos, módulo integrado à plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), onde ocorrem as interações entre fornecedores e compradores para aquisição de bens e serviços por parte do poder público, através do termo de adesão.

Art. 35. Ao Município compete:

I - ingressar com as demandas no contrata+brasil de acordo com os objetos definidos pelo órgão administrador da plataforma;

II - realizar o pagamento no prazo estabelecido;

III - manter atualizadas as informações no contrata+brasil tanto em relação ao seu cadastro quanto em relação ao andamento das transações realizadas; e

IV - instaurar contraditório e aplicar as sanções previstas na lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando se tratar de sanções relacionadas às oportunidades de negócios por ele criadas.

Art. 36. O Município deverá cadastrar sua demanda em relação aos objetos já incorporados no contrata+brasil preenchendo o formulário de criação de oportunidades.

§ 1º O formulário de criação de oportunidade corresponde ao documento de formalização de demanda, e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - objeto da demanda;

II - local/locais de prestação do serviço ou entrega do objeto;

III - informação sobre previsão da contratação no plano de contratações anual, se houver;

IV - justificativa da necessidade da contratação;

V - prazo de entrega ou prazo para realização do serviço, observados os limites fixados no edital; e

VI - forma e prazo de pagamento, observados os limites fixados no edital.

§ 2º O Município está dispensado, para aquisições no contrata+brasil, da realização do estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, e edital de contratação, sendo os procedimentos serão realizados pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

§ 3º A estimativa de preços poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

Art. 37. Após verificada a existência de reserva orçamentária para a contratação, o Município publicará a demanda no contrata+brasil, dando início ao procedimento de seleção de fornecedores.

Art. 38. O procedimento de seleção pode ocorrer em duas formas, a depender do edital:

I - proposta dos fornecedores a partir da publicação da demanda; e

II - listagem de fornecedores conforme critérios da demanda.

Art. 39. No caso do procedimento de seleção baseado na proposta dos fornecedores a partir da publicação da demanda, as ME e EPP e equiparados sediados locais ou regionalmente terão prioridade de contratação quando os valores propostos estejam situados em valor até 10% (dez por cento) superior ao de propostas não locais ou regionais, nos termos do §

3º do art. 48 da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 40. No caso do procedimento de seleção baseado em listagem de fornecedores, o Município terá acesso à lista de fornecedores que atendem aos critérios fixados no edital para a distribuição da demanda ou para a ordem de contratação dos inscritos.

Art. 41. O Município não terá acesso à identificação dos fornecedores até o encerramento do prazo para envio de propostas.

Art. 42. Definida a proposta vencedora, o Município verificará as condições de participação do fornecedor e habilitação exigidos para formalização da contratação.

§ 1º A habilitação será verificada por meio do sistema de cadastramento unificado de fornecedores (sicaf) em relação aos documentos abrangidos pelo referido sistema.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no sicaf serão enviados na forma prevista no edital e verificados pelo Município.

§ 3º Ao Município não é permitida a solicitação de documentos adicionais aos exigidos no edital para aquele objeto.

§ 4º Os documentos apresentados pelos fornecedores interessados serão avaliados pelo Município, no prazo de até cinco (5) dias úteis.

Art. 43. O fornecedor será informado da sua seleção pelo Município.

Parágrafo único. O Município poderá solicitar ajustes em documentações apresentadas, e o fornecedor terá o prazo de até 2 dias úteis para apresentação dos documentos atualizados.

Art. 44. Sendo verificadas as condições de habilitação do fornecedor, o Município informará a regularidade e iniciará o procedimento para assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Parágrafo único. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente deverá ocorrer diretamente no contrata+brasil.

Art. 45. O pagamento dos objetos contratados pelo contrata+brasil serão preferencialmente realizados por meio de pagamento instantâneo brasileiro - pix ou cartão de pagamento, a ser informado no formulário de criação de oportunidade.

Art. 46. O prazo para pagamento deve observar as disposições do edital e a regulamentação existente.

Art. 47. A etapa de monitoramento corresponde às seguintes ações, a serem informadas no contrata+brasil:

I - sinalização de que os bens ou serviços foram ou não realizados; e

II - sinalização do pagamento dos bens ou serviços.

Art. 48. A sinalização de que os bens ou serviços foram realizados corresponderá à declaração de que os bens ou serviços foram entregues/realizados, em concordância com o contrato ou instrumento equivalente, pelo Município.

Art. 49. A sinalização de que o pagamento foi realizado corresponderá:

I - à declaração de que o pagamento foi realizado pelo Município; e

II - à concordância do fornecedor contratado com a declaração.

§ 1º Caso o fornecedor contratado não concorde com a declaração no prazo de cinco dias úteis, o Município receberá comunicação para confirmação do pagamento.

§ 2º Caso o Município descumpra as regras ou prazos estipulados, suas transações poderão ser suspensas até regularização.

Art. 50. O sistema disponibilizará o relatório da contratação.

Art. 51. O interessado em fornecer bens ou prestar serviços para a administração pública por meio do contrata+brasil deverá requerer sua inscrição, via sistema.

Parágrafo único. Caso o interessado não tenha inscrição prévia no sicaf, o sistema disponibilizará o acesso de acordo com as regras do programa federal.

Art. 52. O fornecedor inscrito poderá cadastrar propostas previamente para os objetos da sua linha de fornecimento, indicando valores para cada localidade atendida, respectivos prazos de entrega e de pagamento.

Parágrafo único. As propostas previamente cadastradas serão apresentadas via sistema para as oportunidades de negócios que abranjam o objeto e localidade informadas.

Art. 53. Caso não tenha cadastrado propostas previamente, o fornecedor deverá apresentar proposta para a oportunidade de negócio que tenha interesse no prazo estabelecido pelo Município.

Art. 54. Caso a proposta seja selecionada, o fornecedor será comunicado via sistema para:

I - apresentar documentação complementar, caso exigida; e

II - assinar o contrato ou instrumento equivalente.

Art. 55. As regras quanto a inativação temporária e ao cancelamento da inscrição do fornecedor estão estabelecidas no regulamento do programa federal.

Art. 56. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, e no edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo único. As sanções serão aplicadas pelo órgão administrador ou pelo Município, conforme atribuições definidas, e registradas nos cadastros competentes.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Vigência

Art. 57. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA, MS, em 22 de outubro de 2025.

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Francielly Barretos da Cunha Valençoela

Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 33, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS, Prefeito Municipal de Guia Lopes da Laguna, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica divulgado dia de ponto facultativo, em razão do Dia do Servidor Público, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Guia Lopes da Laguna – MS, direta e autárquica, sem prejuízo da prestação de serviços considerados essenciais: 27 de outubro, segunda-feira.

§1º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

§2º O Departamento de Licitação funcionará em horário normal de expediente no dia 27/10/2025 e no dia do servidor público, 28/10/2025 (terça-feira).

§3º Os prazos dos procedimentos licitatórios correrão normalmente, não se interrompendo nos dias 27/10/2025 e 28/10/2025 (dia do servidor público).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA, MS, em 22 de outubro de 2025.

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Francielly Barretos da Cunha Valençoela

Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 480 DE, 16 de Outubro de 2025.

DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA WALQUIRIA DE SOUZA DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Max Antonio Souza Morais, Prefeito de Guia Lopes da Laguna– Estado de Mato Grosso do Sul**,** no uso de suas atribuições legais e inciso V do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - **Readaptar** temporariamente, a servidora **Walquiria de Souza dos Santos,** matrícula 1788, detentora do cargo efetivo de Agente de Combate às Endemias – ACE I - Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A readaptação será para realizar funções Administrativas, pelo período de 24/09/2025 a 12/11/2025, levando em consideração o Boletim de Inspeção Médica apresentado pela servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Edina Bispo de Lima Acosta

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 484, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA, Estado do Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere art. 69, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta MDA/INCRA n.º 4, de 25 de novembro de 2024, que instituiu o Programa Terra Cidadã;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa INCRA n.º 148, de 14 de março de 2025, que regulamenta os procedimentos para a celebração de acordos de adesão com entes federativos, visando a execução do Programa Terra Cidadã;

Considerando o que consta no Processo Administrativo INCRA/SEI: 54000.134374/2025-13

Resolve:

Art. 1º Instituir o "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", visando a coordenação, supervisão e execução do Plano de Trabalho Acordo de Adesão no âmbito do município de GUIA LOPES DA LAGUNA.

Art. 2º O Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária será constituído por um coordenador e servidores da Prefeitura com qualificação compatível as atividades a serem desenvolvidas.

Parágrafo único. Integram a equipe do Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária do Programa Terra Cidadã, no âmbito da Prefeitura de GUIA LOPES DA LAGUNA os seguintes servidores:

Nome	Matricula	Cargo	Função

Reginaldo Sales Ramires	938-1	Vigia	Coordenador
Lucas Cosme Cristaldo Barbosa	312-1	Agente fiscal de Tributos	técnico

Art. 3º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Guia Lopes da Laguna/MS, 22 de outubro de 2025.

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Francielly Barretos da Cunha Valençoela

Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 486 DE, 22 de Outubro de 2025.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Max Antonio Souza Morais, Prefeito de Guia Lopes da Laguna– Estado de Mato Grosso do Sul**,** no uso de suas atribuições legais e inciso V do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **LUCAS TORRES DOS SANTOS**, matrícula 2339, do Cargo em Comissão de Assessor do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Símbolo DAS 6, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data.

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Edina Bispo de Lima Acosta

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO..

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 179/205

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 075/2025

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Código de Registro TCE - MS: 951E7C0550431DCC3CC177B01E44BCC605DDA7F4

O **MUNICÍPIO DE IGUATEMI**, **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Avenida Laudelino Peixoto, nº. 871, Centro, através do Prefeito Municipal e do Agente de Contratação, Onildes Barros Rodrigues, designado pela Portaria nº 046/2025; pelo presente, **torna público**, para o conhecimento dos interessados, que realizará **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO** tipo "**MENOR PREÇO POR LOTE"**, que será processado e julgado em conformidade com os preceitos do Decretos Municipal nº. 2.218/2024, 2.209/24 e 2.214/2024, Lei Complementar Federal 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas posteriores alterações, sob as seguintes condições:

OBJETO: A presente licitação tem por objeto é a seleção de proposta mais vantajosa visando a futura e eventual **contratação de empresa para prestação de serviço de locação de equipamentos para realização de exames laboratoriais com fornecimento de reagentes e insumos**, em atendimento as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA E PRPOSTA DE PREÇO, PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DESTE EDITAL**.

DA SESSÃO PÚBLICA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 23/10/2025 às 08:00 horas do dia 10/11/2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 10:00 horas do dia 10/11/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:10 horas do dia 10/11/2025.

Referência de tempo: HORÁRIO OFICIAL DE BRASILIA (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bllcompras.com

O cadastro poderá ser iniciado no Portal de Compras BLL, no sítio www.bllcompras.com, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

Iguatemi/MS, 22 de outubro de 2.025.

_____

Onildes Barros Rodrigues

Agente de Contratação

Portaria nº 046/2025

Matéria enviada por Eurandes Pereira Galeano

Compras e Licitações

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Termo de Adjudicação de Processo Licitatório

A Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS, através do Agente de Contratação, torna público aos interessados o seguinte resultado:

Processo nº 152/2025

Modalidade/Nº: Concorrência Nº 013/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra/serviço de engenharia – Produção de 20 (vinte) Unidades Habitacionais em área urbana no Município de Iguatemi/MS, conforme Termo de Compromisso nº 974304/2024/MCIDADES/CAIXA – Operação nº 1100318-12 – Programa Moradia Digna, incluindo a execução conforme projetos técnicos de engenharia aprovados.

Empresa vencedora: CONSTRUTORA E PRE-MOLDADO IGUATEMI LTDA (CNPJ 37.452.113/0001-38).

Valor: R$ 2.534.600,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais).

Iguatemi/MS, 22 de outubro de 2025.

ONILDES BARROS RODRIGUES

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Termo de Homologação de Processo Licitatório

Concorrência Pública nº 013/2025

O Prefeito Municipal, Sr. Lídio Ledesma, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei Federal nº 14.133/2021), após exame e deliberação do Processo Administrativo Nº 152/2025, que institui a modalidade em epígrafe, resolve homologar.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra/serviço de engenharia – Produção de 20 (vinte) Unidades Habitacionais em área urbana no Município de Iguatemi/MS, conforme Termo de Compromisso nº 974304/2024/MCIDADES/CAIXA – Operação nº 1100318-12 – Programa Moradia Digna, incluindo a execução conforme projetos técnicos de engenharia aprovados.

Empresa vencedora: CONSTRUTORA E PRE-MOLDADO IGUATEMI LTDA (CNPJ 37.452.113/0001-38).

Valor: R$ 2.534.600,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais).

Iguatemi/MS, 22 de outubro de 2025.

Lídio Ledesma

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Matheus Motta Cardoso Badziak

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI-MS

RECOMENDAÇÃO N. 0003/2025/PJ/IGU

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE DE MATO GROSSO DO SUL**, por sua Promotora de Justiça signatária, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 132, inciso III, da Constituição Estadual; artigo 25, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993; artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n. 72, de 18 de janeiro de 1994; artigo 44 da Resolução n. 015/2007 – PGJ/MS, de 27 de novembro 2007; e da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público; e

CONSIDERANDO a natureza constitucional do Ministério Público, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, caput, da Constituição Federal, bem como dos princípios norteadores de toda a Administração Pública, notadamente os previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência constitucional e legal do Ministério Público na proteção do patrimônio público e social, adotando, para tanto, todas as medidas cabíveis;

CONSIDERANDO os princípios expressos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, de observância obrigatória para toda a Administração Pública, os quais impõem ao agente público o respeito à legalidade, à moralidade, à impessoalidade, à publicidade e à eficiência;

CONSIDERANDO que a **legalidade** é um princípio fundamental da Administração Pública, conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal, e que todos os atos administrativos devem estar estritamente de acordo com a lei;

CONSIDERANDO que o princípio da **impessoalidade** determina que a Administração Pública deve tratar todos os administrados de forma igualitária, sem favorecimentos ou discriminações, assegurando que os interesses públicos prevaleçam sobre os interesses particulares;

CONSIDERANDO que a **moralidade administrativa** exige que os atos dos agentes públicos sejam pautados por padrões éticos e de probidade, visando sempre o bem comum e a justiça;

CONSIDERANDO que, no bojo do Inquérito Civil n. 06.2024.00000064-6, em trâmite nesta Promotoria de Justiça de Iguatemi, restou verificado que o Município de Iguatemi contratou empresa cujo sócio proprietário é servidor público, embora expressamente previsto em editais de Pregões realizados pela Administração Pública Municipal a proibição de contratação de empresa cujos sócios são empregados ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Iguatemi;

CONSIDERANDO ser a recomendação o instrumento ministerial destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como à proteção dos demais interesses difusos e coletivos, direitos e bens públicos indisponíveis ou de interesse social;

RECOMENDA ao Município de Iguatemi-MS, na pessoa do Prefeito Municipal, **Lídio Ledesma**, que, em observância aos princípios e dispositivos constitucionais e legais citados:

1. Realize uma revisão minuciosa dos editais de licitação para garantir que todas as disposições legais e regulamentares sejam claramente cumpridas;

2. Implemente mecanismos eficazes de verificação de conformidade para assegurar que nenhuma empresa cujos sócios sejam empregados, servidores ou dirigentes da Prefeitura participe das licitações;

3. Promova a capacitação contínua dos servidores responsáveis pela elaboração e fiscalização dos editais de licitação, visando a prevenção de irregularidades;

4. Seja encaminhada a esta Promotoria, no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, a resposta formal sobre o acolhimento desta Recomendação, acompanhada das providências adotadas;

5. Sejam adotadas as providências cabíveis para a imediata divulgação desta recomendação nos veículos oficiais de imprensa do Município de Iguatemi (artigo 45 da Resolução n. 15/2007-PGJ/MS). O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas judiciais cabíveis para a solução das irregularidades.

Encaminhe-se cópia ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Iguatemi-MS, para conhecimento.

Publique-se no DOMP.

Iguatemi/MS, 11 de março de 2025.

Vitoria de Fátima Herechuk

Promotora de Justiça Substituta.

Matéria enviada por Rhuan Cirelle Marques Pereira

Compras e Licitações

EXTRATO DE CONTRATO - AC Nº 631/2025

Processo nº 177/2025
Dispensa nº 064/2025

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS e a empresa NEGRELI & CIA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE BARCO, MOTOR E REBOQUE PARA PREMIAÇÃO DO TORNEIO DE PESCA AMADORA REALIZADA PELA APESCAMI

Dotação Orçamentária:

Ficha: 68 Ano Ficha: 2025
Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Orgão: 02.02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade: 02.02.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Programa: 04.122.0208 - Festas e Eventos
Projeto/Atividade: 04.122.0208.2292 - Promoção e Apoio às Festas e Eventos
Categoria Econômica: 3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Sem código de acompanhamento.

Valor: R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais)
Vigência: 22/10/2025 A 31/12/2025
Data da Assinatura: 22/10/2025
Fundamento Legal: Decreto Municipal 497/2006 e Leis 14.133/2021 e 10.520/2002 e 123/2006
Assinam: LIDIO LEDESMA, pela contratante e NEGRELI & CIA LTDA pela contratada

Matéria enviada por HELIO LEDESMA JUNIOR

Compras e Licitações

EXTRATO DE CONTRATO N° 628/2025

Processo nº 000147/25

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE/MS e a empresa AUTO POSTO JACARE LTDA

Objeto: A presente licitação tem por objeto a futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de combustível tipo Óleo Diesel B S10, Óleo Diesel Comum, Gasolina Comum, destinado ao abastecimento dos veículos da Frota Municipal. Os combustíveis deverão ser fornecidos de forma gradual durante todos os dias da semana, inclusive feriados, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, em tempo integral, inclusive com disponibilização de funcionário em regime de plantão para fora do horário comercial, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA E PRPOSTA DE PREÇO, PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DESTE EDITAL.

Dotação Orçamentária:

Ficha: 491 Ano Ficha: 2025
Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Orgão: 02.08 - SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE
Unidade: 02.08.03 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Programa: 18.122.1001 - Preservação e Conservação Ambiental
Projeto/Atividade: 18.122.1001.2074 - Manutenção das Atividades do FMMA
Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Sem código de acompanhamento.

Valor: 3.636,00 três mil, seiscentos e trinta e seis reais

Vigência: 21/10/2025 A 31/12/2025

Data da Assinatura: 21/10/2025

Fundamento Legal: Decreto Municipal 497/2006 e Leis 14.133/2021 e 10.520/2002 e 123/2006

Assinam: LIDIO LEDESMA, pela contratante e Jean Paulo Holz pela contratada

Matéria enviada por João Lucas Santos de Oliveira

Compras e Licitações

EXTRATO DE CONTRATO N° 630/2025

Processo nº 000019/25

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS e a empresa R A D DE ABREU

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para a futura e eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças e mão-de-obra, para veículos multimarcas da frota municipal, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA E PRPOSTA DE PREÇO, PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DESTE EDITAL.

Dotação Orçamentária:

Ficha: 702 Ano Ficha: 2025
Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Orgão: 02.17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Unidade: 02.17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E LAZER
Programa: 27.812.0809 - Implementação de Atividades Esportivas
Projeto/Atividade: 27.812.0809.2029 - Fomento ao Esporte e Lazer
Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Sem código de acompanhamento.

Ficha: 705 Ano Ficha: 2025

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Orgão: 02.17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Unidade: 02.17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E LAZER
Programa: 27.812.0809 - Implementação de Atividades Esportivas
Projeto/Atividade: 27.812.0809.2029 - Fomento ao Esporte e Lazer
Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Sem código de acompanhamento.

Valor: 5.250,00 cinco mil, duzentos e cinquenta reais

Vigência: 21/10/2025 A 31/12/2025

Data da Assinatura: 21/10/2025

Fundamento Legal: Decreto Municipal 497/2006 e Leis 14.133/2021 e 10.520/2002 e 123/2006

Assinam: LIDIO LEDESMA, pela contratante e REGINALDO ANTÔNIO DUTRA ABREU pela contratada

Matéria enviada por João Lucas Santos de Oliveira

Procuradoria Jurídica

PORTARIA Nº 446/2025

PORTARIA Nº 446/2025

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

LÍDIO LEDESMA, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que consta no requerimento que constituem parte integrante e indissociável desta Portaria,

R E S O L V E:

I - Conceder a prorrogação de licença para tratamento de saúde em pessoa da família o servidor **Luciano Dorneles dos Santos**, matrícula 1195-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Professor de Ciências**, pelo período de 30 (trinta) dias, com início em 24 de outubro de 2025 e término em 22 de novembro de 2025, com fulcro nos art. 80, inciso IV c.c art. 91, ambos da Lei Complementar Municipal nº 018/2005.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 24 de outubro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

LÍDIO LEDESMA

PREFEITO

Matéria enviada por Marcelle Dara Barros

Procuradoria Jurídica

PORTARIA Nº 445/2025

PORTARIA Nº 445/2025

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

LÍDIO LEDESMA, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que consta no requerimento que constituem parte integrante e indissociável desta Portaria,

R E S O L V E:

I - Conceder a prorrogação de licença para tratamento de saúde em pessoa da família o servidor **Luciano Dorneles dos Santos**, matrícula 1873-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Professor de Ciências**, pelo período de 30 (trinta) dias, com início em 24 de outubro de 2025 e término em 22 de novembro de 2025, com fulcro nos art. 80, inciso IV c.c art. 91, ambos da Lei Complementar Municipal nº 018/2005.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 24 de outubro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

LÍDIO LEDESMA

PREFEITO

Matéria enviada por Marcelle Dara Barros

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA

Licitação

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 104/2023

Processo Licitatório nº 079/2023

Dispensa nº 037/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE JAPORA/MS E A EMPRESA PAULO CESAR RECALDES NUNES – ME.

OBJETO: Constitui objeto deste Termo Aditivo ao Contrato nº 104/2023, das condições mediante alterações do "SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO N° 104/2023"

FUNDAMENTO LEGAL: artigos 53 e 55, ambos da 9.784/1999, e art. 57, § 1°, inciso II, da lei 8666/93**.**

Japorã/MS, 22 de outubro de 2025.

ASSINAM: VITOR DA CUNHA ROSA pela Contratante e PAULO CESAR RECALDES NUNES pela Contratada.

Matéria enviada por Gabriela Talita Klasmann

PREFEITURA MUNICIPAL JAPORÃ
AV. DEP. FERNANDO SALDANHA
15.905.342/0001-28 Exercício: 2025

DECRETO Nº 2027 , DE 21 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.360

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

Resolve:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$30.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

30.000,00

02 12 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

98

10.301.0006.2030.0000 ATENDIMENTO À REDE DE SAÚDE 10.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos
000 001 outros

280

10.301.0006.2030.0000 ATENDIMENTO À REDE DE SAÚDE 10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos
000 000 Recursos que não se enquadram nos Detalh

02 16 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

164

08.244.0004.2040.0000 GESTÃO DE POLITICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 10.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R.: 1 661 0000
661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
000 001 outros

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 12 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

96

10.301.0006.2030.0000 ATENDIMENTO À REDE DE SAÚDE -10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de
000 001

109

10.301.0006.2035.0000 ATENDIMENTO À REDE DE SAÚDE -2.070,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de
000 005

PREFEITURA MUNICIPAL JAPORÃ
AV. DEP. FERNANDO SALDANHA
15.905.342/0001-28 Exercício: 2025

DECRETO Nº 2027 , DE 21 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.360

02 12 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

286

10.301.0006.2095.0000 ATENDIMENTO À REDE DE SAÚDE -7.930,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de
000 123

02 16 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

161

08.244.0004.2040.0000 GESTÃO DE POLITICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 661 0000
661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
000 001

-30.000,00

Artigo 3o.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAPORA, 21 de outubro de 2025

VITOR DA CUNHA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUARI

Ata nº 2060 da Sessão Ordinária do dia 14 de outubro de 2025

ATA Nº. 2.060 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DE 2025/2028 DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUARI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, realizada aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (14/10/2025), nesta Câmara Municipal de Jaraguari/MS, sito à Rua Jose Serafim Ribeiro, 241, no Plenário de Deliberações Vereador Paulo Carrilho Arantes, terça-feira, às 16h00. Presentes os Vereadores: **Peterson Martins Xavier – PSD – Presidente, Joaquim Maciel de Sousa – PSDB – Vice-Presidente, Profª Dani Martins - PP – 1ª Secretária**, **Theocir da Farmácia – PSDB – 2º Secretário, Áureo da Silva Vilela – PSDB, Delson Nina – Republicanos, Gilvanildo Cardozo Teixeira – PL, Lucas Tonet - PSDB e Mauro Carrilho Montealvão - Republicanos.** Comprovado o número legal para abertura da Sessão, o Vereador Presidente Peterson Martins Xavier declarou "Sob a proteção de Deus e em nome da Liberdade e da Democracia declaro aberta a presente Sessão Ordinária, do dia 14 de outubro de 2025". Solicitou a Vereadora Profª Dani Martins para fazer a leitura da Ata da Sessão anterior que após ser lida, foi colocada em discussão e votação, sendo aprovada pelos Vereadores. Em seguida solicitou a 1ª Secretária que fizesse a leitura das **Correspondências Recebidas e Indicação**: Da Prefeitura Municipal de Jaraguari, **Ofício 427/2025**, encaminhando Declaração de Sustentabilidade de condições orçamentárias para arcar com as despesas referente ao Contrato de Repasse 040049/2025; Da Secretaria Municipal de Saúde, **Ofício**, encaminhando resposta de Ofício sobre o serviço de Prótese Dentária; Do Senhor Bruno Costa de Oliveira, **Formulário de Solicitação de Uso do Plenário** para realização do encontro de apresentação preliminar do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos; Da Senhora Ariane da Silva Menezes, **Formulário de Solicitação de Uso do Plenário** para realização do Encontro CECANE/UFMS em parceria com Secretaria de Educação e Conselho de Alimentação Escolar (CAE); **Indicação nº 144/2025**, de autoria do Vereador Joaquim Maciel de Sousa – PSDB, que será encaminhada ao Exmo. Sr. Cláudio Ferreira da Silva – Prefeito Municipal de Saúde, solicitando a construção de um ponto de ônibus escolar na Vila Triângulo, em frente a propriedade da Senhora: Ednaide Ferreira da Rocha, Rua Central, nº 07. Terminada a Leitura das Correspondências Recebidas e Indicação passou-se à ***Ordem do Dia:*** Não havendo nenhuma matéria a ser votada passou-se ao **Grande Expediente:** **O Vereador Theocir da Farmácia - PSDB** convidou a todos os Nobres Pares para começar a divulgar que o Frigorifico Aurora está tendo vaga de emprego com plano de saúde e sacolão; disse que pediu pela manutenção de ruas do Bairro Buracão, onde passou a tubulação e ficou sem cascalho, porque os moradores vem sofrendo tanto com o barro como com a poeira é o Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos garantiu que fará o serviço o quanto antes; agradeceu a Secretaria de Infraestrutura pelo início da manutenção da ponte do Assentamento Boa Vista que estava muito caótica; sobre os quebra molas que pediu e os Nobres Pares também solicitaram disse que são necessários mas precisa também da conscientização dos motoristas pelas altas velocidades que gera perigo as crianças que usam dessas vias públicas; falou que a Dentista Rita é uma excelente profissional e está atendendo praticamente sozinha porque os outros especialistas estão de férias e afastado, e que o atendimento odontológico não está ideal, porém a Doutora tem se desdobrado para atender a demanda da população; por fim falou que já chegou os medicamentos que estava em falta na farmácia do Posto de Saúde. **O Vereador Lucas Tonet – PSDB** falou que fez uma visita ao Deputado Paulo Correa e solicitou um veículo para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo emprestado ou cedido porque é complicado adquirir através de Emenda por causa que o valor é alto; comentou que solicitou ao Deputado à instalação de luminárias de LED abastecidas por energia solar na rotatória da MS-244 que dá acesso ao Jaraguari Velho e na entrada do Distrito de Bonfim, no entroncamento da MS-244 com a BR-163 porque em consulta a Legislação da Anel visualizou um certa dificuldade financeira em virtude que se for colocada através da Energisa gerará conta para o Município, e que na entrada do Bonfim tem um empecilho que a Empresa Motiva; disse que viajou para o Mato Grosso e Aparecida do Norte e viu a porcaria do serviço da CCR (Motiva) em nosso Estado porque não tem um viaduto feito pela mesma, e que é indignante o jeito que trabalham aqui porque as pessoas pagam pedágio para um serviço de mal qualidade; falou que a Energisa vai começar a fazer a poda das árvores na rede do Assentamento Boa Vista até o Assentamento Sete; lembrou que hoje terá o início dos jogos de torneio no Conviver. **O Vereador Peterson Martins Xavier – PSD** falou que o torneio que será iniciado hoje é o de Dama para Servidores mas toda a população está convidada para assistir; disse que cobrou do Prefeito o suporte as pessoas que sobem a Serrinha no dia de Nossa Senhora Aparecida para ir a Capela que o mesmo tanto cobrava da gestão passada, e que o Prefeito falou que foi uma falha dele e prometeu que no próximo ano dará assistência necessária; falou que ainda nesta semana a Assessoria Contábil enviará o Parecer do Projeto de Lei do Plano Plurianual, e que logo após a Assessoria Jurídica dará também o Parecer para poder marcar a Audiência Pública e dar transparência a população do Plano que regerá os próximos quatro anos. Terminado o Grande Expediente passou-se às **Explicações Pessoais:** Os **Vereadores Profª Dani Martins, Peterson Martins, Theocir da Farmácia, Delson Nina, Joaquim Maciel e Lucas Tonet** utilizaram desse momento para falar de assuntos que foram abordados durante a Sessão. Não havendo nada mais a ser tratado o Presidente declarou "Sob a proteção de Deus e em nome da Liberdade e da Democracia declaro encerrada a presente Sessão", e na sequência determinou a lavratura desta Ata, que após ser lida discutida e aprovada, vai assinada pelos Vereadores presentes e por mim Silvia Gloria Gomes de Oliveira – Redator e Revisor de Debates que a digitei:

Áureo da Silva Vilela – PSDB
Vereador

Delson Nina - Republicanos
Vereador

Gilvanildo Cardozo Teixeira – PL
Vereador

Lucas Tonet - PSDB
Vereador

Mauro Carrilho Montealvão – Republicanos

Joaquim Maciel de Sousa - PSDB

Vereador
Profª Dani Martins – PP
1ª Secretária

Vice-Presidente
Theocir da Farmácia - PSDB
2º Secretário

Peterson Martins Xavier – PSD
Presidente
Silvia Gloria Gomes de Oliveira
Redator e Revisor de Debates

Matéria enviada por SILVIA GLORIA GOMES DE OLIVEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE JARAGUARI

Ata nº 259/2025 da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

ATA Nº 259/2025

Ata da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, realizada aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (21/10/2025), reuniram-se na Sala das Comissões Vereador João Rosa Vilela nesta Câmara Municipal de Jaraguari/MS, sito à Rua José Serafim Ribeiro, 241, os Vereadores Áureo da Silva Vilela – PSDB Lucas Tonet – PSDB, e Gilvanildo Cardozo Teixeira - PL Presidente, Relator e Membro, respectivamente para analisarem e emitirem Pareceres sobre os seguintes Projetos: **Projeto de Lei nº 289/2025**, que "INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO ANUAL DO EXAME DE MAMOGRAFIA PARA MULHERES A PARTIR DE 40 ANOS DE IDADE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS, ESTABELECE PRAZOS, CAMPANHAS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de autoria do Vereador Theocir da Farmácia, e **Projeto de Lei n° 291/2025**, que "RECONHECE COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUARI - MS A " FESTA DO VAQUEIRO", REALIZADA ANUALMENTE PELA PARÓQUIA SANTA RITA DE CÁSSIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" de autoria dos Vereadores Theocir da Farmácia e Lucas Tonet . Após a leitura dos mesmos o Relator apresentou Pareceres favoráveis e o Membro decidiu acompanhar o voto do Relator, sendo assim aprovados na Comissão os Pareceres do Relator. Nada mais a ser tratado o Presidente da Comissão deu por encerrada a presente reunião, determinando a lavratura da Ata, que após ser lida discutida e aprovada, vai assinada pelos Vereadores e por mim Delieusa Custódia da Silva Vieira – Técnico Legislativo, que a digitei.

Áureo da Silva Vilela -PSDB
Presidente

Lucas Tonet - PSDB
Relator

Gilvanildo Cardozo Teixeira - PL
Membro

Delieusa Custódia da Silva Vieira
Técnico Legislativo

Matéria enviada por DELIEUSA CUSTÓDIA DA SILVA VIEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE JARAGUARI

Ata nº 030/2025 da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ATA nº 030/2025

Ata da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, realizada ao vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (21/10/2025), reuniram-se no Plenário Vereador João Rosa Vilela nesta Câmara Municipal de Jaraguari/MS, sito à Rua José Serafim Ribeiro, 241, os Vereadores Gilvanildo Cardozo Teixeira – PL, Verª PROFª Dani Martins - PP e Theocir da Farmácia - PSDB, Presidente, Relator e Membro respectivamente para analisar e emitir Parecer sobre a seguinte matéria: **Projeto de Lei n° 291/2025**, que "RECONHECE COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUARI - MS A " FESTA DO VAQUEIRO", REALIZADA ANUALMENTE PELA PARÓQUIA SANTA RITA DE CÁSSIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" de autoria dos Vereadores Theocir da Farmácia e Lucas Tonet Após a leitura do mesmo o Relator apresentou Parecer favorável e o Membro decidiu acompanhar o voto do Relator sendo assim aprovado na Comissão o Parecer do Relator. Nada mais a ser tratado o Presidente da Comissão deu por encerrada a presente reunião, determinando a lavratura da Ata, que após ser lida discutida e aprovada, vai assinada pelos Vereadores e por mim Delieusa Custódia da Silva Vieira - Técnico Legislativo que digitei.

VERº GILVANILDO CARDOZO TEIXEIRA – PL
Presidente

VERª PROFª DANI MARTINS - PP
Relator

V**ERº THEOCIR DA FARMÁCIA - PSDB**
Membro

DELIEUSA CUSTÓDIA DA SILVA VIEIRA
Técnico Legislativo

Matéria enviada por DELIEUSA CUSTÓDIA DA SILVA VIEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE JARAGUARI

Ata nº 029/2025 da Comissão de Saúde e Assistência Social

ATA nº 029/2025

Ata da Comissão de Saúde e Assistência Social, realizada aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (21/10/2025), reuniram -se na Sala das Comissões Vereador João Rosa Vilela nesta Câmara Municipal de Jaraguari/MS, sito à Rua José Serafim Ribeiro, 241, os Vereadores Lucas Tonet - PSDB, Theocir da Farmácia - PSDB e Delson Nina - REPUBLICANOS, Presidente, Relator e Membro respectivamente para analizar e emitir Parecer sobre o Projeto: Projeto de Lei nº 289/2025, que "INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO ANUAL DO EXAME DE MAMOGRAFIA PARA MULHERES A PARTIR DE 40 ANOS DE IDADE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS, ESTABELECE PRAZOS, CAMPANHAS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de autoria do Vereador Theocir da Farmácia . Após a leitura do mesmo o Relator apresentou Parecer favorável e o Membro decidiu acompanhar o voto do Relator, sendo assim aprovado na Comissão o Parecer do Relator. Nada mais a ser tratado o Presidente da Comissão deu por encerrada a presente reunião, determinando a lavratura da Ata, que após ser lida discutida e aprovada, vai assinada pelos Vereadores e por mim Delieusa Custódia da Silva Vieira – Técnico Legislativo, que a digitei.

Lucas Tonet -PSDB
Presidente

Theocir da Farmácia - PSDB
Relator

Delson Nina - REPUBLICANOS
Membro

Delieusa Custódia da Silva Vieira
Técnino Legislativo

Matéria enviada por DELIEUSA CUSTÓDIA DA SILVA VIEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 168/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 47/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

CONTROLE PRÉVIO TC/MS: "FC1A353C146B5E8C107E89B8F6A9627858A1E87F",

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediada na Rua Gonçalves Luiz Martins, nº 420, Bairro: centro, CEP: 79.440-007, Jaraguari-MS, realizará licitação, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o critério de julgamento "**MENOR PREÇO POR LOTE",,** nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 1.213/2023, Portaria Municipal nº 808/2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

INÍCIO DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: 23/10//2025 às 10:00h
TÉRMINO DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: 10/11/2025 2025 às 10h00min
ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS: 10/11/2025 às 10h00min
INÍCIO DO PREGÃO (Lances): 10/11/2025 às 10h15min

ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: Acesso ao Edital e demais documentos: Portal BLL www.bllcompras.org.br; Portal Transparência (link: http://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.jaraguari.ms/servlet/wpeditallicitacaoconsulta), e no
Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br

Jaraguari/MS, 22 de outubro de 2025.

CLAUDIO FERREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 168/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 47/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

CONTROLE PRÉVIO TC/MS: "FC1A353C146B5E8C107E89B8F6A9627858A1E87F",

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS**, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediada na
Rua Gonçalves Luiz Martins, nº 420, Bairro: centro, CEP: 79.440-007, Jaraguari-MS, realizará licitação, pelo **SISTEMA DE**
REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o critério de julgamento "**MENOR PREÇO**
POR LOTE",, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 1.213/2023, Portaria Municipal nº 808/2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

INÍCIO DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: 23/10//2025 às 10:00h
TÉRMINO DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: 10/11/2025 2025 às 10h00min
ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS: 10/11/2025 às 10h00min
INÍCIO DO PREGÃO (Lances): 10/11/2025 às 10h15min

ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: Acesso ao Edital e demais documentos: Portal BLL www.bllcompras.org.br; Portal Transparência (link: http://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.jaraguari.ms/servlet/wpeditallicitacaoconsulta), e no
Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br

Jaraguari/MS, 22 de outubro de 2025.

CLAUDIO FERREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Luciana Almada Serrano

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇAO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 203/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 43/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À SECRETARIA DE SAÚDE E SEUS RESPECTIVOS SETORES.**

O município de Jaraguari-MS Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Exmo. Sr. Prefeito Municipal **CLAUDIO FERREIRA DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, do art. 71, da Lei Federal n° 14.133/21, **RESOLVE**:

I – Com base nas informações constante no Pregão Eletrônico em epígrafe, e em cumprimento as determinações da Lei nº 14.133/2021, **ACOLHO** as informações fornecidas pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação/Comissão de Licitação, constantes na Ata da Sessão e demais documentos que compõem o **Processo Administrativo Licitatório Nº 43/2025**, e **ADJUDICO E HOMOLOGO** em favor das Empresas para emissão das **ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS** para que delas provenham seus efeitos legais, em favor da(s) proponente(s) conforme segue:

Empresas vencedoras valor total: R$ 111.519,64 (cento e onze mil e quinhentos e dezenove reais e sessenta e quatro centavos): **JOAO ADMAR CUSTODIO LOPES EIRELI-ME (23190679000124)** com os lotes: 4 no valor total de **R$ 66.349,80 (sessenta e seis mil e trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos)**. **T J GONÇALVES DE SOUZA (50422551000111)** com os lotes: 3 no valor total de R**$ 17.769,84 (dezessete mil e setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)**. **LUX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (36664345000197)** com os lotes: 1, 2 no valor total de **R$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais).**

Jaraguari-MS, 22 de outubro de 2025.

CLAUDIO FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Matéria enviada por Natalina da Silva de Castro

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº. 991, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE DA NOMEAÇÃO DA SENHORA DAYARA DO CARMO MARTINS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR CHEFE, SIMBOLO CCE-06 DO QUADRO PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal de Jaraguari, Estado de Mato Grosso do Sul no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 47, IV da Lei Orgânica Municipal.

Considerando, os termos do Memorando 2752/2025, da Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **DAYARA DO CARMO MARTINS,** para o cargo em comissão, de ASSESSOR CHEFE, simbolo **CCE-06**, do quadro permanente da Prefeitura de Jaraguari.

Parágrafo único. A servidora nomeada exerce suas funções no Gabinete do Prefeito.

Artigo 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos vigoram a partir do dia 16 de outubro de 2025.

Jaraguari – Mato Grosso do Sul, 20 de outubro de 2025.

CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

Matéria enviada por Carlos Eduardo

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUARI

PORTARIA Nº 011/2025

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DA SERVIDORA RODINEIA MORAES DA SILVAN, DO CARGO DE CONTADOR, DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE, SILVIA LETICIA FERREIRA GREGORIO, no uso das atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67, inciso V, alínea "c", e § 2º, da Lei Complementar nº977/2022, que prevê a progressão funcional por titulação para cargos de nível superior;

CONSIDERANDO que a servidora Rodineia Moraes da Silva, matrícula nº 22-1, ocupante do cargo de Contador(a), atualmente enquadrada no Padrão P05 – Nível II, comprovou a conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, com carga horária superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, atendendo aos requisitos para progressão ao Nível III;

CONSIDERANDO o certificado de pós-graduação apresentado e a tabela remuneratória de nível superior – Classe E Tabela de salário - nível superior, constantes na Lei Complementar nº 977/2022;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional por titulação à servidora RODINEIA MORAES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Contador(a), passando do Padrão P05 – Nível II para o Padrão P05 – Nível III, da Classe E, conforme previsão do Art. 67, inciso V, alínea "c", da Lei Municipal nº 977/2022.

Art. 2º. A presente progressão produzirá efeitos funcionais e financeiros a partir de 1º de novembro de 2025, com o correspondente reajuste no padrão de vencimento previsto na tabela de vencimentos para cargos de nível superior.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, permanecendo inalterados os demais direitos e deveres da servidora.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguari/MS, 22 de outubro de 2025.

SILVIA LETICIA FERREIRA GREGORIO

Diretora-Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

Matéria enviada por Bianca dos Anjos Nogueira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 134/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2025

EDITAL DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos de Farmácia Básica destinados a atender aos munícipes e as demandas das Unidades de Saúde pertencentes a Rede Municipal de Saúde do município de Jardim-MS.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 atualizada pela 147/2014, Decreto Municipal nº 016/2025, de 30 de janeiro de 2025, Decreto Municipal n° 022, de 30 de janeiro de 2025, Decreto Municipal nº 017, de 20 de janeiro de 2025.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 05 de novembro de 2025 às 09h (Horário Oficial de Brasília).

INÍCIO DE CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 23 de outubro de 2025 às 10h (Horário Oficial de Brasília).

TÉRMINO DE CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 05 de novembro de 2025 às 08h30min (Horário Oficial de Brasília).

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL (www.bll.org.br).

EDITAL NA ÍNTEGRA: O edital encontra-se disponível para retirada na internet, no site: http://www.jardim.ms.gov.br/licitacao/, na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL (www.bll.org.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

CÓDIGO DE REGISTRO DA INFORMAÇÃO e-SFINGE: "DF3F7F1851626FC12EC04325F97919C3656CDB40".

DUVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Na sede da Prefeitura Municipal de Jardim, Rua Cel. Juvêncio, 547, Centro, Jardim/MS, telefone: (67) 3209-2500 ou pelo e-mail: licitacao@jardim.ms.gov.br.

Jardim-MS, 22 de outubro de 2025

Fernando Valério Ramos

Secretário Municipal de Governo e Gestão Estratégica

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE JARDIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 310/2025-DRH

Partes: MUNICÍPIO DE JARDIM - MS e a Sra. EDUARDA DE ARAUJO BARBOSA .

Objeto: A Contratada se obriga a prestar, em caráter temporário, a função de EDUCADOR INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, em conformidade com a Lei Nº 1894/2017 de 18/12/2017, neste município.

Fundamento Legal: Resolução TCE/MS Nº 088/2018, Lei Municipal Nº 1894/2017 de 18/12/2017 e art. 18 da Lei Orgânica do Município.

Dotação: Órgão Orçamentário: 06.00 | Unidade Orçamentária: 06.02 | Despesas de Pessoal e Encargos: 31.90.04.00 - Contrato Prazo Determinado.

Valor: R$ 1.620,73 (um mil, seiscentos e vinte reais e setenta e três centavos)

Vigência: 01.10.2025 a 19.12.2025

Data da Assinatura: Jardim - MS, 01 de outubro de 2025.

Assinam: LILIAN DE FATIMA SANCHES CAVALHEIRO – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EDUARDA DE ARAUJO BARBOSA - CONTRATADA

LAUDISON ANTONIO MACIEL DE LIMA – TESTEMUNHA

APARECIDA DA SILVA JACOB – TESTEMUNHA

Matéria enviada por Elza Franco

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE JARDIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 313/2025-DRH

Partes: MUNICÍPIO DE JARDIM - MS e a Sra. ROSANE FLORENCIO DA SILVA .

Objeto: A Contratada se obriga a prestar, em caráter temporário, a função de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, em conformidade com a Lei Nº 1894/2017 de 18/12/2017, neste município.

Fundamento Legal: Resolução TCE/MS Nº 088/2018, Lei Municipal Nº 1894/2017 de 18/12/2017 e art. 18 da Lei Orgânica do Município.

Dotação: Órgão Orçamentário: 06.00 | Unidade Orçamentária: 06.02 | Despesas de Pessoal e Encargos: 31.90.04.00 - Contrato Prazo Determinado.

Valor: R$ 3.456,07 (três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sete centavos)

Vigência: 25.09.2025 a 19.12.2025

Data da Assinatura: Jardim - MS, 25 de setembro de 2025.

Assinam: LILIAN DE FATIMA SANCHES CAVALHEIRO – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

ROSANE FLORENCIO DA SILVA - CONTRATADA

LAUDISON ANTONIO MACIEL DE LIMA – TESTEMUNHA

APARECIDA DA SILVA JACOB – TESTEMUNHA

Matéria enviada por Elza Franco

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE JARDIM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 312/2025-DRH

Partes: MUNICÍPIO DE JARDIM - MS e a Sra. CASTORINA APARECIDA ESPINOZA .

Objeto: A Contratada se obriga a prestar, em caráter temporário, a função de COZINHEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, em conformidade com a Lei Nº 1894/2017 de 18/12/2017, neste município.

Fundamento Legal: Resolução TCE/MS Nº 088/2018, Lei Municipal Nº 1894/2017 de 18/12/2017 e art. 18 da Lei Orgânica do Município.

Dotação: Órgão Orçamentário: 06.00 | Unidade Orçamentária: 06.02 | Despesas de Pessoal e Encargos: 31.90.04.00 - Contrato Prazo Determinado.

Valor: R$ 1.595,72 (um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos)

Vigência: 12.09.2025 a 19.12.2025

Data da Assinatura: Jardim - MS, 12 de setembro de 2025.

Assinam: LILIAN DE FATIMA SANCHES CAVALHEIRO – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

CASTORINA APARECIDA ESPINOZA - CONTRATADA

LAUDISON ANTONIO MACIEL DE LIMA – TESTEMUNHA

APARECIDA DA SILVA JACOB – TESTEMUNHA

Matéria enviada por Elza Franco

MUNICÍPIO DE JARDIM/MS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E CADASTRO

EDITAL Nº 15/2025
NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE DÍVIDA ATIVA

O **MUNICÍPIO DE JARDIM - MS**, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os artigos 115 a 120 e 124 da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 11 da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece a obrigatoriedade da arrecadação de tributos municipais para garantir o equilíbrio fiscal e a boa gestão dos recursos públicos;

CONSIDERANDO os Artigos 425, 477 e 496 da Lei Complementar Municipal nº 042/2003 (Código Tributário Municipal de Jardim/MS);

CONSIDERANDO que a Administração Municipal pauta suas atividades nos princípios da moralidade, legalidade, publicidade, impessoalidade e eficiência administrativa, visando o desenvolvimento sustentável e a transparência na gestão fiscal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto na Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece diretrizes e procedimentos para aprimorar a cobrança administrativa e judicial dos créditos tributários, garantindo eficiência na arrecadação e cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública;

Faz publicar a presente NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA aos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, relacionados no ANEXO I, informando-lhes que possuem pendências financeiras perante esta municipalidade.

Os contribuintes notificados deverão, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial da ASSOMASUL (Imprensa Oficial do Município), comparecer ao Departamento Municipal de Tributação e Cadastro para regularizar seus débitos. Caso o pagamento já tenha sido efetuado, deverão apresentar os comprovantes à repartição competente. Alternativamente, poderão apresentar impugnação dentro do mesmo prazo.

ATENÇÃO: Caso o débito não seja quitado ou regularizado dentro do prazo estabelecido, poderá ser objeto de: protesto extrajudicial; inscrição nos órgãos de proteção ao crédito; ação judicial de execução fiscal, conforme disposto nas Leis Federais nº 6.830/1980 e nº 9.492/1997.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos pelos telefones (67) 99690-9747 e (67) 99880-1417, bem como pelo e-mail: arrecadacao@jardim.ms.gov.br. Os contribuintes também podem comparecer pessoalmente ao Departamento Municipal de Tributos e Cadastro, localizado na Rua Tenente Bernardes, nº 976 - Jardim, MS, 79240-000.

Jardim – MS, 23 de outubro de 2025.

ANEXO I - RELAÇÃO DE CONTRIBUINTES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA
ATUALIZAÇÃO EM 22/10/2025

Nome do contribuinte	CPF / CNPJ	Nº do Processo Administrativo	Tipo da dívida
RENATO CONTERNO DE SOUZA	***.734.608-**	180/2025	TRIBUTÁRIA - IMOBILIÁRIA
EULALIA ORTIZ	***.246.081-**	181/2025	TRIBUTÁRIA –IMOBILIÁRIA
LUZIMAR CRUZ ROCHA	***.013.251-**	182/2025	TRIBUTÁRIA –IMOBILIÁRIA
ANA CRISTINA LIMA MEDINA	***.423.201-**	183/2025	TRIBUTÁRIA – IMOBILIÁRIA
THINFALIM VARGAS DA SILVA	***.332.401-**	184/2025	TRIBUTÁRIA –IMOBILIÁRIA
NOELY APARECIDA DA SILVA	***.009.481-**	185/2025	TRIBUTÁRIA – IMOBILIÁRIA
MARIA DO CARMO PEREIRA SANTA CRUZ	***.877.941-**	186/2025	TRIBUTÁRIA –MOBILIÁRIA
PULCIRIA PEIXOTO DIAS	***.904.741-**	187/2025	TRIBUTÁRIA – IMOBILIÁRIA
ANTONIO BALTA	***.913.821-**	188/2025	TRIBUTÁRIA – IMOBILIÁRIA
JOAO CARLOS CARDOSO DE OLIVEIRA	***.490.441-**	189/2025	TRIBUTÁRIA – IMOBILIÁRIA
EDIO ANTONIO ROSSATTO	***.052.410-**	190/2025	TRIBUTÁRIA – IMOBILIÁRIA
ROSIMEIRE COIMBRA LEMES	***.266.231-**	191/2025	TRIBUTÁRIA – IMOBILIÁRIA
ELCY FRANCO DA CRUZ	***.942.411-**	192/2025	TRIBUTÁRIA – IMOBILIÁRIA
JANES MALTINER DOS SANTOS LTDA	**.968.873/0001-**	193/2025	TRIBUTÁRIA – MOBILIÁRIA
GLENIA FRANCO GIMENES	***.700.901-**	194/2025	TRIBUTÁRIA – IMOBILIÁRIA

Matéria enviada por Elza Franco

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PORTARIA N.º 1291/2025 –GABINETE Em, 22 de outubro de 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO GESTORES E FISCAIS NO PROCESSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS REGIDOS PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Jardim – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 2º, §1º, 3º e 7º do **Decreto Municipal nº 091/2025**, de 16 de maio de 2025, que regulamenta a atuação dos gestores e fiscais de contratos administrativos e atas de registro de preço no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jardim/MS;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acompanhamento técnico e administrativo na execução dos contratos e atas de registro de preço firmados pela Administração Pública Municipal, conforme previsto no **art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;**

R E S O L V E

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como fiscais e gestores de contrato e atas de registro de preço, no âmbito do Municipio de Jardim/MS e suas Secretarias Municipais, nos termos do artigo 117, § 1º,2º e 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, e **Decreto Municipal nº 091/2025**, de 16 de maio de 2025, em virtude de Processo Licitatório, bem como, em atendimento às normativas do TCE/MS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA			
NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	SETOR
Wanderleya Maciel Ribeiro	5249-1	Secretaria adjunta de Governo e Gestão Estratégica	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Vagner Alves Ribeiro Guimaraes	5243-1	Assessor Governamental	Departamento de Licitação

GABINETE DO PREFEITO			
NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	SETOR
Renato Miranda Marques	2016-3	Chefe de Gabinete	Gabinete do Prefeito

Edna Silva dos Santos	5180-1	Assessora Para Assuntos de Gabinete	Gabinete do Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA, TURISMO, LAZER E CIDADANIA:			
NOME DO SERVIDOR	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**SETOR**
Renato da Conceição de Souza	2445	Coordenador de Projetos - Comissionado	Departamento de cidadania
Jacqueline Vargas Fernandes	1590-1	Assistente Administrativo - Efetiva	Departamento de cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO:			
NOME DO SERVIDOR	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**SETOR**
Marcus Antonio Ruiz	394	Diretor Departamento	Meio Ambiente
José Roberto Pereira Rocha	2878	Diretor Departamento	Rota Bioceânica

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:			
NOME DO SERVIDOR	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**SETOR**
Gelson Pereira Duarte	3845	Assistente Administrativo-Efetivo	Secretaria de Educação
Joab da Rocha Cabreira	5895	Assistente Administrativa – Efetivo	Secretaria de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO:			
NOME DO SERVIDOR	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**SETOR**
Cynara Ifran Neto	2709-2	Coordenadora de Programas Sociais	SEMASH/Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária
Rosenir Salina Franco	938-1	Assistente Social	SEMASH/Gestão do Suas, Vigilância Socioassistencial e Trabalho

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:			
NOME DO SERVIDOR	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**SETOR**
Jessica Larissa de M. Dantas	5860-1	Assistente Administrativo	RH
Jackeline Moreira Ferreira	1654-2	Educador Social - efetiva	RH
Amanda Barbosa Caceres	3341-1	Chefe de Seção	Frotas

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS:			
NOME DO SERVIDOR	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**SETOR**
Andrenir Escobar Maciel	2232-8	Assessor p/ assuntos de Gabinete	Compras
Julliene Regazolli Martins	5165-1	Diretora de Departamento	Engenharia
Daniel Soares Semzack	5159-1	Diretor de Departamento	Iluminação pública

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:			
NOME DO SERVIDOR	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**SETOR**
Rafaela Wengrat	3536-4	Farmacêutica	Farmácia Básica
Luana Gleice Areco Lopes	3600-3	Farmacêutica	Farmácia Básica
Wolney Rodrigues Vasques	1740-1	Coord. Saúde	Núcleo de doenças zoonoses
João de Souza Vieira Junior	346-1	Coord. Saúde	Nucleo de doenças zoonoses

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:			
NOME DO SERVIDOR	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**SETOR**
Patrícia Sheller	5129	Secretário Adjunto - Comissionado	Secretaria de Finanças
Leidiane de Mello Gauna	3764	Analista Contábil - Comissionado	Departamento de contabilidade
Junior Coimbra Tamashiro	787	Diretor de departamento - efetivo	Departamento de TI

Art. 2º Compete aos servidores designados, no exercício da função de fiscal e gestor de contratos e atas de registro de preços, o cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 6º e 7º do **Decreto Municipal nº 091/2025**, de 16 de maio de 2025.

Art. 3º Os servidores ora designados serão formalmente cientificados desta portaria e deverão exercer suas funções com observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e ao interesse público.

Art. 4º Nos contratos e atas de registro de preço cujo objeto envolva obras e serviços de engenharia, os fiscais designados deverão ser engenheiros ou arquitetos legalmente habilitados pertencentes ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal, sendo seus nomes e qualificações expressamente incluídos no instrumento contratual correspondente.

Art. 5º Os fiscais e gestores ora designados deverão observar fielmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis, podendo solicitar apoio do Controle Interno ou da Assessoria Jurídica Municipal sempre que necessário para o fiel cumprimento de suas funções.

Art. 6º Para o desempenho das atribuições, os servidores designados deverão assinar **Termo de Ciência**, mediante o recebimento da documentação pertinente a cada contrato ou instrumento substitutivo para o qual forem indicados.

Art. 7º Em caso de impedimento temporário para o exercício da função, o servidor deverá apresentar Pedido de Substituição Temporária, justificando formalmente o afastamento e informando o período estimado, para fins de designação de substituto.

Art. 8º Os servidores relacionados nesta portaria poderão ser convocados a qualquer tempo para atuar como fiscais ou gestores substitutos, mediante assinatura de novo Termo de Ciência.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 849/2025.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA (GUGA)

Prefeito Municipal de Jardim/MS

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICIPIO DE JARDIM

PORTARIA N.º 1289/2025 – DRHDISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA N.º 640/2025 -DRH.

Em, 22 de outubro de 2025.

O Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII do Artigo 76 da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E

ART. 1º - ***REVOGAR*** a Portaria N.º 640/2025 – DRH de 11 de abril de 2025, que trata sobre Cedência da servidora KELLY MENDOZA TOBIAS ZAMBONI, matricula 5401-1, ocupante do cargo efetivo de Professora do Ensino Fundamental I.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2025.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA (GUGA)

Prefeito Municipal de Jardim/MS

Matéria enviada por Elza Franco

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICIPIO DE JARDIM

PORTARIA N.º 1290/2025 – DRHDISPÕE SOBRE CEDENCIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em, 22 de outubro de 2025.

O Prefeito Municipal de Jardim – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E

ART. 1º - Fica cedida por permuta com ônus para a origem, a servidora **ANA PAULA MIRANDA,** matrícula 5423-1 ocupante do cargo efetivo de Professor(a), pelo período de 01/10/2025 a 31/12/2026, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Art. 146, letra "a" da Lei Complementar nº 003/91.

ART. 2º - Ficando cedida para o município de Aquidauana/MS, com a Professor(a) **Kelly Mendoza Tobias Zamboni**, matricula 5401-1.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de outubro de 2025.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA (GUGA)

Prefeito Municipal de Jardim/MS

Matéria enviada por Elza Franco

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICIPIO DE JARDIM

PORTARIA N.º 1287/2025 – DRHDISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em, 22 de outubro de 2025.

O Prefeito Municipal de Jardim – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder o pagamento do Adicional de férias para o mês de outubro de 2025, para o servidor abaixo relacionado:

ROSIMAR PAULO PARADEIRO – Matrícula 1632-1, VIGIA, lotado na SECRETARIA MÚNICIPAL DE SAÚDE, usufruirá suas férias no período de 03/11/2025 a 02/12/2025, referente ao período 2023/2024.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA(GUGA)

Prefeito Municipal de Jardim/MS

Matéria enviada por Elza Franco

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI

Câmara Municipal de Juti

REVOGAÇÃO DA EMENDA À LEI ORGANICA Nº 01/2025

AUTÓGRAFO DE EMENDA Nº001/2025

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2025

Revoga a Emenda à Lei Orgânica nº 001/2024, restabelece a redação anterior do artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Juti-MS, mantém válida a eleição da Mesa Diretora do primeiro biênio e anula a eleição da Mesa Diretora do segundo biênio da atual legislatura.

A Câmara Municipal de Juti, Estado de Mato Grosso do Sul, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Juti-MS:

Art. 1º - Fica revogada integralmente a Emenda à Lei Orgânica nº 001/2024, que alterou o artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Juti-MS, restabelecendo-se a seguinte redação originária do referido artigo:

Art. 76 — A Mesa Diretora da Câmara Municipal será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro-Secretário e um Segundo-Secretário, eleitos por voto secreto para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo nas eleições imediatamente subsequentes, no curso da legislatura.

§ 1º — Na constituição da Mesa Diretora é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º — A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura, considerando automaticamente empossados os eleitos.

§ 3º — As competências e as atribuições dos membros da Mesa Diretora serão definidas no Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 4º — Na ausência dos membros da Mesa, o vereador mais votado assumirá a presidência.

§ 5º — Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omisso ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para a complementação do mandato.

Art. 2º - Ficam sem efeito jurídico todos os atos e consequências decorrentes da aplicação da redação conferida pela Emenda à Lei Orgânica nº 001/2024, com exceção da eleição da Mesa Diretora referente ao primeiro biênio da legislatura atual, que permanecerá válida e em pleno exercício.

Parágrafo único: Em razão da revogação da Emenda nº 001/2024, fica anulada a eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio da legislatura atual, devendo esta ser realizada na forma e no prazo previstos no art. 76 ora repristinado, ou seja, no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura.

Art. 3º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Juti-MS, aos 21 de outubro de 2025.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUTI-MS:

Deunizar da Silva Dias
Vereador (a)

Luzia Rocha
Vereador (a)

Andreia Tobias
Vereador (a)

Angela Biasi
Vereador (a)

Alberto Bueno
Vereador (a)

Edmauro Libert
Vereador (a)

Matéria enviada por Ângela Cristina Santoro

AVISO 2º SESSÃO CONCORRÊNCIA

CONCORRÊNCIA 001/2025 – TIPO TÉCNICA E PREÇO

O município de Juti/MS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará nos termos da Lei 12.232/2010 em complementar a Lei 14.133/21, a 2º sessão da licitação na modalidade Concorrência do tipo Técnica e Preço, para contratação de serviços de publicidade e propaganda prestados por intermédio de Agência de Propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizados integradamente, te tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de divulgar serviços de interesse do Município, difundir ideias ou informar o público em geral. A sessão é para o confronto dos Envelopes 1 e 2, bem como a apuração das Notas Técnicas. As empresas participantes ficam comunicadas através deste ato de publicação para comparecer no dia 29 de Outubro de 2025 às 08h30min, na Sala de Licitação, situada na Avenida Gabriel de Oliveira nº1000 – Centro

Juti (MS), 22 de Outubro de 2025.

Laís Barros de Souza

PRESIDENTE DA CPL

(Decreto Municipal nº. 052/2025)

Matéria enviada por Lais Barros de Souza

EXTRATO DE CONTRATO Nº044/2025

Processo nº 069/2025, Inexigibilidade nº. 006/2025. Partes: MUNICIPIO DE JUTI e VAST SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA RURAL AO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ITR A SEREM EXECUTADOS JUNTO À SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO, COM IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS CUSTOMIZADO. A forma de prestação dos serviços está disposta na cláusula sexta do Termo de Referência, o qual faz parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem contidas. Valor global ora contratado é de Valor total R$162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), dividido em 12 meses, sendo o valor mensal de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); Data da assinatura: 22/10/2025. Assinam: GILSON MARCOS DA CRUZ – Prefeito Municipal, TIAGO LEAL DE FREITAS - Representante.

Matéria enviada por Lais Barros de Souza

REPUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 118/2025

PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2025

EM ACORDO COM A LEI FEDERAL N. 14.133/21

Código Registro Informação: 22FC7A5F457A472880B16A32C01150B2A416A233,

id Remessa Online: 3511994

O MUNICIPIO DE JUTI, por intermédio de sua Pregoeira Oficial designado pelo Decreto n. 006/2025, de 13 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Município no dia 16 de janeiro de 2025, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos

Objeto: **Contratação de empresa para aquisição de camas motorizadas hospitalares e poltronas reclináveis, destinadas ao Hospital Municipal Santa Luzia, no município de Juti/MS, conforme especificações técnicas e quantitativos detalhados no Termo de Referência.**

Para tanto, informa que a sessão pública será realizada no dia **05 de novembro de 2025, às 08h00min,** na Sala de Licitação, situada na Avenida Gabriel de Oliveira, 1000 – Centro.

Poderão participar do certame licitatório, interessados pertinentes ao ramo correlacionado ao objeto desta licitação.

O Edital e seus anexos, estão disponíveis no site: **http://177.73.104.96:5656/transparencia/** > clique em: **licitações e contratos**, e, em seguida **preencha o campo Proc. Licitatório com o número do processo citado acima,** depois vá na aba "**documentos"** para baixa-lo, ou, se preferir, entre em contato com o Setor de Licitações na Prefeitura Municipal de Juti - MS, sito à Avenida Gabriel de Oliveira, 1000, Centro, Juti-MS, através do telefone 0800.000.3876 ou por e-mail: licitacaojuti@gmail.com para adquirir a Cópia do Edital e anexos.

Juti/MS, 22 de Outubro de 2025.

GILSON MARCOS DA CRUZ

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Rosângela Sodré de Oliveira Galdino

EXTRATO DE CONTRATO Nº043/2025

PROCESSO N. 123/2025, INEXIGIBILIDADE N. 009/2024. Partes: MUNICIPIO DE JUTI e CLEUZA LEONILDA CAMPIOLO TOZONI. Objeto: Locação de imóvel onde funcionará a sede da Ouvidoria e Controladoria do município de Juti MS, pelo período de 12 (doze) meses, pelo período de 12 (doze) meses. Dotação orçamentaria: 03.01.04.122.0200.2004.053 3.3.90.36.00 - Manutenção das Atividades da Administração e Planejamento - O valor mensal para a presente locação é R$15.600,00(quinze mil e seiscentos reais), sendo que será pago o valor de 1.300,00 (um mil e trezentos reais), no período de 12(doze) meses. Data da assinatura: 08/10/2025. Assinam: GILSON MARCOS DA CRUZ – Prefeito Municipal e CLEUZA LEONILDA CAMPIOLO TOZONI- Locatário.

Matéria enviada por Rosângela Sodré de Oliveira Galdino

EXTRATO DE CONTRATO Nº048/2025

PROCESSO N.122/2025, INEXIGIBILIDADE N.008/2025. Partes: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e CLAUDIO ANTUNES DE SOUZA. Objeto: Locação de imóvel localizado na Avenida Gabriel de Oliveira, nº 767, bairro centro, nesta cidade de Juti, sendo 01 (um) imóvel residencial composto por três quartos, sendo um suíte, um banheiro social, uma cozinha com copa e despensa, uma sala e uma área de lazer com banheiro somando aproximadamente 230,00 m² totais, além de um quintal grande com mais 440m², onde funcionará a sede da Lar de Amparo A Criança e ao Acolhida (LACA), pelo período de 12 (doze) meses, pelo período de 12 (doze) meses. Dotação orçamentaria: 07.01.08.122.0900.2092.410 3.3.90.36.00 –Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social - O valor mensal para a presente locação é de R$26.400,00 (vinte e seis mil quatrocentos reais) pago em 12(doze) parcelas no valor de R$ 2.200,00(dois mil e duzentos reais). Vigência: 12 meses. Data da assinatura: 10/10/2025. Assinam: GILSON MARCOS DA CRUZ – Prefeito Municipal e CLAUDIO ANTUNES DE SOUZA - Representante.

Matéria enviada por Rosângela Sodré de Oliveira Galdino

MUNICÍPIO DE JUTI
AVENIDA GABRIEL DE OLIVEIRA, 1000
24.644.296/0001-41 Exercício: 2025

DECRETO Nº 187 , DE 13 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.704

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE Juti, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$50.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **50.000,00**

02 05 01 SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

168	12.361.0400.2008.0000	MAIS EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA	50.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 1 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

77	04.122.0200.2007.0000	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-39.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 05 01 SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

172	12.361.0400.2008.0000	MAIS EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA	-11.000,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 1 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

-50.000,00

Artigo 3o.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON MARCOS DA CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL
366.598.781-49

MILTON SOUTO DE ARAUJO NETC
CONTADOR
286.696.651-15

WANESSA ALVES VIEIRA BERNARDINA
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
033.419.111-46

Juti, 13 de outubro de 2025

GILSON MARCOS DA CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Saude

ERRATA AO TERMO DE CREDENCIAMENTO DE GUSTAVO ADOLFO FIORI ADELAIDO GONÇALVES

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Gustavo Adolfo Fiori Adelaido Gonçalves**.**

OBJETO: Chamamento Público para fins de credenciamento/contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços de saúde, por meio de credenciamento, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do município de Ladário/MS.

VALOR UNITÁRIO:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	Profissional de Educação Física	Por hora	R$ 32,60

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2165-Manutenção das Atividades da Atenção Primária: Cód. Reduzido: 432 09.001.10.301.0500.2165 – 3.3.90.36.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Física 1600.0007000

2165-Manutenção das Atividades da Atenção Primária Cód. Reduzido: 433 09.001.10.301.0500.2165 – 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1600.0007000

2165-Manutenção das Atividades da Atenção Primária 29 Cód. Reduzido: 374 09.001.10.301.0500.2165 – 3.3.90.04.00.00 Contratação Por Tempo Determinado 1600.0007000

2166-Manutenção das Atividades da Atenção Especializada Cód. Reduzido: 26 09.001.10.302.0500.2166 – 3.3.90.36.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Física 1600.0007000

2166-Manutenção das Atividades da Atenção Especializada Cód. Reduzido: 27 09.001.10.302.0500.2166 – 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1600.0007000

2166-Manutenção das Atividades da Atenção Especializada Cód. Reduzido: 212 09.001.10.302.0500.2166 – 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1500.0002000

VIGÊNCIA: 20/10/2025 a 20/10/2026.

BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021 com fundamento no Art. 74, inciso IV e art. 79.

ASSINAM: Allex Prado Della e Gustavo Adolfo Fiori Adelaido Gonçalves.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 1927

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5935/2025 –DISPENSA: 81/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: FARMACIA MILENIO LTDA, inscrita sob o CNPJ n° 12.193.575/0001-57.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE KIT FANTASIAS QUARTETO DA SAÚDE BUCAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

VALOR: 10.889,67 (dez mil, oitocentos e oitenta e nove centavos e sessenta e sete centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 430.

NATUREZA DA DESPESA: 09.001-10.301.0500.2165-3.3.90.30.00.1600.

FONTE DE RECURSO: 1600.0007000.

DESCRIÇÃO: MATRIAL DE CONSUMO.

DATA: 21/10/2025

ASSINATURA: ALLEX PRADO DELLA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Matéria enviada por Ingrid Aguilar de Arruda

PREFEITURA

DECRETO Nº 141/PML, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre alteração na composição do Conselho Municipal de Educação de Ladário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso VII da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, resolve:

Art. 1º Fica alterada a representatividade do Conselho Municipal de Educação, constituída pelo DECRETO Nº 103/PML, DE 30 DE JUNHO DE 2025, para o período de 16 de OUTUBRO de 2025 a 31 de MARÇO de 2028, passando a ter a seguinte composição:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Titular: Caroline Mônaco Ferreira

Suplente: Elisangela da Silva Moura Rosa

Titular: Elaine Maia Leite

Suplente: Cleonice Gomes Andrade

Representantes da Educação Infantil da Iniciativa Privada.

Titular: Luciane Aparecida da Anunciação

Suplente: Flavia Assad Moreno

Representantes da Entidade Classista de Professores do Município.

Titular: Viviane Cristina Ribeiro Fardim

Suplente: Elizandra Mendes Nepomuceno Salles

Representantes da Educação Infantil do Ensino Público Municipal.

Titular: Aparecida dos Santos

Suplente: Thaise Fardin Navarros

Representantes do Ensino Fundamental do Ensino Público Municipal.

Titular: Robson Corrêa de Barros

Suplente: Raimundo Pinheiro Santos Neto

Representantes da Educação do Campo da Instituição Pública.

Titular: Felipe Santos Souza Guimarães

Suplente: Walkyria Assunção Bastos

Representantes de Gestores eleitos da Rede Municipal de Ensino.

Titular: Francisco Ricardo Gonçalves Góes

Suplente: Fabiane Aparecida da Silva Duarte

Art. 2° Os membros acima nomeados foram oficialmente indicados pela entidade representada.

Art. 3° As funções dos membros do Conselho, titulares e suplentes ora nomeados, não são remuneradas, bem como não geram vínculos ou qualquer direito contra o município, sendo considerados como serviços públicos relevantes.

Art. 4° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a 02 de Maio de 2025.

Art. 5° Somente os conselheiros efetivos e que representam a Educação Municipal de Ladário, terão direito ao JETON por participação conforme o artigo 6° da Lei Complementar N° 124/2020.

Ladário-MS, 20 de outubro de 2025.

MUNIR SADEQ RAMUNIEH

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

PREFEITURA

DECRETO Nº 142/PML, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre nomeação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que são conferidas pelo inciso VII, art. 60 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o período de 27 de outubro de 2025 a 26 de outubro de 2027, passando a ter a seguinte composição:

I – Área Governamental

Titulares:

GABRIELY BEATRIZ COSTA SOARES - Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)

LOURIVAL FERREIRA DA SILVA JUNIOR - Secretaria Municipal de Administração (SMAD)

IGOR DA SILVA Oliveira - Secretaria Municipal de Educação (SMEL)

HELEN FABRÍCIA DOS SANTOS PARABÁ - Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Suplentes:

JACQUELINE DE CAMPOS ROJAS - Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)

WANDERSON CARLOS BARBOSA DE ANDRADE - Secretaria Municipal de Administração (SMAD)

JOZI HELLEN BANDEIRA DUARTE MARTI - Secretaria Municipal de Educação (SMEL)

MARIA APARECIDA SILVA SANTOS - Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

I – Área Não-Governamental

Titulares:

LUDIMIR FERREIRA DE SOUZA - Associação Esportiva Vencer

CHRISTIANE DE AVELLAR SOARES ANTUNES - Ministério Evangélico Dos Encorajadores Globais

MARIA LUCILA DA SILVA - Pastoral Da Criança

DAVI LEIGUES - Sociedade de Instrução e Beneficência Colégio São Miguel

Suplentes:

ANA LUIZA DE ARRUDA SILVA - Associação Esportiva Vencer

ELISANGELA OLIVEIRA DE SOUZA RODRIGUES - Ministério Evangélico dos Encorajadores Globais

JACIANE NUNES DA SILVA TAVARES - Pastoral da Criança

BIATRIZ MENDES BEZERRA - Sociedade de Instrução e Beneficência Colégio São Miguel

Art. 2º Os membros acima nomeados foram oficialmente indicados pela entidade representada.

Art. 3º As funções dos membros do Conselho, Titulares e Suplentes ora nomeados, não são remuneradas, bem como não geram vínculos ou quaisquer direitos contra o município, sendo considerando como serviços públicos relevantes.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 110/PML, de 23 de julho de 2025.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ladário-MS, 20 de outubro de 2025.

MUNIR SADEQ RAMUNIEH

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

PREFEITURA

DECRETO Nº 143/PML, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre a Participação de Adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que são conferidas pelo inciso VII, art. 60 da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990.

CONSIDERANDO o disposto na Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas - ONU, em especial o art. 12, que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem ouvidos e participarem das decisões que lhes digam respeito de acordo com a sua idade e maturidade;

CONSIDERANDO o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 que, na Diretriz 8, Objetivo Estratégico 1, Ação Programática e, estabelece que a SDCA, em parceria com o CONANDA, deverá assegurar a opinião das crianças e dos adolescentes será considerada na formulação das políticas públicas voltadas para estes segmentos;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Participação Social, que tem o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil e que define dentre as instâncias de participação social os conselhos de políticas públicas, comissão de políticas públicas, conferência nacional, consulta pública e ambiente virtual de participação social;

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que considera a mobilização e organização de processos participativos em defesa dos direitos humanos de grupos em situação de risco e vulnerabilidade social, denúncia das violações e construção de propostas para sua promoção, proteção e reparação, como estratégia de educação não formal;

CONSIDERANDO Ata nº 313/2025, de 26 de setembro de 2025, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a participação de adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para o período de 27 de outubro de 2025 a 26 de outubro de 2027, passando a ter a seguinte composição:

I - Titulares:

a) Paulo Lopes de Alcantara Cardoso

b) João Lucas Rodrigues de Souza

II - Suplentes:

a) Richard Paes Domingues

b) Yasmin Clemente Patrocínio

Art. 2º Compete aos adolescentes eleitos:

I – Acompanhar o CMDCA e o CONANDA na elaboração e implementação de políticas voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente, conforme competências estabelecidas no Art. 2º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991;

II – Apresentar ao CMDCA propostas de pautas, resoluções, campanhas e temas relacionados aos direitos da criança e do adolescente para deliberação;

III – Participar dos encontros e assembleias do CMDCA, com direito à voz, conforme estabelecido neste Decreto;

IV – Acompanhar as ações do Conselho Municipal voltadas à promoção da participação de adolescentes nos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º As funções dos membros adolescentes CMDCA, titulares e suplentes ora nomeados, não são remuneradas, bem como não geram vínculos ou qualquer direitos contra o município, sendo considerados como voluntários e ouvintes no Conselho Municipal da Criança e Adolescente - CMDCA.

Art. 4º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Ladário-MS, 20 de outubro de 2025.

MUNIR SADEQ RAMUNIEH

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

CAMARA MUNICIPAL DE LADARIO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 008/2025 - CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 008/2025

A Câmara Municipal de Ladário – Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão de Concurso Público, constituída através da Portaria 27/2025 **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados o Local, Data e Horário das provas escritas [1ª Fase] deste certame, conforme segue:

LOCAL: Sociedade de Instrução e Beneficência – Colégio São Miguel
ENDEREÇO: Rua Comandante Souza Lobo, nº 403, centro, na cidade de Ladário/MS
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00
CARGO:
Advogado
LOCAL: Escola Estadual Leme do Prado
ENDEREÇO: Rua Almirante Barroso, nº 77, centro, na cidade de Ladário/MS
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00
CARGO:
Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: Escola Municipal João Baptista
ENDEREÇO: Rua Saldanha da Gama, nº 2245, bairro Almirante Tamandaré, na cidade de Ladário/MS
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00
CARGOS:
Contador
Controlador Interno
LOCAL: UFMS – BLOCO II
ENDEREÇO: Rua POCONÉ, nº 475, UNIVERSITÁRIO, na cidade de Ladário/MS
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00
CARGOS:
AGENTE ADMINISTRATIVO – CANDIDATOS COM INICIAIS DE LETRA "A" ATÉ LETRA "M".
LOCAL: ESCOLA ESTADUAL 2 DE SETEMBRO
ENDEREÇO: AVENIDA 14 DE MARÇO, nº 598, CENTRO, na cidade de Ladário/MS.
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00
CARGOS:
AGENTE ADMINISTRATIVO – CANDIDATOS COM INICIAIS DE LETRA "N" ATÉ LETRA "Z".

Os candidatos deverão comparecer no local pré-determinado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de documento original de identidade conforme preconiza o subirem 7.4 do Edital nº 001/2025, caneta esferográfica tinta azul ou preta.

Maiores informações acerca do ensalamento, os candidatos poderão obter através do site https://aplims.selecao.net.br – **ÁREA DE CANDIDATO.**

Ladário/MS, 21 de outubro de 2025.

Lourival Ferreira da Silva Júnior	**Simone Santos Almeida**	**Paulo Márcio Maia Gomes**
Membro	**Presidente**	**Membro**

Matéria enviada por Shirley Zacarias Barbosa

CAMARA MUNICIPAL DE LADARIO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 009/2025 - CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 009/2025

A Câmara Municipal de Ladário – Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão de Concurso Público, constituída através da Portaria 27/2025 **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados que em virtude de erro material no Edital nº 008/2025, notadamente qual ao endereço do local de provas [UFMS – BLOCO II], o mesmo será republicado, conforme a seguir disposto:

LOCAL: Sociedade de Instrução e Beneficência – Colégio São Miguel

ENDEREÇO: Rua Comandante Souza Lobo, nº 403, centro, na cidade de Ladário/MS
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00 [ms]
CARGO:
Advogado
LOCAL: Escola Estadual Leme do Prado
ENDEREÇO: Rua Almirante Barroso, nº 77, centro, na cidade de Ladário/MS
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00 [ms]
CARGO:
Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: Escola Municipal João Baptista
ENDEREÇO: Rua Saldanha da Gama, nº 2245, bairro Almirante Tamandaré, na cidade de Ladário/MS
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00 [ms]
CARGOS:
Contador
Controlador Interno
LOCAL: UFMS – BLOCO II
ENDEREÇO: Rua POCONÉ, nº 475, UNIVERSITÁRIO, na cidade de CORUMBÁ/MS
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00 [ms]
CARGOS:
AGENTE ADMINISTRATIVO – CANDIDATOS COM INICIAIS DE LETRA "A" ATÉ LETRA "M".
LOCAL: ESCOLA ESTADUAL 2 DE SETEMBRO
ENDEREÇO: AVENIDA 14 DE MARÇO, nº 598, CENTRO, na cidade de Ladário/MS.
DATA: 26/10/2025 [Domingo]
HORÁRIO: 8h00 [ms]
CARGOS:
AGENTE ADMINISTRATIVO – CANDIDATOS COM INICIAIS DE LETRA "N" ATÉ LETRA "Z".

Os candidatos deverão comparecer no local pré-determinado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de documento original de identidade conforme preconiza o subirem 7.4 do Edital nº 001/2025, caneta esferográfica tinta azul ou preta.

Maiores informações acerca do ensalamento, os candidatos poderão obter através do site https://aplims.selecao.net.br – **ÁREA DE CANDIDATO.**

Ladário/MS, 22 de outubro de 2025.

Lourival Ferreira da Silva Júnior	**Simone Santos Almeida**	**Paulo Márcio Maia Gomes**
Membro	**Presidente**	**Membro**

Matéria enviada por Shirley Zacarias Barbosa

CAMARA MUNICIPAL DE LADARIO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 010/2025 - CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 010/2025

A Câmara Municipal de Ladário – Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão de Concurso Público, constituída através da Portaria 27/2025 **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados a retificação de inscrições deferidas, em razão dos recursos interpostos por candidatos que apresentaram comprovação tempestiva de inscrição e referido pagamento.

Diante do exposto, acolhe os recursos interpostos, determinando a retificação do Edital nº 007/2025, para incluir os nomes dos candidatos que tiveram suas inscrições regularizadas, conforme segue:

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

Insc.	Nome do Candidato	Documento – CPF
0001470	ANGELA DOS SANTOS DE SOUZA	###.###.415-93
0002465	DENISE AGUIAR ROCHA	###.###.671-65
0002820	KELLY CASTELO	###.###.161-39

As inscrições ora deferidas passam a integrar, para todos os efeitos, a relação oficial de candidatos regularmente inscritos no certame, assegurando-lhes a participação nas etapas do concurso público.

Permanecem inalteradas as demais condições do Edital nº 007/2025.

Ladário/MS, 22 de outubro de 2025.

Lourival Ferreira da Silva Júnior	Simone Santos Almeida	Paulo Márcio Maia Gomes
Membro	Presidente	Membro

Matéria enviada por Shirley Zacarias Barbosa

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2025 – PNAB SELEÇÃO DE ARTISTA PLÁSTICO PARA RESTAURAÇÃO DA ESTÁTUA DO CRISTO REDENTOR DE LADÁRIO/MS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2025 – PNAB

ORGÃO:FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE LADÁRIO – MS.

OBJETO: Seleção e contratação de artista plástico para execução de serviços artísticos e técnicos de restauração e pintura da estátua do Cristo Redentor de Ladário, importante símbolo cultural, histórico e turístico do município, compreendendo:

- Limpeza e tratamento superficial da estrutura;
- Recuperação de fissuras, desgastes e danos;
- Restauração e recomposição de partes danificadas;
- Pintura e acabamento final com materiais adequados à exposição climática;
- Entrega de relatório final com registros fotográficos das etapas do processo..

DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão recebidas de forma presencial, seguindo a seguinte orientação:

I. Inscrições presenciais: serão recebidas de 27 a 31 de outubro de 2025, na sede da Fundação Municipal de Cultura de Ladário, no endereço Rua Dom Pedro II, nº 547, Centro, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 13h00, para a Comissão de Avaliação.

II. As inscrições podem ser realizadas em formato de oralidade, cumprindo normativas de acessibilidade previstas na Política Nacional Aldir Blanc

ACESSO AO EDITAL E INFORMAÇÕES:

https://www.ladario.ms.gov.br/publicos/edital_pnab_estatua_cristo_ladario_(2)_22052853.pdf

ASSINA:FRANCISCO DE SIQUEIRA - Diretor-Presidente - Fundação Municipal de Cultura de Ladário – MS

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO/MS

1º TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONOMICO AO CONTRATO Nº 65/2025

Pelo presente instrumento de Primeiro Aditivo de Reequilíbrio Econômico, o MUNICÍPIO DE LADÁRIO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representada por sua titular, Secretária Municipal de Educação e Ordenadora de Despesa, FERNANDA SALGADO DA CUNHA BORGES DA SILVA, e do outro lado, a Empresa C S COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 37.339.605/0001-11, já qualificados anteriormente, que assinam abaixo, resolvem reequilibrar os valores do pregão eletronico nº 001/2025, entre eles firmados, e o fazem segundo as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico Financeiro tem por objeto AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO PARA A EM. NELSON MANGABEIRA E ENTRE OUTRAS INSTIUIÇOES AGRAGADAS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO– PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0115/2025 – PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2025, conforme alínea "d", Inciso II do Art. 124 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Altera-se a CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETO, No subiten no 2.2 UANTIDADE e ESPECIFICAÇÃO atualizando-se os valores unitários, mediante solicitação e cópias de documentos apresentados , Inciso II do Art. 124 da Lei 14.133/2021, a saber:

Preços vigentes:

Licitação nr: 1999Processo: 115/2025 Modalidade: Pregão Eletrônico Nr. Licitação: 1/2025Cód Fornecedor: 7528 - C S COMERCIO DE ALIMENTOS LTDAMemorando: 17342Cód Lote: 341 - Exclusivo ME/EPP - Ar Condicionado SPLIT Inverter 12.000 BTU						
Código	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor unitario ARP**	**Valor Unitário reequilibrado**	**Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)**

34998	Ar Condicionado SPLIT 12.000 BTU, 220 Volts, Frio, eficiência energética classe A, Unidade Interna e externa, com controle remoto, filtro, painel eletrônico, silencioso, funções refrigeração, desumidificação, ventilação, timer, resfriamento rápido.	un	1,00	2.259,99	3.707,39	3.707,39
Cód Lote: 342 - Exclusivo ME/EPP - Ar condicionado SPLIT Inverter 18.000 BTU						
Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitario ARP	Valor Unitário reequilibrado	Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)
35087	Ar Condicionado SPLIT Inverter 18.000 BTU, Branco 220 volts, com garantia de 12 meses. Com controle remoto. Eficiência energética Brasil A - com filtro lavável.	un	2,00	3.319,29	4.937,59	9.875,18
Cód Lote: 343 - Exclusivo ME/EPP - Ar condicionado SPLIT Inverter 24.000 BTU						
Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitario ARP	Valor Unitário reequilibrado	Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)
35109	35109 Ar condicionado SPLIT Inverter 24.000 BTU, Branco 220 - Com garantia de 12 meses, com controle remoto. Eficiência energética Brasil A - com filtro lavável	un	4,00	4.158,99	6.036,46	24.145,84
Cód Lote: 344 - Exclusivo ME/EPP - Ar condicionado SPLIT Inverter 30.000 BTU						
Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitario ARP	Valor Unitário reequilibrado	Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)
35088	Ar Condicionado SPLIT Inverter 30.000 BTU, Branco 220 volts com garantia de 12 meses. Com controle remoto. Eficiência energética Brasil A - com filtro lavável.	un	1,00	5.197,99	7.212,79	7.212,79
Cód Lote: 345 - Cota Reservada 25% - Ar condicionado SPLIT Inverter 36.000 BTU						
Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitario ARP	Valor Unitário reequilibrado	Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)
34997	Ar Condicionado SPLIT 36.000 BTU, 220 Volts, Frio, eficiência energética classe A, Unidade Interna e externa, com controle remoto, filtro, painel eletrônico, silencioso, funções refrigeração, desumidificação, ventilação, timer, resfriamento rápido.	un	4,00	7.898,99	11.588,56	46.354,24
Cód Lote: 346 - Ampla Concorrência - Ar condicionado SPLIT Inverter 36.000 BTU						
Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitario ARP	Valor Unitário reequilibrado	Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)
34997	Ar Condicionado SPLIT 36.000 BTU, 220 Volts, Frio, eficiência energética classe A, Unidade Interna e externa, com controle remoto, filtro, painel eletrônico, silencioso, funções refrigeração, desumidificação, ventilação, timer, resfriamento rápido.	un	12,00	7.898,99	11.588,56	139.062,72
Memorando: 17399 Cód Fornecedor: 7528 - C S COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Cód Lote: 341 - Exclusivo ME/EPP - Ar Condicionado SPLIT Inverter 12.000 BTU						
Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitario ARP	Valor Unitário reequilibrado	Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)
34998	Ar Condicionado SPLIT 12.000 BTU, 220 Volts, Frio, eficiência energética classe A, Unidade Interna e externa, com controle remoto, filtro, painel eletrônico, silencioso, funções refrigeração, desumidificação, ventilação, timer, resfriamento rápido.	un	1,00	2.259,99	3.707,39	3.707,39
Cód Lote: 342 - Exclusivo ME/EPP - Ar condicionado SPLIT Inverter 18.000 BTU						
Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitario ARP	Valor Unitário reequilibrado	Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)
35087	Ar Condicionado SPLIT Inverter 18.000 BTU, Branco 220 volts, com garantia de 12 meses. Com controle remoto. Eficiência energética Brasil A - com filtro lavável.	un	3,00	3.319,29	4.937,59	14.812,77
Cód Lote: 344 - Exclusivo ME/EPP - Ar condicionado SPLIT Inverter 30.000 BTU						
Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitario ARP	Valor Unitário reequilibrado	Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)
35088	Ar Condicionado SPLIT Inverter 30.000 BTU, Branco 220 volts com garantia de 12 meses. Com controle remoto. Eficiência energética Brasil A - com filtro lavável.	un	4,00	5.197,99	7.212,79	28.851,16
Memorando: 17400 Cód Fornecedor: 7528 - C S COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Cód Lote: 341 - Exclusivo ME/EPP - Ar Condicionado SPLIT Inverter 12.000 BTU						
Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitario ARP	Valor Unitário reequilibrado	Valor total Atualizado (Qtdade atualizada x Valor Unitário Equilibrado)
34998	Ar Condicionado SPLIT 12.000 BTU, 220 Volts, Frio, eficiência energética classe A, Unidade Interna e externa, com controle remoto, filtro, painel eletrônico, silencioso, funções refrigeração, desumidificação, ventilação, timer, resfriamento rápido.	un	2,00	2.259,99	3.707,39	7.414,78

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam inalteradas as demais Cláusulas do Contrato 065/2025 .

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente, em tres vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que se produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Ladário-MS, 16 de Outubro de 2025.

EUGENIO CÉSAR CARNEIRO SODRÉ / C S COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

FERNANDA SALGADO DA CUNHA BORGES DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Matéria enviada por Durvanilde de Arruda Moraes Souza

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 003/2025

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025 - REFERENTE AO CREDENCIAMENTO N° 02/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4731/2025.

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e a empresa MTB Serviços Médicos Ltda.

OBJETO: Chamamento Público para fins de credenciamento/contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços de saúde, por meio de credenciamento, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do município de Ladário/MS.

VALOR UNITÁRIO:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	PEDIATRA	Por Consulta	R$ 103,32

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2165-Manutenção das Atividades da Atenção Primária: Cód. Reduzido: 432 09.001.10.301.0500.2165 – 3.3.90.36.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Física 1600.0007000

2165-Manutenção das Atividades da Atenção Primária Cód. Reduzido: 433 09.001.10.301.0500.2165 – 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1600.0007000

2165-Manutenção das Atividades da Atenção Primária 29 Cód. Reduzido: 374 09.001.10.301.0500.2165 – 3.3.90.04.00.00 Contratação Por Tempo Determinado 1600.0007000

2166-Manutenção das Atividades da Atenção Especializada Cód. Reduzido: 26 09.001.10.302.0500.2166 – 3.3.90.36.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Física 1600.0007000

2166-Manutenção das Atividades da Atenção Especializada Cód. Reduzido: 27 09.001.10.302.0500.2166 – 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1600.0007000

2166-Manutenção das Atividades da Atenção Especializada Cód. Reduzido: 212 09.001.10.302.0500.2166 – 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1500.0002000

VIGÊNCIA: 22/10/2025 a 22/10/2026.

BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021 com fundamento no Art. 74, inciso IV e art. 79.

ASSINAM: Allex Prado Della - Secretário Municipal de Saúde e a empresa MTB Serviços Médicos Ltda – CNPJ: 46.978.659/0001-18

Matéria enviada por Gisleine de Souza Castro

Prevladário

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 009/2025.

Dispensa: 005/2025.

Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência Social do Município de Ladário.

Considerando que o processo em questão se dá por dispensa de licitação, o Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Previdência Social, o Sr. Manoel Francisco de Jesus Filho, autoriza a contratação da empresa:

Nome da Empresa: STS COMÉRCIO VAREJISTA- CNPJ nº 12.706.257/0001-42

Valor Total da Contratação: R$ 301,39 (Trezentos e um reais e trinta e nove centavos).

Nome da Empresa: SIMÉIA A.H.M.MUSTAFA- EPP - CNPJ: 24.602.765/0001-60.

Valor Total da Contratação: R$ 4.376,10 (Quatro mil trezentos e setenta e seis reais e dez centavos).

A presente autorização é concedida em virtude de a empresa mencionada ter apresentado a proposta mais vantajosa

para atender às necessidades e especificidades do objeto mencionado no processo de dispensa de licitação.

A contratação será regida pelas condições estabelecidas, na legislação vigente, e nas cláusulas contratuais, respeitando os termos da Lei 14.133/21.

Esta autorização de contratação tem validade a partir da data de sua assinatura e deverá ser incluída nos autos do processo licitatório para fins de registro e controle.

Ladário - MS, 22 de outubro de 2025.

MANOEL FRANCISCO DE JESUS FILHO

DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Matéria enviada por Marcio José Pimenta Neco

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE LADARIO
RUA CORUMBA, 500, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 528 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) MUNICIPIO DE LADARIO, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPECIAL DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, FUNDAMENTA NO DECRETO 591/21, QUE VERSA SOBRE A DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DO MUNICIPIO DE LADARIO/MS.

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1148 de 11/11/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) MUNICIPIO DE LADARIO discriminadas abaixo:

10.001 - SECRETARIA ESPECIAL DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.122.0200.2053 - Manut. das Ativ. da Sec. Especial Fom. e Desenv. Econômico

823 - 3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras
1501 - Outros Recursos não Vinculados 0,10

0,10

Total Geral de Suplementações ...: 0,10

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

11.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0200.2016 - Manutenção das Atividades da Secret. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos

229 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais 0,10

0,10

Total de Reduções ...: 0,10

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 22 de Outubro de 2025

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE LADARIO
RUA CORUMBA, 500, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 529 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) MUNICIPIO DE LADARIO, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1148 de 11/11/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) MUNICIPIO DE LADARIO discriminadas abaixo:

08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0400.2014 - Manutenção do Desenv. do Ensino Fundamental

437 - 3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil
1550 - Transferência do Salário-Educação — 6.000,00
6.000,00

12.361.0400.2092 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

566 - 3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pj
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 3.479,00
3.479,00

Total Geral de Suplementações ...: 9.479,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0400.2014 - Manutenção do Desenv. do Ensino Fundamental

98 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 3.479,00
3.479,00

12.365.0400.2015 - Manutenção de Centros de Educação Infantil

479 - 3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil
1550 - Transferência do Salário-Educação — 2.000,00
2.000,00

12.361.0400.2013 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

779 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1550 - Transferência do Salário-Educação — 4.000,00
4.000,00

Total de Reduções ...: 9.479,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 22 de Outubro de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE LADARIO
RUA CORUMBA, 500, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 529 / 2025

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE LADARIO
RUA CORUMBA, 500, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 530 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) MUNICIPIO DE LADARIO, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CREDITO SUPLEMENTARES POR ANULAÇÃO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE FINANCAS E PLANEJAMENTO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1148 de 11/11/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) MUNICIPIO DE LADARIO discriminadas abaixo:

11.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0200.2016 - Manutenção das Atividades da Secret. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos

100 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	35,00
648 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1501 - Outros Recursos não Vinculados	4.000,00
	4.035,00

Total Geral de Suplementações ...: 4.035,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

11.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0200.2016 - Manutenção das Atividades da Secret. Mun. de Infraestrutura e Serviços Públicos

99 - 3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	35,00
619 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1501 - Outros Recursos não Vinculados	4.000,00
	4.035,00

Total de Reduções ...: 4.035,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 22 de Outubro de 2025

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RUA CORUMBA, 1, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Decreto Orçamentário nº 531 / 2025

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por Excesso de Arrecadação de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, POR EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL.

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1148 de 11/11/2024,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL discriminadas abaixo:

07.003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0600.2171 - Bloco da Proteção Social Básica

285 - 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
1660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS — 600.000,00

600.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 600.000,00

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 22 de Outubro de 2025

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ

PORTARIA/GP/PMLC/ Nº782 /2025

Laguna Carapã /MS, 22 de outubro de 2025.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 119/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Laguna Carapã – Estado de Mato Grosso do Sul**,** no uso de suas atribuições legais:

Considerando, que cabe ao Município, nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de representantes da Administração;

Considerando que os órgãos públicos devem manter fiscais formalmente designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pelo Município.

R E S O L V E

ART. 1º - Designa os servidores, para atuar como fiscais do **CONTRATO nº 119/2025,** referente a aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado, instalados, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Laguna Carapã/MS, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde, conforme o Termo de Convênio nº 2025TR001460**.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SRª ANDREZA DA SILVA FERREIRA PIEPER (FISCAL-CONTRATO) SRº FERDINANDO GALLI (SUPLENTE)

ART. 2º - Os Servidores referidos no art. 1º deverão exercer sua função como fiscal conforme convocação, com prioridade sob as demais atribuições do seu cargo, até a vigência final deste contrato, de forma a garantir o acompanhamento e o controle das medidas estabelecidas por esta Portaria.

ART. 3° - Ficará sob a responsabilidade do fiscal designado:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato, anotando em registro próprio as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter ao Gestor da área, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Verificar a Prestação do serviço se está sendo cumprida de acordo com o Contrato formalizado, e atestar o respectivo recebimento no verso das Notas Fiscais, com assinatura e identificação;

III – Avaliar continuamente, a qualidade do serviço, durante ao período de vigência do contrato, e comunicar por escrito, ao setor responsável pela gestão caso seja constatado alguma irregularidade ocorrida, para aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, se for o caso ou indicar eventuais glosas das faturas;

IV - O encaminhamento ao Gestor da área, os documentos apresentados pela contratada para conhecimento, providências e arquivo dos documentos;

Código e-Sfinge : 098CEC81D13EFEEC28B1190F56584C6EAFFF0C06

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assinam o presente: **Itamar Bilibio** – **Prefeito Municipal; Maria Antônia Veras**- **Secretária Municipal de Saúde** -**ordenadora de despesas** -**decreto GP/MLC Nº004/2025** – **Andreza da Silva Ferreira Pieper**- **Fiscal (titular)** – **Ferdinando Galli**- **fiscal (suplente).**

Matéria enviada por MARTA DE SOUZA LEDESMA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO: Nº 201/2025

TERMO DE ADESÃO: Nº 005/2025

ÓRGÃO ADERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ/MS.

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA- CIM

FUNDAMENTOS LEGAIS: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES.

CERTAME: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025

PROCESSO ORIGINAL: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2025

VALIDADE DA ATA: 21/10/2026

DETENTORA DA ATA: **CENTRO AMÉRICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA,** INSCRITA NO CNPJ nº 09.179.444/0001-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GERENCIAMENTO DE FROTA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, PNEUS E LUBRIFICANTES, VISANDO ATENDER ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE, ESPORTE E LAZER, ASSISTENCIA SOCIAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E AO GABINETO DO PREFEITO DE LAGUNA CARAPÃ/MS.

VALOR TOTAL: R$ 6.634.647,00 (seis milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais).

ITEM	DETALHAMENTO	TAXA DE ADM%	VALOR TOTAL (COM TAXA)

1	**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GERENCIAMENTO DE FROTA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, PNEUS E LUBRIFICANTES, VISANDO ATENDER ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE, ESPORTE E LAZER, ASSISTENCIA SOCIAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E AO GABINETE DO PREFEITO DE LAGUNA CARAPÃ/MS**	0,00%	R$ 6.634.647,00
VALOR TOTAL			R$ 6.634.647,00

Laguna Carapã/MS, 22 de outubro de 2025.

ITAMAR BILIBIO

PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Leticia Delgado dos Reis Matozo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2025

CONTRATANTE E CONTRATADA: O FUNDO MUNÍCÍPAL DE SAÚDE DE LAGUNA CARAPÃ/MS e a empresa **ARPEJO COMUNICAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**.

PROCESSO: 159/2025

PREGÃO ELETRÔNICO: 24/2025

DO OBJETO: O presente instrumento contratual tem por objeto a aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado, instalados, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Laguna Carapã/MS, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde, conforme o Termo de Convênio nº 2025TR001460.

DO VALOR: Dá-se ao presente contrato o valor global de R$**15.995,00 (quinze mil novecentos e noventa e cinco reais).**

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

02.011 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.302.0009.2014 – Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC
Fonte: 1.621.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Natureza: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021.

DA VIGÊNCIA : *O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses, contados da assinatura deste contrato, na forma do art. 105, havendo possibilidade de prorrogação, nos termos da Lei n° 14.133 de 2021.*

Código e-Sfinge: 098CEC81D13EFEEC28B1190F56584C6EAFFF0C06

DATA DA ASSINATURA: Laguna Carapã (MS),22 de outubro de 2025.

Assinam: Maria Antônia Veras pelo Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã (MS) p/ Contratante e Luís Moreira de Lima por Arpejo Comunicação, Comércio e Serviços Ltda p/ Contratado.

Matéria enviada por MARTA DE SOUZA LEDESMA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2025

CONTRATANTE E CONTRATADA: O FUNDO MUNÍCÍPAL DE SAÚDE DE LAGUNA CARAPÃ/MS e a empresa **LOTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**.

PROCESSO: 159/2025

PREGÃO ELETRÔNICO: 24/2025

DO OBJETO: O presente instrumento contratual tem por objeto a aquisição de aparelho de Raio-X Fixo Digital, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Laguna Carapã/MS, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde, conforme o Termo de Convênio nº 2025TR001460.

DO VALOR: Dá-se ao presente contrato o valor global de R$**192.750,00 (cento e noventa e dois mil setecentos e cinquenta reais).**

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

02.011 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.302.0009.2014 – Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC
Fonte: 1.621.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Natureza: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021.

DA VIGÊNCIA : *O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses, contados da assinatura deste contrato, na forma do art. 105, havendo possibilidade de prorrogação, nos termos da Lei n° 14.133 de 2021.*

Código e-Sfinge: 098CEC81D13EFEEC28B1190F56584C6EAFFF0C06

DATA DA ASSINATURA: Laguna Carapã (MS),22 de outubro de 2025.

Assinam: Maria Antônia Veras pelo Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã (MS) p/ Contratante e Marco Antônio Choinski por Lotus Indústria e Comércio Ltda p/ Contratado.

Matéria enviada por MARTA DE SOUZA LEDESMA

AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA SIMPLIFICADA Nº 099/2025 - RITO COMUM

O Prefeito Municipal de Laguna Carapã/MS, o senhor Itamar Bilibio, no uso de suas atribuições Legais e, **CONSIDERANDO** que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação exigida para a contratação, conforme preconiza a legislação pertinente, em especial os artigos 7º a 9º Decreto nº 09, de 23 de janeiro de 2024.

AUTORIZO O OBJETO DA DISPENSA Nº 099/2025, em favor da empresa abaixo relacionada e no valor apresentado, com fundamento no art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do atendimento de todas as condições previstas no TR simplificado.

OBJETO: Constitui objeto a Aquisição de Panetones e Chocotones para atender as famílias acompanhadas pelo CRAS, CREAS e idosos e adolescentes do SCFV do Município de Laguna Carapã/MS em comemoração ao encerramento das atividades de final de ano, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social de Laguna Carapã/MS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 214/2025

CONTRATADA: COMERCIO DE DOCES I.L. LTDA, CNPJ nº 05.239.572/0001-41.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Imediata

VALOR: R$ 6.698,25 (seis mil seiscentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75 ll da Lei nº 14.133/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.012 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional/Programática: 08.244.0006.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FIS
Fonte de Recurso: 2.899.7407
Natureza: 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Laguna Carapã/MS,22 de outubro de 2025.

ITAMAR BILIBIO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Leticia Delgado dos Reis Matozo

AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA Nº 097/2025 - RITO COMUM

O Prefeito Municipal de Laguna Carapã/MS, o senhor Itamar Bilibio, no uso de suas atribuições Legais e, **CONSIDERANDO** que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação exigida para a contratação, conforme preconiza a legislação pertinente, em especial os artigos 7º a 9º Decreto nº 09, de 23 de janeiro de 2024.

AUTORIZO O OBJETO DA DISPENSA Nº 097/2025, em favor da empresa abaixo relacionada e no valor apresentado, com fundamento no art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do atendimento de todas as condições previstas no TR simplificado.

OBJETO: Constitui objeto a aquisição de uma Câmara Fria para atender a Escola Municipal Professora Judith dos Reis Espíndola em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Laguna Carapã/MS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 210/2025

CONTRATADA: AQUALAR DOURADOS LTDA, CNPJ nº 05.864.763/0001-02

PRAZO DE VIGÊNCIA: Imediato

VALOR: R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75 ll da Lei nº 14.133/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Funcional/Programática: 12.361.0005.2065 – Manutenção das Ativ. da Sec. de Educação - Ensino Fundamental
Fonte de Recurso: 1.500.1001
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Laguna Carapã/MS,22 de outubro de 2025.

ITAMAR BILIBIO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Leticia Delgado dos Reis Matozo

PORTARIA GP/CMLC N º 64

PORTARIA GP/CMLC Nº 64/2025

Concede a progressão por tempo de serviço, pela mudança de referência de classe a Servidor Efetivo da Câmara Municipal de Laguna Carapã-MS.

O Presidente da Câmara Municipal de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul, Vereador **VANDER HENRIQUE NUNES DOSSO**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 35, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 37, inciso VII, alíneas "g" e "j" do Regimento Interno da Câmara Municipal.

CONSIDERANDO as disposições contidas no art.49 e art.50 da Lei Municipal nº 651, de 15 de Janeiro de 2024.

RESOLVE:

Art.1º. CONCEDER ao servidor Everton Santos de Lima, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Administração, matrícula nº 13, portador do CPF nº 820.xxx.xxx-00, MUDANÇA DE CLASSE salarial do plano de carreira para K-30, a partir de 01 de Outubro de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 22 de Outubro de 2025.

Vereador **VANDER HENRIQUE NUNES DOSSO**

Presidente da Câmara Municipal

Gestão 2025/2026

Matéria enviada por ROSILENE AQUINO ESPINDOLA

PORTARIA/GP/PMLC/ Nº783 /2025

Laguna Carapã /MS, 22 de outubro de 2025.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 120/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Laguna Carapã – Estado de Mato Grosso do Sul**,** no uso de suas atribuições legais:

Considerando, que cabe ao Município, nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de representantes da Administração;

Considerando que os órgãos públicos devem manter fiscais formalmente designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pelo Município.

R E S O L V E

ART. 1º - Designa os servidores, para atuar como fiscais do **CONTRATO nº 120/2025,** referente a aquisição de aparelho de Raio-X Fixo Digital, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Laguna Carapã/MS, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde, conforme o Termo de Convênio nº 2025TR001460.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	SRª ANDREZA DA SILVA FERREIRA PIEPER (FISCAL-CONTRATO) SRº FERDINANDO GALLI (SUPLENTE)

ART. 2º - Os Servidores referidos no art. 1º deverão exercer sua função como fiscal conforme convocação, com prioridade sob as demais atribuições do seu cargo, até a vigência final deste contrato, de forma a garantir o acompanhamento e o controle das medidas estabelecidas por esta Portaria.

ART. 3° - Ficará sob a responsabilidade do fiscal designado:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato, anotando em registro próprio as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter ao Gestor da área, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Verificar a Prestação do serviço se está sendo cumprida de acordo com o Contrato formalizado, e atestar o respectivo recebimento no verso das Notas Fiscais, com assinatura e identificação;

III – Avaliar continuamente, a qualidade do serviço, durante ao período de vigência do contrato, e comunicar por escrito, ao setor responsável pela gestão caso seja constatado alguma irregularidade ocorrida, para aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, se for o caso ou indicar eventuais glosas das faturas;

IV - O encaminhamento ao Gestor da área, os documentos apresentados pela contratada para conhecimento, providências e arquivo dos documentos;

Código e-Sfinge : 098CEC81D13EFEEC28B1190F56584C6EAFFF0C06

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assinam o presente: Itamar Bilibio – Prefeito Municipal; Maria Antônia Veras- Secretária Municipal de Saúde -ordenadora de despesas -decreto GP/MLC Nº004/2025 – Andreza da Silva Ferreira Pieper- Fiscal (titular) – Ferdinando Galli- fiscal (suplente).

Matéria enviada por MARTA DE SOUZA LEDESMA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA
C.N.P.J.: 01.989.813/0001-19
Município: LAGUNA CARAPÃ

DECRETO Nº 269/2025, de 23 de Outubro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGUNA CARAPÃ e autorização contida na Lei Municipal nº 695/2025, de 15 de Julho de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 578.030,65, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.013 - FUNDEB
02.013.12.361.5.2044-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$63.239,50
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 63.239,50

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.301.9.2030-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$3.643,20
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 3.643,20

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.006.12.365.10.2025-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.911,93
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 2.911,93

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.013 - FUNDEB
02.013.12.361.5.2044-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$163.889,08
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 163.889,08

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.122.9.2067-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$89.336,38
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 89.336,38

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.304.9.2012-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$4.108,69
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 4.108,69

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.301.9.2066-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$105.179,86
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 105.179,86

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.301.9.2030-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$23.882,95
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 23.882,95

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.302.9.2014-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$22.305,26
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 22.305,26

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.006.12.365.10.2025-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$79.533,80
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 79.533,80

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA
C.N.P.J.: 01.989.813/0001-19
Município: LAGUNA CARAPÃ

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.006.12.365.10.2025-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$20.000,00
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.006.12.361.5.2065-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$20.000,00
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 20.000,00

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.013 - FUNDEB
02.013.12.365.10.2045-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$40.972,27
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 40.972,27
02.013.12.365.10.2046-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$40.972,27
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 40.972,27

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.013 - FUNDEB
02.013.12.365.10.2046-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$31.619,75
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 31.619,75

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.013 - FUNDEB
02.013.12.365.10.2045-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$40.972,27
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 40.972,27
02.013.12.365.10.2046-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$40.972,27
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 40.972,27

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.013 - FUNDEB
02.013.12.365.10.2046-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$31.619,75
1.540.1070 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 31.619,75

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.301.9.2030-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$3.643,20
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 3.643,20

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.301.9.2030-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$23.882,95
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 23.882,95

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.302.9.2014-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$89.336,38
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 89.336,38

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.301.9.2066-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$105.179,86
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 105.179,86

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.302.9.2014-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$22.305,26
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 22.305,26

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA
C.N.P.J.: 01.989.813/0001-19
Município: LAGUNA CARAPÃ

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.006.12.361.5.1007-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.911,93
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 2.911,93

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.006.12.361.5.1007-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$79.533,80
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 79.533,80

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.011.10.304.9.2012-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$4.108,69
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 4.108,69

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2025.

ITAMAR BILIBIO
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA
C.N.P.J.: 01.989.813/0001-19
Município: LAGUNA CARAPÃ

DECRETO Nº 270/2025, de 23 de Outubro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGUNA CARAPÃ e autorização contida na Lei Municipal nº 695/2025, de 15 de Julho de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 553.115,18, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.4.122.2.2017-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$25.719,82
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 25.719,82

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.021 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.021.8.243.6.2027-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$9.283,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 9.283,00

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.020.4.122.3.2053-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$157.858,15
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 157.858,15

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.023 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
02.023.20.608.4.2056-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$112.479,68
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 112.479,68

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.021 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.021.8.244.6.2054-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$130.124,04
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 130.124,04

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.4.122.2.2058-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$22.469,61
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 22.469,61

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.4.122.2.2017-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$37.680,88
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 37.680,88

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.021 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.021.8.244.6.2054-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$26.000,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 26.000,00

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.020.4.122.3.2053-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$25.000,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 25.000,00

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.004 - CONTROLE INTERNO
02.004.4.121.2.2019-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$2.500,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 2.500,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA
C.N.P.J.: 01.989.813/0001-19
Município: LAGUNA CARAPÃ

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.4.122.2.2058-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$4.000,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$25.719,82
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 25.719,82

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$9.283,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 9.283,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$157.858,15
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 157.858,15

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$112.479,68
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 112.479,68

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$130.124,04
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 130.124,04

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$22.469,61
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 22.469,61

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$37.680,88
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 37.680,88

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$26.000,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 26.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$25.000,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 25.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$2.500,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 2.500,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$4.000,00
2.500.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2025.

ITAMAR BILIBIO
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA
C.N.P.J.: 01.989.813/0001-19
Município: LAGUNA CARAPÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA

GESTÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 203/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2025

PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRANDA/MS e APPLICAR SOLUÇÕES EM SAÚDE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA LTDA.

OBJETO: Contratação da plataforma NeuronUP, ferramenta voltada a profissionais envolvidos em processos de neurorreabilitação e estimulação cognitiva, com fornecimento de 02 acessos completos para profissionais da saúde e 50 acessos para pacientes, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações contratuais.

DO PRAZO: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

DO VALOR: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Processo Administrativo nº 102/2025 – Inexigibilidade de Licitação nº 024/2025, no que não contrariar o presente instrumento.

ASSINAM:
CONTRATANTE: KELLEN MEDEIROS VENCIGUER
CONTRATADO: GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA

Miranda – MS, 16 de outubro de 2025.

Matéria enviada por DAYANE DE CAMPOS FERREIRA

GESTÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO DE SALDO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2024

PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRANDA/MS e TSP SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos, abrangendo as especialidades de clínica geral, atenção básica e hospitalar, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Miranda/MS, conforme condições e valores constantes do contrato.

DO PRAZO: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2025, contada a partir da data de assinatura.

DO VALOR: O pagamento será efetuado conforme os serviços efetivamente prestados e autorizados, de acordo com os valores unitários constantes do contrato.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do processo administrativo nº 049/2024 – Inexigibilidade de Licitação nº 010/2024, no que não contrariar o presente instrumento.

ASSINAM:
CONTRATANTE: KELLEN MEDEIROS VENCIGUER
CONTRATADO: TAMIRES SOBRAL PEREIRA

Miranda – MS, 21 de outubro de 2025.

Matéria enviada por DAYANE DE CAMPOS FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução nº 1063 - 2025 ponto facultativo no Poder Legislativo Municipal de Miranda-MS

RESOLUÇÃO Nº 1063/2025 - ADMINISTRATIVA

"***Dispõe sobre Ponto Facultativo no Poder Legislativo Municipal e dá outras providências***".

O Presidente da Câmara do Municipal de Miranda-MS, Vereador **MICHEL ROGER FREDDI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, **PROMULGA** a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º - Com base no **Decreto nº 4249/2025 -** emitido pelo Poder Executivo Municipal e **Resolução nº 1039/2025 -** emitida pelo Poder Legislativo Municipal, ficam alteradas as datas de protocolo para as proposições dos senhores Edis nas próximas sessões ordinárias desta Casa de Leis.

Art. 2º - Considerando que no dia 27/10 é Ponto Facultativo referente ao "Dia do Servidor", o protocolo para a **sessão do dia 28 de outubro** será de apenas uma proposição para cada Edil e estará aberto de 21 a 22 de outubro impreterivelmente até as 11:00hs.

Art. 3º - Considerando que no dia 20/11 é Feriado Nacional e 21/11 é Ponto Facultativo, o protocolo para a **sessão do dia 25 de novembro** será de apenas uma proposição para cada Edil e estará aberto de 17 a 18 de novembro impreterivelmente até as 11:00hs.

Art. 3º - Considerando que o dia 08 de dezembro é Feriado Municipal e a realização da **última sessão ordinária do ano de 2025** será realizada no dia **09 de dezembro** o protocolo para esta sessão será de apenas uma proposição para cada Edil e estará aberto do dia 02 a 03 de dezembro impreterivelmente até as 11:00hs.

Art. 4º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Miranda-MS, 21 de outubro de 2025.

Ver. MICHEL ROGER FREDDI

Presidente do Legislativo

Matéria enviada por NEY CARLOS MORAES PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA
PRAÇA AGENOR CARRILHO, 222
03452315000168 Exercício: 2025

DECRETO Nº 4430 , DE 22 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.1578

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRANDA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 26.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

391	10.301.0003.2080.0000	FORTALECIMENTO DE UMA SAUDE DE QUALIDADE PARA ¨	6.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 600 0000
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
420	10.302.0003.2081.0000	FORTALECIMENTO DE UMA SAUDE DE QUALIDADE PARA ¨	20.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 500 1002
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

399	10.301.0003.2080.0000	FORTALECIMENTO DE UMA SAUDE DE QUALIDADE PARA TO	-6.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 600 0000
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Ma	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
425	10.302.0003.2081.0000	FORTALECIMENTO DE UMA SAUDE DE QUALIDADE PARA TO	-20.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 500 1002
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRANDA, 22 de OUTUBRO de 2025

FABIO SANTOS FLORENÇA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 148/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2025

TCE: D3795DC8B5DC7D8CD2BA090E616CAB9B9B2C18B5

A Prefeitura Municipal de Naviraí – MS, através de sua Agente de Contração, torna público o resultado do Processo supra – Objeto: **Processo de Licitação nº 148/2025**, **Pregão Eletrônico nº 059/2025** que tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA POR INTERMÉDIO DA GERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PEDIDO DE COMPRAS Nº 070/2025/GMS.** Empresas Vencedoras: **LICITAPHARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS, HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA** com os itens 001, 002, 003, 005 e 006totalizando o valor de **R$ 55.290,00 (cinquenta e cinco mil duzentos e noventa reais), ALC MORAES COMERCIAL LTDA** com os itens 004 e 012 totalizando o valor de **R$ 8.718,00 (oito mil setecentos e dezoito reais), ANIMAL FORCE MEDICAMENTOS LTDA** com os itens 007, 008, 009 e 011 totalizando o valor de **R$ 20.398,00 (vinte mil trezentos e noventa e oito reais) e PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** com o item 010 totalizando o valor de **R$ 5.584,00 (cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais)**. **ADJUDICO e HOMOLOGO** o resultado proferido ao **Processo nº 148/2025** referente ao **Pregão Eletrônico nº 059/2025; Josiane de Oliveira Silva,** Gerente de Saúde e Ordenadora de Despesas conforme Decreto nº. 176/2025. Naviraí-MS, 15 de outubro de 2025.

Matéria enviada por FELIPE PEREIRA LIMEIRA

Núcleo de Licitações e Contratos

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO - EM RAZÃO DO VALOR

A Prefeitura Municipal de Naviraí, por meio do Núcleo de Licitações e Contratos torna público, que fará realizar a **DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO - EM RAZÃO DO VALOR,**abaixo relacionada, nos termosda Lei nº. 14.133/2021 eDecreto n° 007/2024.

DISPENSA ELETRÔNICANº. 015/2025 - PROCESSO Nº170/2025.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO NA MODALIDADE DE NUVEM PÚBLICA OU PRIVADA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA UTILIZAÇÃO NA HOSPEDAGEM DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE NAVIRAÍ/MS. PEDIDO DE COMPRA Nº 263/2025. *DATA: A sessão acontecerá no dia 03/11/2025, às 08h30(horário de Brasília/DF). *AVISO:**estará disponível para download no site **https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1**

Naviraí – MS, 22 de outubro de 2025.

Matéria enviada por Sâmia Aparecida Nunes

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE - DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE ELETRÔNICA N.° 012/2025

O presente refere-se a **AQUISIÇÃO DE SACOS PLÁSTICOS PARA MUDAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. PARA ATENDER A DEMANDA DA GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PEDIDO DE COMPRA Nº 227/2025/GEMA.**

EMPRESA VENCEDORA: JM COMERCIO, SERVICO E INCORPORAÇÃO LTDA inscrita no **CNPJ/MF Nº. 60.577.712/0001-08**

PERFAZENDO O VALOR TOTAL: R$ 6.000,00

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DOTAÇÃO: 01.009.18.541.0506.2.048.3.3.90.30.00.00 (R208- F1500)

Nos termos do parecer jurídico da Procuradoria Adjunta, aprovamoso Termo de Referência e demais documentos constantes neste processo, **AUTORIZO e RATIFICO**a Contratação pro Dispensa de Licitação por Limite Eletrônica, com fundamento no **artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021**e suas alterações, encaminhando-se os autos para os demais procedimentos que compõe.

DATA DA RATIFICAÇÃO: 22 de outubro de 2025.

JOÃO DO CARMO NEVES

Gerente de Meio Ambiente e Ordenador de Despesas

Conforme Decreto º. 014/2025

Matéria enviada por IGOR GUISSANI BRUNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE - DISPENSA POR VALOR N.° 014/2025

O presente refere-se **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES NO MUNÍCIPIO DE NAVIRAÍ/MS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSULMOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. REFERENTE AO INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 5005707 – OPERAÇÃO 4009415-0 – PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.**

PROCESSO LICITATÓRIO N.°156/2025 - DISPENSA POR VALOR N.° 014/2025

EMPRESA VENCEDORA:

FORTAL AGROAMBIENTAL LTDA inscrita no **CNPJ/MF Nº 56.306.858/0001-33, com o Lote 001 - Item: 001.**

PERFAZENDO O VALOR TOTAL:R$ **26.000,00. (vinte e seis mil reais)**

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE

DOTAÇÃO: 01.009.18.541.0506.2.048.3.3.90.39.00.00 **(R213 F1500)**

DOTAÇÃO:01.009.18.541.0506.2.048.3.3.90.39.00.00 **(R213 F1749)**

Nos termos do parecer jurídico da Procuradoria Adjunta, aprovo o Termo de Referência e demais documentos constantes neste processo, **AUTORIZO e RATIFICO a**Contratação pro Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso IIda Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, encaminhando-se os autos para os demais procedimentos que compõe.

DATA DA RATIFICAÇÃO: 21 de outubro de 2025.

JOÃO DO CARMO NEVES

Gerente de Meio Ambiente eOrdenadorde Despesas

Conforme Decreto n° 014/2025

Matéria enviada por IGOR GUISSANI BRUNO

Núcleo de Licitações e Contratos

RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA N.° 022/2025

Ratifico e Homologoa Dispensade LicitaçãoPor Justificativa, nos termosdo **artigo 75**, **Inciso VIII**da **Lei Federal n.° 14.133, de 01 de abril de 2021**e suas alterações posteriores, na forma declarada pela procuradoria jurídica do Município de Naviraí/MS, em conformidade com a justificativa constante nos autos do:

PROCESSO LICITATÓRIO N.°171/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA N.° 022/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FOTOPOLIMERIZADOR ODONTOLÓGICO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. AFIM DE DAR CUMPRIMENTO A PROPOSTA DO PROGRAMA ESTADUAL REESTRUTURA APS (REESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE). SOLICITAÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS. PEDIDO DE COMPRAS Nº 091/2025/GMS

EMPRESA VENCEDORA: SOUZA MED COMÉRCIO DE MATERIAIS MEDICO-HOSPITALAR LTDA, inscrita no **CNPJ/MF N.° 28.546.470/0001-74,** com o**Lote 001 - Item: 001.**

PERFAZENDO O VALOR TOTAL:R$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais).

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DOTAÇÃO: 10.001.10.301.0504.2.018.4.4.90.52.00.00 **(R479 F-1621)**.

DATA DA RATIFICAÇÃO: 22 de outubro de 2025.

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA

Gerente de Saudee Ordenadorade Despesas

Conforme Decreto n° 176/2025

Matéria enviada por Sâmia Aparecida Nunes

Gerência de Assistência Social/Prefeitura de Naviraí

Resolução 19/2025 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DE NAVIRAÍ/MS

LEI Nº. 1.929/2015

RESOLUÇÃO Nº 19/2025.

Dispõe sobre a aplicação de sanção disciplinar
ao Conselheiro Tutelar A.A.M

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no Art. 68, da Lei Municipal n°1929/2015, diante do apurado no Processo Interno referente a denúncia Oficio/Noticia de fato 001/2025/CT/NVR, realizada pelo Conselho Tutelar, e de acordo com a plenária da reunião extraordinária do dia 17/10/2025, RESOLVE:

Artigo 1º: APLICAR a penalidade de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO ao Conselheiro Tutelar A. A. M, que atualmente se encontra na condição de

titular, por ter transgredido o art. 69, da Lei Municipal nº 1929/2015, acolhendo as razões constantes no relatório final do Processo Administrativo Interno, que tramitou junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí;

Art. 2º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Naviraí, 22 de outubro de 2025.

Elisângela Pereira da Silva

Presidente do CMDCA

Matéria enviada por VENINA DE JESUS OLIVEIRA

Gerência de Assistência Social/Prefeitura de Naviraí

RESOLUÇÃO 20/2025 -CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 20/2025.

Dispõe sobre a renovação da inscrição do Programa Criança Feliz no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí, no exercício de suas atribuições legais, e considerando a plenária da reunião ordinária do dia 21/10/2025, Resolve:

Artigo 1º: Renovar a inscrição do Programa Criança Feliz, por dois anos a partir da data desta publicação.

Naviraí, 22 de outubro de 2025

Elisângela Pereira da Silva

Presidente do CMDCA

Matéria enviada por VENINA DE JESUS OLIVEIRA

Gerência de Assistência Social/Prefeitura de Naviraí

RESOLUÇÃO 21/2025 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 21/2025.

Dispõe sobre a inscrição da Banda Municipal Tom Jobim de Naviraí no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí, no exercício de suas atribuições legais, e considerando a plenária da reunião ordinária do dia 21/10/2025, Resolve:

Artigo 1º: Aprovar a inscrição da Banda Municipal Tom Jobim de Naviraí no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,por dois anos a partir da data desta publicação.

Navirái, 22 de outubro de 2025.

Elisangêla Pereira da Silva

Presidente do CMDCA

Matéria enviada por VENINA DE JESUS OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

PREVIM - Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Paranaíba-MS

ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 008/2025. EDITAL N° 001/2025.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte cinco (22/10/2025), às 08h00 (oito) horas, na Sala de Reuniões do PREVIM-Paranaíba, sito na Rua Otto Lemos Fleury, nº 225, Santa Mônica, CEP 79.500-000, na cidade de Paranaíba/MS, reuniu-se em Sessão Pública, a **AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO**, nomeada pela Resolução nº 042/2023, a fim de proceder a análise e julgamento das Propostas de Preços, relativos à DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2025, cujo objeto é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a **Contratação empresa especializada em cessão de licença de uso de Sistema Integrado de gestão do Regime Próprio de Previdência Social, abrangendo, a implantação, manutenção, atualização e suporte técnico do PREVIM - Instituto de Previdência dos Servidores de do Município de Paranaíba-MS**.

Fizeram-se presentes à sessão, a Agente de contratação, a senhora, Vanila Garcia Belo e a equipe de apoio Eduarda de Freitas Garcia Chaves (Resolução nº 042/2023), enviaram as propostas no tempo hábil a empresa: **Four Info Desenvolvimento de Software LTDA EPP**, (CNPJ: 05.340.254/0001-72) - única empresa que enviou a proposta. Após analisarem a proposta, foi classificada na seguinte ordem, 1ª Four Info Desenvolvimento de Software LTDA EPP, (CNPJ: 05.340.254/0001-72) com o valor de R$ 13.018,80

A referida proposta de preço foi apresentada, conforme modelo constante no **ANEXO II** deste Edital.

O Agente de Contratação e Equipe de Apoio verificou se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: A) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes- apf.apps.tcu.gov.br/); B) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis); **estando APTO para o prosseguimento sem nenhuma existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.**

Sendo assim a empresa classificada em 1º **Four Info Desenvolvimento de Software LTDA EPP**, (CNPJ: 05.340.254/0001-72) **terá 3 (três) dias úteis a partir da publicação desta ata e do resultado no PNCP e Diário Oficial do Município para apresentar a documentação de habilitação exigida no Edital item 4.2.,** nada mais havendo encerra-se a presente sessão assinada pela agente de contratação e equipe de apoio.

Vanila Garcia Belo

Eduarda de Freitas Garcia Chaves

Matéria enviada por Vanila Garcia Belo

Secretaria Municipal de Administração

Apuração e aplicação de penalidade e sanção processo licitação - Processo Administrativo n. 5151/2025 - Araújo Móveis e Transportes Ltda

Fica o contratado Araújo Móveis e Transportes Ltda, CNPJ nº 23.206.565/0001-25, neste ato representado pelo senhor Gustavo Costa Araújo, CPF nº 045.760.509-07, INTIMADO do inteiro teor da decisão administrativa proferida nos autos supramencionados: *"Diante do exposto, com fundamento nos arts. 2º, I, 13, II, 15, I, e 16, I, todos do Decreto Municipal nº 1.137/2023, fica aplicada a pena de* ***MULTA MORATÓRIA*** *na importância de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, devendo ser contabilizado a partir do segundo dia de tardamento, em desfavor de Araujo Móveis e Transportes ltda. Encaminhe os presentes autos à Procuradoria Geral do Município, a fim de que realize a intimação da contratada do inteiro teor da r. decisão, bem como de que tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para, em querendo, recorrer. Decorrido o prazo supra sem interposição de recurso administrativo, remeta-se os presentes autos ao órgão competente, para anotação do presente caso no Cadastro de Fornecedores.* ***Não ocorrendo o pagamento voluntário da multa, fica a critério do órgão competente estabelecer a forma de recebimento, conforme previsto no atual Decreto Municipal****."*

Fica o contratado ciente de que os autos supramencionados poderão ser consultados na Procuradoria Geral do Município.

Paranaíba-MS, 14 de outubro de 2025.

ADAILDA LOPES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

Apuração e aplicação de penalidade sanção processo licitação - Processo Administrativo n. 2629/2025 - Alfa Empreendimento em Obras Ltda

Fica o contratado Alfa Empreendimento em Obras Ltda, CNPJ nº 33.667.939/0001-63, neste ato representado pelo

senhor José Aloizio Barbosa Soares, CPF nº 489.749.601-25, INTIMADO para, no prazo de 30 (trinta) dias realizar o pagamento voluntário da multa aplicada, sendo a importância de R$17,02 (dezessete reais e dois centavos).

Fica o contratado ciente de que, os Autos supramencionados poderão ser consultados na Procuradoria Geral do Município.

Paranaíba-MS, 14 de outubro de 2025.

ADAILDA LOPES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

Apuração e aplicação de penalidade e sanção processo licitação - Processo Administrativo n. 2389/2025 - Meta Comércio de Ferragens e Ferramenta

Fica o contratado Meta Comércio de Ferragens e Ferramenta, CNPJ nº 57.518.373/0001-05, neste ato representado pela senhora Jocelia Seidler Aracari, CPF nº 000.341.660-76, INTIMADO do inteiro teor da decisão administrativa proferida nos autos supramencionados: *"Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, do Decreto Municipal nº 1.449/2025, fica aplicada a pena de* ***ADVERTÊNCIA****, ficando Meta Comércio de Ferragens e Ferramenta ciente de que, em caso de reincidência, ser-lhe-á aplicada penalidade mais severa. Encaminhe os presentes autos à Procuradoria Geral do Município, a fim de que, nos moldes do Decreto Municipal nº 1.449/2025, realize a intimação da contratada do inteiro teor da r. decisão, bem como de que tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para, em querendo, recorrer. Decorrido o prazo supra sem interposição de recurso administrativo, remeta-se os presentes autos ao órgão competente, para anotação do presente caso no Cadastro de Fornecedores e* ***aplicação de advertência escrita****."*

Fica o contratado ciente de que os autos supramencionados poderão ser consultados na Procuradoria Geral do Município.

Paranaíba-MS, 14 de outubro de 2025.

ADAILDA LOPES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

Apuração e aplicação de penalidade e sanção processo de licitação - 7478/2025 - Brilho Total Distribuidora Ltda

Fica o contratado Brilho Total Distribuidora Ltda, CNPJ nº 11.074.864/0001-74, neste ato representado pelo senhor Leonardo Carmo de Almeida Souza, CPF nº 011.780.681-10, CITADO do inteiro teor do Processo Administrativo nº 7478/2025, ficando o contratado ciente de que, com fundamento nos arts. 14 e 51, ambos do Decreto nº 1449/2025, tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar Defesa Prévia.

Fica o contratado ciente também de que, os Autos supramencionados poderão ser consultados na Procuradoria Geral do Município.

Paranaíba-MS, 21 de outubro de 2025.

ADAILDA LOPES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

Apuração e aplicação de penalidade e sanção processo de licitação - 7479/2025 - Jhonatan Candido de Souza

Fica o contratado Jhonatan Candido de Souza, CNPJ nº 54.388.779/0001-93, neste ato representado pelo senhor Jhonatan Candido de Souza, CPF nº 064.550.599-48, CITADO do inteiro teor do Processo Administrativo nº 7479/2025, ficando o contratado ciente de que, com fundamento nos arts. 14 e 51, ambos do Decreto nº 1449/2025, tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar Defesa Prévia.

Fica o contratado ciente também de que, os Autos supramencionados poderão ser consultados na Procuradoria Geral do Município.

Paranaíba-MS, 21 de outubro de 2025.

ADAILDA LOPES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

Apuração e aplicação de penalidade sanção processo licitação - Processo Administrativo n. 4647/2024 - Zellitec Comércio de Produtos Alimentícios

Fica o contratado Zellitec Comércio de Produtos Alimentícios, CNPJ nº 10.144.274/0001-08, neste ato representado pelo senhor Mauro Mayer da Silva, CPF nº 745.632.541-34, INTIMADO para, no prazo de 30 (trinta) dias realizar o pagamento voluntário da multa aplicada, sendo a importância de R$51,59 (cinquenta e um reais e cinquenta e nove

centavos).

Fica o contratado ciente de que, os Autos supramencionados poderão ser consultados na Procuradoria Geral do Município.

Paranaíba-MS, 21 de outubro de 2025.

ADAILDA LOPES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

Apuração e aplicação de penalidade sanção processo licitação - Processo Administrativo n. 5140/2024 - Zellitec Comércio de Produtos Alimentícios

Fica o contratado Zellitec Comércio de Produtos Alimentícios, CNPJ nº 10.144.274/0001-08, neste ato representado pelo senhor Mauro Mayer da Silva, CPF nº 745.632.541-34, INTIMADO para, no prazo de 30 (trinta) dias realizar o pagamento voluntário da multa aplicada, sendo a importância de R$139,29 (cento e trinta e nove reais e vinte e nove centavos).

Fica o contratado ciente de que, os Autos supramencionados poderão ser consultados na Procuradoria Geral do Município.

Paranaíba-MS, 14 de outubro de 2025.

ADAILDA LOPES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

Apuração e aplicação de penalidade sanção processo licitação - Processo Administrativo n. 5105/2024 - Rafael Tognini Pereira Ltda

Fica o contratado Rafael Tognini Ltda, CNPJ nº 26.770.119/0001-37, neste ato representado pelo senhor Rafael Tognini Pereira, CPF nº 843.669.901-72, INTIMADO para, no prazo de 30 (trinta) dias realizar o pagamento voluntário da multa aplicada, sendo a importância de R$646,71 (seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos).

Fica o contratado ciente de que, os Autos supramencionados poderão ser consultados na Procuradoria Geral do Município.

Paranaíba-MS, 14 de outubro de 2025.

ADAILDA LOPES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

EDITAL 006/2025.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA INSCRIÇÃO PARA O CURSO DE GESTÃO PARA DIRIGENTE DO PROCESSO SELETIVO PARA EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE DIRETOR E VICE-DIRETOR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO MANTIDAS PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAÍBA/MS.

1 - MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba /MS, no uso das atribuições legais, tendo em vista o previsto no Decreto nº 1.544 de 02/09/2025 e ainda o previsto nos Editais 001/2025, 002/2025 e 005/2025, decide prorrogar o período de Inscrição para o curso de gestão para dirigente do processo seletivo para exercício das funções gratificadas de diretor e vice-diretor das instituições de ensino mantidas pela rede municipal de ensino de Paranaíba/ms.

2 – Os candidatos que não efetuaram suas inscrições no Curso de Gestão para Dirigente Escolar, deverão se inscrever no link disponibilizado na página oficial do município HTTP://www.paranaiba.ms.gov.br. A prorrogação do período de inscrição para participação no Curso de Gestão, inicia-se as 8h da manhã do dia 23/10/2025 até as 23h e 59m do mesmo dia.

3 – O curso será realizado no período 27/10/2025 a14/11/2025, por meio da plataforma AVA-FADEB/MS.

Paranaíba-MS,22 de outubro de 2025.

Maycol Henrique Queiroz Andrade

Prefeito Municipal de Paranaíba/MS

Matéria enviada por Enio Mitihiro Kimura

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

Departamento de Recursos Humanos

Extratos de Contratos de Trabalho

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1504/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): RODRIGO ANTÔNIO LEAL PAULA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Administração em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de AGENTE ADMINISTRATIVO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 04.122.0002.2016.0000.

ASSINADO EM: 16/10/2025.

ASSINARAM: ADAILDA LOPES DE OLIVEIRA (Secretária Municipal de Administração), RODRIGO ANTÔNIO LEAL PAULA (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1404/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): MILENA CRISTINA PIREZ RUIZ

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de EDUCADOR SOCIAL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 08.122.0018.2116.0000.

ASSINADO EM: 08/09/2025.

ASSINARAM: JOSE BARBOSA BARROS (Secretário Municipal de Educação), MILENA CRISTINA PIREZ RUIZ (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1499/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): ANA CRISTINA DE ALMEIDA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Saúde em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MÉDICO ESF.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 9.436,23 (NOVE MIL QUATROCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 10.122.0019.2025.0000.

ASSINADO EM: 06/10/2025.

ASSINARAM: CYNTHIA MIRELLA ALVES MACEDO (Secretária Municipal de Saúde), ANA CRISTINA DE ALMEIDA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1501/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): RONALDO ADRIANO PEREIRA DA SILVA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de OPERADOR DE MÁQUINA PESADA.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.645,85 (MIL SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 20.122.0014.2074.0000.

ASSINADO EM: 03/10/2025.

ASSINARAM: JOSÉ SOUTO SILVA (Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária), RONALDO ADRIANO PEREIRA DA SILVA (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1517/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): JOSÉ AUGUSTO DE ANDRADE ROCHA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de GARI.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 18.541.0012.2103.0000.

ASSINADO EM: 13/10/2025.

ASSINARAM: JOSÉ CARLOS MACÊDO GRANDE (Secretário Municipal de Meio Ambiente), JOSÉ AUGUSTO DE ANDRADE ROCHA (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1516/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): VICTOR FELIPE DE OLIVEIRA QUEIROZ

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de GARI.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 18.541.0012.2103.0000.

ASSINADO EM: 13/10/2025.

ASSINARAM: JOSÉ CARLOS MACÊDO GRANDE (Secretário Municipal de Meio Ambiente), VICTOR FELIPE DE OLIVEIRA QUEIROZ (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1520/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): EDMAR FERREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de GARI.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 18.541.0012.2103.0000.

ASSINADO EM: 14/10/2025.

ASSINARAM: JOSÉ CARLOS MACÊDO GRANDE (Secretário Municipal de Meio Ambiente), EDMAR FERREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1510/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): JOÃO VITOR DE SOUZA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de GARI.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 18.541.0012.2103.0000.

ASSINADO EM: 13/10/2025.

ASSINARAM: JOSÉ CARLOS MACÊDO GRANDE (Secretário Municipal de Meio Ambiente), JOÃO VITOR DE SOUZA (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1518/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): DANIEL CÂNDIDO PEREIRA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de GARI.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 18.541.0012.2103.0000.

ASSINADO EM: 14/10/2025.

ASSINARAM: JOSÉ CARLOS MACÊDO GRANDE (Secretário Municipal de Meio Ambiente), DANIEL CÂNDIDO PEREIRA (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1514/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): SUELI ROSA DE OLIVEIRA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Assistência Social em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de ARTESÃO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 08.122.0018.2116.0000

ASSINADO EM: 10/10/2025.

ASSINARAM: CELINA PEREIRA DOS SANTOS (Secretária Municipal de Assistência Social), SUELI ROSA DE OLIVEIRA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1513/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): LAUDENICE MARIA DA SILVA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Assistência Social em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de CUIDADOR FEMININO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 08.122.0018.2116.0000

ASSINADO EM: 11/10/2025.

ASSINARAM: CELINA PEREIRA DOS SANTOS (Secretária Municipal de Assistência Social), LAUDENICE MARIA DA SILVA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1506/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): ELZA BORGES DA PAZ FERRAZ

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Assistência Social em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de CUIDADOR FEMININO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 08.122.0018.2116.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: CELINA PEREIRA DOS SANTOS (Secretária Municipal de Assistência Social), ELZA BORGES DA PAZ FERRAZ (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1507/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): LIDIANE DE OLIVEIRA SOUSA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Assistência Social em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de CUIDADOR FEMININO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 08.122.0018.2116.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: CELINA PEREIRA DOS SANTOS (Secretária Municipal de Assistência Social), LIDIANE DE OLIVEIRA SOUSA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1505/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): VILMA APARECIDA MARQUES DA SILVA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Assistência Social em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de CUIDADOR FEMININO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 08.122.0018.2116.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: CELINA PEREIRA DOS SANTOS (Secretária Municipal de Assistência Social), VILMA APARECIDA MARQUES DA SILVA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1471/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): VALDECIR CÂNDIDO CORDEIRO

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de COLETOR DE LIXO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 11/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), VALDECIR CÂNDIDO CORDEIRO (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1469/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): VALDENY RODRIGUES DE MENEZES

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de COLETOR DE LIXO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 11/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), VALDENY RODRIGUES DE MENEZES (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1521/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): LUCAS ROBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de COLETOR DE LIXO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 20/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), LUCAS ROBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1470/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): JESUS JOSÉ FILHO

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de COLETOR DE LIXO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 16/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), JESUS JOSÉ FILHO (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1468/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): JOÃO DA SILVA LOPES

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de SERVIÇOS GERAIS MASCULINO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), JOÃO DA SILVA LOPES (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1466/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): GENIVALDO FRANCISCO BORGES

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de CARPINTEIRO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.451.0015.2104.0000

ASSINADO EM: 12/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), GENIVALDO FRANCISCO BORGES (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1457/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): VITÓRIA FERREIRA GUIMARÃES

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de ARQUITETO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 4.608,41 (QUATRO MIL SEISCENTOS E OITO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 05/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), VITÓRIA FERREIRA GUIMARÃES (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1467/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): EDUARDO FELIPE DE OLIVEIRA FREITAS

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de ENGENHEIRO CIVIL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 4.608,41 (QUATRO MIL SEISCENTOS E OITO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 11/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), EDUARDO FELIPE DE OLIVEIRA FREITAS (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1495/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): LUCIANA GOMES SILVA DE PAULA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.361.0017.2046.0000

ASSINADO EM: 22/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), LUCIANA GOMES SILVA DE PAULA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1524/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): SIMONE MARIA FAQUINI BORGES

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de AUXILIAR DE CRECHE.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.645,85 (MIL SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.365.0017.2048.0000

ASSINADO EM: 21/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), SIMONE MARIA FAQUINI BORGES (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1523/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): ROSELAINE CORDEIRO RODRIGUES

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de AUXILIAR DE CRECHE.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.645,85 (MIL SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.365.0017.2048.0000

ASSINADO EM: 21/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), ROSELAINE CORDEIRO RODRIGUES (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1458/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): GILMAR CANDIDO DA SILVA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de COLETOR DE LIXO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 03/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), GILMAR CANDIDO DA SILVA (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA

(Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1460/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): DIVINO ALUÍZIO DOS SANTOS

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de SERVIÇOS GERAIS MASCULINO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), GILMAR CANDIDO DA SILVA (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1456/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): FRANCISCO MENDES DOS SANTOS

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de SERVIÇOS GERAIS MASCULINO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), FRANCISCO MENDES DOS SANTOS (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1502/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): ADEMAR DE JESUS GONÇALVES

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 18/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Obras, Serviços e Transportes), ADEMAR DE JESUS GONÇALVES (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1522/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): JEAN GLEIK MARTINS CARVALHO

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de ARQUITETO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 4.608,41 (QUATRO MIL SEISCENTOS E OITO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 15.122.0011.2105.0000

ASSINADO EM: 20/10/2025.

ASSINARAM: LONGUINHO ALVES DE OLIVEIRA (Secretário Municipal de Urbanismo, Habitação e Infraestrutura), JEAN GLEIK MARTINS CARVALHO (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1510/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): JAYANNA AURYELLE CÂMARA DE SOUZA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de AUXILIAR DE CRECHE.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.645,85 (MIL SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.365.0017.2048.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), JAYANNA AURYELLE CÂMARA DE SOUZA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1515/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): JACKELINE FERNANDES FERREIRA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de AUXILIAR DE CRECHE.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.645,85 (MIL SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.365.0017.2048.0000

ASSINADO EM: 20/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), JACKELINE FERNANDES FERREIRA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1484/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): AMANDA ASSIS ANDRETA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.361.0017.2046.0000

ASSINADO EM: 10/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), AMANDA ASSIS ANDRETA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1493/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): REGINA APARECIDA DA SILVA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.361.0017.2046.0000

ASSINADO EM: 11/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), REGINA APARECIDA DA SILVA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1476/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): PRISCILA FERREIRA GONÇALVES

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.361.0017.2046.0000

ASSINADO EM: 19/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), PRISCILA FERREIRA GONÇALVES (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1490/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): JÚLIA APARECIDA HIPÓLITO

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.365.0017.2047.0000

ASSINADO EM: 18/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), JÚLIA APARECIDA HIPÓLITO (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1486/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): ELISANGELA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.361.0017.2046.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), ELISANGELA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1512/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): LEONICE MARIA COUTINHO

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 12.365.0017.2048.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), LEONICE MARIA COUTINHO (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1509/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): CARLA CRISTINA FERREIRA DE SOUZA LEITE

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de COZINHEIRO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 12.365.0017.2048.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), CARLA CRISTINA FERREIRA DE SOUZA LEITE (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1488/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): IOLANDA RODRIGUES DE JESUS

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de COZINHEIRO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 12.365.0017.2048.0000

ASSINADO EM: 16/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), IOLANDA RODRIGUES DE JESUS (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1496/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): MARINA FERREIRA DE SOUZA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.518,00 (MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS).

DOTAÇÃO: 12.365.0017.2048.0000

ASSINADO EM: 14/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), MARINA FERREIRA DE SOUZA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1525/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): CAROLINE REIS DOS SANTOS

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Saúde em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 10.301.0019.2095.0000

ASSINADO EM: 23/10/2025.

ASSINARAM: DIEGO MEDEIROS MARTINS (Secretário Municipal de Saúde), CAROLINE REIS DOS SANTOS (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1526/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): DARIELE MARIA SILVERIO DA SILVA LACERDA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Saúde em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de AGENTE ADMINISTRATIVO.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 10.301.0019.2095.0000

ASSINADO EM: 28/10/2025.

ASSINARAM: DIEGO MEDEIROS MARTINS (Secretário Municipal de Saúde), DARIELE MARIA SILVERIO DA SILVA LACERDA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1485/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): DIENE ALVES DO AMARAL LIMA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.361.0017.2046.0000

ASSINADO EM: 09/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), DIENE ALVES DO AMARAL LIMA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1503/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): SEMIDAVID RICARDO MARTINS OLIVEIRA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.863,91 (MIL OITOCENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.361.0017.2046.0000

ASSINADO EM: 06/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), SEMIDAVID RICARDO MARTINS OLIVEIRA (Contratado), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 1477/2025.

CONTRATANTE: Município de Paranaíba - MS

CONTRATADO (A): ROSANIA LEAL DE OLÍVIA SILVA

FUNDAMENTO: Art. 37, IX, da Constituição Federal, bem como Lei Complementar nº 047, de 09 de maio de 2011.

OBJETO: Convocação de profissional para a Secretaria Municipal de Educação em que o (A) CONTRATADO (A) exercerá, em caráter temporário, tarefas inerentes à função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

VALOR MENSAL: O (A) CONTRATADO (A) receberá em contraprestação aos serviços prestados, a remuneração mensal de R$ 1.975,03 (MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

DOTAÇÃO: 12.361.0017.2046.0000

ASSINADO EM: 03/10/2025.

ASSINARAM: TANANDRA APARECIDA SOUZA PAULA LEAL (Secretária Municipal de Educação), ROSANIA LEAL DE OLÍVIA SILVA (Contratada), HENRIQUE NOVATZKY DE OLIVEIRA (Testemunha) e SAMARA YURA SHISHIDO KIMURA (Testemunha).

Matéria enviada por Daniel Queiroz Poli

Departamento de Licitações

AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA Nº 40/2025

Autorizo a Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme solicitação, justificativa e parecer jurídico constante no processo abaixo, tendo como objeto a **Contratação de empresa especializada no fornecimento de Materiais de Consumo**, destinados a atender às necessidades da **Banda Municipal Doutora Cláudia Robalinho**, sob responsabilidade da referida Secretaria Municipal de Cultura de Paranaíba-MS.

AUTORIZO a Dispensa em cumprimento às determinações contidas no art. 72, VIII da Lei retro mencionada.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2025

EMPRESAS:

JOIA MUSICAL COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA,

inscrita no CNPJ: 54.699.634/0001-03

VALOR: R$ 3.509,20 (Três mil quinhentos e nove reais e vinte centavos).

SUPREMA COMERCIO E SERVIÇOS ,inscrita no CNPJ: 22.548.304/0001-20

VALOR: R$ 10.905,00 (dez mil novecentos e cinco reais).

EVANDRO ZACARONI PEDROSO inscrita no CNPJ: 01.571.083/0001-31

VALOR: R$ 2.399,60 (dois mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 16.813,80 (dezesseis mil oitocentos e treze reais e oitenta centavos).

PRAZO:03 (três) meses.

Paranaíba MS, 22 de Outubro de 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Pâmela de Souza Freitas Almeida

Departamento de Licitações

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2025

Reconheço a Inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso art. 74 inc V § 5º. I, II e III, da lei nº 14.133/2021conforme solicitação, justificativa e parecer jurídico constante no processo, tendo como objeto Locação de 01 (um) imóvel urbano, com área de380m², conforme matricula nº 358, localizado na Rua Francisco de Freitas da Silveira, nº 930, bairro Santo Antônio, no Município de Paranaíba-MS, por um período de 12 (doze) meses, destinado ao funcionamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas na Lei retro mencionada.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 27/2025

FAVORECIDO: EMPREENDIMENTOS E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS DAMIÃO LTDA; inscrita no CNPJ: 33.722.847/0001-39.

VALOR DA LOCAÇÃO: Valor Total de R$65.400,00 (sessenta e cinco mil e quatrocentos reais) sendo 12 parcelas de R$5.450,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta reais).

PRAZO DA LOCAÇÃO:12 (Doze) meses.

Paranaíba-MS, 22 de Outubro de 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Pâmela de Souza Freitas Almeida

Câmara Municipal de Paranaíba

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 023/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2025

OBJETO: Aquisição de medalhas, placas de homenagens e troféus personalizados, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Paranaíba- MS

RECONHEÇO o Pregão Eletrônico n° 002/2025, fundamentada no artigo 28, inciso I da Lei 14.133/21, que tratam da modalidade pregão e de sua aplicação para aquisição de bens e serviços comuns.

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII da Lei 14.133/2021, determinando que se proceda à publicação do devido extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Paranaíba-MS, 22 de outubro de 2025.

_____

Wanice Luciana de Oliveira

Autoridade Competente

Matéria enviada por Cristiane dos Santos Almeida

Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1623, DE 16 DE OUTUBRO DE 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul no uso da competência que lhe confere o inciso II do artigo 102 da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Artigo 1º. NOMEAR **NATÁLIA APARECIDA DA SILVA**, portador(a) do RG n.º 1757598 SSP/MS e CPF n.º 036.472.811-66, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS/REF. 07,** lotado junto a Secretaria Municipal de Governo, com vaga fixada no Artigo 32 da Lei Complementar n.º 046, de 06 de abril de 2011 e vencimento previsto no Anexo II da Lei Complementar n.º 199, de 10 de janeiro de 2025.

Artigo. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16 de outubro de 2025.

Paço Municipal "*Prefeito Edú Queiroz Neves*", aos 16 dias do mês de outubro de 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra.

TERMO DE POSSE

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), no Paço Municipal Edu Queiroz Neves, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Maycol Henrique Queiroz Andrade, compareceu o(a) senhor(a) **NATÁLIA APARECIDA DA SILVA**, nomeado(a) para o cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, conforme **Portaria nº 1623/2025**. Após ter apresentado os documentos exigidos por lei, tendo prestado o compromisso legal de cumprir as Leis e Regulamentos, de desempenhar fielmente, com lealdade e honradez o cargo para o qual foi nomeado(a), estar ciente das atribuições, dos deveres, das responsabilidade e dos direitos relativos ao seu cargo e a quem, pelo Senhor Prefeito Municipal, foi deferido dito compromisso e dada a correspondente posse no cargo.

Para constar, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo(a) nomeado(a) e pelo Senhor Prefeito Municipal.

Paço Municipal "Prefeito Edu Queiroz Neves", aos 16 de outubro de 2025.

NATÁLIA APARECIDA DA SILVA

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1636, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO os artigos 194 a 199 da Lei Complementar Nº 047/2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

R E S O L V E

Art. 1º. NOMEAR a Comissão Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria Municipal de Educação referente ao ano letivo de 2026, constituída pelos membros a seguir:

- Angela Maria da Silva, ocupante do cargo de Diretora de Departamento de Gestão em Recursos Humanos, como Presidente;

- Plínio Paulo Bortolotti, ocupante do cargo de Procurador Municipal – como membro;

- Marineuza Cássia Oliveira Nagliati, ocupante do cargo de Diretora de Departamento de Ensino, como membro;

- Henrique Novatzky de Oliveira, ocupante do cargo de Diretor de Departamento de Gestão de Pessoal, como membro;

- Marilene de Oliveira Reis Gonçalves, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Paranaíba-MS, como membro;

Art. 2º. A participação na comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração.

Art. 3º. Ficará a cargo da Comissão Organizadora todas as providências necessárias à realização dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria Municipal de Educação, obedecendo as normas legais pertinentes.

Art. 4º. A Comissão Organizadora deverá analisar os casos omissos nos Editais de Processos Seletivos Simplificados e apresentar parecer, em consonância com as disposições estabelecidas nos Editais.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "*Prefeito Edu Queiroz Neves*", aos 21 dias do mês de outubro de 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO – PORTARIA N.º 1420, DE 03 DE SETEMBRO DE 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER Licença Médica, conforme artigo 204, da Lei Complementar n.º 047, de 09 de maio de 2011, aos servidores abaixo relacionados:

ADRIANA OLIVEIRA DE FREITAS

Matrícula: 7636-3 e 3200-1

Cargo: Professor Nível II e Professor Nível III (Especialização)

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Período de afastamento: 30 dias – 01/09/2025 a 30/09/2025

ALESSANDRA MENDES DE OLIVEIRA
Matrícula: 70838-4
Cargo: Auxiliar de Creche
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 07 dias – 27/08/2025 a 02/09/2025

AMANDA CAROLINE DE ASSIS
Matrícula: 77191-3
Cargo: Auxiliar de Creche
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 05 dias – 25/08/2025 a 29/08/2025

ANA CLARA FAQUINI BORGES
Matrícula: 71302-9
Cargo: Agente Comunitário de Saúde
Lotação: Secretaria Municipal de Saúde
Período de afastamento: 07 dias – 25/08/2025 a 31/08/2025

CLAUDETE ALVES DO AMARAL
Matrícula: 81302-2
Cargo: Auxiliar de Creche
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 30 dias – 21/08/2025 a 19/09/2025

CINTIA VALIM DE MELLO
Matrícula: 2954-1 e 2954-10
Cargo: Professor Nível II e Professor Nível III (Especialização)
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 60 dias – 22/08/2025 a 20/10/2025

ELAINE CRISTINA MARTINS FERNANDES FUZARI
Matrícula: 8881-20 e 8881-24
Cargo: Professor Nível II
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 20 dias – 19/08/2025 a 07/09/2025

FATIMA APARECIDA DA SILVA DINIZ
Matrícula: 2328-1
Cargo: Serviços Gerais Feminino
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 30 dias – 22/08/2025 a 20/09/2025

FATIMA TIAGO DA SILVA
Matrícula: 75649-5
Cargo: Cozinheiro
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 10 dias – 21/08/2025 a 30/08/2025

FERNANDA APARECIDA RODRIGUES FREITAS
Matrícula: 70598-7
Cargo: Auxiliar de Creche
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 05 dias – 20/08/2025 a 24/08/2025

GISELE GONSALES MUNIZ
Matrícula: 8763-4
Cargo: Fisioterapeuta
Lotação: Secretaria Municipal de Saúde
Período de afastamento: 16 dias – 25/08/2025 a 09/09/2025

JANE MARIA ALVES DOS SANTOS GARCIA LEAL
Matrícula: 2687-1
Cargo: Professor Coordenador Efetivo
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 12 dias – 22/08/2025 a 02/09/2025

JESSICA BATISTA PASCOA
Matrícula: 70419-22

Cargo: Monitor de Educação Infantil
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 10 dias – 27/08/2025 a 05/09/2025

JOICE FERREIRA DE PAULA
Matrícula: 74121-8 e 74121-3
Cargo: Professor Nível II
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 15 dias – 19/08/2025 a 02/09/2025

JOSE CARLOS DA SILVA
Matrícula: 70127-5
Cargo: Coordenador Especial de Pesca e Agricultura
Lotação: Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
Período de afastamento: 180 dias – 27/08/2025 a 22/02/2026

KARLA CAROLAINE DOMINGOS DA SILVA
Matrícula: 79614-2
Cargo: Auxiliar de Creche
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 14 dias – 28/08/2025 a 10/09/2025

MARCIA MARIA DO NASCIMENTO BATISTA
Matrícula: 70003-14
Cargo: Monitor de Educação Infantil
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 05 dias – 25/08/2025 a 29/08/2025

MARIA APARECIDA DE PAULA FRANCO
Matrícula: 3353-1
Cargo: Cozinheiro
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 30 dias – 15/08/2025 a 13/09/2025

MARIELLA ROSSI DE PAULA AMARAL
Matrícula: 9551-11
Cargo: Psicólogo – LC N° 195/2024
Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social
Período de afastamento: 05 dias – 23/08/2025 a 27/08/2025

NINA MORENA FACCIN DINIZ COLOMBO
Matrícula: 3616-1
Cargo: Agente Administrativo
Lotação: Secretaria Municipal de Saúde
Período de afastamento: 07 dias – 13/08/2025 a 19/08/2025

ROSANGELA MARIA DE SOUZA
Matrícula: 71902-10
Cargo: Professor Nível II
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 21 dias – 26/08/2025 a 15/09/2025

ROSIMAR PIRES ALVES
Matrícula: 3580-1
Cargo: Professor Nível IV (Mestrado)
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Período de afastamento: 05 dias – 18/08/2025 a 22/08/2025

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "*Prefeito Edu Queiroz Neves*", aos 03 dias do mês de setembro de 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra.

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Câmara Municipal de Paranaíba

PORTARIA 0333-2025, 20 de outubro de 2025

Wanice Luciana de Oliveira, Presidenta da Câmara Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1.º NOMEAR o servidor ANTONIO CARLOS ALVES DA GLÓRIA fiscal no Processo Administrativo nº 036/2025, Dispensa de Licitação nº 025/2025.

Artigo 2.º Fica garantido ao Fiscal de Contratos amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Artigo 3.º Esta Portaria entrará em vigor a partir da sua data de publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Paranaíba-MS., 20 de outubro de 2025

Wanice Luciana de Oliveira

Presidenta

Publicada e **Registrada** na Secretaria da Câmara Municipal na data supra.

Amanda Rezende Castilho

Diretora Administrativa

Matéria enviada por Cristiane dos Santos Almeida

Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1637, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 99, da Lei Complementar nº 047 de 09 de maio de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** a(o) servidor(a) **UELITON JOSE BORGES DE FREITAS**, ocupante do cargo efetivo de Agente de Combate às Endemias, do quadro permanente deste Município, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, sendo 15 (quinze) dias, de 03/11/2025 a 17/11/2025 e 15(quinze) dias, de 17/12/2025 a 31/12/2025, conforme decisão proferida no Processo Administrativo nº 7468/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "*Prefeito Edú Queiroz Neves*", aos 21 dias do mês de outubro de 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra.

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1638, DE 21 OUTUBRO DE 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial, o contido no § 4º do Artigo 203 da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º AUTORIZAR o uso do "Carnaíba", a Secretaria Municipal de Saúde, para a realização de evento "comemoração ao outubro rosa e ao mês da pessoa idosa" no dia 24 de outubro, das 08:00 às 18:00, **com isenção de quaisquer taxas**, e seja respeitado o seguinte:

o trânsito não poderá ser totalmente interrompido, mesmo assim deverá ser visível e farta sinalização;

deverá ser livre o trânsito de pedestres;

a colocação de quiosques, toldos e outros deverão obedecer aos comandos do artigo 35 e seguintes da citada lei complementar; e

o som produzido no evento não ultrapasse aos limites de 50db, no período diurno e 40db no período noturno.

devendo ser respeitados os requisitos dos antigos 185 e 187 da L.C. 010/2001

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 7534/2025

Art. 2º Esta autorização é a título precário podendo ser revogada de acordo com os interesses da Administração.

Art. 3º O autorizado(a) fica responsável por eventuais danos ocorridos no Bem Público em razão do uso, bem como obrigado(a) a devolvê-lo no estado em que o encontrou, e realizar a limpeza no local.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "*Prefeito Edú Queiroz Neves*", aos 21 dias do mês de outubro de 2025.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra.

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANHOS

Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC

Resolução SEMEC n. 006/2025

RESOLUÇÃO SEMEC Nº 006/2025

Torna pública a abertura de matrículas e rematrículas escolares para o ano letivo de 2026 da Rede Municipal de Ensino, e estabelece normas e procedimentos complementares.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura – SEMEC de Paranhos, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a necessidade de organização e planejamento para o próximo ano letivo,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os prazos, normas e procedimentos para a realização das matrículas e rematrículas de estudantes nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Paranhos para o ano letivo de 2026.

§ 1º Período de Matrícula das Unidades Urbanas da REME: A partir do dia **03 de novembro de 2025**, nas secretarias das instituições de ensino da Rede Municipal de Ensino.

§ 2º Renovação de Matrículas (Rematrículas): Os pais e/ou responsáveis pelos estudantes já matriculados, bem como os próprios estudantes maiores de idade, deverão confirmar as rematrículas entre os dias 03 e 14 de novembro de 2025. A renovação é fundamental para garantir a vaga e o planejamento escolar.

§ 3º Matrículas Novas: As matrículas de est

udantes novos na Rede Municipal de Ensino deverão ocorrer a partir do dia **18 de novembro de 2025**, condicionadas à disponibilidade de vagas após o período de rematrículas.

§ 4º Escolas Indígenas:

A partir do dia **03 de novembro de 2025**, será iniciado um cronograma de matrícula itinerante *in loco* nas comunidades.

A partir do dia **18 de novembro de 2025**, as matrículas e rematrículas serão realizadas na Secretaria Escolar Indígena, sob acompanhamento e supervisão da Inspeção Escolar, atendendo a ambos os processos concomitantemente.

Este processo visa garantir o acesso e a inclusão educacional, respeitando as especificidades culturais e geográficas das comunidades indígenas.

§ 5º Abertura e Alocação de Turmas: A autorização para abertura de novas turmas, bem como sua alocação estratégica, será de competência exclusiva da Inspeção Escolar. Este processo observará critérios pedagógicos, demanda de alunos e otimização dos recursos disponíveis.

Art. 2º Serão consideradas documentações mínimas obrigatórias para a renovação ou efetivação de matrículas de estudantes, sejam eles veteranos ou novos:

I – Para Educação Infantil:

Cópia da Certidão de Nascimento do estudante.

Cópia do CPF do estudante.

Cópia do Cartão do SUS do estudante.

Declaração de Vacinação Atualizada (DVA), emitida por unidade de saúde. A apresentação da DVA é crucial para a saúde coletiva e individual dos alunos.

Requerimento de Matrícula (fornecido pela unidade escolar), devidamente preenchido e assinado.

Comprovante de endereço atualizado (últimos 90 dias) e telefone(s) para contato dos pais ou responsáveis. A atualização constante destas informações é vital para a comunicação escola-família.

Demais documentos, termos e/ou autorizações exigidos pelo regimento interno específico da unidade escolar, os quais deverão ser previamente informados aos pais/responsáveis.

II – Para Ensino Fundamental (1º ao 9º ano):

Cópia da Certidão de Nascimento do estudante.

Cópia do CPF do estudante.

Cópia do Cartão do SUS do estudante.

Declaração de Vacinação Atualizada (DVA), emitida por unidade de saúde.

Declaração de Escolaridade ou Histórico Escolar da última série/ano cursado, emitida pela instituição de ensino anterior.

Requerimento de Matrícula (fornecido pela unidade escolar), devidamente preenchido e assinado.

Comprovante de endereço atualizado (últimos 90 dias) e telefone(s) para contato dos pais ou responsáveis.

Demais documentos, termos e/ou autorizações exigidos pelo regimento interno específico da unidade escolar.

III – Para Escolas Indígenas:

Cópia da Certidão de Nascimento ou documento de identificação disponível que comprove a identidade do estudante.

Declaração de Vacinação Atualizada (DVA), emitida por unidade de saúde.

Declaração de Escolaridade ou Histórico Escolar da última série/ano cursado (se aplicável e disponível).

Requerimento de Matrícula (fornecido pela unidade escolar), devidamente preenchido.

Informação clara sobre o Endereço ou localização da aldeia/comunidade de origem do estudante.

§ 1º Documentos para Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais: Adicionalmente, para estudantes com necessidades educacionais especiais, deverá ser apresentado laudo médico ou relatório pedagógico que comprove a necessidade de atendimento educacional especializado, se disponível. Esta documentação auxiliará no planejamento de um atendimento inclusivo e adequado.

§ 2º Proteção de Dados: A coleta e o tratamento dos dados pessoais dos estudantes e de seus responsáveis observarão rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo a segurança, a privacidade e o uso exclusivo para fins educacionais.

§ 2º Crianças e Adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e indígenas: Aos estudantes que se enquadrarem no público como refugiados, migrantes, apátridas e indígenas, seguirão as normativas da Resolução específica, a ser publicada, para a entrega da documentação no ato da matrícula.

Art. 3º O processo de matrícula e rematrícula descrito nesta Resolução terá validade **exclusivamente** para o ano letivo de **2026**, não gerando direitos para anos subsequentes sem a devida renovação.

Art. 4º A efetivação da matrícula de novos alunos ou a renovação de matrículas para o ano letivo de 2026 implicará no pleno conhecimento e na irrestrita aceitação das normas, do regimento interno e do projeto político-pedagógico estabelecidos pela unidade escolar, bem como das demais disposições desta Resolução.

Art. 5º Informações detalhadas sobre o calendário escolar anual, procedimentos de transporte escolar (quando aplicável), orientações pedagógicas serão posteriormente fornecidas por cada unidade escolar.

Parágrafo Único. As escolas deverão divulgar estas informações de forma clara e acessível, por meio de comunicados impressos, murais, reuniões com pais e/ou responsáveis e, preferencialmente, nos canais digitais oficiais da escola ou da Secretaria Municipal de Educação, em tempo hábil para o planejamento das famílias.

Art. 6º Os casos omissos, não previstos nesta Resolução, serão analisados e resolvidos pela Direção Escolar de cada unidade, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, sempre com base na legislação educacional vigente e nos princípios que regem a educação pública municipal.

Art. 7º Para amplo conhecimento público, a presente Resolução, além de ser publicada no Diário Oficial do Município, estará também disponível para consulta integral em todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranhos.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranhos – MS, 22 de outubro de 2025.

TAYZIA VIEIRA GONÇALVES ACOSTA
Secretária Municipal de Educação

Matéria enviada por ELIANA LOPES PEREIRA

Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC
Resolução n. 007/2025

RESOLUÇÃO SEMEC Nº 007/2025

Dispõe sobre o direito de matrícula e acolhimento de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas, solicitantes de refúgio e, especialmente, estudantes indígenas na Rede Municipal de Ensino de Paranhos, para o ano letivo de 2026 e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação para todos, sem discriminação;

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e demais legislações pertinentes que garantem o acesso à educação básica obrigatória;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710/1990, reconhecendo o direito à proteção e assistência humanitária, inclusive educacional, a todas as crianças, sem discriminação de origem;

CONSIDERANDO os princípios da legislação educacional no país, que asseguram o respeito à diversidade, à proteção de crianças e adolescentes e à dignidade humana, independentemente de sua condição migratória ou étnica;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o pleno acesso à educação a todas as crianças e adolescentes, em especial aqueles em condição de vulnerabilidade, como migrantes, refugiados, apátridas, solicitantes de refúgio e, sobretudo, os estudantes pertencentes aos povos indígenas do Município de Paranhos;

CONSIDERANDO a relevância da Resolução SED Nº 4.311, de 28 de maio de 2024, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, que estabelece diretrizes para a matrícula desses grupos na Rede Estadual de Ensino e serve como balizador para as ações no âmbito municipal;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranhos reconhece a importância de atender às recomendações do Ministério Público (MPF) sobre as matrículas indígenas, visando garantir um processo inclusivo e respeitoso das especificidades culturais e sociais desses estudantes, ainda que o texto integral da recomendação específica não tenha sido diretamente apresentado nesta análise;

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução dispõe sobre o direito de matrícula e as condições especiais de acolhimento para crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas, solicitantes de refúgio e estudantes indígenas na Rede Municipal de Ensino de Paranhos, para o ano letivo de 2025, em complemento às normas gerais estabelecidas pela Resolução SEMEC N. 006/2025, de 22 de outubro de 2025.

Art. 2º Da Garantia de Matrícula e Documentação

§ 1º A matrícula de estudantes pertencentes aos grupos mencionados no Art. 1º será imediatamente assegurada na educação básica obrigatória, conforme a disponibilidade de vagas e em respeito às normas de lotação das unidades escolares.

§ 2º Para a efetivação da matrícula, não será exigida a apresentação de documentos escolares ou civis que não estejam disponíveis em função da condição de migração, refúgio, apátrida, solicitação de refúgio ou das especificidades da vida em comunidades indígenas, sendo suficientes os dados pessoais fornecidos pelos responsáveis legais ou, na ausência destes, por um representante da comunidade ou organização de apoio.

§ 3º Nos casos de estudantes indígenas, a documentação mínima poderá ser flexibilizada, aceitando-se a certidão de nascimento ou qualquer outro documento disponível que comprove a identidade do estudante.

Art. 3º Da Classificação e Avaliação Pedagógica

§ 1º Na ausência de documentação escolar que comprove escolarização anterior, estudantes estrangeiros ou indígenas terão direito a um processo de avaliação/classificação, que permitirá a matrícula em qualquer ano/série/etapa, conforme o seu desenvolvimento pedagógico e faixa etária.

§ 2º O processo de avaliação/classificação deverá ser realizado, preferencialmente, na língua portuguesa, abrangendo todos os componentes curriculares, cabendo à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) buscar meios para garantir esse atendimento.

§ 3º Para matrícula a partir do segundo ano do ensino fundamental até o ensino fundamental: anos finais, as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino deverão aplicar procedimentos de avaliação diagnóstica para verificar o grau de desenvolvimento do estudante e sua inserção na etapa e ano escolar adequado.

§ 4º A classificação definitiva do estudante deverá ocorrer dentro do prazo mínimo de 15 (quinze) dias e máximo de 30 (trinta) dias, após a realização da matrícula e inclusão do estudante na unidade escolar. Os estudantes que realizarem a matrícula no segundo semestre, a classificação será realizada no ano seguinte.

§ 5º O estudante que realizar a matrícula no segundo semestre, será classificado como "ouvinte", e deverá aguardar a classificação, conforme especificado no item anterior.

§ 6º Para a inserção na etapa e ano escolar, a classificação considerará a idade e o grau de desenvolvimento do estudante, podendo ocorrer por:

I - Automático posicionamento, quando o estudante apresentar documentação de escolarização do país de origem ou de escolas indígenas;

II - Avaliações sistemáticas no início do processo de inserção nos anos escolares, considerada a idade do estudante;

III - Reconhecimento de competências para efeitos de cumprimento de exigências curriculares, inclusive com relação à educação profissional técnica de nível médio, se aplicável;

IV - Certificação de saberes, a partir de exames supletivos ou outros exames que avaliem e reconheçam conhecimentos e habilidades adquiridos por meios informais.

§ 7º As avaliações e o posicionamento devem considerar a trajetória educacional, a língua, a cultura do estudante e favorecer o seu acolhimento e adaptação ao ambiente escolar.

Art. 4º Do Acolhimento e Integração na Unidade Escolar

As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Paranhos devem organizar procedimentos e práticas pedagógicas para o acolhimento dos estudantes migrantes, refugiados, apátridas, solicitantes de refúgio e, especialmente, estudantes indígenas, com base nas seguintes diretrizes:

I - Não discriminação: Assegurar um ambiente escolar livre de qualquer forma de preconceito ou discriminação em razão de nacionalidade, etnia, origem, língua, religião ou condição migratória;

II - Prevenção ao bullying, racismo e xenofobia: Implementar ações contínuas de conscientização e combate a práticas discriminatórias, promovendo o respeito à diversidade; III - Não segregação: Promover a integração plena dos estudantes em classes comuns com os alunos brasileiros e demais nacionalidades, evitando a formação de classes segregadas;

IV - Capacitação de professores e funcionários: Oferecer formação e capacitação aos profissionais da educação sobre as especificidades culturais, linguísticas e sociais de estudantes não-brasileiros e indígenas, visando aprimorar as práticas de inclusão;

V - Valorização cultural: Promover e valorizar a cultura, a língua e as tradições dos estudantes não-brasileiros e indígenas, incorporando-as ao currículo e às atividades escolares sempre que possível;

VI - Oferta de ensino de português como língua de acolhimento: Para aqueles estudantes que detiverem pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa, as escolas deverão buscar estratégias para oferecer apoio no aprendizado do português, visando facilitar sua inserção social e acadêmica.

Art. 5º Das Matrículas em Escolas Indígenas

§ 1º O cronograma de matrícula para as Escolas Indígenas, que prevê matrícula itinerante *in loco* a partir de 03 de novembro de 2025 e na Secretaria Escolar Indígena a partir de 18 de novembro de 2025, com rematrículas e novas matrículas concomitantemente, será mantido e fortalecido por esta Resolução.

§ 2º A SEMEC, em conjunto com as Inspeções Escolares, garantirá o acompanhamento e a supervisão contínua do processo de matrícula nas Escolas Indígenas, assegurando a flexibilidade documental e os processos de avaliação adequados às suas realidades culturais e linguísticas.

§ 3º As unidades escolares indígenas deverão, em conformidade com o Art. 4º desta Resolução, adotar práticas específicas de acolhimento que valorizem a cultura, as línguas e os saberes dos povos indígenas, promovendo um ambiente de respeito e reconhecimento da identidade étnica.

Art. 6º Disposições Finais

§ 1º Os casos omissos e as dúvidas de interpretação desta Resolução serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranhos, em conjunto com os órgãos competentes.

§ 2º Esta Resolução complementa e aprimora a Resolução SEMEC Nº 006, de 22 de outubro de 2025, no que tange aos direitos e procedimentos de matrícula e acolhimento dos grupos específicos aqui tratados.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranhos – MS, 22 de outubro de 2025.

TAYZIA VIEIRA GONÇALVES ACOSTA

Secretária Municipal de Educação

Matéria enviada por ELIANA LOPES PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES

ATA DA SESSAO PUBLICA DE SORTEIO DA SUBCOMISSAO TECNICA Chamamento nº 001/2025 Processo Administrativo nº 073/2025

As nove horas, do dia 21 de outubro, reuniu-se na sala de reuniões do Setor de Licitações do Município de Pedro Gomes/MS, Rua Minas Gerais, nº 392, Centro, CEP: 79.410-00, nesta cidade de Pedro Gomes/MS, a Comissão Contratação, instituída pela Portaria n° 352, sob a presidência da servidora Mychela Gomes Fernandes para, em consonância com o Aviso publicado no Diário Oficial nº 3952 do dia 21 de outubro de 2025, promover o sorteio público da Subcomissão Técnica, Chamamento público para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a Subcomissão Técnica a ser constituída para fins de análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação do tipo técnica e preço, que será instaurada pelo Município de Pedro Gomes, em consonância com o art. 10º da lei 12.232/2010, objetivando a contratação de agência para a prestação de serviços de publicidade. Aberta a sessao, a Comissão de Contratação realizou o sorteio para constituição da Subcomissão Técnica, a ser composta por 03 (tres) membros dentre os profissionais convidados, 1 - Fernando Pereira Dias, 2 - Fabio Alves Pereira - com vínculo com o Município de Pedro Gomes – 3 - Marco Antônio Nogueira sem vínculo com Município de Pedro Gomes. Informou ainda que dos nomes remanescentes da relação de indicados serão sorteados para a ordem de suplência, a serem convocados nos casos de impedimento de participacao de algum dos titulares. Em seguida, foi feito a leitura dos nomes indicados, a saber 1 – Liziane Colossi Dresch, Renan Rondon Carrijo – sem vínculo dando prosseguimento, foi realizado o sorteio dos inscritos COM VÍNCULO, atuantes na área de comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, tendo sido sorteados os seguintes nomes:

TITULARES

Resumo titulares:

1 - Fernando Pereira Dias - com vínculo

2 - Fabio Alves Pereira - com vínculo

3 - Marco Antônio Nogueira - sem vínculo

Em ato contínuo, foi efetuado o sorteio dos inscritos SEM VÍNCULO, atuantes na área de comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, tendo sido sorteados os seguintes nomes:

SUPLENTES

Resumo dos suplentes:

1 – Liziane Colossi Dresch – sem vinculo

2 – Renan Rondon Carrijo – sem vinculo

Registra-se que a presente sessao foi assistida presencialmente pelos servidores Josiele Severo dos Santos (Secretária Municipal de Administração), Ronivaldo Dias da Silva (Diretor do Departº. De Licitação) Mychela Gomes Fernandes (Agente de Contratação), Camilla Nunes Mesquita (Equipe de Apoio), Cleonice Nepumuceno Gaspar (Equipe de Apoio) bem como pelos membros da Comissão de Contratação do Município, cujo conteúdo ficara disponível para os interessados no sitio https://pedrogomes.ms.gov.br/ nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada e Iida a presente Ata que segue assinada pelos servidores. Pedro Gomes/MS, 21 de outubro 2025. Mychela Gomes Fernandes. Presidente da Comissão de contratação. Camilla Nunes Mesquita. Equipe de Apoio. Cleonice Nepumuceno Gaspar. Equipe de Apoio. Ronivaldo Dias da Silva. Diretor do Departº. De Licitação. Josiele Severo dos Santos. Secretária Municipal de Administração.

Matéria enviada por Ronivaldo Dias da Silva

Departamento de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL PEDRO GOMES PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2025 EDITAL Nº 003, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

O Município de Pedro Gomes – Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão Organizadora do Processo de Seleção Simplificada, constituída através da Portaria nº 343/2025, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, a relação da PONTUAÇÃO dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, a seguir:

ANÁLISE DE TÍTULOS

Cargo: PSICÓLOGO

Nº	Nome	Pontuação
2015	MAGNA PAULA VIDAL GONÇALVES	45
2014	MARIA APARECIDA BARBOSA DA SILVA	40
2016	MIQUEIAS ANDRE DE MELO PINASSO	20

2 - Os candidatos as vagas do processo seletivo terão 24 horas a contar da publicação no site do Município https://pedrogomes.ms.gov.br,para interpor recurso administrativo sobre os atos publicados por meio deste Edital.

3 - Os recursos administrativos deverão ser protocolados no Departamento de Recursos Humanos endereço, rua Minas Gerias, nº 392, Centro, Pedro Gomes – MS, endereçados a Comissão do Processo de Seleção Simplificada.

Pedro Gomes, MS, 22 de outubro de 2025.

JULIÉLTON DE MELO TARGINO

Matrícula nº. 3833-1

Presidente

ADERLAN GOMES FERREIRA

Matrícula nº. 3881-1

Membro

JOSIDELMA COSME DE JESUS

Matrícula nº. 244-1

Membro

IRINÉIA APARECIDA DO NASCIMENTO ZERBINE

Matrícula nº. 3866-1

Membro

EMILY RAMOS DOS SANTOS

Matrícula nº. 3876-1

Membro

Matéria enviada por Julielton de Melo Targino

Departamento de Recursos Humanos

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 147/2025

CONTRATANTE: Município de Pedro Gomes - MS

CONTRATADA: RAIANE DEISE DA SILVA BUENO

FUNDAMENTO: Fundamentado no inciso VII do Artigo 2º da Lei Complementar Nº 077/2022, de 22 de novembro de 2022.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a execução temporária, pela CONTRATADA, de atribuições e tarefas inerentes ao cargo de Engenheiro Civil, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, exercendo as atribuições/tarefas descritas no Anexo I do Edital Nº 001/2025 de 09/05/2025.

VALOR MENSAL: O CONTRATADO receberá mensalmente, como retribuição pelo seu trabalho o valor equivalente ao vencimento fixado para o cargo de Engenheiro Civil, Nível V, Classe A, nesta data equivalente a R$ 5.347,68(Cinco mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos) que poderá ser acrescido de vantagens financeiras inerentes a função, conforme condições de trabalho.

DOTAÇÃO: 02040104.122.0000.2066.0000 - 3.1.90.04.00

VIGÊNCIA: 21/10/2025 a 20/10/2026

ASSINADO EM: 21/10/2025

ASSINARAM: Josiele Severo dos Santos – contratante e Raiane Deise da Silva Bueno – contratada

Pedro Gomes/MS, 21 de outubro de 2025

Matéria enviada por Julielton de Melo Targino

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

EXTRATO DO 2ºTERMO ADITIVO Nº 080/2024

Extrato de Termo Aditivo

Termo Aditivo nº 02 ao Contrato nº 080/2024

Processo nº 074/2024

Partes: Contratante: Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos e Empresa Brasil Tecpar e Telecomunicações SA.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo.

Assinam: Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos e Empresa Brasil Tecpar e Telecomunicações SA.

Pedro Gomes – MS, 22 de outubro 2025.

Matéria enviada por ALICE FIGUEIREDO TAMAZATO GAMA

Departamento de Recursos Humanos

EXTRATO DO DISTRATO DE CONTRATO ADMINSTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 128/2025

CONTRATANTE: Município de Pedro Gomes - MS

RESCISÃO DO CONTRATO DE: HERNANDES MEDEIROS DE SOUZA

CARGO/FUNÇÃO: Contratado para exercer temporamente o cargo de Farmacêutico.

ULTIMO DIA DE TRABALHO: 21/10/2025

ASSINADO EM: 22/10/2025

ASSINARAM: Ana Kennya Rodrigues Souza – contratante e Hernandes Medeiros de Souza - Contratado

Pedro Gomes- MS, 22 de outubro de 2025.

Matéria enviada por Julielton de Melo Targino

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA

Departamento de Contabilidade

EXTRATO EMP 2907 V. J. DIAS SUPERMERCADOS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA				
Estado do Mato Grosso do Sul - 15410665/0001-40 Avenida João Selvírio de Souza				
Extrato de Empenho				
Nº do Empenho: 2907	**OR - Ordinário**	**Data: 20/10/2025**	**Página**	1 of 1
Credor: 4001757 V. J. DIAS SUPERMERCADOS LTDA				
Unidade: 02 02 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
Programática: 04.122.0002.2007.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNIC				
Elemento Desp.: 3.3.90.30.99OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO				
Desdobramento: 99				
Histórico:				
Pronto pagamento para contratação de empresa para o fornecimento de refrigerante Coca-Cola 200 ML para atender as necessidades				
da Secretaria Municipal de Administração.				

Item	QTD	Unidade	Item	Valor Unitário	Valor Total
12000	CX				
REFREGERANTE COCA - COLA 200 ML DESCARTAVEL					
1,783.560,00					

Valor do Empenho: 3.560,00

Matéria enviada por Simônia Veríssimo dos Santos

Departamento de Contabilidade

EXTRATO EMP 2908 GEOVANNA APARECIDA SANTOS MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA				
Estado do Mato Grosso do Sul - 15410665/0001-40 Avenida João Selvírio de Souza				
Extrato de Empenho				
Nº do Empenho: 2908	**OR - Ordinário**	**Data: 20/10/2025**	**Página**	1 of 1
Credor: 4007848 GEOVANNA APARECIDA SANTOS MACHADO				
Unidade: 02 02 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
Programática: 04.122.0002.2007.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNIC				
Elemento Desp.: 3.3.90.39.99OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA				
Desdobramento: 99				
Histórico:				
Processo de pronto pagamento para serviço de instalação de rufos e rufos de encosto, em atendimento as necessidades da Secretaria				
Municipal de Administração.				

Item	QTD	Unidade	Item	Valor Unitário	Valor Total
1	20	MT	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CONTRA RUFO E RUFO DE ENCOSTO	91,42857	1.828,57
2	15	MT	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CALHA COCHO	91,42857	1.371,43
				Valor do Empenho:	**3.200,00**

Matéria enviada por Simônia Veríssimo dos Santos

Departamento de Licitaçoes e Contratos - Prefeitura Municipal de Selviria

PORTARIA N.º 229-2025 DLC, FISCAL DO CONTRATO N° 005.25 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025

PORTARIA N.º 229-2025 DLC, FISCAL DO CONTRATO 005/2025 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de servidor para acompanhar e fiscalizar execução deste contrato e dá outras providencias.

Excelentíssimo Senhor JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Selvíria, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das competências que lhe são conferidas por Lei e no artigo 9º, do Decreto nº 312 de 23 de Janeiro de 2020.

CONSIDERANDO as determinações previstas no Art. 117, da Lei Federal nº 14.133/21.

CONSIDERANDO a indicação de Servidor no processo administrativo n.º 152/2024, Concorrência eletrônica n.º 002/2024.

Art.1º DESIGNAR a Sra. Patrícia Chiochetta Alves, portadora do CPF n° 022.860.631-41, como fiscal do contrato de nº 005/2025, cujo o objeto é a "*Contratação de Empresa Especializada para construção de Unidade Básica de Saúde de porte I (UBS I), através do programa Novo PAC, proposta 10530.7450001/24-010, no município de Selvíria/MS, através do Fundo Municipal de Saúde – FMS.*".

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato, ora designado, fica garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto

nº 312 de 23 de Janeiro de 2020, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução.

Art. 3º O servidor designado deverá cumprir integralmente as atribuições previstas no Decreto nº 312 de 23 de Janeiro de 2020, exercendo o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização de faltas e problemas observados e sanções que entender cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 28 de fevereiro de 2025.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Paço Municipal de Selvíria/MS, 22 de outubro de 2025.

Assinatura digital

JAIME SOARES FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Willian Braz da Cruz Negrão

Secretaria Executiva dos Conselhos da Assistencial Social

RESOLUÇÃO Nº 304/CMAS/2025

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS NOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A plenária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião Ordinária, realizada no dia 08 de setembro de 2025, dentro das competências e das suas atribuições conferidas pela Lei nº 359 de 06 de maio de 1997, alterada pela Lei nº 865/2012, e de acordo com suas deliberações de seus membros;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS é órgão superior colegiado, composição paritária (sociedade civil e governo municipal) deliberativo, fiscalizador de caráter permanente;

CONSIDERANDO a necessidade da formação de Comissão de Monitoramento do Conselho Municipal de Assistência Social– CMAS de Selvíria.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social– CMAS, realizada em 08 de setembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a composição da Comissão de monitoramento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, aos Serviços de Alta Complexidade Lar do Idoso "**PAULO DE TARSO",** Unidade de Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência "**CAMINHO DE EMAÚS"** e a Residência Inclusiva "**CASA GRANDE FAMILIA DA NEIDE".** a seguir:

Aldemir da Silva Vieira-Centro de Convivência da Melhor Idade-CCMI -Representante da Sociedade Civil)

Cinara Mello Lalucci-Trabalhador da Área- Representante da Sociedade Civil).

Maria Emília Diogo- Secretaria Municipal de Assistência Social – Representante governamental).

Lillian Michely Queiroz de Souza -Secretaria Municipal de Saúde – Representante governamental).

Parágrafo Único. A comissão será coordenada pela Conselheira **Cinara Mello Lalucci.**

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2025.

Selvíria-MS, 08 de setembro de 2025.

Viviane Aparecida Silva Santos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Matéria enviada por Maria Doralice Silva Bahia Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA
AV JOAO SELVIRIO DE SOUZA
15.410.665/0001-40 Exercício: 2025

DECRETO Nº 147 , DE 16 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.1330

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE Selviria, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$262.320,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **262.320,00**

02 01 02 CONTROLADORIA INTERNA

27	04.124.0002.2006.0000	IMPLENTAÇÃO DE UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA GOVERNAMENTAL DE SUCESSO	1.000,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 02 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

45	04.122.0002.2007.0000	IMPLENTAÇÃO DE UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA GOVERNAMENTAL DE SUCESSO	820,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

67	04.123.0002.2012.0000	IMPLENTAÇÃO DE UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA GOVERNAMENTAL DE SUCESSO	1.000,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

223	12.122.0003.2016.0000	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE QUALIDADE PARA TODOS	4.500,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	1001	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

367	08.122.0004.2033.0000	IMPLEMENTAÇÃO FORTALECIMENTO DAS POLITICAS E DOS SERVIÇOS SOCIAIS	1.500,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA

AV JOAO SELVIRIO DE SOUZA
15.410.665/0001-40 Exercício: 2025

DECRETO Nº 147 , DE 16 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.1330

02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

773	10.302.0005.2081.0000	IMPLEMENTAÇÃO DE SAUDE PARA TODOS	250.000,00
	3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção d	
	3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

657	13.392.0002.2030.0000	IMPLENTAÇÃO DE UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA GOVERNAMENTAL DE SUCESSO	3.000,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 13 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

675	26.782.0002.2050.0000	IMPLENTAÇÃO DE UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA GOVERNAMENTAL DE SUCESSO	500,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 01 01 GABINETE DO PREFEITO

19	04.122.0002.2005.0000	IMPLENTAÇÃO DE UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA GOVERNAMENTAL DE SUCESSO	-3.500,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 02 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

52	04.122.0002.2007.0000	IMPLENTAÇÃO DE UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA GOVERNAMENTAL DE SUCESSO	-820,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

220	12.122.0003.2016.0000	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE QUALIDADE PARA TODOS	-1.500,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	1001	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA

AV JOAO SELVIRIO DE SOUZA
15.410.665/0001-40 Exercício: 2025

DECRETO Nº 147 , DE 16 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.1330

02	07	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
224		12.122.0003.2016.0000	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE QUALIDADE PARA TODOS	-3.000,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
		500	Recursos não vinculados de Impostos	
		1001	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
		000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
245		12.361.0003.2017.0000	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE QUALIDADE PARA TODOS	-2.000,00
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
		500	Recursos não vinculados de Impostos	
		1001	Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
		000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
02	08	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
418		08.244.0004.2037.0000	IMPLEMENTAÇÃO FORTALECIMENTO DAS POLITICAS E DOS SERVIÇOS SOCIAIS	-1.500,00
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
		500	Recursos não vinculados de Impostos	
		0000	Sem código de acompanhamento	
		000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
02	09	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
534		10.301.0005.2063.0000	IMPLEMENTAÇÃO DE SAUDE PARA TODOS	-250.000,00
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
		600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manuten	
		3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
		000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

-262.320,00

Artigo 3o.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Selviria, 16 de outubro de 2025

JAIME SOARES FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE QUEDAS

Departamento de Licitação

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 0043/2025

PROCESSO Nº: 028/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº: 002/2025

CONTRATANTE: Município de Sete Quedas - MS
CONTRATADA: JFL Construtora Ltda.
OBJETO: Primeiro Termo Aditivo de Valor equivalente a **24,36%** sobre o valor inicial do Contrato nº 0043/2025, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO/ RECUPERAÇÃO DE ESTRADA RURAL, EM 03 (TRÊS) TRECHOS, NO MUNICÍPIO DE SETE QUEDAS/ MS, DECORRENTE DO INSTRUMENTO DE REPASSE N. 5007703/2023 (ITAIPU MAIS QUE ENERGIA), CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO EXECUTIVO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS APROVADAS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.**

VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ **249.284,08** (duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oito centavos), passando o valor total do contrato a ser de **R$ 1.272.684,08** (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e oito centavos).
As demais condições de execução contratual permanecem inalteradas.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 124, inciso I, e 125, §1º, da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

DATA DO TERMO: 22 de outubro de 2025

ASSINAM:ERLON FERNANDO POSSA DANELUZ – Prefeito Municipal, pela Contratante, E JONATHAN FRAGA DE LIMA – Representante da Contratada

Matéria enviada por ADRIANA MARTINS RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

Divisão de Licitação

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - Pregão Eletrônico n° 62/2025

Comunico a homologação do Certame na modalidade **Pregão Eletrônico n° 62/2025**, que versa sobre a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS PARA ATENDER O CENTRO INFANTIL PROFESSORA MICHELLE MARIA CANEJO, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº701, PROCESSO Nº29/050.223/2023, FIRMADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA-MS, **CONVOCO** os (as) representantes das empresas vencedoras da licitação, a comparecerem na Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da convocação, para assinarem a(o) ata/contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

COMERCIAL APP COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA, CNPJ Nº 49.353.698/0001-18, no valor total de R$ **31.524,00 (trinta e um mil quinhentos e vinte e quatro reais);**

WDCL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 39.436.640/000184, no valor total de R$ 11.061,00 (onze mil e sessenta e um reais);

COMERCIAL LUANE LTDA, CNPJ Nº 60.579.824/0001-90, no valor total de R$ 1.525,00 (mil quinhentos e vinte e cinco reais); e

JESSICA ALVES COMERCIAL LTDA, CNPJ Nº 54.517.369/0001-03, no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais).

Sidrolândia - MS, 22 de outubro de 2025.

VILI MARCOS TOGNON

Secretário Municipal de Educação

Decreto nº 03/2025

Matéria enviada por Ademilson Teixeira de Matos

Divisão de Licitação

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - Pregão Eletrônico n° 63/2025

Comunico a homologação do Certame na modalidade **Pregão Eletrônico n° 63/2025**, que versa sobre **O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AR-CONDICIONADO DESTINADOS À PREFEITURA E SUAS SECRETARIAIS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES**, C**ONVOCO** o (a) representante da empresa vencedora da licitação, a comparecerem na Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, no prazo de ---- (------) dias, a contar da data da convocação, para assinarem a(o) ata/contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

JULIANO VEZENTIN EIRELI ME, CNPJ Nº 08.694.780/0002-00, no valor total de R$ 101.351,21 (cento e um mil trezentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos);

J R MACHADO IMP. E EXP. LTDA, CNPJ Nº 53.553.859/0001-94, no valor de R$ 1.258.443,00 (um milhão duzentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e quarenta e três reais);

ARPEJO COMUNICACÃO, COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 44.931.075/0001-61, no valor total de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais);

ARCADIA COMERCIO E SERVICO LTDA, CNPJ Nº 57.651.596/0001-07, no valor total de R$ 64.860,95 (sessenta e quatro mil oitocentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos); e

ECOMÉRCIO AR CONDICIONADOS LTDA, CNPJ Nº 61.474.511/0001-19, no valor total de R$ 436.816,00 (quatrocentos e trinta e seis mil oitocentos e dezesseis reais)

Sidrolândia - MS, 22 de outubro de 2025.

Welbet José Biagi De Amorim

Decreto n° 122/2025

Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Ademilson Teixeira de Matos

Departamento de Licitação

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2483/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2025

O MUNICIPIO DE SIDROLÂNDIA, Estado de Mato Grosso do Sul, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo "**MENOR TAXA ADMINISTRATIVA (MAIOR DESCONTO)**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições pertinentes.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA-MS, INCLUINDO SISTEMA INFORMATIZADO WEB, CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA GERAL, FUNILARIA, SUSPENSÃO, PINTURA, AR CONDICIONADO, REBOQUE, VIDRAÇARIA, CAPOTARIA, TAPEÇARIA, RETIFICA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E INSPEÇÃO VEICULAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DISCRIMINADOS.

TIPO: MENOR TAXA ADMINISTRATIVA (MAIOR DESCONTO)

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: 03 de novembro de 2025 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bll.org.br

*Todas as referências de tempo observarão o horário de Brasília.

RETIRADA DO EDITAL: O Edital deve ser obtido exclusivamente no Site da Prefeitura Municipal, htpp://www.sidrolandia.ms.gov.br/ no link "licitações" bem como no endereço: www.bll.org.br.

Sidrolândia/MS, 22 de outubro de 2025.

ANDRIEL NANTES MUNIZ

Pregoeiro

Matéria enviada por Fábio Greffe Silvério

Secretaria Municipal de Educação - Superintendência Pedagógica

EDITAL Nº 180/2025 – ABERTURA DE ANÁLISE CURRICULAR PARA DOCENTE

EDITAL Nº 180/2025 – ANÁLISE CURRICULAR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ANÁLISE CURRICULAR PARA FINS DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSOR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2025

O Secretário Municipal de Educação de Sidrolândia, Vili Marcos Tognon no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de suprir carências emergenciais de professores, e a ausência de candidatos aprovados aptos no processo seletivo para contratação temporária de professores, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, a abertura do edital para análise curricular, destinado a contratação emergencial de Professores da Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia-MS. Nos termos deste Edital para o ano letivo de 2025, sob o amparo do interesse público, observando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência administrativa, regendo-se pelas Instruções contidas neste Edital, com base no art. 37, inciso II, da CF e o disposto na Lei Complementar Municipal nº 110 de 04 de janeiro de 2016.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 Poderão inscrever-se neste edital de convocação para análise curricular de professores temporários da Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia/MS: professores com Nível Superior – Licenciatura ; ter 18 (dezoito) anos ou mais; ser brasileiro nato ou naturalizado; haver cumprido com as obrigações do serviço militar, se for o caso; estar em dia com a justiça eleitoral.

2. DAS INCRIÇÕES:

2.1 Os interessados deverão enviar a ficha de inscrição devidamente preenchida, conforme ANEXO I deste edital, o certificado que comprove sua habilitação à vaga (lembrando que a formação na área é pré-requisito) e demais documentos comprobatórios exigidos (FORMATO PDF) para efeito de avaliação curricular, conforme o quadro de titulação disponível neste edital, no email: analisecurricular@sidrolandia.ms.gov.br no período de 23 de outubro de 2025 à 24 de outubro de 2025, até às 15h;

2.1 Poderão inscrever-se professores com vínculo efetivo com a Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia/MS desde que não ultrapassem a carga horária máxima permitida de 44 horas semanais;

2.2 Professores em regime de contrato temporário na Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia/MS, classificados no Processo Seletivo Simplificado, para a constituição de banco reserva, para contratação temporária no ano letivo de 2025, desde que não ultrapassem a carga horária máxima permitida de 44 horas semanais;

2.3 E professores sem vínculo na Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia/MS.

3. DA ANÁLISE CURRICULAR

3.1 Para efeito de avaliação, todas as atividades previstas dos títulos deverão estar concluídas.

3.2 A Análise Curricular ocorrerá, observando os critérios e o valor correspondente em pontos explicitados no quadro abaixo:

ITENS	TÍTULOS		
		PONTUAÇÃO	
01	FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	UNITÁRIA	MÁXIMA
	Ser efetivo na Rede Municipal de Ensino.	3,0	3,0
	Diploma e/ou declaração de conclusão, desde que acompanhada do histórico ou ata de defesa de tese, de curso de pós-graduação em nívelde **Doutorado** – stricto sensu na **área de atuação**.	3,0	3,0
	Diploma e/ou declaração de conclusão, desde que acompanhada do histórico ou ata de defesa do curso, de pós-graduação em nível de **Mestrado** – stricto sensu na **área de atuação**.	2,0	2,0
	Diploma, Certificado ou Declaração, desde que acompanhando do histórico escolar de conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de **Especialização** (mínimo de 360 horas), **na área de atuação**, **EXCETO**aquela correspondente ao requisito para a função que concorre.	1,0	1,0
02	**TEMPO DE SERVIÇO:**		
	Serviço prestado à Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal: Certidão original em papel timbrado, com assinatura e carimbo do responsável pelo órgão de recursos humanos do tempo de serviço, devendo constar o período com dia, mês e ano do serviço prestado na área específica do cargo. Serviço prestado à Empresa Privada: Carteira de Trabalho atualizada, com a página de identificação do candidato e página dos contratos de trabalho, das empresas privadas, do tempo de serviço na área específica do cargo.	0,25 (para cada180 dias de serviço)	1,0
	TOTAL		**10,0**

3.3 Para todos os componentes curriculares:

a) Não serão computados documentos que não contenham, de forma expressa e precisa, as informações necessárias à sua avaliação, assim como aqueles cujas cópias estiverem ilegíveis, mesmo que parcialmente;

b) São consideradas informações necessárias nos documentos:

Carga horária;

Período do curso;

Nome da Instituição com timbre ou carimbo impresso

Assinatura do responsável pela instituição, com identificação e/ou carimbo;

c) Para efeito de pontuação, cada título será considerado uma única vez;

d) Cada título será avaliado de acordo com a carga horária expressa, não sendo permitida a soma de carga horária de mais de um título para o mesmo item;

e) Não serão considerados os certificados cuja carga horária seja incompatível com o período de realização da atividade;

f) Não serão consideradas as disciplinas cursadas isoladamente nos cursos de graduação ou pós- graduação;

g) Todo documento, expedido em língua estrangeira, somente será considerado quando traduzido para a Língua Portuguesa, por tradutor público juramentado;

h) Os documentos de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação, expedidos em língua estrangeira, deverão estar revalidados por Instituição de Ensino Superior no Brasil, conforme Art. 48 da Lei nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

i) A apresentação de documento que não coadune com a verdade implicará na eliminação dos documentos, mediante publicação em edital;

j) A apresentação de documento com rasuras ou alterações em qualquer informação, se comprovadas,

k) Será caracterizado fraude e implicará na eliminação do candidato, mediante publicação em edital;

l) Os títulos, após sua entrega, não poderão ser substituídos ou devolvidos e não será permitido acrescentar outros títulos aos já entregues.

m) A nota da Análise Curricular será a soma dos pontos obtidos com a titulação apresentada.

n) O resultado do total dos pontos obtidos na Análise Curricular será divulgado através de edital específico que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, e disponibilizado nos endereços eletrônicos: http://www.sidrolandia.ms.gov.br e, facultativamente, em outros órgãos da imprensa.

4. DOS RECURSOS

4.1 O candidato poderá recorrer:

4.2 Face à omissão de seu nome ou para retificação de dados o corridos por erro de digitação, na publicação da relação de candidatos inscritos;

4.3 Contra o resultado da Análise Curricular que deverá ser publicado em diário oficial no dia **27/10/2025.**

4.4 O recurso deverá ser enviado no email: analisecurricular@sidrolandia.ms.gov.br.

4.5 O candidato poderá recorrer no dia **27/10/2025 até às 14h.**

4.6 O recurso deverá ser devidamente fundamentado e instruído em formulário específico, conforme **ANEXO II**, deste Edital, e deverá ser escaneado e enviado (formato PDF) no email: analisecurricular@sidrolandia.ms.gov.br

4.7 Serão indeferidos os recursos que não observarem a forma e o prazo constantes neste Edital;

4.8 A publicação do resultado dos Recursos (quando houver) será no dia **29/10/2025.**

5. DA SELEÇÃO E CONVOCAÇÃO:

5.1 A seleção dos candidatos será por meio de análise do Currículo e da documentação comprobatória com base nos critérios definidos neste Edital.

5.2 Se o candidato inscrito for selecionado para ministrar aulas na Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia/MS, deverá apresentar os documentos originais, com cópia legível e sem rasuras,para autenticação, in loco, conforme **ANEXO III;**

5.3 Somente serão considerados títulos de formação acadêmica, aqueles emitidos por Instituições Reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC.

I - Candidatos que já ministram aulas ou que estão em docência na Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia/MS deverão conferir documentação e atualizá-la, se necessário, conforme disposto no item e respectivos subitens.

5.4 O candidato selecionado ao cargo de professor temporário para ministrar aulas na Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia /MS, receberá remuneração em conformidade com a legislação vigente, proporcional às horas semanais trabalhadas, sem que lhe seja possibilitada a alteração de nível durante esse período de admissão temporária,considerados na Lei Complementar nº 110 de 04 de janeiro de 2016 e na Lei Complementar nº 007/2002, de 27 de março de 2002.

5.5 Em caso de haver dois ou mais professores em situação de empate na claassificação, para a mesma vaga/unidade escolar, deverão ser observados a ordem e critérios abaixo:

I - Dar-se-à prioridade ao professor efetivo com mais tempo de exercício na Rede Municipal de Ensino;

II - Persistindo o empate, será priorizado o professor com maior idade cronológica;

III - Havendo empate entre os participantes através do Processo Seletivo vigente, será priorizado o professor melhor classificado;

5.6 O candidato selecionado será convocado por meio do contato telefônico informado na ficha enviada , sendo de

inteira responsabilidade do candidato as informações do anexo I.

6. DOS IMPEDIMENTOS:

6.1 São impedimentos à seleção do candidato para professorestemporários ministrarem aulas na Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia/MS se:

a) Estiver afastado por motivo de licença médica, licença maternidade, licença para acompanhar cônjuge, licença para tratar de interesse particular ou cedido a outro órgão;

b) For o cupante de cargo ou emprego que lhe implique acumulação ilícita;

c) Estiver aposentado por invalidez ou sob forma compulsória;

d) Tiver sofrido penalidade na forma da lei;

e) Possuir condenação administrativa ou criminal, com trânsito em julgado;

f) Estiver sendo processado por crime ou com os direitos políticos suspensos;

g) Ocupar função de confiança na Administração Pública.

h) Estiverem termo aditivo na Rede Pública Municipal de Sidrolândia–MS

7. DA REVOGAÇÃO:

7.1 A convocação e/ou as aulas complementares serão revogadas mediante a constatação das seguintes situações:

a) Ocupação da vaga por candidato aprovado em concurso público;

b) Retorno do professor substituído;

c) Remoção de professor efetivo para aunidade onde houver vaga pura;

d) Não apresentação de bom desempenho de professor temporário na regência de classe, na assiduidade e pontualidade, comprovado mediante apresentação de relatório circunstanciado, elaborado e assinado pela direção e equipe da coordenação pedagógica da unidade de ensino;

e) A pedido do professor temporário;

f) Quando houver extinção da vaga pura;

g) Poderá ser rescindido conforme interesse público.

8. DAS VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO: CARGOS QUE ATUARÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM JOÃO BATISTA		
Etapa	**Componente curricular/ Unidade Escolar**	**Requisito de Escolaridade**
Ensino Fundamental II	CIÊNCIAS EJA – 3º/4º FASE – 3h/a 9º Ano matutino – 2h/a	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Biologia ou em Ciências com Habilitação em Biologia ou Educação do , com habilitação em Ciências da Natureza ou Licenciatura em Ciências da Natureza

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1. A seleção de candidatos para ministrarem aulas em caráter temporário na Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia/MS implicará irrestrita aceitação das disposições estabelecidas neste edital e em outros instrumentos normativos inerentes que forem publicados;

9.2. As eventuais carências serão supridas em conformidade com a habilitação específica do componente curricular, e não havendo candidatos habilitados inscritos e aptos à vaga, a seleção deverá ocorrer por áreas de conhecimento afins ao componente curricular em questão.

9.3. A qualquer tempo poderá ser revogada a convocação ou canceladas as aulas complementares, caso se verifique alguma irregularidade nas declarações ou na documentação apresentada, sem prejuízo das sanções penais cabíveis impostas a ele, ou em decorrência de quaisquer subitens do item 10.1 deste Edital.

9.4. Os casos omissos serão resolvidos, pela Secretaria Municipal de Educação de Sidrolândia/MS.

ANEXO I EDITAL Nº 180 - CONVOCAÇÃO PARA ANÁLISE CURRICULAR, DE 23DE OUTUBRO DE 2025 PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSOR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2025/ SIDROLÂNDIA/MS.

FICHA DE INSCRIÇÃO

1.Dados Pessoais:	
NOME:	
DATA DE NASCIMENTO:	
FORMAÇÃO: Licenciado(a) em _____	
TELEFONE: ( )_____ E-MAIL:_____	
ENDEREÇO: _____ Nº:_____	
COMPLEMENTO: _____ BAIRRO: _____	
MUNICÍPIO: _____ CEP:_____	
POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO?	
A.( )SIM B.( )NÃO	
TIPO:( )PÚBLICO ( )PRIVADO	
JORNADA DE TRABALHO ATUAL: _____ HORAS / SEMANAIS.	
PERÍODO: ( ) MATUTINO ( ) VESPERTINO ( ) NOTURNO	
2.Opção de Inscrição:	**Componente Curricular**

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

Sidrolândia, _____de_____de 2025.

ANEXO II - EDITAL Nº 180 - CONVOCAÇÃO PARA ANÁLISE CURRICULAR, DE 09 DE JUNHO DE 2025 PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSOR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2025/SIDROLÂNDIA/MS.

MODELO DE FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

RESULTADO DA ANÁLISE CURRICULAR CONFORME EDITAL Nº 180 DE 23 DE OUTUBRO DE 2025 PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSOR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2025/ SIDROLÂNDIA/MS.
Eu,_____, inscrito(a) no CPF nº_____, concorrente a vaga de Professor(a) _____, apresento recurso junto à Comissão, contra o **RESULTADO DA ANÁLISE CURRICULAR** constante no referido edital.
Os argumentos com os quais contesto o resultado publicado são:

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

SIDROLÂNDIA,_____ DE _____ DE 2025.

ANEXO III – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATO (NÃO ATUOU EM 2024)

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO ADMISSIONAL ;

CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG);

CÓPIA DO CPF;

COMPROVANTE DE SITUAÇÃO CADASTRAL NO CPF (DISPONÍVEL NO SITE

https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp);

CÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR E CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL (DISPONÍVEL NO SITE www.tre-ms.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes);

COMPROVANTE DE QUITAÇAO COM AS OBRIGAÇÕES MILITARES, QUANDO COUBER (VERIFICAR OS CARIMBOS NO VERSO);

CARTÃO DO PIS/PASEP, COM DECLARAÇÃO DE PIS/PASEP;

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO (SE POSSÍVEL CONTA DE ENERGIA);

ESTADO CIVIL (CERTIDÃO DE CASAMENTO OU NASCIMENTO);

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS DEPENDENTES MENORES DE 14 ANOS;

CPF DE TODOS OS DEPENDENTES;

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE EXIGIDO PARA O CARGO (PARA PROFESSORES DIPLOMA DE LICENCIATURA);

CARTEIRA DE MOTORISTA (PARA CONTRATO DE MOTORISTA)/CÓPIA DO DIPLOMA DO CURSO DE TRANSPORTE ESCOLAR;

PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES (FORMULÁRIO PRÓPRIO);

01 (UMA) FOTO 3X4 ATUAL;

CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO (PÁGINA DA FOTO E PÁGINA DA QUALIFICAÇÃO CIVIL);

CERTIDÃO NEGATIVA CIVIL (DISPONÍVEL NO SITE https://esaj.tjms.jus.br/sco/abrirCadastro.do);

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL (DISPONÍVEL NO SITE https://esaj.tjms.jus.br/sco/abrirCadastro.do);

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI CARGO OU OUTRA FUNÇÃO PÚBLICA (FORMULÁRIO PRÓPRIO);

CONTA BANCÁRIA NO BANCO BRADESCO (IDENTIFICAR SE FOR AGÊNCIA DE OUTRO MUNICÍPIO);

JUSTIFICATIVA DE CONTRATO CONFECCIONADA PELA ESCOLA/CMEI/DEPARTAMENTO;

NÚMERO DO TELEFONE PARA CONTATO (COLOCAR NA JUSTIFICATIVA DE CONTRATO);

OBS: APRESENTAR JUNTO COM AS CÓPIAS A DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL. UM RESPONSÁVEL NA UNIDADE ESCOLAR DEVERÁ CONFERIR E CARIMBAR AS CÓPIAS (CONFERE COM O ORIGINAL).

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATO (PROFESSOR QUE TRABALHOU/ATUOU EM 2024)

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO ADMISSIONAL;

COMPROVANTE DE SITUAÇÃO CADASTRAL NO CPF (DISPONÍVEL NO SITE

https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp);

CPF DOS DEPENDENTES;

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE EXIGIDO PARA O CARGO (PARA PROFESSORES DIPLOMA DE LICENCIATURA);

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL (DISPONÍVEL NO SITE www.tre-ms.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes);

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO (SE POSSÓVEL CONTA DE ENERGIA);

PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES (FORMULÁRIO PRÓPRIO);

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI CARGO OU OUTRA FUNÇÃO PÚBLICA (FORMULÁRIO PRÓPRIO);

CERTIDÃO NEGATIVA CIVIL (DISPONÍVEL NO SITE https://esaj.tjms.jus.br/sco/abrirCadastro.do);

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL (DISPONÍVEL NO SITE https://esaj.tjms.jus.br/sco/abrirCadastro.do);

NÚMERO DA CONTA BANCÁRIA – BANCO BRADESCO (IDENTIFICAR SE FOR AGÊNCIA DE OUTRO MUNICÍPIO).

JUSTIFICATIVA DE CONTRATO CONFECCIONADA PELA ESCOLA/CMEI/DEPARTAMENTO; NÚMERO DO TELEFONE PARA CONTATO (COLOCAR NA JUSTIFICATIVA DE CONTRATO);

OBS: APRESENTAR JUNTO COM AS CÓPIAS A DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL. UM RESPONSÁVEL NA UNIDADE ESCOLAR DEVERÁ CONFERIR E CARIMBAR AS CÓPIAS (CONFERE COM O ORIGINAL).

Sidrolândia- MS, 23 de outubro de 2025.

Vili Marcos Tognon

Secretário Municipal de Educação

Matéria enviada por Rodolfo Marocchio Tavares

Departamento de Licitação

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2025

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 065/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 3438/2025

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

1. PREÂMBULO:

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA/MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.501.574/0001-31, com sede na rua São Paulo nº 964 – Centro, CEP 79.170-000, no Município de Sidrolândia/MS, torna público para conhecimento dos interessados que estará aberto **CREDENCIAMENTO** para empresas que tenham interesse no **fornecimento de Marmitex e Refeição tipo Self-service para atender as demandas das secretarias municipais**, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

1.2. O edital e seus anexos estarão disponíveis para download nas seguintes páginas:

Página Oficial da Prefeitura: https://sidrolandia.ms.gov.br;

Pelo Aplicativo Web: https://sidrolandia.credenciamei.com.br e

Portal Nacional de Compras Públicas: https://www.pncp.gov.br

1.3. Toda a comunicação entre prefeitura e empresas interessadas em participar do credenciamento deverá ocorrer

pelo endereço eletrônico (e-mail) credenciamento@sidrolandia.ms.gov.br

1.4. Toda a execução dos serviços, após o credenciamento das empresas será realizada pela interação entre a Administração e os credenciados através do portal https://sidrolandia.credenciamei.com.br e aplicativo "CREDENCIAMEI".

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

2.1. O presente edital de Chamamento Público reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto 147/2025 que regulamenta a matéria no âmbito local, Instruções Normativas e legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

2.2. O presente processo é regido em conformidade com o art. 74 inciso IV, art. 78 inciso I e art. 79 inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Constituição Federal e Decreto 147/2025 que regulamenta a matéria no âmbito local demais legislações pertinentes.

2.3. Os casos omissos serão decididos pela credenciante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Constitui objeto do presente termo o chamamento público para o CREDENCIAMENTO de empresas que tenham interesse no **fornecimento de Marmitex e Refeição tipo Self-service**, respeitando as normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária, por um período de 12 meses, a fim de atender a Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS em todos os seus departamentos de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência Anexo I deste Instrumento.

3.2. As empresas interessadas em participar do credenciamento, respectivamente a sua área de interesse em se credenciar, deverão possuir como finalidade a prestação de serviços constantes no Anexo I – Termo de Referência.

4. DO LOCAL, PERÍODO E HORÁRIO PARA O CREDENCIAMENTO:

4.1. **LOCAL:** Os proponentes interessados em participar do credenciamento deverão enviar pelo e-mail: credenciamento@sidrolandia.ms.gov.br **a partir da data de publicação do presente edital,** o **Requerimento de Credenciamento** e os **Documentos de habilitação**, indicando de forma precisa em quais itens/serviços pretende se credenciar, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência e Anexo II – Modelo de Requerimento de Credenciamento.

4.2. Toda documentação deverá ser enviada eletronicamente para o e-mail: credenciamento@sidrolandia.ms.gov.br. Não haverá recebimento de documento fisicamente.

4.3. O edital de chamamento público para credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, admitido o cadastro de novos interessados.

4.4. **A cada mês, no segundo dia útil**, será realizada sessão pública para analisar o requerimento de credenciamento e a documentação de habilitação de outros credenciados, que manifestarem interesse no edital.

4.4.1 As sessões serão realizadas nas seguintes datas:

01ª sessão: Prazo para envio: 17/08/2025 - Data da sessão 18/08/2025 – às 9h00min;
02ª sessão: Prazo para envio: 01/09/2025 - Data da sessão 02/09/2025 – às 9h00min;
03ª sessão: Prazo para envio: 01/10/2025 - Data da sessão 02/10/2025 – às 9h00min;
04ª sessão: Prazo para envio: 03/11/2025 - Data da sessão 04/11/2025 – às 9h00min;
05ª sessão: Prazo para envio: 01/12/2025 - Data da sessão 02/12/2025 – às 9h00min;
06ª sessão: Prazo para envio: 05/01/2025 - Data da sessão 06/01/2026 – às 9h00min;
07ª sessão: Prazo para envio: 02/02/2026 - Data da sessão 03/02/2026 – às 9h00min;
08ª sessão: Prazo para envio: 02/03/2026 - Data da sessão 03/03/2026 – às 9h00min;
09ª sessão: Prazo para envio: 01/04/2026 - Data da sessão 02/04/2026 – às 9h00min;
10ª sessão: Prazo para envio: 04/05/2026 - Data da sessão 05/05/2026 – às 9h00min;
11ª sessão: Prazo para envio: 01/06/2026 - Data da sessão 02/06/2026 – às 9h00min;
12ª sessão: Prazo para envio: 01/07/2026 - Data da sessão 02/07/2026 – às 9h00min;

4.8. Os novos credenciados comporão o ranqueamento, sendo incluídos no final da lista.

4.9. Caso haja mais de um novo credenciado naquele mês, será realizado o sorteio para definir a sequência destes no final do ranqueamento.

4.10. Enquanto estiver vigente o edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencham as condições ora exigidas.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão participar do Credenciamento as pessoas jurídicas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao objeto credenciado.

5.1.1. Para verificação da compatibilidade entre as atividades da proponente e o objeto credenciado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

5.2. Sob pena de desclassificação, os interessados a participar do presente credenciamento deverão enviar a documentação pelo e-mail: credenciamento@sidrolandia.ms.gov.br

5.2.1. Só serão aceitos documentos legíveis.

5.2.2. Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas.

5.2.3. O agente de contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

5.3. A validade para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou estabelecidos em lei.

5.4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

5.4.1. Empresas que não atenderem às condições deste Edital e seus anexos;

5.4.2. Demais casos explicitados no art.14 da Lei nº 14.133, de 2021:

I – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo de credenciamento, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

III - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

III - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

IV - Empresas que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

V - Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

VI - Empresas que estejam reunidas em consórcio. Obs: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "**consórcio**".

5.5. O presente Edital não possibilitará a participação das Pessoas Físicas.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. O **requerimento de credenciamento** deverá ser elaborado, preferencialmente em papel timbrado da proponente, devendo estar identificado, datado e assinado pelo representante legal (conforme modelo **ANEXO II**), redigido em português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, devendo ser respeitada a descrição mínima para os itens proposta no edital.

6.2. O **requerimento de credenciamento** e a **documentação de habilitação** será recebido pelo Agente de Contratação até o dia, hora no e-mail mencionados no item 4.7.1 deste instrumento, com o seguinte TÍTULO: MARMITEX E REFEIÇÃO TIPO SELF-SERVICE.

6.3. Aberto o período para solicitações de credenciamento, a interessada em participar do Credenciamento deverá enviar o **Requerimento de Credenciamento** e os **Documentos de habilitação**, Declarando que aceita o valor proposto a ser pagar pelos serviços prestados para a Administração, conforme Estimativa de Preço do Termo de Referência Anexo I, de forma que os valores já englobam todos os custos operacionais da atividade, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba a proponente direito de reivindicar custos adicionais.

6.4. A inscrição não assegura o credenciamento junto à Administração, constituindo, entretanto, elemento indispensável para análise que avaliará a conformidade com este Edital e a inclusão ou não do interessado em listagem de habilitados ao credenciamento.

6.5. A lista de credenciados/habilitados será divulgada na data e hora prevista no item 4.4.1. deste edital e posteriormente, serão realizados a cada 3º dia útil no mês, quando houver novos credenciados e/ou descredenciados.

6.6. Será aceita a inscrição extemporânea ou condicional, bem como a complementação ou alteração de documentos depois de protocolada a inscrição, porém os documentos serão analisados na próxima sessão pública.

6.7. O requerimento da inscrição é particular e individual.

6.8. A simples participação neste credenciamento implica em:

6.8.1. Plena aceitação, por parte da interessada, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às proponentes pela realização de tais atos;

6.8.2. Comprometimento da credenciada em prestar os serviços objeto deste procedimento em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

6.8.3. Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

6.8.4. Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pelo Agente de Contratação;

6.8.5. Manter, durante toda a execução deste Edital e de eventual contrato, em contabilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas no credenciamento.

6.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.

7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO:

7.1. Os documentos de habilitação exigidos constam do item 5.4 do Termo de Referência.

7.6. DEMAIS DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

7.6.1. A Credenciante deverá apresentar a "Declaração de Cumprimentos de Requisitos Legais" (**Modelo de Declaração Anexo III**), declarando que:

Está plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições do presente Edital e de seus Anexos.

Que Não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; (inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021);

Que Não mantem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; (inciso IV, do art. 14° da Lei 14.133/2021);

Que Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos; (art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal 1988 e art. 68, VI, da Lei 14133/2021);

Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta; (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021);

8. DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. Os documentos constantes do item 7 serão analisados pelo Agente de Contratação, quanto a sua conformidade com o solicitado em edital.

8.2. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientado que:

Se a credenciante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) Se a credenciante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.3. Todos os documentos exigidos deverão estar com prazo de validade em vigor na data de sua apresentação. Quando não houver validade expressa no documento, serão considerados válidos por **30 (trinta) dias**, contados da data de sua emissão.

8.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.5. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

8.6. O Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.7. Os documentos emitidos vias Internet poderão ser verificadas pelo Agente de Contratação quanto a sua autenticidade e validade mediante pesquisa nas respectivas páginas.

8.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o Agente de Contratação considerar a proponente inabilitada.

8.9. Poderá o Agente de Contratação declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a PREFEITURA, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

8.10. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Agente de Contratação considerará o proponente inabilitado e o mesmo não será credenciado.

8.11. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

8.12. O proponente que for inabilitado e tiver o julgamento indeferido, havendo interesse em participar do credenciamento, poderá após sanar eventuais pendencias, solicitar nova inscrição no credenciamento, onde em havendo a habilitação e deferimento da nova inscrição, integrará a lista de credenciados da PREFEITURA.

8.13. O Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância do requerimento, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado.

8.14. Será verificado se o Interessado possui alguma restrição de contratar com a administração pública, mediante a realização de **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica** no Portal do TCU; https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/; a qual também abrange os seguintes cadastros: (Inidôneos - Licitantes Inidôneos, CNIA, CEIS, CNEP):

Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU; (http://www.portal.tcu.gov.br)

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; (http://www.cnj.jus.br);

Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU (http://www.portaltransparencia.gov.br);

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU; (http://www.portaltransparencia.gov.br);

8.14.1. Caso conste em face do Interessado registro de INIDONEIDADE, em qualquer ente da administração pública (federal, estadual ou municipal), **o mesmo NÃO será credenciado**.

8.14.2. Registro de SUSPENSÃO, em qualquer órgão/entidade que não a Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, não impede a participação no credenciamento;

8.14.3. Registro de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR com a Prefeitura de Sidrolândia/MS, ensejará a inabilitação da proponente;

9. DOS PROCEDIMENTOS DO CREDENCIAMENTO:

9.1. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital, será habilitado e credenciado, sendo o respectivo Termo de Credenciamento firmado em processo de inexigibilidade de licitação, prevista no inciso IV, do art. 74 e no inciso I do art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2. O processo de credenciamento de que trata este Edital obedecerá às seguintes etapas:

a) Recebimento do requerimento de credenciamento e documentação exigida em edital, realizados de forma eletrônica, por meio do envio da documentação para o e-mail: credenciamento@sidrolandia.ms.gov.br

b) Análise e Aceite da documentação pelo Agente de Contratação;

c) Instrução e autuação do processo de Credenciamento;

d) Adjudicação e Homologação do Processo de Credenciamento e sua posterior publicação em Diário Oficial;

e) Elaboração do Termo de Credenciamento e envio para as partes assinantes; e

f) Cadastramento das empresas credenciadas no aplicativo: https://sidrolandia.credenciamei.com.br por onde toda a execução será realizada.

9.3. O e-mail contendo requerimento de credenciamento e documentos de habilitação, deverá ser enviado para o endereço credenciamento@sidrolandia.ms.gov.br até o horário previsto no edital para a apresentação dos documentos. Item 4.7.1.

9.4. Considerar-se-á habilitadas e credenciadas as proponentes que satisfazerem todas as exigências do edital.

9.5. Será considerada Inabilitada a Proponente que enviarem documento de habilitação que apresente falha não sanável ou vencida.

9.6. Após o encerramento o processo será encaminhado para adjudicação e homologação pela autoridade competente.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de credenciamento será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar o edital de credenciamento por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação do credenciamento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar os termos de credenciamento.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo de credenciamento deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

10.5. A anulação do processo credenciamento induz aos termos de credenciado.

10.6. Os proponentes ao credenciamento não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo de credenciamento.

10.7. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará o credenciamento.

10.8. Encerrada essas fases, o resultado do credenciamento com a lista das empresas habilitadas e credenciadas, segundo os critérios do edital, será publicada no portal Oficial Eletrônico do Município, e estará disponível no aplicativo web, htpps://sidrolandia.credenciamei.com.br

11. DA DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS E DO RATEIO DOS SERVIÇOS:

11.1. Homologado o credenciamento, os habilitados assinarão o Termo de Credenciamento, vinculado a este Edital e obediente ao disposto no art. 89 da Lei n. 14.133/2021, no prazo de até 3 **(três) dias úteis** após a convocação.

11.2. Os serviços serão solicitados POR DEMANDA, conforme necessidade das secretarias do Município de Sidrolândia/MS e seguirão a lista de sorteio com ranqueamento inicial, e após isso será automatizada pelo aplicativo web https://sidrolandia.credenciamei.com.br

11.3. Cada empresa credenciada contará com acesso individual e seguro à plataforma, por meio de login exclusivo, onde receberá, registrará e acompanhará as requisições oficiais emitidas pela Administração.

11.4. As Autorizações de Fornecimento (AF) serão emitidas eletronicamente pelas secretarias demandantes e encaminhadas automaticamente ao credenciado escalado, conforme lógica de **rateio por saldo de atendimento** entre os habilitados. O prestador terá o prazo **de até 2 (duas) horas** para manifestar o aceite.

11.5. No caso de recusa e/ou perda do prazo para confirmar a prestação de serviço, o sistema automaticamente notificará o próximo credenciado a se manifestar sobre a possibilidade de realizar o serviço.

11.6. Após a manifestação de manutenção das cláusulas editalícias, (certidões em dias) e com o ACEITE no sistema, o credenciado irá prestar o serviço.

11.7. O credenciado poderá recusar a demanda, caso não haja disponibilidade para aquele período.

11.8. Todas as demandas, aceites, recusas e movimentações de cada solicitação de serviço são registradas automaticamente no sistema e farão parte dos relatórios emitidos pela Prefeitura para a condição de pagamento.

11.9. A gestão por meio da plataforma será obrigatória e exclusiva, sendo vedado qualquer procedimento fora do

ambiente eletrônico oficial. A utilização do sistema é parte essencial da execução e condição necessária para a efetivação dos pagamentos.

11.10. A Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, apresentará a operacionalização do aplicativo web https://sidrolandia.credenciamei.com.br a todos os credenciados habilitados, além de disponibilizar manuais de orientação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CREDENCIADAS:

12.1. As obrigações das credenciadas constam do item 12 do Termo de Referência da Contratação.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA

13.1. As obrigações da Prefeitura constam do item 13 do Termo de Referência da Contratação.

14. DO LOCAL, FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

14.1. As secretarias demandantes acionarão as empresas credenciadas seguindo o ranqueamento inicial e posterior automatização pelo aplicativo https://sidrolandia.credenciamei.com.br, no qual encaminhará as demandas para as empresas cadastradas com maior saldo de disponibilidade.

14.2. Os prazos de execução dos serviços serão definidos na Autorização de Fornecimento, de acordo com cada necessidade das secretarias demandantes.

14.3. Toda a comunicação será realizada por meio do aplicativo web, no qual é registrado todos os históricos e trâmites administrativos.

15. DA FORMA MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

15.1. As regras acerca da forma de pagamento estão previstas no item 8 do Termo de Referência (**ANEXO I**) deste Edital.

16. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: credenciamento@sidrolandia.ms.gov.br.

16.2. Os pedidos de esclarecimentos ou a impugnação serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido ou impugnação.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem o credenciamento.

16.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.4. Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado novamente.

17. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

17.1. As obrigações decorrentes deste Credenciamento consubstanciar-se-ão em TERMO DE CREDENCIAMENTO cuja minuta consta do **Anexo VI** deste edital;

17.2. O termo de credenciamento terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação, podendo, ser prorrogado, a critério da Prefeitura, até o limite da permissibilidade conferida, nos termos dos artigos 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou outra que a vier a substituir.

18. DOS VALORES, REAJUSTES E REVISÕES DE PREÇOS:

18.1. Os preços inicialmente apresentados no edital são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, e definidos no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

18.2. Os preços apresentados no edital poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação do período do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura do Termo de Credenciamento, particularmente no caso da prorrogação da vigência do Edital, à luz do disposto no art. 82, inc. VI, Lei nº 14.133, de 2021, bem como observados os procedimentos disciplinados por este documento.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. As informações sobre os reajustes de preço, serão apresentadas a todas as empresas credenciadas, cabendo a estas a decisão de manter-se ou não como empresa fornecedora dos serviços.

19. DOS CASOS DE DESCREDENCIAMENTO:

19.1. A Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS poderá a qualquer tempo promover o descredenciamento por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da sua capacidade jurídica, técnica, fiscal ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

19.2. Pelo Município, sem prévio aviso, quando:

19.2.1. A empresa deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do Termo de credenciamento ou deste edital;

19.2.2. A empresa praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

19.2.3. Ficar evidenciada incapacidade da empresa credenciada de cumprir as obrigações assumidas, devidamente caracterizadas em relatório circunstanciado de inspeção;

19.2.4. Por razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado do Prefeito Municipal;

19.2.5. Em razão de caso fortuito ou força maior;

19.2.6. No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada, sua dissolução ou falecimento de

todos os seus sócios;

19.2.7. E naquilo que couber, nas outras hipóteses da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.3. Pela Empresa credenciada:

19.3.1. Mediante solicitação escrita e devidamente justificada a PREFEITURA, com antecedência mínimo de 30 (trinta) dias.

19.4. Fica assegurado ao credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pelo Agente e Contratação, que se manifesta em 05 (cinco) dias úteis e submete ao Prefeito Municipal, para tomada de decisão.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Pela inexecução total ou parcial do termo de credenciamento, a Prefeitura Municipal de Sidrolândia /MS poderá, garantida prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa, na forma prevista neste Termo de Referência ou no contrato/termo de credenciamento;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.2. Caso haja penalidade de multa, o valor poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura de Sidrolandia/MS ou cobrado judicialmente.

21.3. As sanções previstas nesta seção poderão ser aplicadas conjuntamente, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

21.4. A sanção de Declaração de Inidoneidade será aplicada pela Autoridade Competente, conforme norma aplicável, facultada a defesa da interessada no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

21.5. Será aplicada multa de 0,3% (três décimos de um por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do objeto de cada ordem de serviço não realizada, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do estabelecido, a obrigação assumida.

21.6. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação, quando a pretensa contratada:

a) Recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro do prazo de validade (quando o caso);

b) Recusar-se a efetuar o recolhimento da garantia, quando houver.

21.7. Será aplicada multa de 3% (três por cento) sobre o valor de cada ordem de serviço, quando a pretensa contratada:

a) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;

b) Transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia autorização da Prefeitura de Nova Alvorada do Sul /MS;

c) Executar o objeto em desacordo com os projetos e normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d) Desatender às determinações da fiscalização;

e) Cometer qualquer infração às normas legais – federais, estaduais ou municipais –, respondendo, ainda, pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

f) Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual;

g) Não iniciar, sem justa causa, a execução do objeto, no prazo fixado.

21.8. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, quando a contratada:

a) Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;

b) Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, o objeto contratual;

c) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar dano à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

21.9. As penalidades acima previstas serão aplicadas utilizando os critérios da razoabilidade e proporcionalidade;

21.10. Da aplicação das penalidades previstas nesta seção, caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

22. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

22.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de empresas postulantes ao credenciamento, à anulação ou revogação do edital e Anexos, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. Cabe recurso, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata:

I - Ato de habilitação ou inabilitação de credenciada;

II - Anulação ou revogação do credenciamento;

III – Descredenciamento da empresa, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

22.3. Declarado decorrida a fase de credenciamento e julgamento dos documentos de habilitação, serão informados todos os habilitados e inabilitados, por e-mail e concedido o prazo de **1 dia ÚTIL**, para que qualquer postulante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual decisão pretende recorrer e por qual motivo. O e-mail para envio deverá ter o título: *RECURSO EDITAL DE CREDENCIAMENTO MARMITEX E REFEIÇÃO TIPO SELF-SERVICE.*

22.4. Havendo quem se manifeste, caberá o Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

22.4.1. Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

22.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, ficando os demais, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outro **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.6. As razões dos recursos deverão relacionar-se com as razões indicadas pela postulante ao credenciamento, sob pena de não ser conhecido o recurso.

22.7. Interposto o recurso o Agente de Contratação poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade superior.

22.7.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

22.8. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados a autoridade competente adjudicará as empresas credenciadas e homologará o procedimento.

22.10. A falta de manifestação DE FORMA IMEDIATA E MOTIVADA da proponente quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito de recurso, ficando o Agente de Contratação autorizada a prosseguir com a sessão.

22.11. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

23. DA REVOGAÇÃO / ANULACAO:

23.1. O presente processo de Chamamento Público poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

24.1. É facultado o Agente de Contratação ou Autoridade Superior, em qualquer fase do procedimento administrativo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar este chamamento público por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

24.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação da documentação e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de credenciamento.

24.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Credenciamento.

24.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do credenciado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.6. O credenciamento de interessado não determina qualquer vínculo empregatício ou funcional entre a Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS e os profissionais da empresa credenciada.

24.7. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Requerimento de Credenciamento;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais;

ANEXO IV – Modelo de Termo de Credenciamento

24.8. Fica eleito o Foro do Município de Sidrolândia/MS, para dirimir qualquer questão contratual ou editalícia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.9. Maiores informações poderão ser solicitadas pelo correio eletrônico credenciamento@sidrolandia.ms.gov.br com o título: Esclarecimentos sobre o credenciamento de Marmitex e Refeição tipo Self-service.

Sidrolândia-MS, 22 de outubro de 2025.

WELBET JOSÉ BIAGI DE AMORIM

Secretário Municipal de Administração

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

1.UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Administração

SECRETARIAS USUÁRIAS:

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Secretaria Municipal de Governo e Desburocratização

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal da Inovação, Tecnologia, Ciência e Comunicação

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

2.1 Credenciamento de empresa especializada no fornecimento de Marmitex e Refeição tipo Self-service, respeitando as normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária, por um período de 12 meses, a fim de atender a Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS em todos os seus departamentos.

2.2 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇO	UNID.	VALOR UNITÁRIO
01	Marmitex tamanho grande.	UND	R$ 25,58 (vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
02	Marmitex tamanho grande. (Entrega semanal)	UND	R$ 25,58 (vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
03	Marmitex tamanho médio.	UND	R$ 22,25 (vinte e dois reais e vinte e cinco centavos)
04	Refeição tipo self-service.	UND	R$ 46,70 (quarenta e seis reais e setenta centavos)

2.3. Os bens objeto deste credenciamento são caracterizados como comuns, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

2.4 O objeto deste Credenciamento não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto de nº 133/2022.

2.5 O Edital de Chamamento Público para credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, admitido o cadastro de novos interessados.

2.6. Após esse período poderá haver republicação do edital, com periodicidade não superior a doze meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento, dispensando a realização da fase de planejamento nos casos em que as diretrizes permanecerem inalteradas.

2.7. A vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses que poderá ser prorrogada, nos termos do art. 106 da Lei 14.133/2021, considerando trata-se de serviço de natureza continuada, nos termos das justificativas constas do Estudo Técnico Preliminar.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Secretaria Municipal da Saúde:

A contratação dos serviços de fornecimento de refeições, tanto na modalidade Marmitex quanto Self-Service, se faz necessária para atender às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Saúde despesa com curso ou palestra onde se tenha que oferecer almoço aos mesmos ou até mesmo uma necessidade da própria secretaria.

3.2. Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Solicita-se a contratação de serviço de marmitex para atender os colaboradores da Fundação que permanecem no local durante o horário de almoço, especialmente por residirem em áreas mais afastadas. Além disso, justifica-se a contratação de serviço self-service para oferecer melhor recepção a palestrantes, artistas e demais profissionais convidados, garantindo conforto e hospitalidade durante sua permanência nas ações promovidas pela instituição.

A ausência desses serviços pode comprometer a produtividade dos colaboradores e a adequada acolhida dos profissionais externos, impactando negativamente na execução das atividades culturais. A demanda por fornecimento de alimentação decorre da realização de ações contínuas promovidas pela Secretaria, incluindo:

Projetos e programas sociais e esportivos, com participação de atletas, alunos e equipes técnicas; Eventos institucionais, culturais e esportivos, realizados em turnos estendidos e/ou fora do horário habitual de expediente; Capacitações, oficinas e reuniões técnicas, muitas vezes com carga horária integral;Deslocamentos de equipes técnicas e administrativas, que permanecem por longos períodos fora da sede do órgão;

Atividades em comunidades rurais, aldeias indígenas ou bairros afastados, onde não há disponibilidade imediata de alimentação local.

3.3. Secretaria Municipal de Educação:

Justificamos a referida contratação para que a Secretaria de Educação possa atender as demandas nos enviadas em eventos aos quais não é possível nossa equipe da cozinha piloto atender com a alimentação. Ter um serviço de self servisse e marmitex facilita em muitas ocasiões pelo fato de que não só servem os alimentos no local mas também realizam a entrega nos locais que esta secretaria solicitar.

A finalidade da contratação de marmitex é para atender a equipe de manutenção que muitas das vezes precisar realizar diversas manutenções nas unidades escolares do município não tendo tempo hábil de deslocamento para seus lares para fazerem as refeições. Já a contração de refeições de self servisse é necessário para atender eventos específicos realizado pela SEME, tais como congressos, seminários, palestras, cursos entre outros.

3.4. Secretaria Municipal de Infraestrutura:

A contratação visa atender à necessidade contínua de alimentação dos servidores e operários da Secretaria de Obras, que atuam em frentes de trabalho externas e em jornadas extensas, muitas vezes em locais sem acesso a estabelecimentos alimentícios. A finalidade é garantir condições adequadas de trabalho, manter a produtividade das equipes, evitar deslocamentos durante o expediente e assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, como manutenção de vias, obras de infraestrutura e atendimento emergencial.

3.5. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania:

A Secretaria de Assistência Social de Sidrolândia possui uma estrutura composta por diversas unidades, incluindo CRAS, CREAS, Serviços de Convivência, Núcleo de Cadastro Único, entre outros, que demandam uma alimentação de qualidade, segura e adequada às necessidades de seus usuários, profissionais e visitantes.

3.6. Secretaria Municipal de Governo e Desburocratização:

A contratação de serviços de fornecimento de Marmitex e Refeição tipo Self-service para a Secretaria Municipal de Governo é fundamental para garantir uma alimentação de qualidade, prática e eficiente aos servidores e colaboradores que atuam nesta pasta, bem como quando necessário atender possíveis visitantes e autoridades ao município.

Além disso, ao terceirizar a alimentação, conseguimos otimizar recursos, reduzir custos operacionais e garantir agilidade no horário de almoço, contribuindo para um ambiente de trabalho mais produtivo e organizado.

Essa iniciativa também demonstra o compromisso da gestão com o bem-estar dos servidores, promovendo uma rotina mais confortável e eficiente, alinhada às boas práticas de gestão pública.

Dessa forma, a contratação desses serviços é uma medida estratégica para melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho e assegurar o bom funcionamento das atividades da Secretaria Municipal de Governo.

3.7. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

A contratação justifica-se pela necessidade em atender demandas de fornecimento de refeição para SEDETUR, como no caso de evento que os servidores precisam fazer uma jornada prolongada de trabalho sem intervalo para o almoço, ou em que não possuem estrutura adequada para preparo de refeições. O fornecimento de marmitex e refeições tipo self-service garante agilidade e continuidade dos serviços prestados por esta Secretaria, especialmente em ações externas, como no caso do MUTIRÃO DO EMPREGO, evento recorrente como SIDROPESC onde os servidores precisam disponibilizar-se e também realizar jornadas estendida em prol da continuidade dos serviços prestados e conclusão do evento realizado.

3.8. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento realiza constantemente atividades externas e demandas que exigem deslocamento de equipes técnicas e motoristas para áreas rurais e assentamentos do município de Sidrolândia. Tais atividades envolvem visitas técnicas, atendimentos a produtores, acompanhamentos de projetos, apoio a associações e cooperativas, vistorias de campo, além do transporte de insumos.

3.9. Secretaria Municipal de Finanças

A contratação de serviços de fornecimento de alimentação, seja por meio de marmitex ou refeições self-service, tem como principal objetivo garantir adequado suporte nutricional e alimentar aos servidores públicos, trabalhador temporários e colaboradores que desempenham suas funções em jornada contínuas ou em locais onde não há estrutura própria para preparo de refeição.

3.10. Secretaria Municipal de Administração

A contratação de serviços de fornecimento de alimentação, seja por meio de marmitex ou refeições self-service, tem como principal objetivo garantir adequado suporte nutricional e alimentar aos servidores públicos, trabalhador temporários e colaboradores que desempenham suas funções em jornada contínuas ou em locais onde não há estrutura própria para preparo de refeição.

3.11. Secretaria Municipal da Inovação, Tecnologia, Ciência e Comunicação

A aquisição de marmitas tem por objetivo garantir a alimentação adequada e balanceada aos servidores e colaboradores que, em razão das demandas operacionais e da natureza de suas funções, não dispõem de tempo hábil para deslocamento até estabelecimentos alimentícios durante o expediente. A contratação do fornecimento de marmitas também se justifica pela necessidade de padronizar a qualidade nutricional das refeições, atender às normas sanitárias vigentes e otimizar recursos públicos, evitando custos adicionais com deslocamentos e interrupções das atividades.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Os itens que serão adquiridos possuem a seguinte descrição técnica:

Item	Código	Especificação
01	066.001.007	**MARMITEX TAMANHO GRANDE, MINIMO DE 800 GRS DE REFEIÇÃO**, composto por arroz, feijão, refogado de legumes, farofa ou macarrão, um tipo de carne (branca ou vermelha), exceto peixe e carne processada, não permitido osso nem cartilagem e/ou nervos, sendo no mínimo 250 grs de carne (dos 800 grs totais), salada em embalagem própria para este fim, com guardanapo de papel e garfo plástico de utensílio, acondicionada individualmente em sacola plástica branca.
	048.001.992	**MARMITEX TAMANHO GRANDE, MINIMO DE 800 GRS DE REFEIÇÃO, (ENTREGA SEMANAL)** composto por arroz, feijão, refogado de legumes, farofa ou macarrão, um tipo de carne (branca ou vermelha), exceto peixe e carne processada, não permitido osso nem cartilagem e/ou nervos, sendo no mínimo 250 grs de carne (dos 800 grs totais), salada em embalagem própria para este fim, com guardanapo de papel e garfo plástico de utensílio, acondicionada individualmente em sacola plástica branca.
02	066.001.008	**MARMITEX TAMANHO MÉDIO, MINIMO DE 650 GRS DE REFEIÇÃO**, composto por arroz, feijão, refogado de legumes, farofa ou macarrão, um tipo de carne (branca ou vermelha), exceto peixe e carne processada, não permitido osso nem cartilagem e/ou nervos, sendo no mínimo 150 grs de carne (dos 650 grs totais), salada em embalagem própria para este fim, com guardanapo de papel e garfo plástico de utensílio, acondicionada individualmente em sacola plástica branca.
03	116.001.005	**REFEIÇÃO TIPO SELF-SERVICE -** Com carne (bovina, suína, frango ou peixe) em preparação variada, salada variada (contendo folhas e legumes) guarnições (assados, cozidos, frituras e massas) com acompanhamento (arroz e feijão) em preparação variada e 01 (um) refrigerante lata 350 ml ou copo de 300 ml com suco natural ou polpa.

5. REQUISITOS DO CREDENCIAMENTO

5.1. O presente processo será realizado por meio de **procedimento administrativo de credenciamento**, nos termos do art. 79, inciso I, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, que autoriza a Administração Pública a credenciar todos os interessados que preencham os requisitos estabelecidos em edital que regula a matéria no âmbito local. O credenciamento será conduzido em caráter **paralelo, contínuo e não excludente**, permitindo o ingresso de novos interessados durante toda a vigência do Credenciamento.

5.2. O credenciamento será regido por critérios objetivos de habilitação, devendo os interessados apresentar, no momento do requerimento, a documentação comprobatória de sua **capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e cumprimento das condições operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no edital convocatório**, em conformidade com os arts. 62 a 66 e 72 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. A habilitação jurídica e técnica exigirá que os interessados estejam legalmente constituídos e em atividade no ramo de prestação de serviços de Marmitex e refeição tipo Self-service, devidamente licenciados para funcionar no município de Sidrolândia/MS sede da empresa, conforme legislação sanitária, tributária e urbanística aplicável.

5.3.1 – Para fins de atendimento ao disposto na Cláusula 4.1. desse Termo de Referência, que especifica os itens a serem credenciados, informa-se que, exclusivamente quanto ao Item – **Refeição tipo self-service**, considerando-se o caráter presencial inerente ao consumo da refeição, o credenciamento será restrito a estabelecimentos devidamente legalizados e em funcionamento no território do Município de Sidrolândia/MS.

5.4**. Documentação mínima obrigatória para habilitação:**

5.4.1. A empresa deverá apresentar, para os fins de ser **habilitada juridicamente**, os seguintes documentos:

a) tratando-se de empresa individual, requerimento de empresário individual, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante); ou

b) tratando-se de sociedades comerciais, ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante); ou

c) tratando-se de sociedades por ações (S/A), ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante), acompanhado de documentos de eleição dos atuais administradores em exercício; ou

d) tratando-se de sociedades civis, ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (PJ), acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou

e) tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira, ato de registro ou decreto de autorização para funcionamento no País, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou

f) tratando-se de microempreendedor individual (MEI), Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, ou

g) tratando-se de Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, ou

g.1) Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

i) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato/instrumento equivalente, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

ii) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual –DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

iii) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual

iv) O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;

v) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato/instrumento equivalente; e

vi) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato/instrumento equivalente em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

vii) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.4.2. A empresa deverá apresentar, para os fins de ser habilitada sob o prisma da **regularidade fiscal e trabalhista,** cumulativamente, os seguintes documentos/certidões:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal ou Estadual, conforme competência e personalidade jurídica da empresa, relativa ao domicílio ou sede da licitante que ora se habilita.

c) Prova de prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Pública Estadual (Certidão Negativa de Débitos, compreendendo todos os tributos de competência do Estado), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão de Tributos Municipais) emitido pelo órgão competente, do domicílio ou sede da licitante, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo De Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade de Situação – CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei. (Lei Federal nº 8.036/1990).

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), expedida pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST (http://www.tst.jus.br), nos termos do Decreto-Lei nº 5.452/1943, Consolidação das Leis do Trabalho.

5.4.3. A empresa deverá apresentar, para os fins de ser habilitada sob **o prisma econômico-financeiro**, os seguintes documentos:

a) Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da licitante.

NOTA: No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a proponente deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101/2005, com redação dada pela Lei Federal n.º 14.112, de 24 de dezembro de 2020, e ainda, certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos do Acórdão n.º 1201/2020 – Plenário do TCU, sob pena de inabilitação, devendo ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

5.4.4. A empresa deverá apresentar, para os fins de ser habilitada sob o **prisma técnico,** os seguintes documentos:

a) Alvará de Localização e/ou Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Sidrolândia – MS ou no município de sua sede (para empresas sediadas nos municípios limítrofes) em plena validade;

b) Alvará Sanitário expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária competente da Secretaria da Saúde do Estado ou Município de origem da empresa, quando houver delegação de competência para emissão do Alvará pelo Município.

5.5. A documentação será analisada em sessões públicas mensais, com a lavratura de ata e publicação no Portal https://sidrolandia.credenciamei.com.br, e no Portal de Transparência https://www.sidrolandia.ms.gov.br/ garantindo **publicidade, impessoalidade e segurança jurídica ao procedimento**.

5.6. Cabe ressaltar que a **subcontratação parcial ou total do objeto é vedada**, nos termos do art. 72, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

5.7. A prestação dos serviços deverá atender às condições operacionais e de qualidade especificadas no presente Termo de Referência, sendo exigida a atuação direta da empresa credenciada, que deverá estar em plena capacidade técnica e administrativa para execução imediata da demanda, sempre que acionada por meio do sistema eletrônico de ordens.

5.8. **SUSTENTABILIDADE**

5.9.1. A CREDENCIADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A gestão operacional do presente credenciamento será realizada por meio da **plataforma digital** (https://sidrolandia.credenciamei.com.br), sistema oficial adotado pelo Município de Sidrolândia/MS para a **administração centralizada e automatizada das contratações decorrentes de credenciamento público**.

6.2. Com tecnologia própria e estrutura voltada à rastreabilidade e controle, a plataforma garante a adequada tramitação eletrônica das demandas, desde a solicitação inicial até a finalização do serviço prestado. Cada empresa credenciada contará com **acesso individual e seguro à plataforma**, por meio de login exclusivo, onde receberá, registrará e acompanhará as requisições oficiais emitidas pela Administração.

6.3. As **Autorizações de Fornecimento (AF)** serão emitidas eletronicamente pelas Gerências demandantes e encaminhadas automaticamente ao credenciado escalado, conforme lógica de **rateio por saldo de atendimento entre os habilitados**. O prestador terá o prazo de até **2 (duas) horas** para manifestar o aceite.

6.4.Caso não haja resposta dentro dos prazos estipulados, o sistema executará, de forma automática, o **declínio da AF** e notificará o próximo fornecedor da fila. Todo o fluxo será registrado eletronicamente, compondo o histórico da execução contratual e subsidiando os relatórios gerenciais.

6.5. O uso do CREDENCIAMEI proporciona, entre outras vantagens:

Transparência total na gestão dos credenciamentos, com registro eletrônico de todas as movimentações;

Equidade na distribuição das demandas, com rateio automatizado e redimensionamento proporcional conforme a quantidade de credenciados ativos;

Rastreamento completo da execução, com controle por credenciado, por gerência solicitante e por tipo de alimentação fornecida;

Segurança jurídica e documental, com emissão eletrônica de todas as autorizações de fornecimento e recibos de aceite;

Geração de relatórios em tempo real, com dados estratégicos para tomada de decisão e auditoria.

6.6. A gestão por meio da plataforma será obrigatória e exclusiva, sendo vedado qualquer procedimento fora do ambiente eletrônico oficial. A utilização do sistema é parte essencial da execução contratual e condição necessária

para a efetivação dos pagamentos.

6.7. Outros requisitos exigidos para a execução dos serviços:

6.7.1. Assegurar que o fornecedor tenha as licenças e certificações necessárias para operar na área de alimentação, bem como práticas de higiene e segurança adequadas na manipulação dos alimentos e bebidas.

6.7.2. Utilizar produtos de qualidade, tanto nas bebidas como nos alimentos, e garantir a frescura dos ingredientes.

6.7.3. É importante que o Self-service seja apresentado de forma aprazível e organizado, para que os usuários se sintam à vontade.

6.7.4. Todos os colaboradores que estarão atendendo e no preparo deverão utilizar equipamentos adequados para manuseio dos alimentos, sendo: avental limpo, luvas descartáveis, redes ou toucas para cobertura dos cabelos, que devem estar presos. Deverão, ainda, estar com uniformes limpos e/ou portar crachás com identificação, quando necessário.

6.7.5. Para transportar marmitas de isopor com segurança e manter a temperatura, use embalagens próprias para transporte de marmitex, que geralmente são caixas de isopor com divisórias. Se for transportar uma grande quantidade, considere utilizar suportes de isopor com múltiplas bases que se encaixam, otimizando o espaço e a estabilidade.

6.7.6 Transporte de marmitas de isopor:

a) Caixas de isopor com divisórias, que ajudam a manter as marmitas organizadas e em temperatura ideal e evitam que se movam durante o transporte, para transportar muitas marmitas, utilize suportes de isopor com várias bases que se encaixam. Isso garante que as marmitas fiquem estáveis e não se movam durante o transporte.

6.7.7. Juntamente com a Marmita deverá conter guardanapo de papel e garfo plástico de utensílio, acondicionada individualmente em sacola plástica branca, serão de responsabilidade da empresa CREDENCIADA;

a) A entrega ocorrerá por conta da empresa CREDENCIADA arcando com todas as despesas provenientes desse serviço;

b) O entrega das marmitex e bebidas serão realizadas no local, a ser determinado pela Secretaria Demandante na AF.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e as empresas credenciadas devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3 Após a assinatura do termo de credenciamento, o órgão ou entidade poderá convocar o representante das empresas credenciadas para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações das credenciadas e da utilização do aplicativo https://sidrolandia.credenciamei.com.br.

7.4 A gestão, execução e fiscalização, ocorrerá de forma eletrônica, e será realizada por servidores lotados em cada secretaria, descritos abaixo:

Gestor do contrato pela Secretaria Municipal de Administração:

Nome: Welbet Jose Biagi de Amorim

Matrícula: Decreto nº 122/2025

Fiscais de contratos

Pela Secretaria Municipais de Saúde:

Nome: Anaíde Cris Figueiredo Brito

Matrícula: 3294

Pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura:

Nome: Simone Náthali Gimenes de Assunção

Matrícula: 19259

Nome: Catiane Soares da Motta

Matrícula: 1015-1

Pela Secretaria Municipal de Educação:

Nome: Danielly Bueno dos Santos

Matrícula: 23187

Pela Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Nome: Rosemar Almeida Souto

Matrícula: 3512

Pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania:

Nome: Jisleine de Souza Garcia Casaril

Matrícula: 1050

Pela Secretaria Municipal de Governo e Desburocratização:

Nome: Gean Marcos Rockenbach

Matrícula: 24.589

Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

Nome: Jefferson do Nascimento Ferreira

Matrícula: 23384-1

Pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento:

Nome: Karina Souza Nazareth

Matrícula: 14026

Pela Secretaria Municipal de Finanças:

Nome: Selma Neves de Araújo

Matrícula: 2781

DO GESTOR DO CREDENCIAMENTO

Acompanhar, sempre que possível, o andamento das Autorizações de Fornecimento que serão realizadas durante a vigência do edital de credenciamento;

Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução das Autorizações de Fornecimento;

Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;

Acompanhar o prazo de vigência das Autorizações de Fornecimento, prazos de execução e pagamentos realizados;

Solicitar, com justificativa, o descredenciamento das empresas, disponibilizando o contraditório e a ampla defesa;

Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do credenciamento e dos credenciados;

Orientar os gestores de cada secretaria sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer do edital de credenciamento;

Solicitar à credenciada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;

Determinar formalmente à credenciada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;

Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos no edital de credenciamento, observada a legislação pertinente;

Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;

Orientar e conferir o atesto do fiscal das Autorizações de Funcionamento e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;

Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do Art. 96, da Lei nº 14.133/2021;

Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pelas credenciadas, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;

Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;

Notificar formalmente as credenciadas sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no bom andamento dos serviços;

Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;

Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do credenciamento e das empresas credenciadas nos devidos processos;

Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do credenciamento e das empresas credenciadas que não se enquadram no inciso anterior.

DO FISCAL DO CREDENCIAMENTO E DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

Prestar informações a respeito da execução dos serviços e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos as empresas credenciadas;

Manter o controle das ordens de serviço emitidas e cumpridas, quando cabível;

Conhecer as obrigações previstas no edital de credenciamento e nos termos do credenciado que afetem diretamente a fiscalização na prestação do serviço;

Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas do edital sob sua fiscalização;

Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas previstas no termo de credenciamento;

Atestar formalmente a execução do objeto do edital de credenciamento e das autorizações de fornecimento, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços fornecidos pela credenciada;

Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do credenciamento e das empresas credenciadas;

Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para

requerer as credenciadas a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas; e

Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da CREDENCIADA ou de seus prepostos.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1.1. Para fins de controle e liquidação financeira, será adotado o modelo de **serviço executado**, com base no cumprimento das **Autorizações de Fornecimento (AF)** emitidas eletronicamente via sistema e finalizadas após a devida confirmação de execução por parte da empresa credenciada e da secretaria solicitante.

8.1.2. A cada solicitação atendida, o fornecedor deverá registrar na plataforma a conclusão da entrega ou consumo no campo específico da AF correspondente. Após validação pelo setor responsável da Administração, o sistema emitirá **relatório eletrônico de execução**, que servirá como documento base para instrução do processo de pagamento.

8.1.3. Para recebimento, o credenciado deverá apresentar:

Nota Fiscal Eletrônica correspondente à AF finalizada;

Comprovante bancário em papel timbrado, contendo nome da empresa, banco, agência e conta;

Certidão Conjunta da Receita Federal e PGFN (tributos federais e dívida ativa da União);

Certidão da Fazenda Estadual;

Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Certidão Negativa de Débitos Municipais.

A nota fiscal deverá ser emitida pelo mesmo CNPJ constante no credenciamento e conter descrição compatível com a AF executada: tipo de alimentação, quantidade de cada, valor unitário e total. Não serão aceitas faturas de terceiros nem pagamento via boleto bancário.

8.1.4. O prazo para pagamento após recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022. Em caso de correção da nota fiscal, o prazo será reiniciado após reapresentação válida.

8.1.5 Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

8.2 DA FORMA DE PAGAMENTO

8.2.1.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo credenciado.

8.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.2.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.2.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.2.5. O credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. ESTIMATIVA DO VALOR

9.1. De acordo com a pesquisa de mercado realizada no intuito de prospectar e analisar soluções para o pertenço credenciamento, estima-se o valor de aproximadamente **R$ 589.175,41**(quinhentos e oitenta e nove mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos) para o serviço de marmitex e refeição tipo Self-service, sendo definidas individualmente em:

Item	Código	Especificação	Und	Quant	Valor unitário	Valor total
01	066.001.007	Marmitex tamanho grande, mínimo de 800 grs de refeição	UND	6.972	R$ 25,58	R$ 178.343,76
	048.001.992	Marmitex tamanho grande, mínimo de 800 grs de refeição, ***(entrega semanal)***	UND	5.500	R$ 25,58	R$ 140.690,00
02	066.001.008	Marmitex tamanho médio, mínimo de 650 grs de refeição,	UND	9.335	R$ 22,25	R$ 207.703,75
03	116.001.005	Refeição tipo self-service	UND	1.337	R$ 46,70	R$ 62.437,90
Valor total do credenciamento					**R$ 589.175,41**	

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência correrão por conta das dotações orçamentárias específicas das Secretarias Municipais demandantes, conforme previsão estabelecida no edital de credenciamento e em consonância com os respectivos Planos de Aplicação Anual.

10.2. Cada Secretaria participante terá seu limite financeiro próprio e intransferível, o qual será lançado e controlado individualmente na plataforma oficial de gerenciamento do credenciamento. Esse controle digital permitirá o acompanhamento em tempo real da execução orçamentária de cada secretaria, com atualização automática dos saldos remanescentes conforme as Autorizações de Fornecimento (AF) forem emitidas e concluídas.

10.3. Importante destacar que não será permitido o remanejamento de valores entre as secretarias, mesmo que um órgão atinja o limite de seu saldo antes do término da vigência contratual. Essa medida assegura o respeito à programação financeira de cada unidade gestora, preservando a autonomia orçamentária e evitando desequilíbrios na execução fiscal do Município.

10.4. A gestão orçamentária por centro de custo vinculado à secretaria será elemento obrigatório para validação dos pagamentos, sendo auditável por meio de relatórios extraídos diretamente do sistema, garantindo total transparência, rastreabilidade e responsabilidade fiscal na aplicação dos recursos públicos.

021302 - Secretaria Municipal de Saúde
10.302.1300.2030.0000 – Manutenção MAC
1.600.0000 – Fonte
021408 - Fundação Municipal de Cultura
13.392.1500.2275.0000 – Manutenção da Atividades Culturais
1.500.0000 – Fonte
021001 - Secretaria Municipal de Educação
12.361.9002.2255.0000 – Manutenção das Atividades da SEME
12.361.9002.2256.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental
12.365.9002.2035.0000 - Manutenção da Educação Infantil
12.365.9002.2268.0000 - Manutenção da Pré Escola
1.500.1001 – Fonte
021201 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
04.122.1201.2007.0000 – Manutenção das Ações da Sec. de Infraestrutura
1.500.0000 – Fonte
020737 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
08.122.6001.2107.0000 - Gestão Adm. Do Fundo de Assistência Social
1.500.0000 – Fonte
021102 - Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer
27.812.1101.2287.0000 - Manutenção da Atividades da SEJEL
1.500.0000 – Fonte
020301 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Desburocratização
04.122.5000.2400.0000 - Manutenção da Atividades da SEGOV
1.500.0000 – Fonte
020801 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
04.122.5000.2043.0000 – Manutenção das Atividades da SEDETUR
1.500.0000 – Fonte
020901 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
20.122.5000.2299.0000 - Manutenção das Atividades da SEDERMA
1.500.0000 – Fonte
020601 – Secretaria Municipal de Fazenda, Tributos e Gestão Estratégica
04.122.5000.2404.0000 – Manutenção das Atividades da SEFATE
1.500.0000 – Fonte

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. O presente processo será formalizado por meio de **procedimento administrativo de credenciamento**, com fundamento no art. 79, inciso I, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, que dispõe sobre a possibilidade de **seleção paralela e não excludente de múltiplos interessados**, desde que preenchidos os requisitos técnicos, jurídicos e operacionais definidos no edital.

11.2. No modelo de credenciamento, todos os prestadores que atendam aos critérios estabelecidos poderão ser habilitados, sem caráter competitivo, não havendo julgamento de propostas por menor preço ou exclusividade de fornecimento. Trata-se de instrumento jurídico adequado quando há interesse público em manter uma rede de fornecedores qualificados, aptos a atender demandas variáveis e recorrentes da Administração, com igualdade de condições e pluralidade de participação.

11.3. Para garantir **isonomia e eficiência na distribuição das demandas**, será adotado o **modelo de rateio**, objetivando que todos os credenciados tenham efetiva oportunidade de prestar serviços ao longo da vigência do Termo de Credenciamento/Contrato, nos termos da alínea "b" do art. 9° do Decreto Municipal n. 147/2025 (alteração feita pela Decreto Municipal n. 352/2025).

11.4 **Sorteio classificatório inicial**

11.4.1. Na sessão pública de abertura do credenciamento, após a habilitação das empresas participantes, será realizado um **sorteio classificatório** para definir a ordem inicial do rodízio proporcional. Esse procedimento tem como finalidade organizar a sequência inicial de atendimento, observando a regra de proporcionalidade e alternância justa entre os credenciados.

11.4.2. As **primeiras demandas serão distribuídas de forma equitativa** entre os credenciados habilitados, respeitando a ordem definida no sorteio e a quantidade de serviços disponíveis no momento. O objetivo é garantir que todas as empresas iniciem o credenciamento com a mesma oportunidade de execução do objeto.

11.5. **Lógica de rateio por saldo de atendimento**

11.5.1. Após a execução do primeiro ciclo de rodízio, as solicitações subsequentes serão encaminhadas à empresa que,

no momento da nova Autorização de Fornecimento (AF), apresentar o **disponibilidade na data informada**.

11.5.2. O sistema controlará esse saldo automaticamente, atualizando a carga de serviços executados por cada fornecedor.

11.5.3. Essa lógica visa assegurar que, ao final da vigência contratual, **todas as empresas credenciadas tenham alcançado níveis semelhantes de prestação de serviço**, promovendo **equilíbrio econômico, tratamento isonômico e justiça distributiva** na aplicação dos recursos públicos.

12. OBRIGAÇÕES EMPRESAS CREDENCIADAS:

12.1. A CREDENCIADA obriga-se a executar os serviços contratados, rigorosamente de acordo com as disposições previstas no edital de credenciamento e termo de credenciado, obedecendo integralmente às normas técnicas vigentes ou fornecidas pelo município.

12.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.

12.3. Prestar os serviços dentro de elevados padrões, observando rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável, executando todos os serviços com perfeição.

12.4. Executar os serviços credenciados com pessoal habilitado e devidamente capacitado para todos os níveis dos trabalhos a serem desenvolvidos.

12.5. Instruir seus empregados e contratados a tratar os funcionários da Administração com respeito.

12.6. Responsabilizar-se pelo fornecimento da mão-de-obra e dos materiais, produtos, equipamentos de proteção (EPI´S), ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas nos termos da legislação vigente.

12.7. Cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.8. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto do contrato.

12.9. Permitir que o fiscal designado para este fim efetue a devida fiscalização dos serviços executados.

12.10. Respeitar a legislação vigente para cada tipo de serviço a ser executado.

12.11. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

12.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços e da assinatura do Termo de Credenciamento.

12.13. Cumprir fielmente as autorizações de fornecimento de serviços, bem como responsabilizar-se pela qualidade dos serviços.

12.14. Fornecer a CREDENCIANTE os números dos telefones fixos, celulares ou quaisquer outras formas de comunicação com os responsáveis pela execução dos serviços.

12.15. Comunicar imediatamente à CREDENCIANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

12.16. Manter a CREDENCIANTE informada de todos os detalhes dos serviços em execução, bem como de quaisquer irregularidades que possam colocar em risco a continuidade do trabalho.

12.17. Responder, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinente à execução do serviço, que venham porventura a serem solicitados pela Prefeitura.

12.18. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência da Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS. No caso de subcontratação autorizada pelo Credenciante, a Credenciada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

12.19. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do contrato, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura.

12.20. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura.

12.21. Manter, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.22. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

12.23. Cumprir integralmente as disposições estabelecidas na Resolução RDC nº 275/2002 da ANVISA, que trata do Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA

13.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a CREDENCIADA possa executar o objeto dentro das especificações.

13.2. Emitir autorização individualizada para a realização do fornecimento dos serviços, conforme este Termo de Referência.

13.3. Efetuar o pagamento dos serviços executados nas condições e prazo estipulados.

13.4. Designar servidores para acompanhar a execução e fiscalização as Autorizações de Fornecimento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela empresa CREDENCIADA.

13.6. Notificar a CREDENCIADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

13.7. Fiscalizar livremente a execução do fornecimento dos serviços, não eximindo a CREDENCIADA de total responsabilidade quanto à execução.

13.8. Acompanhar a execução do fornecimento dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a execução dos serviços fora das especificações do contrato.

13.9. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no contrato, e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA ou modificação no Termo de Credenciamento.

13.10. Aplicar as sanções administrativas por descumprimento do pactuado no Termo de Credenciamento.

13.11. O CREDENCIANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Sidrolândia – MS, 22 de outubro de 2025.

Welbet Jose Biagi de Amorim

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO II - MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 07/2025

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA/MS

A/C: AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2025

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social da Empresa:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:	Inscrição Estadual:	
Endereço:	CEP:	Município:
Telefones:	E-mail:	
REPRESENTANTE LEGAL P/ ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO		
Nome Completo:		
RG:- Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:	CEP:	Município:
Telefones:	E-mail:	
DADOS DA BANCÁRIO		
Banco:	Agência:	C/C:

Prezados Senhores:

A empresa acima qualificada REQUER a sua inscrição como **credenciada** para Fornecimento de Marmitex e Refeição tipo Self-service para atender as demandas das Secretarias Municipais de Sidrolândia/MS, mediante as condições estabelecidas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº /2025 e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações e no que couber.

Declaro para todos os fins de direito, conhecer todas as cláusulas e condições do edital e que concordo em fornecer os produtos/serviços pelos valores nele constante, nos itens propostos por esta empresa, respeitando as condições estabelecidas pelo edital, conforme seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇO	UNID.	VALOR UNITÁRIO
01	Marmitex tamanho grande.	UND	R$ 25,58 (vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
02	Marmitex tamanho grande. (Entrega semanal)	UND	R$ 25,58 (vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
03	Marmitex tamanho médio.	UND	R$ 22,25 (vinte e dois reais e vinte e cinco centavos)
04	Refeição tipo self-service.	UND	R$ 46,70 (quarenta e seis reais e setenta centavos)

NOME E CONTATO DO PREPOSTO:

Nome:

E-mail:

Telefone/Celular:

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Conta

Tipo:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, que:

- Recebemos os documentos que compõem o Edital e tomamos conhecimento de todas as informações e condições para

o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro credenciamento a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional;

- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, bem como que concordamos com os termos do edital e seus anexos;

- Temos ciência da obrigatoriedade de declarar qualquer fato superveniente impeditivo do credenciamento;

- Que possuímos condições de cumprir as exigências mínimas, para realização dos serviços a serem prestados, no que se refere aos recursos físicos e tecnológicos;

- Declaro, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que esta proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

Por fim, vimos requerer, mediante o presente, o credenciamento, em conformidade com o Edital divulgado pela Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, juntando a documentação de habilitação exigida.

Local/data

_____

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPR. DE REQUISITOS LEGAIS

CREDENCIAMENTO Nº 07/2025

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA/MS.

REF. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2025

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, Cargo, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, em cumprimento ao solicitado no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº /2025, DECLARA, sob as penas da lei, que:

(1) Conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no processo e seus anexos, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas ao certame.

(2) Se compromete, formalmente, para satisfazer a execução do objeto de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do processo, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, assim como assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

(3) Está ciente das condições do processo, que responderá pela veracidade e autenticidade das informações constantes da documentação e proposta oferecida ao certame, e que, se necessário, a qualquer tempo, fornecerá informações e documentações complementares, sempre que solicitadas pela Administração.

(4) Declara que manterá durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo;

(5) Não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7°, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. (Lei Federal nº 9.854/1999)

(6) Inexiste qualquer ato e/ou fato impeditivo, que possa comprometer sua idoneidade moral, financeira, técnica ou econômica, de participar do presente processo, bem como, também, que:

(7) Não se enquadra nos impedimentos nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

(8) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021.

(9) Não há no quadro societário da empresa, proprietários, dirigentes e/ou administradores, qualquer pessoa que, considerando o cônjuge, o(a) companheiro(a) ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, seja familiar de:

(i) Dirigente do órgão ou entidade contratante

(ii) Agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

(9) Sendo microempresas e empresas de pequeno porte declara a compatibilidade financeira da atual contratação com as demais receitas do exercício, nos termos do §2° do art. 4° da Lei n. 14.133/2021;

(10) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data

(Assinatura e identificação do representante)

Representante Legal

Carimbo de CNPJ da empresa:

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.

ANEXO IV - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. /2025

(uso do Setor de Contratos)

CREDENCIAMENTO Nº ___/2025

INEXIGIBILIDADE Nº _____/2025

PROCESSOº N ___/2025

CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE SIDROLÂNDIA/MS

CREDENCIADO: (RAZÃO SOCIAL DO CREDENCIADO)

VIGÊNCIA: _____(_____) meses.

O município de Sidrolândia/MS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na _____, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº_____, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr (a)_____,brasileiro, casado, RG nº _____SSP/MS e inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado na Rua_____nº__, Centro, Sidrolândia/MS, doravante denominado CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa _____,inscrita no CNPJ nº _____, com sede na cidade de_____, neste ato representada por seu _____, portador da carteira de identidade nº _____, e do CPF nº_____, denominada simplesmente CREDENCIADA, ajustam o presente Termo de Credenciamento, que será executado de forma indireta, em conformidade com o arts. 74, IV, 79, I da Lei Federal nº 14.133, e Lei Municipal nº 2.195/2019, e o edital de Credenciamento nº..... e legislação aplicável, com a adoção das seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo trata-se do Credenciamento de empresas, que ofereçam fornecimento de Marmitex e Refeição tipo Self-service, nas especificações constantes no Termo de Referência, com vigência de 12 (doze) meses, atendendo as necessidades das secretarias municipais.

Cláusula Segunda – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto deste TERMO DE CREDENCIAMENTO se refere exclusivamente ao chamamento público para o credenciamento de empresas que ofereçam serviços de fornecimento de Marmitex e Refeição tipo Self-service, nas especificações constantes no termo de referência, com vigência de 12 (doze) meses, atendendo as necessidades das secretarias municipais.

Cláusula Terceira – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O credenciado realizará o objeto conforme a demanda encaminhada por meio das Secretarias Municipais.

3.2 Os serviços encontram-se listados no anexo I deste Termo de Credenciamento.

3.3 Os serviços objeto deste credenciamento serão distribuídos igualitariamente por sistema informatizado, disponível no aplicativo: CREDENCIAMEI no endereço eletrônicohttps://sidrolandia.credenciamei.com.br

3.4 Em caso de o número de serviços impossibilitar a divisão igualitária entre os credenciados, o numerário restante será sorteado entre os mesmos.

3.5 Uma vez realizada a distribuição dos serviços, fica o credenciado obrigado a cumprir, conforme indicado pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

3.6 Não havendo estabelecimentos na lista de espera para prestação de serviços, a seleção acima não será necessária, mantendo as condições definidas em lista mais recente de distribuição dos serviços.

3.7 Fica expressamente vedado o direcionamento exclusivo dos serviços para qualquer credenciado.

3.8 É vedada, expressamente, a cobrança por parte dos credenciados de qualquer sobretaxa em relação aos preços prefixados no anexo I do Termo de Referência.

3.9 Após o início da distribuição dos serviços entre os profissionais já credenciados, em caso de haver credenciamento de novo habilitado, este poderá ter que aguardar nova distribuição, em conformidade com o caso e de acordo com o interesse da administração.

3.10 Igualmente é permitido aos credenciados se descredenciarem, mediante pedido de renúncia, a qualquer tempo, bastando notificar a Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de acordo com os termos do credenciamento.

3.11 É permitido o credenciamento de interessados a qualquer tempo, durante a vigência do credenciamento.

Cláusula Quarta – DA RELAÇÃO JURÍDICA DA CREDENCIADA

4.1. A prestação dos serviços não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração, entre a CREDENCIADA e a CREDENCIANTE.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

5.1. Constituem obrigações da CREDENCIADA:

a) Manter em sigilo todas as informações que lhes forem passadas e não puderem ser exteriorizadas;

b) Entregar com presteza, e com base na legislação vigorante, os serviços solicitados;

c) Não ter, entre seus sócios, servidor ou cargos comissionados da Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, em observância ao disposto na Lei n. 14.133/21;

d) Disponibilizar o(s) profissional (is) necessário(s) à prestação dos serviços;

e) Manter durante a execução do credenciamento todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato que tiver autorizado a execução do serviço;

f) Aceitar nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, decorrentes de modificações de quantitativos, projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor apresentado no credenciamento atualizado, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21;

g) Comunicar a prefeitura, tempestivamente e por escrito, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do instrumento (autorização de funcionamento), total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

h) Assinar e retirar o termo de credenciamento ou instrumento congênere, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal;

i) Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive parafiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir no presente no credenciamento;

j) Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes da paralisação parcial ou total na entrega dos bens;

k) Responsabilizar-se única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;

l) Entregar os serviços conforme especificações do Termo de Referência.

Cláusula Sexta – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

6.1. Constituem obrigações da CREDENCIANTE:

a) Proporcionar à Credenciada as condições necessárias a fim de que se possa desempenhar normalmente a Autorização de Fornecimento;

b) Disponibilizar os mecanismos necessários para análises das informações oficiais que demandam análise pela credenciada;

c) Efetuar o recebimento dos serviços, procedendo o pagamento até o 10° (décimo) dia de cada mês, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal designado;

d) Notificar, formal e tempestivamente, a credenciada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do serviço;

e) Notificar a credenciada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

f) Fiscalizar o presente credenciamento nos termos legais disponíveis;

g) Designar um servidor de seu quadro de pessoal para o exercício da função de Fiscal, nos termos do artigo 117, da Lei Federal n. 14.133/21;

h) Rejeitar o fornecimento do objeto da Autorização de Fornecimento por terceiros, no todo ou em parte, sem autorização.

Cláusula Sétima – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CREDENCIADA

7.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Termo de Credenciamento pelo Município de Sidrolândia/MS, e pelos órgãos competentes, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

7.2. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

Cláusula Oitava – DO VALOR

8.1. O Município pagará à CREDENCIADA, em contrapartida aos produtos fornecidos, o valor indicado no ANEXO I do presente termo de credenciamento. No preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão-de-obra, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, civis, comerciais e fiscais, entre outros.

8.2. O valor a ser pago decorrerá da multiplicação demandada pela unidade de medida correspondente em cada serviço, podendo o pagamento ser mensal levando-se em conta o número total de procedimentos realizados durante esse período.

8.2.1. A quantidade de procedimentos a serem executados será distribuída de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, capacidade operacional do poder público e disponibilidade financeira.

Cláusula Nona – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas dos serviços realizados por força deste Termo de Credenciamento, nas condições e limites do serviço efetivamente prestado pela CREDENCIADA, poderão correr à conta de dotação consignada no orçamento do CREDENCIANTE, alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

021302 - Secretaria Municipal de Saúde

10.302.1300.2030.0000 – Manutenção MAC

1.600.0000 – Fonte

021408 - Fundação Municipal de Cultura

13.392.1500.2275.0000 – Manutenção da Atividades Culturais

1.500.0000 – Fonte

021001 - Secretaria Municipal de Educação

12.361.9002.2255.0000 – Manutenção das Atividades da SEME

12.361.9002.2256.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental

12.365.9002.2035.0000 - Manutenção da Educação Infantil

12.365.9002.2268.0000 - Manutenção da Pré Escola

1.500.1001 – Fonte
021201 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
04.122.1201.2007.0000 – Manutenção das Ações da Sec. de Infraestrutura
1.500.0000 – Fonte
020737 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
08.122.6001.2107.0000 - Gestão Adm. Do Fundo de Assistência Social
1.500.0000 – Fonte
021102 - Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer
27.812.1101.2287.0000 - Manutenção da Atividades da SEJEL
1.500.0000 – Fonte
020301 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Desburocratização
04.122.5000.2400.0000 - Manutenção da Atividades da SEGOV
1.500.0000 – Fonte
020801 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
04.122.5000.2043.0000 – Manutenção das Atividades da SEDETUR
1.500.0000 – Fonte
020901 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
20.122.5000.2299.0000 - Manutenção das Atividades da SEDERMA
1.500.0000 – Fonte
020601 – Secretaria Municipal de Fazenda, Tributos e Gestão Estratégica
04.122.5000.2404.0000 – Manutenção das Atividades da SEFATE
1.500.0000 – Fonte

9.2. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

Cláusula Décima – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado até o décimo dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços realizados.

10.2. O Município de Sidrolândia/MS pagará, correspondente da somatória do valor dos serviços efetivamente executados, conforme preços fixados em tabela do Termo de Referência e do anexo deste termo de credenciamento.

10.3. Para fins de pagamento a nota fiscal deverá conter os serviços efetivamente realizados, devidamente atestados pelo fiscal.

10.4. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pelo credenciado, através de certidão de que se encontra regular junto à Fazenda Federal, Municipal, Trabalhista e Seguridade Social Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

10.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

10.6. Forma de pagamento

10.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo credenciado.

10.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.6.5. O credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cláusula Décima Primeira – DO REAJUSTE DO PREÇO

11.1. O Os preços serão fixos e irreajustáveis durante o prazo de 12 (doze) meses a contar da apresentação da proposta;

11.2. Após o período de 12 (doze) meses, contados da apresentação das propostas, admite-se o reajuste dos preços e fica eleito o IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), desde que autorizado pelo ordenador de despesa.

11.3. Caso ocorra o desequilíbrio econômico, a credenciada poderá requerer formalmente ao credenciante, pela via competente, a revisão dos valores pactuados, relatando em detalhes os fatos e anexando documentos que comprovem o alegado desequilíbrio.

Cláusula Décima Segunda – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do presente Termo será avaliada pelos órgãos competentes do

CREDENCIANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Credenciamento, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

12.2. Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

12.3. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CREDENCIADA poderá ensejar a não prorrogação deste Termo ou a revisão das condições ora estipuladas.

12.4. A fiscalização exercida pelo CREDENCIANTE sobre serviços ora solicitados não eximirá a CREDENCIADA da sua plena responsabilidade perante o CREDENCIANTE ou para com os usuários do sistema público das Secretarias Municipais, decorrente de culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

Cláusula Décima Terceira – DAS PENALIDADES

13.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a defesa prévia, a credenciante poderá aplicar ao credenciado, além das sanções previstas no art, 155 e ss. da Lei 14.133/2021, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa, na forma prevista neste Termo de Referência ou no termo de credenciamento;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2. Caso haja penalidade de multa, o valor poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura de Sidrolândia/MS ou cobrado judicialmente.

13.3. As sanções previstas nesta seção poderão ser aplicadas conjuntamente, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.4. A sanção de Declaração de Inidoneidade será aplicada pela Autoridade Competente, conforme norma aplicável, facultada a defesa da interessada no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.5. Será aplicada multa de 0,3% (três décimos de um por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do objeto de cada Autorização de Fornecimento não realizada, quando a credenciada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do estabelecido, a obrigação assumida.

13.6. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, quando a pretensa credenciada:

a) Recusar-se a assinar o termo de credenciamento, estando sua proposta dentro do prazo de validade (quando o caso);

b) Recusar-se a efetuar o recolhimento da garantia, quando houver.

Será aplicada multa de 3% (três por cento) sobre o valor de cada ordem de serviço, quando a pretensa credenciada:

a) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;

b) Transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia autorização da Prefeitura de Sidrolândia/MS;

c) Executar o objeto em desacordo com os projetos e normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d) Desatender às determinações da fiscalização;

e) Cometer qualquer infração às normas legais – federais, estaduais ou municipais –, respondendo, ainda, pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

f) Cometer faltas reiteradas na execução do objeto credenciado;

g) Não iniciar, sem justa causa, a execução do objeto, no prazo fixado.

Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da AF, quando a credenciada:

a) Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto;

b) Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, o objeto credenciado;

c) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar dano à credenciante ou a terceiros, independentemente da obrigação da credenciada em reparar os danos causados.

13.7. As penalidades acima previstas serão aplicadas utilizando os critérios da razoabilidade e proporcionalidade;

13.8. Da aplicação das penalidades previstas nesta seção, caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Cláusula Décima Quarta – DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO

14.1. Constituem motivo para rescisão do presente Termo de Credenciamento o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas.

14.2. A CREDENCIADA reconhece desde já os direitos do CREDENCIANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

14.3. O Município de Sidrolândia/MS poderá promover a alteração, com as devidas justificativas, nas regras do presente credenciamento e na prestação dos serviços, bem como rescindir unilateralmente o credenciamento do profissional nas hipóteses da Lei 14.133/2021.

Cláusula Décima Quinta – DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste Termo de Credenciamento, ou de sua rescisão, praticados pelo CREDENCIANTE, cabe recurso no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15.2. Da decisão da autoridade superior do município de Sidrolândia/MS que rescindir o presente Termo cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15.3. Sobre o pedido de reconsideração, a autoridade superior deverá manifestar-se no prazo de quinze (15) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

15.4. Negado o pedido de reconsideração pela autoridade superior, não caberá recurso administrativo.

Cláusula Décima Sexta – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

16.1. A duração do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado, por acordo e conveniência das partes, respeitado o limite previsto no artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A parte que não se interessar pela prorrogação, deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Sétima – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Qualquer das alterações do presente Termo de Credenciamento será objeto de Termo Aditivo ou Apostilamento, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Cláusula Décima Oitava – DA PUBLICAÇÃO

18.1. O presente Termo de Credenciamento será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município de Sidrolândia/MS; no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e no aplicativo Web htpps://sidrolandia.credenciamei.com.br

Cláusula Décima Nona – DAS ATOS E NORMAS QUE INTEGRAM O TERMO DE CREDENCIAMENTO

19.1. Independentemente de transcrição do seu texto ou redação, vincula-se a este instrumento o Formulário de Inscrição do Credenciado, o Edital de Credenciamento e seus anexos, em particular, o Termo de Referência, com as respectivas regras de execução para garantir a consecução da prestação de serviços respeitadas as peculiaridades locais e oferta do Município de Sidrolândia/MS dos quais a CREDENCIADA declara ter inteiro conhecimento, comprometendo-se a cumpri-los.

Cláusula Vigésima – DO FORO

20.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sidrolândia/MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo de Credenciamento que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e credenciadas, firmam o presente Termo de Credenciamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sidrolândia/MS, xx de xxxxxx de xxxxx.

Secretaria Municipal de....

.

Empresa Credenciada

Testemunhas:

Nome:

CPF N

Nome:

CPF N

Matéria enviada por Geovana Borges Sarturi Oliveira

Divisão de Licitação

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 109/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1472/2025

Contratante: Município de Sidrolândia-MS

Contratada: Carlos Henrique Nolasco de Olindo.

OBJETO:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da finalidade de uso do imóvel localizado na Rua Marino de Oliveira Nolasco, nº 236, Bairro Altos da Figueira, matrícula nº 24.977, destinando-se à guarda de documentos públicos inativos, sem acréscimo de custos ou alteração das demais cláusulas.

Ficam inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Locaçãonº 109/2025**.**

ASSINANTES:
Natalino José Gonzaga – Secretário Municipal de Governo (Locatário)
Carlos Henrique Nolasco de Olindo - (Locador)

Sidrolândia/MS, 21 de outubro de 2025.

Matéria enviada por Isabela Puerta Pereira Maihack

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº1226/2025/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: LIZENIR RODRIGUES SOARES

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Merendeira, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.784,71 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 08/10/2025 à 19/12/2025.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e LIZENIR RODRIGUES SOARES.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº1208/2025/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: SANDRA SOARES PINTO

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Intérprete de Libras, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.832,74 (um mil, oitocentos e trinta e dois reais e setenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 01/09/2025 à 19/12/2025.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e SANDRA SOARES PINTO.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº1229/2025/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: RENATA BATTISTELLI

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Assistente de Educação Infantil, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.784,71 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 06/10/2025 à 19/12/2025.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e RENATA BATTISTELLI.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº1184/2025/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: PAULO SERGIO DA SILVA ANTUNES

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 4 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 531,02 (quinhentos e trinta e um reais e dois centavos)

VIGÊNCIA: 10/09/2025 à 22/12/2025.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e PAULO SERGIO DA SILVA ANTUNES.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº1238/2025/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: MARIA DE FATIMA FERREIRA DA SILVA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Assistente de Educação Infantil, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.784,71 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 20/10/2025 à 19/12/2025.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e MARIA DE FATIMA FERREIRA DA SILVA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº1236/2025/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: HELIO ROCHA DE SOUZA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Zelador, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.784,71 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 06/10/2025 à 19/12/2025.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e HELIO ROCHA DE SOUZA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº1239/2025/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: KARINA DENIZ ALMEIDA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Assistente de Educação Infantil, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.784,71 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 20/10/2025 à 19/12/2025.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e KARINA DENIZ ALMEIDA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2025/SEFATE

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário de Administração Sr. WELBET JOSÉ BIAGI DE AMORIM.

CONTRATADO: EDMILSON BATISTA DE OLIVEIRA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Pedreiro, lotado(a) na Secretaria de Fazenda, Tributação e Gestão Estratégica, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 2.145,03 (dois mil, cento e quarenta e cinco reais e três centavos).

VIGÊNCIA: 13/10/2025 à 31/12/2025.

ASSINAM: WELBET JOSÉ BIAGI DE AMORIM e EDMILSON BATISTA DE OLIVEIRA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2025/SEGOV

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Governo e Desburocratização, Sr. NATALINO JOSÉ GONZAGA.

CONTRATADO: FRANCISCA ROSILAM DE ALMEIDA VIDAL

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Auxiliar de Pedreiro, lotado (a) na Secretaria de Governo e Desburocratização com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.678,30 (um mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 10/10/2025 à 31/12/2025

ASSINAM: NATALINO JOSÉ GONZAGA e FRANCISCA ROSILAM DE ALMEIDA VIDAL.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2025/SEGOV

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário

Municipal de Governo e Desburocratização, Sr. NATALINO JOSÉ GONZAGA.

CONTRATADO: LUIS RUBERLEY CACERES LUGO

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Pedreiro, lotado (a) na Secretaria de Governo e Desburocratização com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 2.145,03 (dois mil, cento e quarenta e cinco reais e três centavos).

VIGÊNCIA: 10/10/2025 à 31/12/2025

ASSINAM: NATALINO JOSÉ GONZAGA e LUIS RUBERLEY CACERES LUGO.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO Nº1164/2025/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: DANIELE DOS SANTOS DOMISKI

OBJETO: Constitui objeto deste 1º Aditivo ao Termo de Contrato Nº 1164/2025/SEME**,** celebrado entre as partes em 01/09/2025, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, o aditamento a Cláusula Primeira - do prazo do instrumento de contrato celebrado, alterando o seu prazo de duração.

DO SEU PRAZO DE DURAÇÃO: O presente contrato tem seu prazo de duração até 19/12/2025.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e DANIELE DOS SANTOS DOMISKI.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 1.572/2025 DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

"Dispõe sobre a concessão de Gratificação por Representação Pública (GRP) ao servidor que menciona e dá outras providências".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E DESBUROCRATIZAÇÃO DE SIDROLÂNDIA, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, combinando com as disposições da Lei Orgânica do Município,

R e s o l v e:

ARTIGO 1º - Conceder adicional de Gratificação por Representação Pública de 60% (sessenta por cento) ao servidor **JOSIMAR GABRIEL CLEMENTINO**, matrícula nº 9977-7.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de outubro de 2025. Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E DESBUROCRATIZAÇÃO

Aos quinze dias do mês de outubro de 2025.

NATALINO JOSÉ GONZAGA

Secretário Municipal de Governo e Desburocratização

Decreto n° 07/2025

Matéria enviada por Lisiane Ajala de Souza

Divisão de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 1.532/2025 DE 29 DE SETEMBRO DE 2025

Republica-se por incorreção

Atribuir aulas excedentes aos professores da Rede Municipal de Ensino

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SIDROLÂNDIA, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, combinando com as disposições da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei Complementar nº 110/2016, de 04 de janeiro de 2016 e o Decreto Municipal nº. 100/2025, de 31 de janeiro de 2025;

R e s o l v e:

ARTIGO 1º - Em conformidade com o Decreto Municipal nº. 100/2025 de 31 de janeiro de 2025 e CI nº.2.527/2025, CI nº.2.528/2025, CI nº.2.529/2025, CI nº.2.530/2025, CI nº.2.536/2025, CI nº.2.571/2025, CI nº 2.586/2025, CI nº. 2.587/2025, CI nº. 2.608/2025 e CI nº.2.634/2025-SEME, atribuir aulas excedentes aos professores da Rede Municipal de Ensino, referente ao mês de setembro, conforme tabela abaixo:

Matrícula	Nome do (a) Servidor (a)	Unidade Escolar	Carga Horária Mensal
4272-5	Ana Clea Hortenci Pereira Vieira de Arruda	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	33h/a
1456-1	Ana Maria Dias Portilho	E.M. Sandro Luiz Gonzales	28h/a
20504-4	Ana Paula Ananias dos Santos	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	06h/a

17502-4	Andrea Gimenes Dias	E.M. Pedro Aleixo	09h/a
13821-3	Andreia Conceição Barce	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	53h/a
25090-1	Angela Maria	C.M.E.I. João Lemes de Souza	83h/a
7887-12	Aparecida Guardiano Alves	C.M.E.I. Michelle Maria Canejo	63h/a
16875-3	Ariadene Demetria Candido Valério	E.M. Valério Carlos da Costa	17h/a
3327-9	Arivane Inez Massola	E.M. Darcy Ribeiro	10h/a
10441-5	Camila de Oliveira Lemos	E.M. Leonida La Rosa Balbuena	75h/a
18565-6	Carolina Lourenco Vigeta	C.M.E.I. Michelle Maria Canejo	19h/a
2658-1	Cleomice Valdez Lopes	E.M. Darcy Ribeiro	04h/a
13017-4	Cleydiane Peixoto de Souza Ghizoni	E.M. Darcy Ribeiro	03h/a
40-2	Dionize Sandra Ripol Nunhes de Quadros	C.M.E.I. Michelle Maria Canejo	91h/a
22365-2	Edivania Pereira da Cruz Braga	E.M. Pedro Aleixo	20h/a
18903-2	Emerson Bruno Strack	E.M. Pedro Aleixo	13h/a
22614-2	Eva Michelle Chadid Torres	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	22h/a
2631-5	Evanir Marques Pinheiro	E.M. Pedro Aleixo	26h/a
20878-4	Flavia dos Santos Silva	C.M.E.I. Michelle Maria Canejo	69h/a
13950-3	Gleyci Figueiredo da Silva	E.M.I. Cacique João Batista Figueiredo	27h/a
14694-8	Hellen Caroline Vaz de Carvalho	E.M. Ariano Suassuna	04h/a
7087-23	Janete Barbosa Simplício Teixeira	C.M.E.I. João Lemes de Souza	83h/a
22671-3	Jessica da Silva Mello	E.M. Pedro Aleixo	39h/a
11278-4	Joice de Oliveira Estevam	C.M.E.I. Irmã Demétria Pedrosa de Almeida	08h/a
22085-2	Jose Daniel de França da Silva	E.M. Pedro Aleixo	24h/a
6356-26	Josileide Rodrigues da Silva Arakaki	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	10h/a
5573-8	Juceane Cristina da Silva Vaz	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	05h/a
25274-1	Jucelaine Aparecida Vambommel	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	22h/a
23041-2	Lidiane de Souza Bueno Sutil	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	15h/a
2713-1	Lucrécia Aparecida Basso	C.M.E.I. João Lemes de Souza	20h/a
20661-4	Luzenira Maciel Pedroso da Silva	E.M. Olinda Brito de Souza	10h/a
841-1	Maria de Fatima Almeida Siqueira	E.M. Monteiro Lobato	05h/a
9234-7	Maria Helena Pastor dos Santos	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	35h/a
2268-31	Maria Jose Procópio Ortega Comune	E.M. Sandro Luiz Gonzales	10h/a
10134-17	Maria Luzia dos Santos Rodrigues	E.M. Leonida La Rosa Balbuena	32h/a
14532-8	Maria Raquel da Silva	C.M.E.I. Michelle Maria Canejo	91h/a
21989-2	Mariele Aparecida Santos Barbosa	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	59h/a
25089-1	Marina de Oliveira Macário	E.M. Sandro Luiz Gonzales	55h/a
2253-38	Maristela Lima Mareco	E.M. Monteiro Lobato	15h/a
18446-4	Naielly Diniz da Silva Amorim	E.M. Olinda Brito de Souza	13h/a
934-1	Nancy Cristiane dos Santos Nantes Turibio	C.M.E.I. Inês Nunes dos Santos	27h/a
3948-14	Osmari Aparecida Correa Ferreira	E.M. Sandro Luiz Gonzales	33h/a
18715-5	Rafaelly Cristiane Souza de Jesus	E.M. Valério Carlos da Costa	21h/a
10675-16	Roseli Aparecida Hammes Coimbra	C.M.E.I. Inês Nunes dos Santos	41h/a
19488-2	Rosilda Machado de Matos	E.M. Valério Carlos da Costa	04h/a
20536-1	Sanny Rios Monteiro	C.M.E.I. Heitor dos Santos Machado	66h/a
6825-2	Simone Lima da Silva Soares	C.M.E.I Lar da Criança	05h/a
3507-13	Solange Pereira Martins	E.M. Pedro Aleixo	27h/a
13662-5	Thais Martins Pereira	C.M.E.I. Heitor dos Santos Machado	13h/a
14653-3	Valdineia Costa Vieira	E.M. Sandro Luiz Gonzales	09h/a
10605-15	Valeria de Fatima Ferreira Correa da Cruz	E.M. Valério Carlos da Costa	10h/a
16809-7	Veridiane Souza dos Reis	E.M. Pedro Aleixo	07h/a

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2025. Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2025.

VILI MARCOS TOGNON

Secretário Municipal de Educação

Decreto Municipal nº. 03/2025 de 02/01/2025

Matéria enviada por Lisiane Ajala de Souza

Divisão de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 1.599/2025 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

Atribuir aulas excedentes aos professores da Rede Municipal de Ensino

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SIDROLÂNDIA, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, combinando com as disposições da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei Complementar nº 110/2016, de 04 de janeiro de 2016 e o Decreto Municipal nº. 100/2025, de 31 de janeiro de 2025;

R e s o l v e:

ARTIGO 1º - Em conformidade com o Decreto Municipal nº.100/2025 de 31 de janeiro de 2025 e CI nº.2.661/2025, CI nº.2.762/2025, CI nº.2.769/2025, CI nº.2.773/2025, CI nº.2.791/2025, CI nº.2.794/2025, CI nº.2.800/2025, CI nº.2.801/2025, CI nº.2.802/2025, CI nº.2.803/2025, , CI nº.2.804/2025, CI nº.2.810/2025, CI nº.2.811/2025, CI nº.2.814/2025, CI nº.2.835/2025, CI nº.2.836/2025, CI nº.2.837/2025, CI nº.2.838/2025, CI nº.2.840, CI nº.2.841/2025, CI nº.2.860/2025 e CI nº.2.861/2025-SEME, atribuir aulas excedentes aos professores da Rede Municipal de Ensino, referente ao mês de outubro, conforme tabela abaixo:

Matrícula	Nome do (a) Servidor (a)	Unidade Escolar	Carga Horária Mensal
4272-5	Ana Clea Hortenci Pereira Vieira de Arruda	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	03h/a
19309-4	Ana Cleide Vieira de Souza	E.M. Leonida La Rosa Balbuena	17h/a
1456-1	Ana Maria Dias Portilho	E.M. Sandro Luiz Gonzales	33h/a
17502-4	Andrea Gimenes Dias	E.M. Pedro Aleixo	08h/a

7887-12	Aparecida Guardiano Alves	C.M.E.I. Michelle Maria Canejo	57h/a
8666-17	Armando Jorge Gabriel Neto	E.M.I. Cacique Armando Gabriel	24h/a
18285-3	Camila Canete da Rocha	E.M. Leonida La Rosa Balbuena	12h/a
10441-5	Camila de Oliveira Lemos	E.M. Leonida La Rosa Balbuena	27h/a
2658-1	Cleomice Valdez Lopes	E.M. Monteiro Lobato	07h/a
13832-11	Deolinda Torres Nogueira	E.M. Sandro Luiz Gonzales	27h/a
22614-2	Eva Michelle Chadid Torres	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	12h/a
20401-3	Evelyn da Silva Pereira Vedana	C.M.E.I. Irmã Demétria Pedrosa de Almeida	14h/a
5289-19	Fatima Aparecida Braga Aguero Vera	C.M.E.I. Heitor dos Santos Machado	19h/a
20878-4	Flavia dos Santos Silva	C.M.E.I. Michelle Maria Canejo	54h/a
13950-3	Gleyci Figueiredo da Silva	E.M.I. Cacique João Batista Figueiredo	31h/a
14694-8	Hellen Caroline Vaz de Carvalho	E.M. Ariano Suassuna	04h/a
7087-23	Janete Barbosa Simplício Teixeira	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	41h/a
14175-6	João Paulo Oliveira Alves	E.M. Pedro Aleixo	21h/a
5573-8	Juceane Cristina da Silva Vaz	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	06h/a
25274-1	Jucelaine Aparecida Vambommel	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	35h/a
26607-1	Leidiane Peixoto de Souza Rossatti	E.M. Darcy Ribeiro	40h/a
11460-12	Lidiane Alves da Silva	E.M.I. Cacique Armando Gabriel	20h/a
23041-2	Lidiane de Souza Bueno Sutil	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	05h/a
23753-2	Lindinalva Rafain Amancio	C.M.E.I. Inês Nunes dos Santos	08h/a
9608-15	Luciana Costa da Silva	E.M. Olinda Brito de Souza	16h/a
15368-5	Lucineia Santiago de Lima	E.M. Darcy Ribeiro	20h/a
2713-1	Lucrécia Aparecida Basso	C.M.E.I. Heitor dos Santos Machado	15h/a
12801-4	Luzia Pereira da Silva Luza	C.M.E.I. João Lemes de Souza	25h/a
8839-7	Mailise Rocha de Castro	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	07h/a
841-1	Maria de Fatima Almeida Siqueira	E.M. Monteiro Lobato	10h/a
9234-7	Maria Helena Pastor dos Santos	E.M. Sandro Luiz Gonzales	71h/a
10134-17	Maria Luzia dos Santos Rodrigues	E.M. Leonida La Rosa Balbuena	11h/a
14532-8	Maria Raquel da Silva	C.M.E.I. Michelle Maria Canejo	05h/a
21989-2	Mariele Aparecida Santos Barbosa	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	34h/a
2253-38	Maristela Lima Mareco	E.M. Monteiro Lobato	16h/a
3948-14	Osmari Aparecida Correa Ferreira	E.M. Sandro Luiz Gonzales	23h/a
10949-12	Rosangela Correia de Souza	C.M.E.I. Profª. Telma Ferreira Rabero	18h/a
10675-16	Roseli Aparecida Hammes Coimbra	C.M.E.I. Inês Nunes dos Santos	32h/a
19488-2	Rosilda Machado de Matos	E.M. Porfiria Lopes do Nascimento	05h/a
2583-13	Samuel Dias	E.M.I. Cacique Armando Gabriel	16h/a
20536-1	Sanny Rios Monteiro	C.M.E.I. Heitor dos Santos Machado	14h/a
6825-2	Simone Lima da Silva Soares	C.M.E.I. João Lemes de Souza	22h/a
3507-13	Solange Pereira Martins	E.M. Pedro Aleixo	14h/a
2635-1	Terezinha Maria de Brito Andrade	E.M. Darcy Ribeiro	06h/a

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2025. Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2025.

VILI MARCOS TOGNON

Secretário Municipal de Educação

Decreto Municipal nº. 03/2025 de 02/01/2025

Matéria enviada por Lisiane Ajala de Souza

Divisão de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 1.549/2025 DE 09 DE OUTUBRO DE 2025.

Exonera do cargo em comissão de Assessor Operacional.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE SIDROLÂNDIA, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, combinando com as disposições da Lei Orgânica do Município,

R e s o l v e:

ARTIGO 1º - Exonerar **LARISSA GUARDIANO CORREA**, matrícula nº 19456-4, do cargo em comissão de Assessor Operacional, vinculada à Secretaria de Infraestrutura, Município de Sidrolândia – MS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Aos nove dias do mês de outubro de 2025.

ENELVO IRADI FELINI

Secretário Municipal de Infraestrutura

Decreto n°09/2025

Matéria enviada por Lisiane Ajala de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA
RUA SÃO PAULO
03.501.574/0001-31 Exercício: 2025

DECRETO Nº 457 , DE 23 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.2227

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIDROLANDIA, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$6.284,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **6.284,00**

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, TRIBUT E GESTÃO ESTRATÉGIC

163	04.122.5000.2404.0000	Apoio à Gestão Governamental	6.284,00
	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, TRIBUT E GESTÃO ESTRA

145	04.122.5000.2235.0000	Apoio à Gestão Governamental	-3.284,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
156	04.122.5000.2404.0000	Apoio à Gestão Governamental	-3.000,00
	3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESP	F.R. Grupo: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

-6.284,00

Artigo 3o.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDROLANDIA, 23 de outubro de 2025

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA

Prefeitura Municipal de Sonora MS

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 069/2025

PROCESSO Nº 117/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 014/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA – MS e a empresa **ADELAR CARMELIO TOLDO LTDA.**

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra de pedreiro, servente, pintor, ajudante de pintor, soldador, calheiro, chaveiro, vidraceiro, marceneiro, jardineiro, ajudante geral, serralheiro, marmorista, instalador de forro e correlatos para reparos, reformas e construções nos espaços públicos, com fornecimento de ferramentas e EPI's - Equipamentos Proteção Individual, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e valores estabelecidos neste Termo e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R$ 371.106,58 (trezentos e setenta e um mil, cento e seis reais e cinquenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado sucessiva e anualmente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração Pública Municipal, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

DATA: 22/10/2025.

ASSINAM: MARIA CLARICE EWERLING - Prefeita Municipal e **ADELAR CARMELIO TOLDO -** Representante legal da Empresa.

Matéria enviada por Milena Gabriela Silva

Prefeitura Municipal de Sonora MS

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 070/2025

PROCESSO Nº 117/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 014/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA – MS e a empresa **AGNALDO JOSÉ MATEUS JUNIOR 56188978149.**

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra de pedreiro, servente, pintor, ajudante de pintor, soldador, calheiro, chaveiro, vidraceiro, marceneiro, jardineiro, ajudante geral, serralheiro, marmorista, instalador de forro e correlatos para reparos, reformas e construções nos espaços públicos, com fornecimento de ferramentas e EPI's - Equipamentos Proteção Individual, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e valores estabelecidos neste Termo e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R$ 116.540,00 (cento e dezesseis mil, quinhentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado sucessiva e anualmente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração Pública Municipal, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

DATA: 22/10/2025.

ASSINAM: MARIA CLARICE EWERLING - Prefeita Municipal e **AGNALDO JOSÉ MATEUS JUNIOR -** Representante legal da Empresa.

Matéria enviada por Milena Gabriela Silva

Prefeitura Municipal de Sonora MS

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 071/2025

PROCESSO Nº 117/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 014/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA – MS e a empresa **63.069.128 EDUARDO MANOEL GOMES ARRUDA.**

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra de pedreiro, servente, pintor, ajudante de pintor, soldador, calheiro, chaveiro, vidraceiro, marceneiro, jardineiro, ajudante geral, serralheiro, marmorista, instalador de forro e correlatos para reparos, reformas e construções nos espaços públicos, com fornecimento de ferramentas e EPI's - Equipamentos Proteção Individual, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e valores estabelecidos neste Termo e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R$ 263.006,58 (duzentos e sessenta e três mil, seis reais e cinquenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado sucessiva e anualmente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração Pública Municipal, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

DATA: 22/10/2025.

ASSINAM: MARIA CLARICE EWERLING - Prefeita Municipal e **EDUARDO MANOEL GOMES ARRUDA -** Representante legal da Empresa.

Matéria enviada por Milena Gabriela Silva

Prefeitura Municipal de Sonora MS

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 072/2025

PROCESSO Nº 117/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 014/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA – MS e a empresa **EVANDRO C RODRIGUES – CONSTRUCOES E SERVIÇOS LTDA.**

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra de pedreiro, servente, pintor, ajudante de pintor, soldador, calheiro, chaveiro, vidraceiro, marceneiro, jardineiro, ajudante geral, serralheiro, marmorista, instalador de forro e correlatos para reparos, reformas e construções nos espaços públicos, com fornecimento de ferramentas e EPI's - Equipamentos Proteção Individual, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e valores estabelecidos neste Termo e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R$ 528.946,45 (quinhentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado sucessiva e anualmente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração Pública Municipal, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

DATA: 22/10/2025.

ASSINAM: MARIA CLARICE EWERLING - Prefeita Municipal e **EVANDRO CORREIA RODRIGUES -** Representante legal da Empresa.

Matéria enviada por Milena Gabriela Silva

Prefeitura Municipal de Sonora MS

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 073/2025

PROCESSO Nº 117/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 014/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA – MS e a empresa **62.969.994 LUIS CARLOS SOUZA DE OLIVEIRA.**

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra de pedreiro, servente, pintor, ajudante de pintor, soldador, calheiro, chaveiro, vidraceiro, marceneiro, jardineiro, ajudante geral, serralheiro, marmorista, instalador de forro e correlatos para reparos, reformas e construções nos espaços públicos, com fornecimento de ferramentas e EPI's - Equipamentos Proteção Individual, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e valores estabelecidos neste Termo e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R$ 116.540,00 (cento e dezesseis mil, quinhentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado sucessiva e anualmente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração Pública Municipal, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

DATA: 22/10/2025.

ASSINAM: MARIA CLARICE EWERLING - Prefeita Municipal e **LUIS CARLOS SOUZA DE OLIVEIRA -** Representante legal da Empresa.

Matéria enviada por Milena Gabriela Silva

Prefeitura Municipal de Sonora MS

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 074/2025

PROCESSO Nº 117/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 014/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA – MS e a empresa **PAULINO ANDRADE CORREA ME.**

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra de pedreiro, servente, pintor, ajudante de pintor, soldador, calheiro, chaveiro, vidraceiro, marceneiro, jardineiro, ajudante geral, serralheiro, marmorista, instalador de forro e correlatos para reparos, reformas e construções nos espaços públicos, com fornecimento de ferramentas e EPI's - Equipamentos Proteção Individual, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e valores estabelecidos neste Termo e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R$ 60.189,87 (sessenta mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado sucessiva e anualmente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração Pública Municipal, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

DATA: 22/10/2025.

ASSINAM: MARIA CLARICE EWERLING - Prefeita Municipal e **PAULINO ANDRADE CORREA -** Representante legal da Empresa.

Matéria enviada por Milena Gabriela Silva

Prefeitura Municipal de Sonora MS

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 075/2025

PROCESSO Nº 117/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 014/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA – MS e a empresa **60.511.799 VALDOMIRO JOAQUIM DE SANTANA.**

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra de pedreiro, servente, pintor, ajudante de pintor, soldador, calheiro, chaveiro, vidraceiro, marceneiro, jardineiro, ajudante geral, serralheiro, marmorista, instalador de forro e correlatos para reparos, reformas e construções nos espaços públicos, com fornecimento de ferramentas e EPI's - Equipamentos Proteção Individual, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e valores estabelecidos neste Termo e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R$ 81.099,87 (oitenta e um mil, noventa e nove reais e oitenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado sucessiva e anualmente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração Pública Municipal, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

DATA: 22/10/2025.

ASSINAM: MARIA CLARICE EWERLING - Prefeita Municipal e **VALDOMIRO JOAQUIM DE SANTANA -** Representante legal da Empresa.

Matéria enviada por Milena Gabriela Silva

NÚCLEO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO N° 205/2024

PROCESSO N° 161/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 030/2024

PARTES: FUNDO DE PREVIDÊNCIA - FUNPREV e o SR. JAIR MILTON SCHWAB.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração das cláusulas, **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO e CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO** do CONTRATO nº 161/2024, cujo objeto de locação de imóvel (salão comercial) do Sr. **JAIR MILTON SCHWAB,** para abrigar o Fundo de Previdência, visando atender a necessidade de um espaço físico adequado para realizar suas atividades administrativas e financeiras, assim como para o atendimento ao público e aos beneficiários.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será prorrogado em 12 (doze) meses passando de 21/10/2025 para 21/10/2026.

DO VALOR O valor mensal permanecerá de **R$ 1.000,00** (mil reais).

O valor do contrato terá um acréscimo no valor de **12.000,00** (doze mil reais) passando o total do Contrato de **12.000,00** (doze mil reais) para **R$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Amparo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais alterações pertinentes.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

DATA: 21 de outubro de 2025.

ASSINAM: Maria Clarice Ewerling – Prefeita Municipal, **Edivan Pereira da Costa -** Diretor Presidente do Funprev e **Jair Milton Schwab** representante legal da empresa.

Matéria enviada por JOSIMEIRE VITOR DE BRITO

NÚCLEO DE CONTABILIDADE

Resolução 33/2025

RESOLUÇÃO Nº 33 DE 12 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para a realização função de Responsável Contábil do COINTA.

Considerando que é necessário contar com os préstimos de um servidor do Município de Sonora, para a exercer a função de Responsável Contábil do COINTA;

Considerando que essa atividade exige qualificação e Registro no CRC/MS;

O **PRESIDENTE DO COINTA**, Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 43 § 1º da Resolução nº 18, de 15 de maio de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado para exercer atividades de responsável Contábil, junto ao COINTA o servidor efetivo do município de Sonora Sr. Edivan Pereira da Costa, ocupante do cargo de Técnico Especializado em Administração Pública, inscrito no CRC MS, sob o número TC/CRC-4248/O-6.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2025.

Coxim/MS, 12 de setembro de 2025.

Manoel Eugênio Nery

Presidente do COINTA

Matéria enviada por EDIVAN PEREIRA DA COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Secretaria de Assistência Social

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 017/2025 –Republicado por Incorreção.

Matéria anteriormente publicada no Diário Oficial dos Municípios Assomasul, nº 3947, no dia 14 de outubro de 2025 (terça-feira).

OBJETO: Em cumprimento ao art. 32, §1º, da Lei Federal nº 13.019/14 e ao art. 10, §1º, do Decreto Municipal nº 2.566/21, faço publicar o seguinte **EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 017/2025** para celebração de Parceria, por meio de Termo de Fomento, entre o **MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS**, e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – COMUNIDADE KOLPING SÃO FRANCISCO DE ASSIS - CKSFA**, inscrita no CNPJ n° 00.806.345/0001-37 e devidamente credenciada no Conselho Municipal de Assistência Social e Órgão Gestor da Assistência Social, para desenvolver Projeto "Piso saguão Efetá". O presente projeto tem como objetivo a adequação do espaço existente por meio da instalação de piso em Granelite, proporcionando um ambiente seguro, acessível e acolhedor para crianças, adolescentes, profissionais e toda a comunidade local. A iniciativa visa melhorar a mobilidade e garantir a segurança dos usuários, tanto os atendidos quanto os colaboradores, além de favorecer o uso do espaço para apresentações, eventos e demais atividades comunitárias. Será realizada a instalação de piso em Granelite na área coberta do salão Efetá, uma solução de alta resistência e de fácil manutenção, ideal para atender às demandas do público infantil, juvenil e da população em geral. Por meio desta parceria, busca-se transformar o ambiente físico, tornando-o mais funcional, seguro e convidativo, fortalecendo as ações desenvolvidas no local e ampliando o seu uso como espaço de convivência e integração comunitária. Conforme Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS n° 109, de 11 de novembro de 2009, e Plano de Trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente iniciativa tem como fundamento o disposto no art. 29 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei."

VALOR: R$ 48.716,56 (quarenta e oito mil setecentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos) – oriundos do FMAS. Referente a emenda impositiva 19/2024.

PERÍODO EXECUÇÃO DO SERVIÇO: 12 (doze) meses.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação deste extrato para impugnação da justificativa constante no processo administrativo, nos termos do § 2º, do art. 10 do Decreto Municipal n° 2.566/2021.

São Gabriel do Oeste/MS, 22 de outubro de 2025.

Jefferson Masiaga

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Agnis Dimeira Schrêiner

Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 929944-3/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021, torna público que a Administração pretende realizar a **compra de uniformes para servidores da Câmara Municipal** para atender às necessidades da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste/MS.

O texto na íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos estarão disponíveis no sítio eletrônico da Câmara Municipal, https://www.camarasgo.ms.gov.br/licitacao, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://pncp.gov.br/app/.

CONTRATANTE (UASG): 929944

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 19.810,16 (dezenove mil oitocentos e dez reais e dezesseis centavos).

PLATAFORMA DE DISPUTA: Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras**/.**

DATA DA SESSÃO: 30/10/2025

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 08:30h até 14:30h (Horário de Brasília-DF)

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

São Gabriel do Oeste-MS, 22 de outubro de 2025.

Valdecir Malacarne

Presidente

Matéria enviada por Uriel Fialho Ajala

Prefeitura - Procuradoria Jurídica

AUTORIZAÇÃO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO-ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 18561/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 170/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 019/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2024

ÓRGÃO GESTOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DE MINAS – CIMESMI.

FORNECEDORA: VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA EDUCAÇÃO LTDA.

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a aquisição de materiais esportivos para atender às Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), a serem fornecidos pela empresa **VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA EDUCAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 43.863.467/0001-78, com sede à Rua Nelson Cesar de Oliveira, nº 99, Bairro Jardim das Indústrias, São José dos Campos -SP, detentora do melhor preço referente aos itens: 02, 09, 11, 12, 20, 21, 30, 31, 40, 44, 53, 54, 59, 71, 73, 77, 78, 80, 84, 101, 102, 105, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 119, 131, 145, 172 e 188 objetos da Ata de Registro de Preços em epígrafe, com fundamento no Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Jurídica, bem como em consonância com a justificativa apresentada pela Secretaria, ao valor total de **R$ 251.832,96 (duzentos e cinquenta e um mil reais oitocentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), respeitados os valores unitários propostos.**

Encaminho o processo administrativo à contabilidade para emissão da nota de empenho e Procuradoria Jurídica para as demais providências.

São Gabriel do Oeste/MS, 22 de outubro de 2025.

Leocir Paulo Montagna

Prefeito Municipal

Matéria enviada por ANA NÁTHALEN SANTOS DA SILVA

Procuradoria Juridica

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DE 038/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 038/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17097/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2025

Assunto: Dispensa de licitação – Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: Aquisição de tubos extrudado, parede dupla em PEAD (polietileno de alta densidade), com união ponta e bolsa, liso internamente e corrugado externamente, em barras de 6m de comprimento, cor preta, pigmentada com negro de fumo, com diâmetro nominal DN/DI 1200 mm (diâmetro interno), conforme norma DNIT 094/2014, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Trânsito.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA o objeto, e HOMOLOGA o procedimento de Dispensa Eletrônica nº 038/2025 (Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 42, III, do Decreto Municipal 3.132/2024), ao fornecedor **TUBOS TIGRE-ADS DO BRASIL LTDA,** CNPJ 11.069.316/0001-56, que apresentou a proposta mais vantajosa condizente com os menores preços para o item 1, no valor global de **R$ 50.850,00 (Cinquenta mil, oitocentos e cinquenta reais), em observância ao art. 1º, do Decreto nº 12.343/2021.**

Prazo da contratação: 06 meses, admitida a prorrogação.

Publique-se, para fins do disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/21 e no artigo 6º, XIII do Decreto Municipal nº 3.132/2024, no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, no site do Município e no Diário Oficial dos Municípios mantido pela Assomasul.

Remeto à Procuradoria Jurídica e Contabilidade Geral para demais providências.

São Gabriel do Oeste /MS, 22 de outubro de 2025.

LEOCIR PAULO MONTAGNA

PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Daniela Cardoso Luz de Souza

Procuradoria Juridica

Decreto nº. 3.667/2025 PMSGO/GAB 22 de outubro de 2025.

Altera a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA nomeado e empossado através do Decreto nº 3.435/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA nomeado e empossado através do Decreto nº 3.435/2025, para o biênio 2025/2027, conforme segue:

RETIRA-SE:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Órgão/Entidade	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Educação		Andressa Bernardo Maas

INGRESSA:

Órgão/Entidade	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Educação		Gilcemar Freitas de Oliveira

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Gabriel do Oeste/MS, 22 de outubro de 2025.

LEOCIR PAULO MONTAGNA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Daniela Cardoso Luz de Souza

Procuradoria Juridica

Decreto nº. 3.668/2025 PMSGO/GAB 22 de outubro de 2025.

Altera a composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

Decreta*:*

Art. 1° Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, nomeado através do Decreto Municipal nº 3.197/24, conforme segue:

RETIRA-SE:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS		
Órgão/Entidade	**Titular**	**Suplente**
Secretaria Municipal de Educação		Andressa Bernardo Maas

INGRESSA:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS		
Órgão/Entidade	**Titular**	**Suplente**
Secretaria Municipal de Educação		Gilcemar Freitas de Oliveira

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Gabriel do Oeste/MS, 22 de outubro de 2025.

LEOCIR PAULO MONTAGNA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Daniela Cardoso Luz de Souza

PREFEITURA

Edital n. 018/2024

Edital n. 018/2024 – CONVOCA O APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – V/2024

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município de São Gabriel do Oeste, e tendo em vista o disposto no Art. 3º da Lei Municipal n. 908/2013, convoca os candidatos abaixo relacionados, para o cargo de **Técnico de Enfermagem,** aprovados no **Processo Seletivo Simplificado V,** regido pelo Edital nº 04/2024, para comparecer à sede da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Martimiano Alves Dias, nº 1211, centro, São Gabriel do Oeste – MS, munido de todos os documentos originais especificados no Edital nº 01/2024, até a data de 24/10/2025:

Nº	NOME	FUNÇÃO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
04	ANDREZA MARIA DE MATTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3,50	22
03	JAQUELINE DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3,5	23

São Gabriel do Oeste - MS, 22 de outubro de 2025.

JOSÉ EDACYR SIMM
Secretário Municipal de Saúde
Decreto "P" n° 01/2025

Matéria enviada por Michele Pagnussat

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 004/2025

OBJETO: Em cumprimento ao §2º, do art.32, da Lei Nº13.019/2014 e alterações posteriores, e § 2º do art. 10 do Decreto Municipal nº 2.566/2021, faço publicar o seguinte **EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 004/2025** para celebração de Parceria, por meio de **Termo de Fomento**, entre o **MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE**, inscrita no CNPJ n° 33.789.967/0001-53, revela-se imperiosa visando à continuidade e qualidade dos serviços prestados, especialmente por dinamizar e tornar mais eficiente e econômica a prestação dos serviços, restando, portanto, caracterizada a oportunidade e conveniência da administração, a qual tem com o objetivo a aquisição de um veículo adaptado, destinado ao transporte diário de aproximadamente 70 (setenta) pessoas com deficiência, providência indispensável para garantir segurança, conforto e eficiência no deslocamento dos usuários aos serviços prestados pela APAE de São Gabriel do Oeste, conforme Projeto Técnico.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O fundamento principal para a presente iniciativa é o inciso VI, do art. 30 da Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei n. 13.204/2015: Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público: (...) VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

VALOR: R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

PERÍODO EXECUÇÃO DO SERVIÇO: 31 de dezembro de 2025.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação deste extrato para impugnação da justificativa constante no processo administrativo, nos termos do §2º, do art. 32, da Lei Nº13.019/2014 e alterações posteriores, e § 2º do art. 10 do Decreto Municipal nº 2.566/2021.

São Gabriel do Oeste/MS.

JOSÉ EDACYR SIMM
Secretário Municipal de Saúde
Decreto "P" n° 01/2025

Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 26, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

Altera o *caput* e os §§ 3º e 6º do Art. 125-A e acresce o § 1º-A ao Art. 125-A da Lei Orgânica do Município de São Gabriel do Oeste, para adotar no processo legislativo orçamentário municipal as emendas de bancadas, previstas na Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019 e na Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 48 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte EMENDA À LEI ORGÂNICA:

Art. 1º Ficam alterados o *caput, o §3º e o § 6º* do art. 125-A da Lei Orgânica do Município de São Gabriel do Oeste, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 125-A. É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais e emendas de bancadas do Legislativo Municipal ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).

.....

§3º A execução orçamentária e financeira das emendas individuais e de bancadas aprovadas é obrigatória, segundo critérios equitativos, financiada exclusivamente com recursos na reserva parlamentar instituída com a finalidade de dar cobertura às referenciadas emendas.

.....

§6º As programações orçamentárias decorrentes das emendas parlamentares de que trata este artigo não são de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica." (NR)

Art. 2º Fica acrescido o §1º- A no art. 125-A da Lei Orgânica do Município de São Gabriel do Oeste, com a seguinte redação:

"Art. 125-A .....

§1°- A. As emendas de iniciativa de bancada de parlamentares, serão aprovadas no montante de até 1% (um por cento)

da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.” (NR)

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de São Gabriel do Oeste - MS passa a vigorar na data da sua publicação, com aplicação no Projeto da Lei Orçamentária de 2027.

São Gabriel do Oeste/MS, 21 de outubro de 2025.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE:

Valdecir Malacarne, *Presidente* – Evandro Luis Biazus, *Vice-Presidente* – Ramão Gomes Barbosa, *1º Secretário* – Elson Freire Sales, *2º Secretário*

Matéria enviada por Julia Prado Rodrigues

Diretor geral de compras

Aviso de Pregão Eletrônico n° 075/2025

A Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço POR ITEM, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, que tem como objeto a Seleção da proposta mais vantajosa para o Município visando a aquisição de Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados aos profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate a Endemias (ACE), visando atender de forma contínua às necessidades operacionais e de campo das referidas equipes, em sessão pública, **às 09:00hs(Horário de Brasília) do dia 07 de NOVEMBRO de 2025,** com abertura no Portal**www.portaldecompraspublicas.com.br**, Mais informações no e-mail dos Pregoeiros de São Gabriel do Oeste MS – ronsgo@hotmail.com e **poliana.o.gomes@hotmail.com** - telefone para contato: (67) 3295 2111, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, a partir da data de publicação deste aviso.

e-Sfinge:6B7BD4D3CEF42685481D57AAA5CF0C96E93B7FCE

idRemessaOnline: 3828294

São Gabriel do Oeste – MS, 22 de outubro de 2025.

Ronilso Freitas Brandão-Superintendência de Compras e Licitações

Matéria enviada por Camile Vitória de Freitas Silva

PORTARIA Nº 122/2025 - SAAESGO - 22 de outubro de 2025

A Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei de Reestruturação do SAAE Lei n° 392/99; Artigo 8; Inciso V e Delegação de competência outorgada pelo Decreto nº. 3.399/2025 – PMSGO-GAB de 02 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° - **CONSTITUIR** Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar, no prazo de 60 dias, os fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2025, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2° - **DESIGNAR** os servidores efetivos abaixo para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito:

Cicero Gomes de Souza – Assistente de Administração, para a função de Presidente da Comissao.

Neida Lurdes Balzan – Técnica em Contabilidade, para a função de Secretária da Comissão.

Adriana Aparecida da Silva Pereira – Gestora de Compras, para a função de Membro da Comissao.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JULIA FERNANDA BORTOLINI

Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

Matéria enviada por JAKELINE MONTAGNA

RESOLUÇÃO SMS Nº 146/2025

DESIGNA SERVIDOR (A) PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 89, inciso II da Lei Orgânica do Município, em observância ao disposto nos art. 7º c/c art. 117, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, edita a seguinte Resolução:

Artigo 1º – Ficam o(a)s servidor(a)es **DULCINÉIA APARECIDA MUNHOZ VAL** e **MAIARA RAMOS DA SILVA,** designado(a)s para exercer a função de Fiscal(i)s do Contrato nº 234/2025, Credenciamento nº 001/2024, Processo Licitatório nº 197/2024, Processo Administrativo do Credenciamento nº 28.404/2024 e Processo Administrativo 17948/2025, cujo objeto refere-se a credenciamento de profissionais médicos, na forma de plantão (item 001), para atender a Unidade Básica de Saúde do Bairro Fênix, com a finalidade de atender as demandas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, com a empresa **RAJM SAUDE LTDA**, com as seguintes obrigações:

I – anotar na Ficha de Fiscalização de Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – acompanhar a execução do contrato, conferindo a entrega de produtos, a realização dos serviços ou o andamento das obras, conforme o caso;

III – informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

IV – notificar a contratada no caso de execução contratual fora das especificações contratuais, lançando o respectivo registro na Ficha de Fiscalização do Contrato;

V – receber provisória e definitivamente o objeto do Contrato, observando-se o disposto no artigo 140, da Lei nº 14.133/2021.

VI – entregar ao Departamento de Licitações, ao término da execução contratual, a Ficha de Fiscalização de Contrato devidamente preenchida e anotada, acompanhada de Registro Geral de Desempenho do Fornecedor, no prazo de até 5 [cinco] dias.

§1º – O Departamento de Licitações deverá disponibilizar o termo de aceite ao fiscal nomeado, comprovando ciência de sua nomeação e funções.

§2º – O Departamento de Licitações disponibilizará ao Fiscal nomeado a Ficha de Fiscalização de Contrato, a cópia do contrato ou termo de referência da contratação, conforme o caso, além de outros documentos necessários para a fiscalização.

§3º – O prazo de que trata o inciso VI deste artigo poderá ser prorrogado, a pedido justificado pelo agente de fiscalização do contrato.

Artigo 2º – O fiscal do contrato poderá solicitar auxílio aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Artigo 3º – A fiscalização inadequada, irregular ou defeituosa poderá sujeitar o Fiscal de Contrato à responsabilização nos termos da legislação vigente.

Artigo 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a contar de 13/10/2025.

São Gabriel do Oeste/MS, 22 de outubro de 2025.

JOSÉ EDACYR SIMM

Secretário Municipal de Saúde

Decreto "P" n° 01/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO Nº 01 AO CONTRATO 058/2025.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Taquarussu – MS– e Fundo de Saúde** CONTRATADA: **VILLA MED - COMERCIAL E IMPORTAÇÃO PRODUTOS HOSPITALAR LTDA** – **DATA DA ASSINATURA:** 21 de outubro de 2025- OBJETO: Fornecimento De Materiais Hospitalares, Para Atender A Demanda Da Unidade Básica De Saúde E Estratégia Da Saúde Da Família E Hospital Municipal, Taquarussu/MS Sendo O Aditivo de acréscimo de valor será de 25% (vinte e cinco por cento), que correspondente a R$ 71.524,35 (setenta e um mil, quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos), passando assim o valor do contrato Original de R$ 286.097,38 (duzentos e oitenta e seis mil, noventa e sete reais e trinta e oito centavos), para o valor de R$ 357.621,73 **(**trezentos e cinquenta e sete mil seiscentos e vinte e um reais e setenta e três centavos**).**

ASSINATURAS: Clóvis José do Nascimento, Josimar de Matos Silva e Marcio Cesar Villavicencio.

Taquarussu - MS, 21 de outubro de 2025.

CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO Nº 01 AO CONTRATO 062/2025.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Taquarussu – MS– e Fundo de Saúde** CONTRATADA: **W.A. COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** – **DATA DA ASSINATURA:** 21 de outubro de 2025- OBJETO: Fornecimento De Materiais Hospitalares, Para Atender A Demanda Da Unidade Básica De Saúde E Estratégia Da Saúde Da Família E Hospital Municipal, Taquarussu/MS Sendo O Aditivo de acréscimo de valor será de 25% (vinte e cinco por cento), que correspondente a R$ 11.519,55(onze mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos), passando assim o valor do contrato Original de R$ 46.078,19 (quarenta e seis mil setenta e oito reais e dezenove centavos), para o valor de R$ 57.597,74 **(**cinquenta e sete mil quinhentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos**).**

ASSINATURAS: Clóvis José do Nascimento, Josimar de Matos Silva e Aluisio Da Silva Lamin.

Taquarussu - MS, 21 de outubro de 2025.

CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO Nº 01 AO CONTRATO 024/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Taquarussu – MS –** CONTRATADA**: LUCIANA MARTINS RAVAZZI CAMILLO 01194254160** – **DATA DA ASSINATURA:** 21 de outubro de 2025- OBJETO**:** fornecimento de refeições (marmitex) sendo o Aditivo de acréscimo de valor será no porcentual de 25% (vinte e cinco por cento) que correspondente a R$ 4.200,00 (quatro mil, duzentos reais) sendo um acréscimo de mais 150(cento e cinquenta) marmitex com um valor de R$ 28(vinte e oito reais) cada, desta forma o contrato inicial que era de R$ 16.800,00(dezesseis mil e oitocentos reais) Passa para o valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

ASSINATURAS: Clóvis José do Nascimento e Luciana Martins Ravazzi Camillo

Taquarussu - MS, 21 de outubro de 2025.

Clóvis José do Nascimento

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2869/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 931/2024

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU– MS – CONTRATANTE CNPJ: 03.923.703/0001-80

CONCEITO – PNEUS E SERVIÇOS EIRELI CNPJ Nº 17.050.375/0001-69

DATA DO EMPENHO: 13/10/2025.

OBJETO: Contratação de Empresa, para o Fornecimento de Pneus, Câmaras e Protetores, para Manutenção dos Veículos e Maquinários, pertencentes a este Município de Taquarussu/MS.

VALOR: R$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais).

DOTAÇÃO: 03.001.4.122.104.2078 – Conservação de Patrimônio SEMAG, elemento de despesa: 3.3.90.30.39 Material para manutenção de veículos.

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU MS– CONTRATADA: FLAVIA MARIA GOMES LOPES LTDA. - DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2025 –OBJETO Contratação De Empresa Especializada No Fornecimento De Discos, Mancal E Parafusos Para Grade Niveladora 22x50mm, Para Atender A Secretaria De Agricultura Do Municipio. Pregão Presencial 033/2025. Valor R$17.480,00 (dezessete mil quatrocentos e oitenta reais).

Lote 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VL UNIT.	VL TOTAL
01	Disco novos para grade niveladora, recortado em aço espessura 4.5 mm tamanho 22 polegadas, com um furo redondo tamanho 1.1/4 x 50mm COD:3593 - Disco novos para grade niveladora, recortado em aço espessura 4.5 mm tamanho 22 polegadas, com um furo redondo tamanho 1.1/4 x 50mm COD:35931 Marca: BALDAN	UN	40	250,00	10.000,00

Lote 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VL UNIT.	VL TOTAL
02	6.730, ,000Mancal novo para grade niveladora lubrificação a graxa sem parafuso com eixo redondo com medida 190mm com eixo medida de 1.1/4x 50mm COD:7448 - Mancal novo para grade niveladora lubrificação a graxa sem parafuso com eixo redondo com medida 190mm com eixo medida de 1.1/4x 50mm COD:74482 Marca: BALDAN	UN	12	560,88	6.730,56
03	Parafuso do mancal (grade niveladora) COD:3612 Marca: BALDAN	UN	24	31,2265	749,44

–**Vigência:** por 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS . 2.036 Manutenção da Sec. de Agricultura e Pecuária; Elemento de Despesas: 3.3.90.30 Material de Consumo.

Assinaturas: Clóvis José do Nascimento e Antônio Marcos da Rocha.

Taquarussu - MS, 22 de outubro de 2025.

Clóvis José do Nascimento Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 154/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU – MS – **CONTRATADA**: **BRUTO DE RAÇA PRODUÇÕES ARTISTICA LTDA** – **DATA DA ASSINATURA:** 22 de outubro de 2025 – **OBJETO:** Show com a Dupla Sertaneja Antony & Gabriel para o dia 27/12/2025 (sábado), para a comemoração das festividades de final de ano do município de Taquarussu-MS, com duração de 01 hora e 40 minutos de show, aproximadamente.

– **VALOR:** R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
	Contratação de Show com a Dupla Sertaneja Antony & Gabriel para o dia 27/12/2025 (sábado), para a comemoração das festividades de final de ano do município de Taquarussu-MS. Duração de 01 hora e 40 minutos de show, aproximadamente	**01 Show com duração de 01 hora e 40 minutos, aproximadamente**	**250.000,00**	**250.000,00**

O pagamento será efetuado até 24 horas antes do evento, sendo 50% do valor em até 48 Horas que antecedem ao Show e os 50% restantes em até 01 dia util após o Show, mediante a devida documentação fiscal e contábil.**VIGÊNCIA:** da assinatura até 31 de janeiro de 2026– **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:** 2.002- Manutenção das Festividades e Eventos Municipais. Elemento de despesa: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Assinaturas: Clóvis José do Nascimento e Edico Antônio Corrêa

Taquarussu – MS, 22 de outubro de 2025.

Clóvis José do Nascimento Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

LEI MUNICIPAL N.º 681/2025 DE 22 DE OUTUBRO DE 2025

"Dispõe sobre a alteração do Art. 5º da Lei Municipal nº 582/2022 e dá outras providências".

CLOVIS JOSÉ DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais na conformidade com o disposto no inciso VI, do art. 57, da Lei Orgânica do Município de Taquarussu/MS.

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do Art. 5º da Lei Municipal nº 582/2022 de 06 de outubro de 2022 passam a vigorar com a seguinte

redação:

Art. 5º A vida útil dos veículos de transporte coletivo escolar da Prefeitura Municipal de Taquarussu-MS é fixada em 17 (dezessete) anos a contar do ano de sua fabricação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Taquarussu – MS, aos vinte e dois (22) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

CLOVIS JOSÉ DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Renaldo Correia da Silva

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 981/2025

O Prefeito Municipal de Taquarussu Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o **Art. 72, VIII da Lei Federal n° 14.133/2021, e suas alterações posteriores,** e considerando o que consta do presente Processo Administrativo, em face de justificativa apresentada, **RATIFICAR** a Declaração de Inexigibilidade de Licitação. **Objeto:** Contratação de Show com a Dupla Sertaneja Antony & Gabriel para o dia 27/12/2025 (sábado), para a comemoração das festividades de final de ano do município de Taquarussu-MS, com duração de 01hora e 40 minutos de show, aproximadamente. **Favorecido: BRUTO DE RACA PRODUCOES ARTISTICA LTDA,** ficando o valor previsto para a realização do show completo em R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). **Dotação Orçamentária**: 2.002- Manutenção das Festividades e Eventos Municipais. **Elemento de despesa:** 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. **Fundamento Legal:** a fundamentação legal está descrita no Artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

Taquarussu/MS, 22 de outubro de 2025.

CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA/SEMAS Nº 020/2025 de 20 de outubro de 2025

Ato de Contratação

CLEIDE SOARES DE OLIVEIRA, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe confere a Decreto Municipal Nº 004/2025 de 01 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO, o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, art. 27, inciso IX da Constituição Estadual, na Lei Municipal 516/2019 de 16 de dezembro de 2019 alterada pela Lei Municipal nº 648/2024 de 29 de outubro de 2024.

RESOLVE:

Artigo 1º Convocar a partir de 03 (três) de novembro/2025 a 02 (dois) de novembro/2026, a Senhora **Silmia Atalaia da Silva,** portadora do RG. 410585 SSP/MS, inscrita no CPF nº 437.463.491-68, para exercer a função de Assistente Social, remunerada mensalmente em R$ R$ 4.166,93 (quatro mil centos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos), lotada como Assistente Social no CREAS – Centro de Referencia Especializado de Assistência Social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos consignados na Lei Municipal nº 216/2004 de 24 de novembro de 2004, alterada pela Lei Complementar 073/2025 de 10 de janeiro de 2025.

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 03 de novembro de 2025

Taquarussu-MS, 20 de outubro de 2025

CLEIDE SOARES DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal De Assistência Social

Matéria enviada por JÉSSICA NAYARA BARBOSA MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TAQUARUSSU
C.N.P.J.: 11.330.525/0001-01
Município: TAQUARUSSU

DECRETO Nº 160/2025, de 2 de Outubro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARUSSU, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de TAQUARUSSU e autorização contida na Lei Municipal nº 651/2024, de 11 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 64.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.301.107.2047-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$58.000,00
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 58.000,00

07.000 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.301.107.2047-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$6.000,00
1.621.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 6.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

07.000 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.301.108.2042-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$1.000,00
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00
07.001.10.301.108.2040-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$1.000,00
1.600.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - 1.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
05.002 - FUNDO DE MANUT.DESEV. DA ED. BAS.VAL.PROF.EDUCAÇÃO
05.002.12.361.113.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$1.000,00
1.540.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 1.000,00

07.000 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.301.107.2044-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA R$1.000,00
1.600.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - 1.000,00

07.000 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.301.107.2044-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$58.000,00
1.600.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - 58.000,00

07.000 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.301.108.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA R$1.000,00
1.600.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - 1.000,00
07.001.10.301.108.2043-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$1.000,00
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TAQUARUSSU
C.N.P.J.: 11.330.525/0001-01
Município: TAQUARUSSU

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 2 de Outubro de 2025.

CLOVIS JOSÉ DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU
C.N.P.J.: 03.923.703/0001-80
Município: TAQUARUSSU

DECRETO Nº 161/2025, de 2 de Outubro de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARUSSU, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de TAQUARUSSU e autorização contida na Lei Municipal nº 651/2024, de 11 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 10.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
05.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.001.12.361.122.2023-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$10.000,00
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
05.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.001.12.365.124.2026-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO R$10.000,00
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 2 de Outubro de 2025.

CLOVIS JOSÉ DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Audiência Publica

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS

CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2026–2029
E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2026

A Prefeitura Municipal de Terenos, por meio do Excelentíssimo Senhor Arlindo Landolfi Filho, Prefeito Interino Municipal, convida toda a população terenense, representantes de entidades, associações e demais segmentos da sociedade civil organizada, a participarem da Audiência Pública destinada à discussão e elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026.

O encontro tem como objetivo garantir a participação popular no processo de planejamento municipal, promovendo a transparência e o diálogo entre o Poder Público e a comunidade, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e demais legislações aplicáveis.

Data: 29/10/2025
Horário: 12:00hs (meio-dia)
Local: Centro Cultural Ramez Tebet, localizado na Rua Dom Aquino, 30 - Centro, Terenos - MS, 79190-000

A presença de todos é fundamental para a construção de um planejamento participativo, que reflita as reais necessidades e prioridades do Município de Terenos para os próximos anos.

Terenos – MS, 22 de outubro de 2025.

Atenciosamente,
ARLINDO LANDOLFI FILHO
Prefeito Interino Municipal de Terenos

Matéria enviada por LIDIA LOPES DE ALMEIDA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

MUNICÍPIO DE TERENOS/MS EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EDITAL 66/2025

O Município de Terenos – Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão Organizadora do Processo de Seleção Simplificada, constituída através da Portaria "PE n° 574 de 12 de novembro de 2024, **TORNA PÚBLICO,** para conhecimento dos interessados, a **51ª CONVOCAÇÃO** no Processo Seletivo Simplificado, para atender a Prefeitura Municipal no exercício de 2025.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONVOCAÇÃO

Para a convocação nos cargos, inclusos no presente Processo Seletivo, serão exigidos dos candidatos **CONVOCADOS** o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

Apresentar os seguintes documentos, sendo:

1) Fotocópia da cédula de identidade;
2) Fotocópia do cartão de cadastro de pessoa física – CPF.;
3) Fotocópia da certidão de casamento ou nascimento ou declaração de convivência;
4) Fotocópia da certidão de nascimento dos dependentes (se possuir); com **CPF**;
5) Fotocópia do título de eleitor, com prova de quitação perante a Justiça Eleitoral;
6) Fotocópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (para homens);
7) Fotocópia do **Diploma** de escolaridade exigida para o cargo, com original para conferencia;
8) Declaração de não acumulo de cargos (preenchido no ato da entrega de documentos no setor de Rh);
9) Declaração de bens (preenchido no ato da entrega de documentos no setor de Rh)
10) Fotocópia do cartão de inscrição no PIS/PASEP (se já inscrito);
11) Fotocópia da carteira de registro no Órgão de classe; (quando o cargo exigir);
12) Comprovante de endereço atualizado.
13) Certidão de antecedentes criminais emitida pelo órgão reponsavel Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (Civil e criminal); www.tjms.jus.br
14) Comprovante de abertura de conta bancária no **Banco Bradesco**;
15) Exame admissional;
16) Cópia da Carteira de trabalho (onde aparece a foto e as informações pessoais);

Os candidatos **CONVOCADOS**, conforme listagem abaixo deverão comparecer no endereço Av. Dr Antônio Jose Paniago, (em frente a Prefeitura) Centro, 79190-000, Terenos/MS, (do Departamento de Recursos Humanos - RH) nos dias **23 e 24 de Outubro de 2025** das **07:30 horas até as 12:30 horas**, munidos de todos os documentos exigidos para assumir o cargo, não serão permitidos entrega incompleta de documentos, o candidato que não apresentar **TODOS** os documentos exigidos, serão automaticamente desclassificados.

A verificação a qualquer tempo, de declaração falsa ou de inexatidão de dados fornecidos pelo candidato, bem como a apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato importará na nulidade de sua

participação no Processo Seletivo e na nomeação acaso ocorrida, com a consequente responsabilização nos termos da Lei Penal.

CARGO: ENFERMEIRO

VANESSA MARTINS DAS NEVES	ESF 07 Setembro (Assentamento)
ALINE DOS ANJOS TEIXEIRA	ESF Vila Ferreira (Urbano)

Terenos/MS, 23 de outubro de 2025.

Valter Ferreira de Almeida Junior

Presidente da Comissão

Matéria enviada por ROMULO AMORIM LEITE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO N° 088/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 124/2025

DATA DE ASSINATURA: 21 de Outubro de 2025

PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERENOS/MS e a empresa **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS TERENOS LTDA – ME.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de Diagnóstico Laboratorial de Análises Clinicas para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Terenos/MS, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

VALOR TOTAL: R$ 57.540,05 (cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta reais e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Setor	16.002 – Secretaria Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2216 – Manutenção e Operacionalização das Atividades da Atenção Primária
Natureza da Despesa	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha	59

BASE LEGAL: regerá nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21 em sua atual redação.

Assinam:

GISLAINE DE LIMA CARNEIRO BORGES

Secretária Municipal De Saúde

JOÃO DE OLIVEIRA SILVA

Representante Legal

Matéria enviada por JAQUELINE MARQUES FERREIRA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA "PE" n. 743, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

ARLINDO LANDOLFI FILHO, Prefeito Municipal Interino de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR o servidor **THIAGO CASTRO VEIGA**, matrícula n° 3966, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, do Quadro de pessoal permanente desta Prefeitura, a retornar da licença para tratar de interesse particular, devendo voltar para suas atividades a contar de **17 de outubro de 2025**, conforme Estatuto dos Servidores, seção VII, Art. 133, parágrafo 1°.

TERENOS, 22 DE OUTUBRO DE 2025.

ARLINDO LANDOLFI FILHO

Prefeito Municipal Interino

Registre-se e cumpra-se

Em 22.10.2025.

Matéria enviada por LIANDRA PIMENTA VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS

Secretaria Municipal de Finanças, Receita e Controle - Depto de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/2025

CÓDIGO TCE N°4B0EC6FFE163AE83A093802EDABC9A6CC643AEBC

AVISO DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a realização de licitação na modalidade acima qualificada, do tipo "**MENOR PREÇO (POR ITEM)"** nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas que regem a matéria.

OBJETO: "**Aquisição de sacolas plásticas em PEAD, personalizadas com logotipo atual do Município atendendo a demanda dos polos de distribuição de medicamentos, conforme arte digital anexa, conforme especificações e quantidades constantes no termo de referência.**"

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/11/2025

HORÁRIO: 09h00min – Oficial de Brasília (DF).

LOCAL/AMBIENTE: Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br.

NOTA: Os interessados poderão adquirir o presente Edital e seus anexos, gratuitamente, na forma eletrônica, por meio digital, através de *download (via internet)*, nos sítios eletrônicos oficiais (www.comprasbr.com.br, www.treslagoas.ms.gov.br e https://pncp.gov.br/), ou ainda, diretamente no protocolo da DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES. Publique-se.

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

VANDER SOARES MATOSO

Diretoria de Compras e de Licitação.

Matéria enviada por Jéssica Pereira Balduíno

Diretoria de Compras e Licitações

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 221/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.184.041/0001-73, por intermédio da DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Instrumento.

OBJETO: Contratação de empresa para realização de **TREINAMENTO DE NR 18** aos trabalhadores autônomos da construção civil do município de Três Lagoas/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

NÚMERO PROCESSO DIGITAL: 7101/2025

DATA LIMITE PARA ENVIO DA PROPOSTA: 28/10/2025, às 23:59 horas

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA: apresentação da proposta será realizada de forma "on-line", no sítio eletrônico https://tldigital.treslagoas.ms.gov.br.

NOTA: Os interessados poderão adquirir o presente aviso completo e seus anexos, gratuitamente, na forma eletrônica, por meio digital, através de download (via internet), no sítio eletrônico oficial www.treslagoas.ms.gov.br, ou ainda, diretamente no protocolo da DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES. Publique-se.

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

(assinado digitalmente)

VANDER SOARES MATOSO

Diretor de Compras e Licitações

Matéria enviada por Maria José Morais Santana

Diretoria de Compras e Licitações

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2025

CÓDIGO TCE N° ED3A114007FAD9D5FFBBA6556A2C8E8E70A8480B

AVISO DE CONVOCAÇÃO - PROSSEGUIMENTO

O **MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o prosseguimento do certame em epígrafe, em data, horário e local abaixo designado.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS – BAIRROS: JARDIM ITAMARATY, JARDIM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E JARDIM EUNICE, NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS, CONVÊNIO Nº 442/2024 – PROCESSO NUP Nº 79.005.911-2024 (AGESUL), CONFORME PROJETO BÁSICO E/OU EXECUTIVO.

DATAS: 24/10/2025

HORÁRIO: 09h00 – Oficial de Brasília

LOCAL: Portal Eletrônico ComprasBr **-** **https://comprasbr.com.br**

NOTA: Ficam os interessados devidamente comunicados, na forma da Lei. Maiores informações e orientações pertinentes poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@treslagoas.ms.gov.br ou pelo telefone (67) 99325-0354.

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

(assinado digitalmente)

VANDER SOARES MATOSO

Diretor de Compras e Licitações

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 372/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E INSPIRA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALAR LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 5.621,40 (Cinco Mil e Seiscentos e Vinte e Um Reais e Quarenta Centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

ALINE GABRIELA PRESTES RIBEIRO

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Secretaria Municipal de Finanças, Receita e Controle - Depto de Licitações e Contratos

EXTRATO 02º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 599/2024.

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 299/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

PARTES: MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS – MS E A EMPRESA **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA CENTRO-OESTE DE PROMOÇÃO À SAÚDE.**

OBJETO: "CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE TRATAMENTO DE PRÓTESE INFECTADA E REVISÃO DE PRÓTESE DE QUADRIL A SER REALIZADO EM DUAS ETAPAS, BEM COMO PRÉ-OPERATÓRIOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO DA TUTELA EM FAVOR DO SENHOR S. L. F. (AUTOS:0807202-82.2024.8.12.0021), NO QUAL DETERMINA QUE O MUNICÍPIO FORNEÇA O PROCEDIMENTO".

PRAZO E VIGÊNCIA: Mediante este **TERMO ADITIVO**, fica prorrogado o prazo de vigência do **CONTRATO Nº 599/2024**, por mais **12 (doze) meses**, iniciando-se em **23/10/2025** e término em **22/10/2026**, com eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal no Artigo 107, da Lei nº 14.133/21 e Legislação Complementar.

Três Lagoas – MS, na data da assinatura digital.

Juliana Rodrigues Salim

Secretária Municipal de Saúde

Everton Martin

Representante

Matéria enviada por Jéssica Pereira Balduíno

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 373/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E EMPRESA DENTAL UNIVERSO LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 118.647,02 (Cento e Dezoito Mil e Seiscentos e Quarenta e Sete Reais e Dois Centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

REGIANE BORGES DOS SANTOS

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 374/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E EMPRESA FUNCIONAL MATERIAIS HOSPITALARES E ASSESSORIAS LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 4.702,80 (Quatro Mil e Setecentos e Dois Reais e Oitenta Centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

JULIA BEATRIZ PERRUT SILVA

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 375/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E EMPRESA DENTAL IPO LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 9.082,80 (Nove Mil e Oitenta e Dois Reais e Oitenta Centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

ELCI TRICHES BERTI

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 376/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E EMPRESA UNIDENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 26.352,36 (Vinte e Seis Mil e Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

LUCIANO FERREIRA PEIXOTO

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Secretaria Municipal de Finanças, Receita e Controle - Depto de Licitações e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 377/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E EMPRESA GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 23.707,00 (Vinte e Três Mil e Setecentos e Sete Reais).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

CEZAR FIORAVANTI SCHACHT JÚNIOR

Representante

Matéria enviada por Jéssica Pereira Balduíno

Secretaria Municipal de Finanças, Receita e Controle - Depto de Licitações e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 378/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E EMPRESA MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 39.007,99 (Trinta e Nove Mil e Sete Reais e Noventa e Nove Centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

CAROLINE DE FATIMA THERESA LADEIRA

Representante

Matéria enviada por Jéssica Pereira Balduíno

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 368/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E V.S. COSTA & CIA LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de

Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 9.600,00 (Nove Mil e Seiscentos Reais).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

REGINA MARIA CESTARI DA SILVA COSTA

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 370/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E MOLIMED HOSPITALAR - COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 10.288,20 (Dez Mil e Duzentos e Oitenta e Oito Reais e Vinte Centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

LILIAN REGINA MOLINA

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 369/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E ODONTOMED CANAÃ LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 68.005,72 (Sessenta e Oito Mil e Cinco Reais e Setenta e Dois Centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

FLAVIO CASARIN MORETI

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 371/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2025

Código TCE N° 8716F584318CC85B47C11B79E473C408D7231C2E

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de consumo odontológicos utilizados para atendimento da Rede Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a R$ 20.774,88 (Vinte Mil e Setecentos e Setenta e Quatro Reais e Oitenta e Oito Centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ/MF Nº 13.034.603/0001-56

Dotação: 02.07.01.10.301.0004-2108

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.600.0000

Ficha: 197

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretaria Municipal de Saúde

GISLAINE MEDIANEIRA RIZZI DALLA PORTA

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Secretaria Municipal de Finanças, Receita e Controle - Depto de Licitações e Contratos

EXTRATO 01º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 648/2024.

DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS – MS E A EMPRESA **ÓTICAS SANTA TERESA LTDA**.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE LENTES E ARMAÇÕES DE ÓCULOS DE GRAU (LENTES CORRETIVAS), A FIM DE ATENDER AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS LAGOAS, PROVENIENTES DO SETOR DE OFTALMOLOGIA DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS (CEM) DO MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA''.

PRAZO E VIGÊNCIA: Mediante este TERMO ADITIVO, fica prorrogado o prazo de vigência do **CONTRATO Nº 648/2024**, por mais **06 (seis) meses**, iniciando-se em **19/11/2025** e término em **18/05/2026**, com eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

DO REAJUSTE PELO ÍNDICE IPCA: Em decorrência da presente prorrogação e, em conformidade com o disposto

na CLÁUSULA VIII do Contrato ora aditado, os valores a serem pagos pelo CONTRATANTE, referente a prestação de serviços, sofrerão reajuste pela variação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) que será de **aproximadamente 5,17% (cinco inteiros e dezessete centésimos)**.

VALOR: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 152.522,57 (cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos)**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	QUANTIDADE	VALOR UNIT. REAJUSTADO	VALOR TOTAL
1	ÓCULOS DE GRAU - ARMAÇÃO POPULAR + LENTE DIOPTRIA (+)4,25 À (+)6,00	UN	40,00	475	42,07	R$ 19.983,25
2	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + LENTE BIFOCAL + LENTE DIOPTRIA (-) 6,00 À (+)6,00	UN	40,00	126	42,07	R$ 5.300,82
3	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + LENTE BIFOCAL + LENTE FOTOSSENSÍVEL + LENTE DIOPTRIAS (-)6,00 À (+)6,00	UN	50,00	112	52,59	R$ 5.890,08
4	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + LENTE MULTIFOCAL + LENTE DIOPTRIA (+)0,00 À (+)6,00	UN	65,00	590	68,36	R$ 40.332,40
5	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + LENTE MULTIFOCAL + LENTE FOTOSSENSÍVEL + LENTE DIOPTRIA (+)0,00 À (+)6,00	UN	70,00	72	73,62	R$ 5.300,64
6	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + VISÃO SIMPLES + LENTE BIFOCAL/MULTIFOCAL + LENTE DIOPTRIA (+ OU –) 9,00	UN	90,00	52	94,66	R$ 4.922,32
7	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + VISÃO SIMPLES + LENTE DIOPTRIA (+)0,00 À (+)4,00	UN	40,00	700	42,07	R$ 29.449,00
8	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + VISÃO SIMPLES + LENTE FOTOSSENSÍVEL + LENTE DIOPTRIA (+)0,00 À (+) 4,00	UN	50,00	112	52,59	R$ 5.890,08
9	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + VISÃO SIMPLES + LENTE FOTOSSENSÍVEL + LENTE DIOPTRIA (+)4,25 À (+)6,00	UN	50,00	112	52,59	R$ 5890,08
10	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + VISÃO SIMPLES + LENTE SURFAÇADA + LENTE DIOPTRIA (- OU +)8,00 À (- OU +)9,00	UN	60,00	299	63,10	R$ 18.866,90
11	ÓCULOS DE GRAU – ARMAÇÃO POPULAR + VISÃO SIMPLES + LENTE SURFAÇADA + LENTE DIOPTRIA (-) 6,00 À (+) 6,00	UN	60,00	170	63,10	R$ 10.727,00

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal no Art. 107 e art. 92, inciso V, ambos da Lei nº 14.133/21 e Legislação Complementar.

Três Lagoas – MS, na data da assinatura digital.

Juliana Rodrigues Salim

Secretária Municipal de Saúde

Fabio Renato Basílio

Representante

Matéria enviada por Jéssica Pereira Balduíno

Diretoria de Compras e Licitações

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 359/2025

PREGAO ELETRONICO Nº 060/2025– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025

Código TCE N° 7453CA1F38F538E78CC8C2496402CA8BC471ED07

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E CWZ SOLUCOES LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de Cama, Mesa e Banho, para atender os Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência''.

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a quantia de R$ 11.315,20 (Onze Mil e Trezentos e Quinze Reais e Vinte Centavos).

PRAZO:

O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73

Dotação: 12.01.12.361.0004.2021.0000

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.500.1001

Ficha: 554

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73

Dotação: 12.01.12.365.0005.2124.0000

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.500.1001

Ficha: 622

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

ANGELA MARIA DE BRITO
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
MARCELO FERNANDES DE CARVALHO
Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 358/2025
PREGAO ELETRONICO Nº 060/2025– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025
Código TCE N° 7453CA1F38F538E78CC8C2496402CA8BC471ED07

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E CONDAFE COMERCIO DE ROUPAS LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de Cama, Mesa e Banho, para atender os Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência''.

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a quantia de R$ 31.099,20 (Trinta e Um Mil e Noventa e Nove Reais e Vinte Centavos).

PRAZO:

O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73

Dotação: 12.01.12.361.0004.2021.0000

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.500.1001

Ficha: 554

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73

Dotação: 12.01.12.365.0005.2124.0000

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.500.1001

Ficha: 622

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

ANGELA MARIA DE BRITO
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
DANILO MATHIAS DE MORAIS
Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 357/2025
PREGAO ELETRONICO Nº 060/2025– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025
Código TCE N° 7453CA1F38F538E78CC8C2496402CA8BC471ED07

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E ARC ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de Cama, Mesa e Banho, para atender os Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência''.

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a quantia de R$ 93.396,00 (Noventa e Três Mil e Trezentos e Noventa e Seis Reais).

PRAZO:

O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73

Dotação: 12.01.12.361.0004.2021.0000
Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de recurso: 1.500.1001
Ficha: 554
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73
Dotação: 12.01.12.365.0005.2124.0000
Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de recurso: 1.500.1001
Ficha: 622
Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.
ANGELA MARIA DE BRITO
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
MARIA CLAUDIA QUIRINO DE FREITAS
Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 356/2025
PREGAO ELETRONICO Nº 060/2025– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025
Código TCE N° 7453CA1F38F538E78CC8C2496402CA8BC471ED07

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E INDÚSTRIA E COMÉRCIO COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de Cama, Mesa e Banho, para atender os Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a quantia de R$ 101.360,00 (Cento e Um Mil e Trezentos e Sessenta Reais).

PRAZO:

O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73
Dotação: 12.01.12.361.0004.2021.0000
Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de recurso: 1.500.1001
Ficha: 554
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73
Dotação: 12.01.12.365.0005.2124.0000
Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de recurso: 1.500.1001
Ficha: 622
Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.
ANGELA MARIA DE BRITO
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
ANTONIO CARLOS DA SILVA
Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Diretoria de Compras e Licitações
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 355/2025
PREGAO ELETRONICO Nº 060/2025– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2025
Código TCE N° 7453CA1F38F538E78CC8C2496402CA8BC471ED07

PARTES: Município de Três Lagoas – MS E JOAO CARLOS LOPES OKUYAMA.

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO "Aquisição de Materiais de Cama, Mesa e Banho, para atender os Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

VALOR: O valor do presente contrato perfaz a quantia de R$ 316.927,00 (Trezentos e Dezesseis Mil e Novecentos e Vinte e Sete Reais).

PRAZO:

O presente contrato terá prazo de duração de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, e eficácia após a publicação do seu extrato em Diário Oficial.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele contidas, tem fundamento legal pela Lei Federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores e demais normas regulamentares vigentes, aplicáveis a espécie e que regem a matéria.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73

Dotação: 12.01.12.361.0004.2021.0000

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.500.1001

Ficha: 554

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – CNPJ/MF Nº 03.184.041/0001-73

Dotação: 12.01.12.365.0005.2124.0000

Centro de Custo: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recurso: 1.500.1001

Ficha: 622

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

ANGELA MARIA DE BRITO

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

JOAO CARLOS LOPES OKUYAMA

Representante

Matéria enviada por Adriana Garcia da Costa Sgarbi

Câmara Municipal de Três Lagoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº 412/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2025

CÓDIGO E-SFINGE: CF5E5217AAB538C3F1EE2F2272201FEB43DB2145

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS

VETT - VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecer e manter plataforma de telefonia digital com solução de PABX em nuvem, incluindo instalação, configuração, suporte, manutenção e treinamento baseado em protocolo SIP e tecnologias VoIP (Voz sobre IP), nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, com Discagem Direta a Ramal, portabilidade numérica e fornecimento de equipamentos em comodato, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Três Lagoas, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

AMPARO LEGAL: Lei 14.133/2021.

VALOR TOTAL: **R$ 21.360,00** (vinte e um mil, trezentos e sessenta reais).

PRAZO: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação. Por tratar-se de objeto de serviço contínuo, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

DOTAÇÃO: 0101.01.031.0003.2001.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

SUBELEMENTO DE DESPESA: 99 – Outros serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica

ASSINAM: ANTONIO LUIZ TEIXEIRA EMPKE JUNIOR E

ARI FRANCISCO MACHADO

Três Lagoas/MS, 22 de outubro de 2025

Matéria enviada por Chrystian Vieira Fontes

Câmara Municipal de Três Lagoas

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DECORRENTE DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2025

PROCESSO Nº 61/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZA a contratação, conforme o resultado do processo na forma que segue:

OBJETO: Contratação de empresa especializada, na prestação de serviço de capacitação que realizará o evento denominado "**CONTROLE INTERNO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: INOVAÇÃO, CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA EM CÂMARAS E PREFEITURAS**", realizado entre **28/10/2025** a **31/10/2025,** na cidade de **Curitiba/PR** oferecido pela empresa **GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA –CNPJ: 40.178.961/0001-05**, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Empresa contratada: **GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA –CNPJ: 40.178.961/0001-05**, no valor total de R$ 4.580,00 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais). Valor por Inscrição: R$ 2.290,00 (dois mil, duzentos e noventa reais).

Três Lagoas-MS, 22 de outubro de 2025.

ANTONIO LUIZ TEIXEIRA EMPKE JUNIOR

Presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas

Matéria enviada por Rangel Petterson da Silva

Câmara Municipal de Três Lagoas

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DECORRENTE DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2025
PROCESSO Nº 60/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, RATIFICA o credenciamento e AUTORIZA a contratação por inexigibilidade, conforme o resultado do processo na forma que segue:

OBJETO: Credenciamento a Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de vale alimentação, na forma de cartões de chip e magnéticos, para aquisição em estabelecimentos comerciais que comercializem gêneros alimentícios "in natura" aos servidores da Câmara Municipal de Três Lagoas, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

Item	Empresa Credenciada	QTD Beneficiários	Auxílio Alimentação (Valor individual/mês)	Unidade de Medida do Contrato	Quant	Valor Mensal do Contrato (Qtd Beneficiário x Valor Auxílio)	Valor Anual	Taxa de Administração
1	Pluxee Benefícios Brasil S.A – CNPJ 69.034.668/0001-56	154	R$ 1.700,00	Mês	12	R$ 261.800,00	R$ 3.141.600,00	0,00%
2	Ticket Serviços S.A – CNPJ 47.866.934/0001-74	22	R$ 1.700,00	Mês	12	R$ 37.400	R$ 448.800,00	0,00%
Valor total do auxílio alimentação pago a 176 servidores anualmente							R$ 3.590.400,00	

A taxa de administração será sempre 0,00% (zero por cento), não podendo ser reajustada.

Publique-se a lista das empresas selecionadas pelos beneficiários, bem como, prossiga com a contratação por inexigibilidade e a elaboração dos contratos.

Três Lagoas-MS, 22 de outubro de 2025.

ANTONIO LUIZ TEIXEIRA EMPKE JUNIOR

Presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas

Matéria enviada por Rangel Petterson da Silva

Câmara Municipal de Três Lagoas

PORTARIA N. 267/2025

R E S O L V E:

EMENTA: DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO FIRMADO COM A VETT - VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - CONTRATO 412/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS- MS, VEREADOR ANTONIO LUIZ TEIXEIRA EMPKE JUNIOR, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 20 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

R E S O L V E:

Art.1º- DESIGNAR o servidor(a) **CLÉZIO ANTÔNIO LARA**, cargo: ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO, matrícula: 26 e CPF n. 403.xxx.xxx-78, como **FISCAL ADMINISTRATIVO**, pelo servidor **MARCELO MUNIZ DE FREITAS,** cargo: TÉCNICO DE COMPUTADORES, matrícula: 569 e CPF n. 600.XXX.XXX-72, como **FISCAL TÉCNICO TITULAR**, tendo como o servidor **MILTON GABRIEL PORTO BAZE**, cargo: técnico de computadores, matrícula: 573 e CPF n. 926.XXX.XXX-15, para exercer a função de **FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO**, devendo ambos acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato 412/2025 – Processo 45/2025 – Firmado junto à Empresa VETT - VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOIMUNICAÇÕES LTDA, cujo objeto refere-se Contratação de empresa para fornecer e manter plataforma de telefonia digital com solução de PABX em nuvem, incluindo instalação, configuração, suporte, manutenção e treinamento baseado em protocolo SIP e tecnologias VoIP (Voz sobre IP), nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, com Discagem Direta a Ramal, portabilidade numérica e fornecimento de equipamentos em comodato, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Três Lagoas, nas condições estabelecidas no Termo

de Referência.

Art. 2 º- DESIGNAR o(a) servidor(a) ROBERTO APARECIDO CAMARGO, cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO III, matrícula: 421 e CPF Nº. 174.XXX.XXX-92, para exercer a função de GESTOR DE CONTRATO, conforme Portaria nº 94/2024 de 12 de Janeiro de 2024.

Art. 3 º- Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Três Lagoas/MS, 22 de outubro de 2025.

Antonio Luiz Teixeira Empke Junior

Presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas

Matéria enviada por Chrystian Vieira Fontes

PAUTA DE JULGAMENTO nº 002/2025

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Em atendimento ao disposto no art. 37 do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais do Município de Três Lagoas/MS, e por força da Lei Municipal nº 3.344/2017, **faço saber, a quem interessar possa**, que no dia **29 de outubro de 2025**, às **07h15**, esta **Junta de Recursos Fiscais**, em sessão ordinária, julgará em sua sala de reuniões situada na **Prefeitura Municipal de Três Lagoas**, localizada à **Avenida Antônio Trajano dos Santos, nº 30, Centro, Três Lagoas – MS**, o seguinte processo:

Processo: 9174/2024

Requerente: Luiz Carlos Vissoto

Representante: Gracielle de Luca

Relator(a): Angelita de Campos da Costa

Intimam-se os interessados para que compareçam à sessão, nos termos da legislação vigente.

Três Lagoas, 22 de outubro de 2025.

EMERSON PAULO BARBOSA

PRESIDENTE DA JURFIS

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 722/DSESMT/SEMAD/2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS, no uso da Competência que lhe confere o Decreto nº1029/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Readaptar pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a Servidora Pública Municipal Sra. Gislaine Aparecida Camatari Pavaneli, no cargo de Atendente Educacao Infantil, atualmente lotada no Q Excedentes de Trabalhadores, na Secretaria Municipal de Educação, conforme parecer médico do SESMT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor imediatamente no dia de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 16 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA

Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 53/SMAS/2025

Designa colaboradores para exercer a função de Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente do contrato n.º 238/2022

ANDRÉ LUIS BACALÁ RIBEIRO, Secretário Municipal Interino de Assistência Social de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais, designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato:

Dispensa n.º: 0075/2022

Processo Licitatório n.º: 00160/2022

Contrato n.º 238/2022 - Firmado junto a empresa **RAZÃO SOCIAL ELZA SALLES FERNANDES SILVA**

OBJETO: "LOCAGAO DE IMOVEL EM NOME DA SRA. ELZA SALLES FERNANDES SILVA TORRES, SITUADO A RUA GENEROSO SIQUEIRA, N° 692, CENTRO, MATRICULA N° 34.048 DO CARTORIO DO 1° OFÍCIO DO REGISTRO DE IMOVEIS DE TRES LAGOAS- MS, COM A FINALIDADE DE ABRIGAR O SETOR DE DIGITALIZAGAO E ARQUIVO DE PROCESSOS".

RESOLVE:

Art. 1° - Designar o servidor Luiz Otavio Cabianca, portador do CPF n.º 109.XXX.XXX-03, ocupante do cargo de Diretor de Departamento como Gestor; o servidor Sr. Laura Daniela Figueiredo Garcia, portador do CPF n.º 933.XXX.XXX-20, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, como Fiscal Titular e a servidora Sra. Daniela de Oliveira Sertanejo, portadora do CPF n.º 428.XXX.XXX-89 , ocupante do cargo de Coordenador de Controle Prestação de Contas, como

fiscal suplente, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato acima descrito, no qual a Prefeitura de Três Lagoas figura como parte.

Art. 2° - Determinar que o servidor ora designado, deverá:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório.

III - Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados em periodicidade adequada ao objeto contratado, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

IV - Atestar, formalmente, nos autos do processo, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para o pagamento.

Art. 3° - Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cumpra-se e Publique-se.

Três Lagoas/MS, 22 de outubro de 2025.

_____

André Luis Bacalá Ribeiro

Secretário Municipal Interino de Assistência Social

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Eu, _____ Luiz Otavio Cabianca, declaro que estou ciente da designação Gestor, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, _____ Laura Daniela Figueiredo Garcia, declaro que estou ciente da designação de Fiscal Titular, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu,_____ Daniela de Oliveira Sertanejo, declaro que estou ciente da designação de Fiscal Suplente, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 734/DSESMT/SEMAD/2025

Dispõe sobre a concessão do benefício de LICENÇA MATERNIDADE

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Público Municipais, descritos no ANEXO I, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **licença-maternidade** pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestados competentes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir da data descrita no anexo supracitado, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

Matric.	Nome	Efeito Inicial	Fim do prazo
32142001	Graciene da Silva Santos	03/10/2025	31/03/2026
2892	Karla Inacia Ramalho	17/09/2025	15/03/2026
22024	Maria Carla Nunes Santos	16/09/2025	14/03/2026
27322	Pamela Hernandez Lopes	07/10/2025	04/04/2026
32090	Taina Mataruco Lucidio	18/09/2025	16/03/2026
1370	Thaila Erica Pinheiro Lima	26/09/2025	24/03/2026
29356	Thaila Erica Pinheiro Lima	26/09/2025	24/03/2026
30620	Vanderluce Vicente das Flores	29/09/2025	28/03/2026

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 721/DSESMT/SEMAD/2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS, no uso da

Competência que lhe confere o Decreto nº1029/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Readaptar pelo período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Municipal Sra. Danielle Oliveira Santos, no cargo de Tecnico Administrativo Saude, atualmente lotada no Cpd Central de Regulacao, na Secretária Municipal de Saude, conforme parecer médico do SESMT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor imediatamente no dia de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 16 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA

Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 729/DSESMT/SEMAD/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO DOENÇA

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido **o benefício auxílio doença** a Servidora Pública Municipal, a Sra. **Rubia Dara Leão de Jesus, matrícula 30322,** durante o período de 20/08/2025 até o dia 22/08/2025, e no período de 26/09/2025 até o dia 10/10/2025, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20/08/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

Câmara Municipal de Três Lagoas

Republicado por Incorreção.

PORTARIA N. 266/2025

EMENTA: CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS- MS, vereador Vereador Antonio Luiz Teixeira Empke Junior, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 20 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

CONSIDERANDO a necessidade de atuação multissetorial para realização da Sessão Solene destinada á entrega de Diplomas: "Médico Pelópidas Gouveia", Dentista Ruth Filgueiras" e "Professor Comprometido", a ocorrer em 22 de outubro de 2025, às 18:45 h, no anfiteatro "Dercir Pedro de Oliveira", no Campus II da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, situado na Avenida Ranulpho Marques Leal, 3484 – Distrito Industrial Três Lagoas/MS, conforme ato 03/2025 da Mesa Diretora

R E S O L V E :

Art.1º- **CONVOCAR** os servidores abaixo elencados para atuar na Sessão Solene para realização da Sessão Solene destinada á entrega de Diplomas: "Médico Pelópidas Gouveia", Dentista Ruth Filgueiras" e "Professor Comprometido"

MAT.	SERVIDOR	DATA
26-1	CLÉZIO ANTÔNIO LARA	22/10/2025
729	RAFAEL ANTONIO BRASSAL	22/10/2025
134-6	ANA CLÁUDIA SILVA PASCHOALIM	22/10/2025
410-1	APARECIDA LUIZA VIEIRA FERREIRA	22/10/2025
575-1	CARLOS EDUARDO XAVIER	22/10/2025
584-1	GABRIELA ALVES COSTA FERNANDES FERREIRA	22/10/2025
719-1	MARCELO BARROS FEFIN	22/10/2025
726-1	SIMONE SATIKO MACEDO NAKAMURA	22/10/2025
589-1	DOUGLAS RICARDO OTTONI	22/10/2025
588-1	*VÍNICIUS RODRIGUES PEREIRA*	22/10/2025
339	*ELIANE LIRIA DA SILVA ABRANTES DIAS*	22/10/2025
94-1	*JORGE VICTORINO*	22/10/2025

Art. 2º - Os servidores convocados deverão estar presentes no anfiteatro "Dercir Pedro de Oliveira", no Campus II da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no dia 22.10.2025 a partir das 17:30 horas.

Art. 3º O ponto será colhido no local do evento por meio de planilha própria. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Três Lagoas/MS, 21 de Outubro de 2025.

Antonio Luiz Teixeira Empke Junior
Presidente Biênio 2025/2026
Câmara Municipal de Três Lagoas-MS

PORTARIA Nº 723/DSESMT/SEMAD/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO DOENÇA

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido **o benefício auxílio doença** ao Servidor Público Municipal, o Sr. **Orivaldo Martins de Souza, matricula 3829,** durante o período de 03/10/2025 até o dia 29/01/2026, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/10/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 724/DSESMT/SEMAD/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO DOENÇA

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido **o benefício auxílio doença** aos Servidores Públicos Municipais descrito no ANEXO I, lotados na Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir da data descrita no anexo supracitado, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

MATRÍCULA	NOME	Efeito Inicial	Fim do prazo
23729	Aline Alves Bertuce	26/09/2025	23/11/2025
18521	Danielle Pricilla de Oliveira Santos	10/10/2025	04/11/2025
28311	Fernanda da Silva Gomes	01/10/2025	31/10/2025
23729	Aline Alves Bertuce	26/09/2025	23/11/2025

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 725/DSESMT/SEMAD/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO DOENÇA

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido **o benefício auxílio doença** ao Servidor Público Municipal, o Sr. **Walter Manoel da Silva, matricula 30630,** durante o período de 06/10/2025 até o dia 02/02/2026, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/10/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 726/DSESMT/SEMAD/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO DOENÇA

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido **o benefício auxílio doença** ao Servidor Público Municipal, o Sr. **Alexandre Aparecido Martins, matricula 112338,** durante o período de 10/10/2025 até o dia 07/11/2025, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/10/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 727/DSESMT/SEMAD/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO DOENÇA

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido **o benefício auxílio doença** aos Servidores Públicos Municipais descrito no ANEXO I, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir da data descrita no anexo supracitado, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

MATRÍCULA	NOME	Efeito Inicial	Fim do prazo
2947	Adriana Braga Gomes	17/09/2025	16/10/2025
22128	Alessandra Berlini Coca	03/10/2025	31/12/2025
25948	Alessandra Berlini Coca	03/10/2025	31/12/2025
26060	Alessandra Freitas de Lima	09/10/2025	07/11/2025
1415	Ana Cristina Almeida dos Santos	30/09/2025	29/10/2025
20171	Ana Rita do Nascimento	10/10/2025	05/02/2026
2947	Antonia de Souza Farias	26/09/2025	15/10/2025
29327	Caroline Silva de Oliveira	18/09/2025	17/10/2025
17026	Dejanir Queiroz de Paula Guedes	19/09/2025	18/10/2025
13786	Gislene Batista Dias	04/10/2025	30/01/2026
1518	Graciely Silva Gomes Pereira	20/09/2025	15/12/2025
26041	Jaqueline de Oliveira Castanheira e Silva	19/09/2025	18/10/2025
30427	Laiane Alves dos Santos	26/09/2025	25/10/2025
5879	Lindomar Cunha Lima Xavier	13/10/2025	09/01/2026
1459	Lucia Aparecida Machado	24/09/2025	21/10/2025
6147	Luciana Cordeiro da Silva Mateus	24/09/2025	21/12/2025
10855	Luciana Cordeiro da Silva Mateus	24/09/2025	21/12/2025
11969	Maria Laura Castro dos Santos	18/09/2025	15/01/2026
16033	Maria Aparecida de Alvarenga Souza	03/09/2025	05/09/2025
16033	Maria Aparecida de Alvarenga Souza	08/09/2025	26/09/2025
15405	Maria Rogeria Vasconcelos Neves	29/09/2025	27/11/2025
24038	Mariany de Alencar Couto	19/09/2025	17/11/2025
26372	Mariluce Florentino	01/09/2025	09/10/2025
2001	Marlene Mara Alves Martins	20/09/2025	17/12/2025
191	Marlene Mara Alves Martins	20/09/2025	17/12/2025
402	Marta Bocato da Silva	22/09/2025	21/10/2025
17006001	Marta Justino de Souza	06/10/2025	04/12/2025
17006002	Marta Justino de Souza	06/10/2025	04/12/2025

25993	Michael Antonio da Silva	04/10/2025	29/10/2025
23356	Rayane Michelli Candido da Silva	19/09/2025	17/11/2025
1741	Rebeca Santos Silva	22/09/2025	10/10/2025
25897	Rita Batista da Silva	06/10/2025	25/10/2025
19502	Shirley Rodrigues da Fonseca	24/09/2025	21/01/2026
29335	Silvania Saldanha da Silva Pinto	30/09/2025	24/12/2025
26087	Suzana Ribeiro da Silva Falco	12/09/2025	12/10/2025
26122	Terezinha de Jesus Silva Santos	08/10/2025	06/12/2025
17081	Viviane Camargo da Fonseca	10/10/2025	17/11/2025
20988	Yara de Franca Catarino Barros	13/10/2025	11/11/2025

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 730/DSESMT/SEMAD/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO DOENÇA

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido **o benefício AUXÍLIO DOENÇA** aos Servidores Públicos Municipais descrito no ANEXO I, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir da data descrita no anexo supracitado, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

Matric.	Nome	Efeito Inicial I	Fim do prazo I	Efeito II	Fim do prazo II
32273	Afonso Reverson Nogueira Schmoeller	18/09/2025	24/09/2025	25/09/2025	23/10/2025
11401	Ana Claudia Candido da Silva	21/08/2025	21/08/2025	17/09/2025	01/10/2025
30592	Cibele Duarte Mostaco Dias	09/09/2025	12/09/2025	22/09/2025	08/10/2025
26513	Laura Antunes Pimentel Sossoloti	29/08/2025	01/09/2025	29/09/2025	09/10/2025
27314	Matheus Henrique Reis da Silva	24/09/2025	26/09/2025	30/09/2025	13/10/2025
27289	Renato Bruno de Jesus Machado	22/09/2025	26/09/2025	27/09/2025	10/10/2025
27344	Romulo Wendell da Silva Ferreira	18/09/2025	24/09/2025	25/09/2025	04/10/2025
464	Thalita Valentim da Silva	02/10/2025	03/10/2025	06/10/2025	04/11/2025

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 720/DSESMT/SEMAD/2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS, no uso da Competência que lhe confere o Decreto nº1029/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Readaptar pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a Servidora Pública Municipal Sra. Larissa Abrahao Araujo, no cargo de Professor, atualmente lotada no Q Excedentes de Trabalhadores, na Secretaria Municipal de Educação, conforme parecer médico do SESMT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor imediatamente no dia de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 16 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 731/DSESMT/SEMAD/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO DOENÇA

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido **o benefício AUXÍLIO DOENÇA** aos Servidores Públicos Municipais descrito no ANEXO I, lotados na Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir da data descrita no

anexo supracitado, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

Matric.	Nome	Efeito Inicial I	Fim do prazo I	Efeito II	Fim do prazo II
17688	Ademilson Rodrigues da Silva	08/09/2025	21/09/2025	22/09/2025	05/10/2025
1013671	Rosangela Santana	12/09/2025	25/09/2025	26/09/2025	23/11/2025

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 732/DSESMT/SEMAD/2025

Dispõe sobre a concessão do benefício de LICENÇA MATERNIDADE

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à servidora Sra. **Karoline Capovilla Spindola, matrícula 25702,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, **licença-maternidade** pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 22/09/2025 e término em 20/03/2026, conforme atestado médico competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22/09/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA

Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 733/DSESMT/SEMAD/2025

Dispõe sobre a concessão do benefício de LICENÇA MATERNIDADE

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à servidora Sra. **Leticia Caroline Caldas dos Santos, matrícula 27712,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, **licença-maternidade** pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 06/10/2025 e término em 03/04/2026, conforme atestado médico competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/10/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA

Secretário Municipal de Administração

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 735/DSESMT/SEMAD/2025

Dispõe sobre a concessão do benefício de LICENÇA MATERNIDADE

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA, Secretário Municipal de Administração de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Público Municipais, descritos no ANEXO I, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito, **licença-maternidade** pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestados competentes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir da data descrita no anexo supracitado, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Três Lagoas-MS, 21 de outubro de 2025

JARDEL PAUBER MATOS E SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

Matric.	Nome	Efeito Inicial	Fim do prazo
30875	Ana Carolina Fernandes Aguirre	08/10/2025	05/04/2026
30955	Suzana Garcia Gregoleto Martins	14/10/2025	11/04/2026

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 254/SMS/2025

Designa colaboradores para exercer a função de Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente dos contratos abaixo:

Juliana Rodrigues Salim, Secretária Municipal de Saúde, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições legais, designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução abaixo:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE PRONTO PAGAMENTO (PAPP)

Nota de Empenho nº 2250/2025 – Firmado junto com ION Indústria e Comércio Ltda

Nota de Empenho nº 2251/2025 – Firmado junto com Estoque Comércio de Materiais de Construção

Objeto: Aquisição de argamassa baritada, destinada à execução de barreiras de blindagem radiológica em ambientes de diagnóstico por imagem, conforme quantidades e especificações constantes no termo de referência.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Juliana Rodrigues Salim, inscrita no CPF 301.XXX.XXX-74, ocupante do cargo de Secretaria de Saúde como Ordenadora de Despesa; a Servidora Eliane Silva de Souza inscrita no CPF: 284.XXX. XXX -96, ocupante do cargo de Assessor de Saúde Familiar como gestora de empenho, a servidora **Maria Carolina Garcia Franco de Faria**, inscrita no CPF 397.XXX.XXX-44 ocupante do cargo de Cirurgiã Dentista como fiscal titular e o servidor Márcio Alan Martins portador do CPF: 348.XXX.XXX-02, ocupante do cargo de Assessor de Saúde Odontológico como fiscal suplente para acompanhar e fiscalizar a execução dos empenhos acima descritos, no qual a Prefeitura de Três Lagoas figura como parte.

Art. 2º - Determinar que os servidores ora designados, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento dos empenhos, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório.

III – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados em periodicidade adequada ao objeto dos empenhos, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

IV – Atestar, formalmente, nos autos do processo, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para o pagamento.

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 4º - **A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura.**

Cumpra-se e Publique-se.

Três Lagoas/MS, 22 de outubro de 2025

_____

Juliana Rodrigues Salim
Secretaria Municipal de Saúde

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Eu, Eliane Silva de Souza, _____, declaro que estou ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, Maria Carolina Garcia Franco de Faria, _____
declaro que estou ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.
Eu, Marcio Alan Martins, _____ declaro que estou ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 145/SEMEC/2025

Designa colaboradores para exercer a função de Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente.

Angela Maria de Brito, Secretária Municipal de Educação e Cultura do Município de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL, decreto nº 1023, de 01 de janeiro de 2025, no uso das atribuições legais, designa os servidores abaixo relacionados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo:

Contrato Administrativo nº 352/2025 - Firmado junto com a Prefeitura Municipal de Três Lagoas - MS e a empresa **VIPS COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA.**

Pregão Eletrônico nº 063/2025 – Processo Licitatório nº 164/2025.

Objeto: "Aquisição de mamadeiras, copos de transição e bicos compatíveis, destinados ao atendimento dos estudantes regularmente matriculados nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência."

CÓDIGO TCE Nº B4E417E1E878AE549163162FB29527CC71CA1BE7

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Angela Maria de Brito**, inscrita no CPF sob o nº 143.XXX.XXX-78, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura, como Ordenadora de Despesa; o servidor **Marcílio Donadoni Júnior**, inscrito no CPF sob o nº 001.XXX.XXX-97, ocupante do cargo de Assessor Especial Educacional e Pedagógico, como Gestor do Contrato; a servidora **Jacieli Fonceca de Oliveira**, inscrita no CPF sob o nº 472.XXX.XXX-83, ocupante do cargo de Coordenador de Gestão de Políticas Públicas**,** como Fiscal Titular, e a servidora **Amanda Faria de Souza**, inscrita no CPF sob o nº 052.XXX.XXX-43, ocupante do cargo de Assessor Superior da Educação 1, como Fiscal Suplente, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato acima descrito, no qual a Prefeitura de Três Lagoas figura como parte.

Art. 2º Determinar que os servidores ora designados deverão:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências em sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - Verificar se a entrega de materiais, a execução de obras ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) estão sendo cumpridas de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório.

III - Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

IV - Atestar, formalmente, nos autos do processo, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para o pagamento.

Art. 3º Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Três Lagoas/MS, 20 de outubro de 2025.

_____
Angela Maria de Brito
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 1023, de 01 de janeiro de 2025

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Eu, Marcílio Donadoni Júnior, _____, declaro que estou ciente da designação de Gestor de Contrato ora atribuída e das funções a ela inerentes.

Eu, Jacieli Fonceca de Oliveira, _____, declaro que estou ciente da designação de Fiscal Titular ora atribuída e das funções a ela inerentes.

Eu, Amanda Faria de Souza, _____, declaro que estou ciente da designação de Fiscal Suplente ora atribuída e das funções a ela inerentes.

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 040/SMG/2025

"Designa colaboradores para exercer a função de Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente do Contrato Administrativo nº 070/2020".

ANDRÉ LUÍS BACALÁ RIBEIRO, Secretário Municipal de Governo e Políticas Públicas de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições legais e de acordo com o art. 1º, do Decreto nº 1.028 de 1º de janeiro de 2025, designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato:

Processo Licitatório nº 268/2020 – Pregão Presencial nº 206/2020

Contrato nº 070/2020 – Firmado junto a empresa GUIMA CONSECO CONSTRUÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de natureza continuada em limpeza, conservação e higienização (áreas internas, externas, hospitalares, esquadrias e fachadas), com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, fornecimento de insumos necessários e o emprego de equipamentos adequados à execução dos serviços, em prédios públicos da Prefeitura Municipal de Três Lagoas - MS, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA".

RESOLVE:

Art. 1º - Designar servidora Marília Gabriele Berlato Medeiros Ragni, portadora do CPF. 013.XXX.XXX-60, ocupante do cargo de Diretora de Gestão de Contratos como **Gestor**; o servidor Fabrício da Silva Lima portador do CPF. 004. XXX.XXX-60, ocupante do cargo de Técnico em Atendimento Tributário como **Fiscal Titular**, o servidor Márcio Vagner Garcia dos Santos portador do CPF. 840.XXX.XXX-91, ocupante do cargo de Coordenador Administrativo Financeiro Operacional como **Fiscal Suplente**, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato acima descrito, no qual a Prefeitura de Três Lagoas figura como parte.

Art. 2º - Determinar que o servidor ora designado, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o Instrumento contratual e instrumento convocatório.

III – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

IV – Atestar, formalmente, nos autos do processo, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para o pagamento.

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cumpra-se e Publique-se.

Três Lagoas/MS, 16 de outubro de 2025.

ANDRÉ LUÍS BACALÁ RIBEIRO

Secretário Municipal de Governo e Políticas Públicas

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Eu, Marília Gabriele Berlato Medeiros Ragni, _____, declaro que estou ciente da designação Gestor, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, Fabrício da Silva Lima, _____, declaro que estou ciente da designação de Fiscal Titular, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, Márcio Vagner Garcia dos Santos, _____, declaro que estou ciente da designação de Fiscal Suplente, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

Diretoria de Compras e Licitações

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DIGITAL N° 5924/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 179/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o MENOR PREÇO;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para contratação, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021, assim como foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Contratação de solução de telefonia VoIP em nuvem para o SAMU e Centrais de Regulação, incluindo licenças de ramais, plataforma digital, gravação de chamadas, locação de telefones IP e headsets, instalação e suporte técnico.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 179/2025.

CONTRATADA: FACILITA TELECOM LTDA.

VALOR TOTAL: R$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Três Lagoas/MS, na data da assinatura digital.

(assinado digitalmente)

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretária Municipal de Saúde

(Ordenadora da Despesa)

Matéria enviada por Maria José Morais Santana

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025.

"SUBSTITUI MEMBRO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM BIÊNIO 2025-2027"

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, instituído pela Lei nº 2.339, de 10 de março de 2009, e pela Lei nº 3.645, de 03 de março de 2020, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Sra. **Geovana Corrêa** para compor a Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, no biênio **2025-2027**, na função de **Secretária Executiva**, em substituição à Sra. **Huli Cristina Garcia**.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Três Lagoas, 22 de outubro de 2025.

Sônia Cristina Ivonisko

Presidente CMDM

Biênio 2025-2027

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

DECRETO Nº 1460 , DE 22 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.4255

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

CASSIANO MAIA, Prefeito Municipal de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 43, V, da Lei Municipal nº. 1.795, de 16 de julho de 2002 (Lei Orgânica do Municipal de Três Lagoas/MS),

Suplementação (+) **323.791,72**

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$323.791,72 distribuídos as seguintes dotações:

Anulação

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E POLITICAS PUBLI

94	04.122.0003.2012.0000	DESBUROCRATIZA TRÊS LAGOAS	45.326,88
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 10 01 SEC MUNIC DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E TRÂNSITO

837	15.451.0002.1003.0000	INFRAESTRUTURA PARA TODOS	271.410,47
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 2 755 0000
	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

548	12.361.0004.2021.0000	BEM-ESTAR	7.054,37
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 1 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E POLITICAS PUBLI

Emitido por: TATIELE CORRÊA GONÇALVES

DECRETO Nº 1460 , DE 22 DE OUTUBRO DE 2025 - LEI N.4255

02 04 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E POLITICAS PUBLI			
97	04.122.0003.2012.0000	DESBUROCRATIZA TRÊS LAGOAS	-45.326,88	
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
02 12 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
618	12.365.0005.2124.0000	PRIMEIRA INFÂNCIA	-7.054,37	
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo: 1	500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
854	12.365.0004.1019.0000	BEM-ESTAR	-271.410,47	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 2	755 0000
	755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

Anulação (-) **-323.791,72**

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON RODRIGUES GARCIA JUNIOR
CONTADOR

CASSIANO MAIA
PREFEITO MUNICIPAL

SOYLA CARLA ALVES GARCIA
SECRETARIA FINANÇAS, REC. E CONTROLE

Emitido por: TATIELE CORRÊA GONÇALVES